



Akemi Magalhães Moura Aoki

A criança-soldado:
Narrativas literárias de Angola, Moçambique,
Guiné-Bissau e Brasil

Tese de Doutorado

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do departamento de Letras da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Literatura, Cultura e Contemporaneidade/Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eneida Leal Cunha

Rio de Janeiro
Abril de 2019



AKEMI MAGALHAES MOURA AOKI

**A criança-soldado: narrativas literárias
de Angola, Moçambique, Guiné-
Bissau e Brasil**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Eneida Leal Cunha

Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Rosana Kohl Bines

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Jana Tabak

Instituto de Relações Internacionais– PUC-Rio

Prof. Mário César Lugarinho

USP

Profa. Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco

UFRJ

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2019.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total o parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Akemi Magalhães Moura Aoki

Graduou-se em Letras, Língua portuguesa e respectivas literaturas, pela PUC-Rio. Durante a graduação, foi bolsista PIBIC/CNPq, teve como objeto de pesquisa o binômio infância e violência em literatura. Recebeu o Prêmio Destaque de Iniciação Científica do CTCH da PUC-Rio. É mestre pela Universidade de Bolonha e pela Universidade de Estrasburgo, onde cursou o programa Culturas Literárias Europeias, com uma bolsa Erasmus Mundus, da Comissão Europeia, com foco em literatura da migração na Itália, estudos culturais e literatura infanto-juvenil. Fez o estágio de pesquisa de doutorado sanduíche na Universidade de Lausanne, com uma bolsa PDSE da CAPES e uma bolsa de excelência do governo suíço.

Ficha Catalográfica

Aoki, Akemi Magalhães Moura

A criança-soldado : narrativas literárias de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Brasil / Akemi Magalhães Moura Aoki ; orientadora: Eneida Leal Cunha. – 2019.

234 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2019.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Criança-soldado. 3. Guerra anticolonial. 4. Guerra civil. 5. África. 6. Literaturas africanas. I. Cunha, Eneida Leal. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

Para os meus pais.

Agradecimentos

À CAPES e à Confederação suíça pelas bolsas concedidas.

À professora Eneida Leal Cunha, pela mão certa, alegre e exclamativa com que orientou esta tese. À professora Rosana Kohl Bines, que me guiou, ainda “criancinha”, em minha primeira imersão no universo da pesquisa acadêmica, marcando todo o meu percurso. À professora Christine Le Quellec Cottier, pela calorosa acolhida na Universidade de Lausanne e pela interlocução com minhas diversas hipóteses de trabalho. Ao professor Mário César Lugarinho, cujos conselhos no Exame de Qualificação foram fundamentais para a forma final da tese. À professora Jana Tabak, pelos ensinamentos sobre as crianças-soldado. À professora Vanessa Ribeiro Teixeira, pelo generoso empréstimo de *Os sobreviventes da noite*. À professora Irena Wyss, pelo impacto de suas demonstrações de *close reading*. Ao professor Marildo Menegat, pelas palavras de incentivo e dicas de leitura. Às professoras Marília Rothier Cardoso e Anna Frabetti e ao professor Fulvio Pezzarossa pelos socorros cruciais em um momento de necessidade.

Ao Sol de Carvalho, pela generosidade em compartilhar os seus conhecimentos sobre as crianças-soldado e a história da guerra civil de Moçambique e feito uma primeira leitura do capítulo. À Pauline David e à Valerie Sherrard, pelas entrevistas concedidas. Ao Rodrigo Cerveira Cittadino, por jogar uma luz sobre o domínio do Direito Humanitário Internacional.

À Wanda Lara, da Associação Tchiweka de Documentação, pelo atendimento cordial e eficiente. À equipe da Secretaria do Departamento de Letras da PUC-Rio, em especial ao Rodrigo Santana Pinheiro, pela assistência sempre paciente.

À Aline Braz de Lima, que me manteve nos trilhos.

Aos amigos Talita, Luiza, Áureo, Luca, Pedro, Christelle, Astou e Aïcha, pelo companheirismo construído em torno de trocas acadêmicas e solidificado pelo bem-querer.

Aos meus pais e a Anne-Claude e Jean-Philippe, pelo afeto e pelo apoio logístico. À minha mãe, em especial, por ter enfrentado os meus meses de escrita e feito a revisão final da tese.

Ao Mathieu, por ter bravamente suportado minhas frustrações, auxiliado na reflexão, lido e relido, sendo sempre fonte infalível de bons conselhos, risadas, parceria e amor.

Resumo

Aoki, Akemi Magalhães Moura; Cunha, Eneida Leal. **A criança-soldado:** Narrativas literárias de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Brasil. Rio de Janeiro, 2019. 226p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir dos anos 2000, no cenário do mercado literário internacional, a figura da criança-soldado africana recebeu um significativo relevo em obras sobre conflitos armados. Esta tese analisa as características desse fenômeno, assim como as principais tendências do robusto conjunto de narrativas e os impasses que o rodeiam. Reflete-se sobre a condição ambígua da figura, simultaneamente vítima e perpetradora de violência. Por um lado, aponta-se como o prisma da vitimização, que remete ao processo histórico de infantilização da África pelo Ocidente, foi privilegiado pela crítica. Por outro, sugere-se a aplicação de uma disposição de análise diversa, que atenta, ao contrário, para as margens de agência e responsabilidade que a figura da criança-soldado assume ao adquirir o poder de matar. Como estudos de caso e contrastivamente, são contempladas obras de épocas e contextos histórico-políticos diferenciados em espaços africanos de língua portuguesa: o conto “No prelúdio da vitória” (1969), de Eugénia Neto, e as novelas *As aventuras de Ngunga* (1972), de Pepetela, e “Cinco dias depois da independência” (1977), de Manuel Rui, sobre a guerra anticolonial e o início da guerra civil em Angola; o romance de Ungulani Ba Ka Khosa, *Os sobreviventes da noite* (2008), e o livro infanto-juvenil *Comandante Hussi* (2006), de Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira, sobre as guerras civis em Moçambique e na Guiné-Bissau, respectivamente. Em diálogo com as realidades brasileiras, são investigados os pontos convergentes e divergentes entre as narrativas sobre crianças-soldado e três obras da literatura brasileira que encenam as violências vividas e perpetradas por crianças e adolescentes em situação de rua e de violência armada organizada: *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado, *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, e *O sol na cabeça* (2018), de Geovani Martins.

Palavras-chave

Criança-soldado; guerra anticolonial; guerra civil; África; literaturas africanas; literatura brasileira; violência armada organizada; tráfico de drogas.

Résumé

Aoki, Akemi Magalhães Moura; Cunha, Eneida Leal (Directrice de thèse). **L'enfant-soldat** : Récits littéraires de l'Angola, du Mozambique, de la Guinée-Bissau et du Brésil. Rio de Janeiro, 2019. 226p. Thèse de Doctorat – Département des Lettres, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Depuis les années 2000, sur le marché littéraire international, la figure de l'enfant-soldat africain a pris une place importante dans les ouvrages sur les conflits armés. Cette thèse analyse les caractéristiques de ce phénomène, ainsi que les principales tendances de l'ensemble des récits qui en traitent et les impasses qui l'entourent. Dans ce travail, nous réfléchissons sur l'ambiguïté de la figure de l'enfant-soldat, à la fois victime et bourreau. D'une part, nous soulignons comment le prisme de la victimisation, qui renvoie au processus historique d'infantilisation de l'Afrique par l'Occident, a été privilégié par les critiques. D'autre part, nous proposons une autre analyse qui met, au contraire, l'accent sur les marges d'action et la responsabilité que la figure de l'enfant-soldat assume en acquérant le pouvoir de tuer. Des ouvrages de différentes époques et contextes historico-politiques appartenant aux espaces africains lusophones sont analysés, de manière contrastée, dans des études de cas : « No prelúdio da vitória » (1969), d'Eugénia Neto, et les nouvelles *As aventuras de Ngunga* (1972), de Pepetela, et « Cinco dias depois da independência » (1977), de Manuel Rui, sur la guerre anticoloniale et le début de la guerre civile en Angola ; le roman d'Ungulani Ba Ka Khosa, *Os sobreviventes da noite* (2008), et le livre pour enfants *Comandante Hussi* (2006), de Jorge Araújo et Pedro Sousa Pereira, sur les guerres civiles au Mozambique et en Guinée-Bissau. En dialogue avec les réalités brésiliennes, nous enquêtons sur les points convergents et divergents entre les récits sur les enfants-soldats et trois ouvrages de la littérature brésilienne qui mettent en scène la violence vécue et perpétrée par des enfants et des adolescents dans des situations de rue et de violence armée organisée : *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado, *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, et *O sol na cabeça* (2018), de Geovani Martins.

Mots-clefs

Enfant-soldat; guerre anticoloniale; guerre civile; Afrique; littératures africaines; littérature brésilienne; violence armée organisée; trafic de drogues.

Sumário

1. Introdução.....	13
2. “Criança-soldado”: construções e complexidades.....	18
Breve panorama histórico-político	18
A pauta internacional	18
Relatório Machel	21
Uma questão controversa	23
O fenômeno literário	27
O paradigma do herói e o paradigma da vítima.....	33
Heranças.....	38
Espetáculo, trauma, medo	42
A outra face	46
3. Ngangula, Ngunga, esquadrão Kwenha: pioneiros de Angola.....	56
Breve panorama histórico.....	57
A Organização dos Pioneiros de Angola (OPA)	59
Augusto Ngangula	67
Ngunga	74
O esquadrão Kwenha.....	84
4. <i>Os sobreviventes da noite</i>: meninos na guerra civil de Moçambique	94
Breve panorama histórico.....	96
Ungulani Ba Ka Khosa.....	104
<i>Os sobreviventes da noite</i>	106
5. <i>Comandante Hussi</i>: um menino e uma bicicleta na guerra civil da Guiné-Bissau	128
Breve panorama histórico.....	129
Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira.....	136
<i>Comandante Hussi</i>	138
6. Capitães da areia, capitães do tráfico e “menózins”: violência urbana brasileira	155
“Crianças-soldado”?	156
Breve panorama histórico.....	160
“ <i>As favelas são o front</i> ”	165
<i>Capitães da Areia</i>	169
<i>Cidade de Deus</i>	175
<i>O sol na cabeça</i>	181
Considerações finais	186
7. Para terminar	192
8. Referências bibliográficas	196
ANEXO A. “Sobre a orgânica dos pioneiros”	212

ANEXO B. “Dia do Pioneiro Angolano”	214
ANEXO C. Instrução militar dos pioneiros	228
ANEXO D. Ordem de Serviço do MPLA.....	230
APÊNDICE. Lista de obras	231

Lista de figuras

Figura 1 “Pioneiro guerrilheiro para Cartaz”, sem data. Acervo da Associação Tchiweka de Documentação.....	93
---	----

Lista de tabelas

Tabela 1. Publicações de obras de ficção 1969 - 2018	29
---	----

Siglas

ADA – Amigos dos Amigos
AEMO – Associação dos Escritores Moçambicanos
Cedeao – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CV – Comando Vermelho
CVJ – Comando Vermelho Jovem
Ecomog – *Economic Community of West African States Monitoring Group*
FAM – Forças Armadas de Moçambique
Fapla – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique
Iansa – *International Action Network on Small Arms*
Ibiss – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social
Iser – Instituto de Estudos Superiores da Religião
JMPLA – Juventude do MPLA
LRA – *Lord's Resistance Army*
MFDC – Movimento das Forças Democráticas de Casamansa
MNR – *Mozambique National Resistance*
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OMA – Organização da Mulher Angolana
ONUMOZ – Operação das Nações Unidas em Moçambique
OPA – Organização dos Pioneiros de Angola
OPAC - *Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the Involvement of Children in Armed Conflict*
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCC – Primeiro Comando da Capital
PLUA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PRS – Partido para a Renovação Social (Moçambique)
Renamo – Resistência Nacional Moçambicana
TC – Terceiro Comando
TCA – Terceiro Comando dos Amigos
TCP – Terceiro Comando Puro
UEA – União dos Escritores Angolanos
Uemoa – União Econômica e Monetária do Oeste Africano
Unita – União Nacional para a Independência Total de Angola
Unta – União dos Trabalhadores Angolanos
UPA – União das Populações ao Norte de Angola
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
Zanu – *Zimbabwe African National Union*

1. Introdução

De março a maio de 2016, o escritor e professor franco-congolês Alain Mabanckou ministrou uma série de aulas no curso *Lettres noires: des ténèbres à la lumière*¹, no Collège de France, apresentando um amplo panorama da produção literária africana contemporânea. Ele mesmo tradutor do aclamado romance *Feras de lugar nenhum*², de Uzodinma Iweala, para a língua francesa³, Mabanckou considerou fundamental dedicar uma de suas falas à sistematização de um discurso em torno das narrativas sobre crianças e adolescentes⁴ atuantes em conflitos armados, as chamadas “crianças-soldado”, selecionando para análise *Allah n'est pas obligé*⁵ (2000), de Ahmadou Kourouma, e *Johnny chien méchant*⁶ (2002), de Emmanuel Dongala. A aula, intitulada *Littérature africaine et histoire contemporaine: enfants-soldats et guerres civiles*⁷, demonstra o reconhecimento da profusão de narrativas sobre crianças-soldado como um fenômeno literário. Crianças-soldado participam de conflitos armados em diversos lugares do mundo, mas a sua ficcionalização massiva se concentra em espaços africanos. Mabanckou inicia sua fala levantando a questão das guerras civis que constituíram, nas últimas décadas, uma das faces mais sombrias do continente, e diz que não é surpreendente que a criação literária, tributária dos movimentos e das turbulências da sociedade, tenha desposado essas tragédias. Um dos personagens engendrados nesse processo foi o menino-soldado, um personagem minúsculo e ao mesmo tempo abominável, diz o escritor, um personagem que nos surpreende porque não esperamos vê-lo no meio do apocalipse e que

¹ “Escritas negras: das trevas à luz”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

² A versão brasileira, editada pela Nova Fronteira e publicada em 2006, foi traduzida por Christina Baum. No original, em inglês, *Beasts of No Nation*.

³ *Bêtes sans patrie*, publicado pela Éditions de l'Olivier, em 2008.

⁴ Ao longo da tese, utilizo os termos “criança” para fazer referência a pessoas de até doze anos e “adolescente” para pessoas entre doze e dezoito anos, conforme estipulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 2, lei 8.069/90) em vigência no Brasil.

⁵ Traduzido no Brasil por Flávia Nascimento como *Alá e as crianças soldados* (São Paulo: Estação Liberdade, 2003).

⁶ Ainda sem tradução para a língua portuguesa. O título poderia ser literalmente traduzido como “Johnny cachorro mau”.

⁷ “Literatura africana e história contemporânea: crianças-soldado e guerras civis”.

nos causa uma espécie de mal-estar pelo sentimento de “*déjà-vu*” e de “*déjà-lu*”⁸. Pensamos que conhecemos aquele menino porque um outro menino, à sua imagem e semelhança, já nos chocou uma primeira vez, em algum outro livro, em filmes, documentários ou páginas de jornal.

O pontapé inicial desta pesquisa foi dado em 2009, ainda durante a graduação, quando integrei, como bolsista de Iniciação Científica⁹, o projeto “Literatura e violência: o universo da infância” da professora Rosana Kohl Bines, no Departamento de Letras da PUC-Rio, que cotejava narrativas que priorizavam o olhar infantil sobre experiências-limite, através do qual tive o primeiro contato com a figura da criança-soldado. O trabalho resultante do primeiro ano de pesquisa foi um ensaio sobre o romance de Iweala, intitulado “*Feras de lugar nenhum: o infante na infância e na infantaria*”, em que refletimos sobre a estratégia da utilização de um narrador-menino para contar sua própria experiência como combatente. Procuramos pensar a surpreendente pertinência da voz infantil para narrar a guerra a partir da palavra “infante”, que significa tanto “criança” quanto “soldado de infantaria”, como ponto articulador dos campos simbolicamente antagônicos da infância e da guerra. No segundo ano de Iniciação Científica, assim como posteriormente no Mestrado, graças à influência da professora Rosana Kohl Bines, continuei perseguindo objetos de pesquisa correlatos à infância, mas me afastei do tema da guerra. Porém, em 2014, ao conceber o projeto de tese a ser apresentado no processo de candidatura ao Doutorado na PUC-Rio, decidi retornar às crianças-soldado, ampliando o *corpus* e re-direcionando o foco da pesquisa. Integrei o projeto “África: outros modos de usar”, coordenado pela professora Eneida Leal Cunha, procurando refletir sobre os significados da representação em larga escala da figura da criança-soldado africana que explodiu nos anos 2000. Entre setembro de 2017 e agosto de 2018, fiz um estágio de pesquisa na Universidade de Lausanne¹⁰, sob supervisão da professora Christine Le Quellec Cottier, que ministra periodicamente um curso dedicado integralmente às narrativas francófonas sobre o tema.

Inicialmente, o projeto contemplava tanto livros de ficção, quanto autobiografias, fotografias, filmes, documentários e campanhas humanitárias, e

⁸ Um trocadilho com a expressão “*déjà-vu*”. *Déjà-lu* significa, literalmente, “já-lido”.

⁹ No primeiro ano, com bolsa concedida pela PUC-Rio. No segundo ano, com financiamento do CNPq.

¹⁰ Com uma bolsa do Programa Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE) da CAPES e uma bolsa de excelência da Confederação suíça.

vislumbrava cobrir obras em inglês, francês e português, as principais línguas de colonização e de escrita da África subsaariana. Entretanto, ao longo da pesquisa, em primeiro lugar, decidi afunilar a investigação em direção apenas às obras literárias de ficção, que constituem o maior grupo de produções. Em segundo lugar, quanto às narrativas selecionadas para estudos de caso, as verificações quantitativas, o levantamento bibliográfico, o conselho do professor Mário César Lugarinho no Exame de Qualificação e a experiência “francocêntrica” na Universidade de Lausanne me levaram a destacar as obras em língua portuguesa sobre os contextos de países africanos lusófonos, cujo volume de produções literárias e discussões a respeito da atuação de crianças e adolescentes nas guerras anticoloniais e civis que os atravessaram é expressivamente menor em relação àquele em língua inglesa e francesa.

Como analisa Nicolas Martin-Granel (2011), o fenômeno da literatura sobre a figura da criança-soldado é complexo, pois ele se situa no cruzamento de disciplinas tais como história, geopolítica e antropologia. Embora haja uma tendência geral de apreensão dessa figura como uma entidade genérica – como diz Charlotte Lacoste, “um menino-soldado vale metonimicamente por todos os outros”¹¹ (2012, p. 120) –, ela pode apresentar uma série de variáveis que dependem dos contextos históricos, políticos e sociais em que está inserida. Por isso, a decisão, incentivada desde o princípio pela professora Eneida Leal Cunha, de incorporar um investimento historiográfico à tese. O caráter interdisciplinar do trabalho não se encontra nas diferentes naturezas dos objetos de estudo, mas nos campos de conhecimento que escolhemos mobilizar para apresentar as paisagens contextuais contra as quais as narrativas se fazem visíveis e das quais a análise não pode prescindir. Os cinco próximos capítulos apresentam uma regularidade estrutural proposital, iniciando-se invariavelmente com a sistematização de um panorama das conjunturas históricas, políticas e culturais de cada narrativa.

No segundo capítulo¹², intitulado “‘Criança-soldado’: construções e complexidades”, dedico-me aos resultados gerais da pesquisa. Exponho o desenvolvimento das discussões internacionais, na esfera do discurso humanitário, em torno da questão da atuação de crianças e adolescentes nos conflitos armados globais, bem como os polêmicos debates levantados pelos intelectuais do campo da antropologia. Em

¹¹ “[...] *tel enfant-soldat valant métonymiquement pour tous les autres*”.

¹² Considera-se como primeiro capítulo a presente Introdução.

seguida, analiso as principais tendências ressaltadas no recenseamento de obras no que se refere à flutuação de publicações ao longo dos últimos cinquenta anos, às línguas de escrita, à origem dos autores e ao gênero narrativo, mostrando como elas se articulam com certas convenções literárias e com a construção do imaginário ocidental da África e dos sujeitos africanos, notadamente a partir das ideias de vitimização e infantilização. Por fim, baseando-me no pensamento de Achille Mbembe, proponho uma possibilidade de disposição crítica diversa, que deixa de lado o prisma da vitimização para encontrar sua potência no poder de perpetração da violência manifestado pela figura da criança-soldado.

Nos capítulos três, quatro e cinco, promovo análises contrastivas, debruçando-me sobre as narrativas produzidas, respectivamente, sobre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Em “Ngangula, Ngunga, esquadrão Kwenha: pioneiros de Angola”, delincho os contornos históricos da guerra anticolonial, de 1961 a 1974, iluminando, em particular, a participação das crianças e dos adolescentes integrantes da Organização dos Pioneiros de Angola (OPA) na guerra ao lado dos guerrilheiros do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Analiso comparativamente a perspectiva heroica realçada nos documentos oficiais do MPLA sobre os pioneiros e nos seguintes textos literários: o conto “No prelúdio da vitória”, de Eugénia Neto, publicado em 1969; e as novelas *As aventuras de Ngunga*, de Pepetela, de 1972, e “Cinco dias depois da independência”, de Manuel Rui, de 1977.

Em “*Os sobreviventes da noite: meninos na guerra civil de Moçambique*”, investigo o que se sabe sobre o recrutamento, a participação e a desmobilização das crianças-soldado que atuaram na guerra entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) iniciada pouco depois da independência do país, em 1976, e terminada apenas em 1992. Nesse capítulo, dedico-me exclusivamente ao romance de Ungulani Ba Ka Khosa, *Os sobreviventes da noite*, publicado pela primeira vez em 2005, mostrando como a construção do heroísmo marcante das obras anteriores foi radicalmente transformada.

Em “*Comandante Hussi: um menino e uma bicicleta na guerra civil da Guiné-Bissau*”, exponho a história do conflito armado da Guiné-Bissau, que se deu entre junho de 1998 e maio de 1999, encabeçada, nos lados opostos, pelo então Presidente Nino Vieira e pelo Brigadeiro Ansumane Mané. Examinado o livro infanto-juvenil escrito por Jorge Araújo e ilustrado por Pedro Sousa Pereira, *Comandante Hussi*, publicado pela primeira vez em Portugal, em 2003, apontando os diversos pontos

problemáticos da obra em relação à sua construção extremamente binária do conflito e às formulações estereotipadas sobre a África.

Finalmente, o diálogo com diversos interlocutores brasileiros me alertou que seria imprescindível para a pesquisa uma comparação com a situação doméstica de violência urbana e tráfico de entorpecentes em que crianças e adolescentes se encontram envolvidos. No imaginário brasileiro, apesar das diferenças de contextos histórico-políticos e sociais, a figura do menino-soldado africano se encontra muito próxima da figura do garoto do tráfico das grandes metrópoles do país, com seus corpos negros e fuzis de guerra. Por isso, no último capítulo, intitulado “Capitães da areia, capitães do tráfico e ‘menózins’: violência urbana brasileira”, discuto tal aproximação a partir do estudo do antropólogo Luke Dowdney *Crianças do tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada*, publicado em 2003, que averiguou a comparação entre a situação das crianças-soldado e das crianças do tráfico perante a comunidade internacional. No contexto das ações do governo e das práticas sociais brasileiras referentes ao tratamento de crianças e adolescentes pobres e negros em situação de rua, em conflito com a lei ou, simplesmente, frequentando espaços ocupados pela classe média, analiso três obras da literatura brasileira que marcaram épocas diversas: *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, de 1937, *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, de 1997, e *O sol na cabeça*, de Geovani Martins, de 2018. Traço o paralelo com o restante das obras analisadas na tese não a partir das flagrantes semelhanças das figuras, mas a partir de suas significativas diferenças.

Articulando diversos campos do saber, o trabalho colabora com a investigação, ainda muito lacunar e cerceada por uma série de tabus, sobre as questões que orbitam a utilização de crianças-soldado nas guerras devastadoras dos espaços africanos de língua portuguesa ocorridas na segunda metade do século XX, cujas consequências ainda são sentidas. A tese mostra como os escritores, lançando mão de estratégias narrativas muito diversas, enfrentaram o problema da infância e da adolescência em perigo e perigosa, violentada e violenta, segundo as circunstâncias dos conflitos encenados, as convenções literárias e suas próprias realidades de escrita, de posicionamento político e de vivências sociais e culturais.

2. “Criança-soldado”: construções e complexidades

Breve panorama histórico-político

A atuação de crianças e adolescentes em guerras não é um fenômeno recente e nem exclusivo de certas partes do mundo. Em campanhas napoleônicas (LARGE-AUD, 2012); na Guerra de Secessão americana (ROSEN, 2005); na insurreição popular da Comuna de Paris (DELUERMOZ, 2012); nas frentes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial (PIGNOT, 2012; STARGARDT, 2012; VAN EMDEN, 2005), para dar apenas alguns exemplos, combatentes muito jovens estiveram em campos de batalha. Nas últimas décadas, crianças e adolescentes foram aliciados para conflitos armados não apenas na África, mas também no Oriente Médio, na Ásia e na América Latina. Em 2001, Mianmar tinha um dos números mais altos de crianças-soldado ativas no mundo (MACHEL, 2001). Em 2016, de acordo com a ONG *Child Soldiers International*, 50% dos casos estavam ocorrendo fora da África. Ainda assim, entre os anos 1990 e 2000, os inúmeros conflitos armados em países africanos, notadamente Serra Leoa e Libéria, mas também Ruanda, República Democrática do Congo, República do Congo, Sudão, Uganda, Burundi, Somália, Angola e Moçambique, foram fonte inesgotável de imagens de crianças e adolescentes arregimentados, o que fez com que a visão imediatamente acionada no imaginário global pela ideia de “criança-soldado” seja aquela de um garoto negro, africano, AK47 em punho.

A pauta internacional

Até o século XX, nenhuma lei militar previa o recrutamento de crianças e adolescentes, mas também não havia nenhuma legislação contrária, de prevenção e proteção. Com o surgimento e o avanço dos tratados internacionais sobre os direitos humanos e os direitos das crianças, a participação dos mais jovens em conflitos armados começou a ser regulamentada pela comunidade internacional. Em 1977, os Protocolos Adicionais I e II às Convenções de Genebra de 1949 constituíram a

primeira abordagem direta da questão das crianças e dos adolescentes envolvidos em conflitos armados. O Protocolo Adicional I, que abrange os conflitos internacionais, estipula que “as Partes do conflito tomarão todas as medidas viáveis para que as crianças que não tenham completado quinze anos de idade não participem diretamente das hostilidades e, em particular, abster-se-ão de recrutá-las para suas forças armadas”¹³ (artigo 77, parágrafo 2). O Protocolo II, que abrange os conflitos não internacionais, determina que “as crianças que não tenham atingido a idade de quinze anos não serão recrutadas nas forças armadas ou grupos, nem poderão participar das hostilidades”¹⁴ (artigo 4, parágrafo 3, item c). Estabelece-se uma diferença, marcada pela utilização do advérbio “diretamente” no Protocolo I, e a falta dele, no Protocolo II. Ou seja, enquanto os Estados, em guerras internacionais, são impedidos de utilizar menores de quinze anos “diretamente” em hostilidades, isto é, como combatentes, os grupos armados lutando em guerras internas são impedidos de utilizá-los em qualquer condição, como espiões, ajudantes de cozinha ou transportadores de abastecimentos. Em 1989, a Convenção sobre os Direitos das Crianças manteve as diretivas dos Protocolos Adicionais, incluindo o limite de idade mínima de quinze anos, apesar de contraditoriamente estipular como “criança” toda pessoa com menos de dezoito anos. Em 1998, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional definiu as seguintes práticas como crimes de guerra: em conflitos armados internacionais, “recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou utilizá-los para participar ativamente nas hostilidades” (artigo 8, parágrafo 2, item b, número XXVI); e em conflitos armados internos, “recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou em grupos, ou utilizá-los para participar ativamente nas hostilidades” (artigo 8, parágrafo 2, item e, número VIII). Em relação aos documentos anteriores, por um lado, ele alterou a palavra “diretamente” por “ativamente”, utilizando-a tanto para as forças armadas estatais quanto para grupos não-estatais e, portanto, impedindo a ambos de utilizarem crianças em qualquer atividade ligada aos conflitos, sejam internacionais

¹³ “*The Parties to the conflict shall take all feasible measures in order that children who have not attained the age of fifteen years do not take a direct part in hostilities and, in particular, they shall refrain from recruiting them into their armed forces. In recruiting among those persons who have attained the age of fifteen years but who have not attained the age of eighteen years, the Parties to the conflict shall endeavour to give priority to those who are oldest*”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

¹⁴ “*children who have not attained the age of fifteen years shall neither be recruited in the armed forces or groups nor allowed to take part in hostilities*”.

ou internos; por outro, considerou que tanto o recrutamento, compreendido como forçado, e o alistamento, compreendido como voluntário, são contra os melhores interesses das crianças (TABAK, 2014). Em 1999, a Organização Internacional do Trabalho adotou a Convenção número 182, sobre a proibição e ação imediata para a eliminação das piores formas de trabalho infantil¹⁵, incluindo em sua lista o “recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados” (artigo 3, item a), entendendo como “criança” toda pessoa com menos de dezoito anos. No mesmo ano, entrou em vigor a Carta africana dos direitos e bem-estar das crianças¹⁶, que estabeleceu que “Estados Partes da presente Carta devem tomar todas as medidas necessárias para garantir que nenhuma criança deve tomar uma parte directa nas hostilidades e se abstenham, em especial, a partir de contratação (*sic*) de qualquer criança” (artigo 22, parágrafo 2), também considerando como “criança” pessoas menores de dezoito anos. Em 2000, o Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos das Crianças sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados¹⁷, conhecido como OPAC e também como “tratado sobre a criança-soldado”, intencionando retificar sua contradição interna concernente às idades, também elevou o limite mínimo para dezoito anos. Outros documentos importantes, que propuseram a elevação da idade limite para dezoito anos e procuraram ampliar a noção da militarização para incluir as crianças e adolescentes envolvidas em quaisquer atividades ligadas aos grupos armados, são os Princípios e melhores práticas da Cidade do Cabo sobre a prevenção do recrutamento de crianças em forças armadas e sobre a desmobilização e a reintegração social de crianças-soldado na África¹⁸, de 1997, resultante do simpósio da UNICEF com o grupo de ONGs que monitoram o cumprimento da Convenção dos Direitos das Crianças; e os Princípios de Paris sobre crianças associadas a forças armadas ou grupos armados¹⁹, de 2007, resultante do segundo encontro das mesmas instituições.

¹⁵ “*Convention concerning the Prohibition and Immediate Action for the Elimination of the Worst Forms of Child Labour*”.

¹⁶ *African Charter on the Rights and Welfare of the Child*.

¹⁷ *Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the Involvement of Children in Armed Conflict*.

¹⁸ *Cape Town Principles and Best Practices on the Prevention of Recruitment of Children into the Armed Forces and on Demobilization and Social Reintegration of Child Soldiers in Africa*.

¹⁹ *The Paris Principles. Principles and Guidelines on Children Associated with Armed Forces or Armed Groups*.

Entretanto, o tratado que rege o Tribunal Penal Internacional, que julga crimes de guerra, é o Estatuto de Roma, em que os quinze anos são estipulados como idade limite. O Estatuto de Roma transmite uma compreensão das crianças-soldado apenas como vítimas, abstendo-se de regulamentar os crimes de guerra por elas perpetrados por não as considerar “capazes de cometer os crimes extremamente sérios que estão sob a jurisdição do Tribunal”²⁰ (MACHEL, 2001, p. 144). O Tribunal Penal Internacional “não terá jurisdição sobre pessoas que, à data da alegada prática do crime, não tenham ainda completado 18 anos de idade” (artigo 26). Dessa forma, também os recrutadores de crianças-soldado deverão ser maiores de dezoito anos para poderem ser levados à julgamento pelo Tribunal. Como diz Jana Tabak, em vez de inibir os casos, tal postura “pode incentivar adultos a fazer com que os crimes hediondos e o recrutamento de novas crianças sejam realizados por crianças de quinze, dezesseis ou dezessete anos”²¹ (2014, p. 130). A discrepância entre a idade mínima tolerada de participação em conflitos armados, quinze anos, e a idade mínima a partir da qual se considera uma pessoa responsável por suas ações, dezoito anos, é uma contradição interna complexa do Estatuto.

Relatório Machel

Significativo para o desenvolvimento do entendimento da questão foi o relatório encomendado pelas Nações Unidas sobre o impacto dos conflitos armados nas crianças, de 1996, encabeçado por Graça Machel. Em 2001, o relatório foi republicado em uma edição revisada e atualizada, contando ainda com fotografias de Sebastião Salgado, feitas em Moçambique, em Angola, na Etiópia, no Zaire (atual República Democrática do Congo), em Ruanda, no Quênia, no Líbano, no Afeganistão, no Iraque, no Camboja, no México, na República Federal da Iugoslávia (atuais Sérvia e Montenegro) e na China, entre 1985 e 1998. A definição da categoria de “criança-soldado” utilizada é bastante ampla:

Uma criança-soldado é qualquer criança – menino ou menina – com menos de 18 anos que é compulsoriamente, forçadamente ou voluntariamente recrutada ou utilizada em hostilidades por forças armadas, forças paramilitares, unidades de defesa

²⁰ “[...] because they are not deemed to have the capacity to commit the extremely serious crimes with which the Court will be concerned”.

²¹ “[...] may incentive adult soldiers to see heinous crimes and actual enlistment of children to be performed by children aged fifteen, sixteen or seventeen”.

civil ou outros grupos armados. Crianças-soldado são utilizadas para serviços sexuais forçados, como combatentes, mensageiros, carregadores e cozinheiros²² (MACHEL, 2001, p. 7).

O estudo explicita que crianças-soldado são muito utilizadas em conflitos de longa duração porque os grupos armados esgotam seus contingentes adultos e procuram pessoas cada vez mais jovens para suas frentes. As crianças e os adolescentes em maior risco são os mais pobres, já que famílias mais favorecidas podem ter a possibilidade de pagar pela liberdade de seus filhos, negar o recrutamento através de meios legais ou ainda enviá-los para fora do país. Os modos de recrutamento variam: alguns são forçados a se alistar, outros são sequestrados e ainda há outros que se juntam “voluntariamente” aos grupos armados. O alistamento voluntário é questionado pelo relatório, pois acredita-se não se tratar de uma livre escolha, mas do resultado de pressões econômicas, sociais, culturais e políticas. Algumas crianças são entregues por suas próprias famílias, que podem receber um pagamento, outras acreditam que é a única maneira de garantir comida, vestimentas, cuidados médicos e proteção, já que também terão uma arma nas mãos. Considera-se que a adolescência “é um período de muitas transições estressantes em termos de desenvolvimento físico e psicossocial”, por isso, “adolescentes são especialmente suscetíveis à fascinação da vida militar e à sensação de poder associada ao porte de armas letais”²³ (MACHEL, 2001, p. 12). Os rituais de iniciação são frequentemente brutais e o espancamento e outras formas de violência arbitrárias são comuns. Muitas crianças-soldado são deliberadamente expostas a cenas de horror para endurecê-las e para facilitar o rompimento de ligações sociais. Alguns comandantes forçam as crianças-soldado a tomarem drogas antes dos combates, de modo a aguçá-las sua sensação de poder e destemor. Como resultado da exposição à violência extrema, elas podem tornar-se insensíveis ao sofrimento próprio e alheio. Ao final dos conflitos, o processo de conciliação social no pós-guerra na maioria das vezes falha em considerar ações específicas para crianças-soldado desmobilizadas porque as partes do conflito não reconhecem formalmente que as utilizaram. A primeira negociação de

²² “A child soldier is any child – boy or girl – under the age of 18, who is compulsory, forcibly or voluntarily recruited or used in hostilities by armed forces, paramilitaries, civil defense units or other armed groups. Child soldiers are used for forced sexual services, as combatants, messengers, porters and cooks”.

²³ “Adolescence is a period of enormous and often stressful transition in a child’s life in terms of physical and psychosocial development. That is precisely why adolescents are especially susceptible to the lure of military life and the sense of power associated with carrying deadly weapons”.

paz que refletiu sobre a desmobilização e a reintegração social de crianças-soldado foi o Acordo de Paz de Lomé, de 1999, sobre a guerra civil na Serra Leoa.

Uma questão controversa

A princípio, os acordos internacionais sobre as crianças e os adolescentes em conflitos armados servem ao propósito de salvaguardar seus direitos e proteger suas vidas. Seus fundamentos e eficácia, entretanto, são postos em xeque por intelectuais, notadamente do campo da antropologia, que discutem o próprio conceito de infância mobilizado pelo discurso humanitário e a questão da violência perpetrada pelas crianças-soldado.

Jason Hart (2006a) explica que os dois passos pioneiros no que diz respeito ao entendimento das crianças no século XX foram dados por duas mulheres entre 1924 e 1925: a inglesa Eglantyne Jebb, criadora da ONG *Save the Children*, e a antropóloga americana Margaret Mead. Em 1924, cinco anos depois de ter criado a *Save the Children*, Eglantyne Jebb propôs a primeira Declaração dos Direitos das Crianças, que foi adotada por unanimidade pela Liga das Nações e é um marco dos esforços dos governos e das instituições humanitárias para proteger crianças das adversidades causadas por guerras, fome, doença e miséria. Em 1925, Margaret Mead partiu dos Estados Unidos para Samoa, a fim de empreender aquele que ficou conhecido como o primeiro trabalho antropológico sobre jovens adolescentes fora da Europa e da América do Norte. A pesquisa de Margaret Mead era motivada pela convicção de que as ideias que então circulavam na Europa e na América do Norte sobre a adolescência como um período de dificuldades e estresse eram culturalmente específicas. A significância histórica desses dois eventos, diz Hart, é que eles marcam a abertura do olhar sobre as crianças ao redor do mundo. No entanto, enquanto Mead estava interessada em entender as diferenças entre as crianças ocidentais e as crianças da Polinésia nos meios culturais em que viviam, tentando evidenciar o valor das culturas distantes para desafiar as visões etnocêntricas da América, Jebb era motivada por uma visão de infância universal, baseada em critérios ocidentais. Se, por um lado, o legado de Jebb é forte, com a constante atualização das convenções sobre os direitos das crianças pela comunidade internacional e a expansão de *Save the Children* e de inúmeras outras ONGs, por outro lado, o projeto de Mead vem sendo desenvolvido de forma bem mais lenta. Estudos detalhados sobre

crianças fora do Ocidente só começaram a se tornar comuns na pesquisa antropológica nos anos 1980. Desse modo, as discussões sobre a vida das crianças em situações de extrema adversidade, como em conflitos armados, foram predominantemente fundamentadas em práticas representacionais do discurso humanitário da tradição de Jebb. Como analisa Sharon Stephens:

Alguns críticos da Convenção [Convenção sobre os direitos da criança, 1989] argumentam [...] que a declaração de direitos universais das crianças dá às crianças o direito de serem remodeladas à imagem dos adultos e às infâncias não-ocidentais o direito de serem remodeladas à maneira ocidental²⁴ (1995, p. 36).

As convenções internacionais de proteção dos direitos humanos estabeleceram um modelo daquilo que Tabak chama de “criança mundial”²⁵, compreendida como vulnerável, inocente, impotente, dependente e facilmente manipulável, que deve ser protegida das realidades do mundo adulto até completar os dezoito anos. Nesse quadro, a criança-soldado, desviante do modelo da “criança mundial”, se articula como uma “*emergência* internacional que desafia a estabilidade da ordem política internacional e suas perspectivas de progresso” (TABAK, 2014, p. 10, grifo da autora). Como apontado por Alcinda Honwana, o termo “criança-soldado” constitui um oxímoro complexo que desafia as categorias de infância e de condição adulta estabelecidas contemporaneamente, associando de maneira perturbadora as ideias de inocência e de violência.

As crianças-soldado ainda são crianças, mas não são mais inocentes; elas fazem tarefas de adultos, mas ainda não são adultos. A posse de armas e a licença para matar as localizam fora da infância. Mas ao mesmo tempo tais atributos não significam a total incorporação ao mundo adulto, dadas, entre outras coisas, sua idade e maturidade física. Dessa forma, elas se localizam em uma zona crepuscular, um espaço intermediário opaco²⁶ (HONWANA, 2005, p. 32).

A perspectiva antropológica identifica a influência do domínio da psicologia, que ajudou a naturalizar e universalizar as ideias de vulnerabilidade e turbulências físicas, mentais e emocionais ligadas ao desenvolvimento, além da relação entre a

²⁴ “Some critics of the Convention argue [...] that its declaration of universal children's rights gives children the right to be remade in the image of adults and non-Western childhoods the right to be remade in Western forms”.

²⁵ “World child”.

²⁶ “They are still children, but they are no longer innocent; they perform adult tasks, but they are not yet adults. The possession of guns and a license to kill places them outside childhood. But at the same time such attributes do not constitute full-scale incorporation into adulthood, given, among other things, their age and physical maturity. Therefore, they are located in a twilight zone, a blurred intermediary space”.

idade cronológica e a capacidade individual de discernimento sobre dilemas morais e justiça que guiam a percepção das crianças-soldado dentro dos discursos e práticas dos projetos humanitários²⁷ (HART, 2006a; READ, 2002). Hart (2006a, b, c) e David Rosen (2005, 2007)²⁸, ao contrário, operando a partir de fundamentos antropológicos, valorizam a importância de considerar as relações sociais e os sistemas políticos em que cada indivíduo está inserido, para perceber quais medidas, por parte das comunidades locais e internacionais, seriam mais adequadas para cada caso. Um dos pontos mais difíceis de pensar é a punição, já que crianças-soldado não podem ser responsabilizadas pelos crimes de guerra que cometem, o que pode violar entendimentos locais de culpabilidade e justiça, prejudicando o processo de reequilíbrio da comunidade (ROSEN, 2007).

Vítimas ou agentes? É o questionamento central da discussão entre o discurso humanitário e o discurso antropológico, para o qual não há uma resposta simples, já que as circunstâncias e os afetos podem variar de caso para caso. Enquanto a perspectiva humanitária pende sem ressalvas para a vitimização, a abordagem antropológica considera que as crianças-soldado transcendem a condição de vítimas: “elas são certamente vítimas, mas se tornaram mais do que isso”²⁹ (HONWANA, 2005, p. 48). Citando o estudo de Graça Machel, Rosen critica o fato de que o discurso humanitário desconsidera o alistamento voluntário como prática legítima. Ao contrário, há casos de crianças-soldado que escolhem lutar com lucidez e defendem suas escolhas com orgulho (ROSEN, 2007). Para Honwana (2005), que conduziu pesquisas de campo em Angola e em Moçambique, muitas crianças-soldado demonstram uma “agência tática”³⁰ que lhes permite maximizar as possibilidades apresentadas no ambiente militarizado em que operam, aproveitando as oportunidades disponíveis, conscientes dos retornos imediatos. Honwana se apoia nas noções de poder e de agência de Anthony Giddens, sugerindo que o fato de “não ter escolha” não significa a dissolução da capacidade de agência, pois o exercício do poder não funcionaria apenas em uma direção, mas sim em uma “dialética de

²⁷ Kay Read especifica a crítica às teorias do desenvolvimento moral na linha de Lawrence Kohlberg (herdeiro de Jean Piaget). Ver *Moral Psychology* (1996), de Daniel K. Lapsley, em que o autor coloca em xeque a teoria de Kohlberg, afirmando que as crianças se desenvolvem como agentes morais desde os primeiros anos.

²⁸ James & Prout (1990) identificam o início do extenso debate sobre o conceito de infância nos anos 1980, com o aumento da cobertura midiática internacional sobre vidas de crianças brutalmente diversas dos conceitos ocidentais idealizados de infância (STEPHENS, 1995).

²⁹ “*Certainly, they are victims, but they also become more than just victims*”.

³⁰ “*tactical agency*”.

controle”: “todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais os subordinados podem influenciar as ações de seus superiores”³¹ (HONWANA, 2005, p. 48). Honwana diz que muitas crianças-soldado conseguem enganar seus superiores com uma falsa identidade, com planos de fuga, fingindo ser estúpidos ou estar doentes para evitar serem enviados em missões perigosas ou ainda não seguindo certas regras. Algumas são plenamente conscientes das atrocidades que cometem e por vezes vão além das tarefas que lhes foram atribuídas, atuando por vingança, ambição, ciúmes, ou ainda com a expectativa de serem notados e recompensados por seus superiores.

Dentre os apontamentos desses pesquisadores, existe ainda uma grave análise quanto aos propósitos políticos por trás das discussões internacionais sobre a utilização de crianças-soldado, que pouco ou nada têm a ver com o bem-estar das crianças. Hart (2006a) observa que jornalistas, militantes dos direitos humanos e políticos ávidos por impressionar o público não se inibem ao lançar campanhas de chamadas à ação calcadas em forte apelo emotivo diante do agravamento do aliciamento de crianças e adolescentes para guerras. Ao lado das figuras da criança operária, da criança de rua e da criança prostituta, a figura da criança-soldado é mobilizada enquanto símbolo poderoso para representar certas sociedades como moralmente falidas, chegando a influenciar ações político-militares: “A dicotomia que sustenta grande parte das ações em torno das ‘crianças-soldado’ não apenas constrói a ideia do ‘self’ como uma força do bem; ela também oferece um meio para demonizar o inimigo”³² (HART, 2006c, p. 222). Hart considera particularmente grave o trabalho do estrategista da Fundação *New America*, Peter W. Singer, *Children at War*³³, livro publicado em 2005, premiado e adaptado em formato de documentário pelos canais A&E e History Channel no ano seguinte. Singer descreve recrutadores de crianças como “líderes sem escrúpulos”, que violam “tanto as leis internacionais quanto as religiosas”, mas não questiona a contribuição dos países ricos na criação das condições que fazem com que pessoas tão jovens precisem se tornar combatentes. Para Hart, o livro de Singer oferece munição para aqueles que argumentam que certas sociedades são tão perversas com essas crianças que ações militares de

³¹ “All forms of dependence offer some resources whereby those who are subordinated can influence the actions of their superiors”.

³² “The dichotomy that underpins much of the activity around ‘child soldiers’ not only constructs the ‘self’ as a force of good; it also offers a means to demonize the enemy”.

³³ Poderia ser literalmente traduzido como “Crianças em guerra”.

intervenção podem ser justificadas. As invasões do Afeganistão e do Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados, por exemplo, foram em parte justificadas com referências aos abusos infligidos a certas camadas da população, como crianças e mulheres.

Essas fontes são significativas porque suscitam a reflexão crítica sobre as instituições que regem a ordem política internacional, apontando, através da veia antropológica, para tentativas desafiadoras de compreender de modos diversos a criança-soldado e os direitos das crianças. No entanto, a adesão à construção coesa do antagonista “discursos humanitários” também deve ser ponderada, de modo a não desprezar ações de muitas entidades e indivíduos que, a despeito de seus senões, em muitas ocasiões certamente “*save children*”. Os autores manifestam a consciência do impasse. Para Read, a tarefa é encontrar “um meio termo entre o universalismo rígido e o relativismo sem propósito que afirme a diversidade ao mesmo tempo em que aborda o problema da violência contra as crianças”³⁴ (2002, p. 403).

O fenômeno literário

O movimento em direção à representação da figura da criança-soldado abarcou não apenas a mídia e as campanhas humanitárias, mas também os campos artísticos da fotografia, do cinema e da literatura. No âmbito literário, por um lado, pessoas que lutaram em guerras quando eram crianças ou adolescentes escreveram suas experiências; por outro, vários escritores produziram obras de ficção sobre o tema. A criança-soldado se tornou um exímio protagonista e narrador de uma corrente literária que Alexie Tcheuyap (2003) chama de “sanguínea”³⁵, uma literatura do apocalipse, do horror e da abjeção, em que a estetização do sangue, através da escrita de corpos massacrados, é uma constante. Nicolas Martin-Granel (2011) fala de um verdadeiro “fenômeno literário e editorial”, bem como de um “nicho comercial”, notando que o hífen agora comumente usado em “*enfant-soldat*” (criança-soldado) nos textos em francês (e pode-se dizer o mesmo no domínio da língua portuguesa) estabilizou a ortografia e inscreveu essa categoria de crianças, e de soldados, num vocabulário oficialmente recenseado.

³⁴ “*a point somewhere between rigid universalism and aimless relativism, one that affirms diversity while addressing problems such as violence against children*”.

³⁵ “*sanguine*”.

Para melhor compreender as proporções de tal fenômeno editorial e verificar as principais tendências das produções, fiz um levantamento de amplo espectro, utilizando como fontes principais o acervo WorldCat, a maior base mundial de dados³⁶; o catálogo da livraria Soumbala³⁷, especializada em literaturas africanas; Google; referências encontradas em artigos acadêmicos; além de indicações pontuais de professores universitários e de colegas. Apesar de existir uma quantidade sólida de obras de natureza biográfica (autobiografias ou biografias escritas por terceiros), decidi reduzir o foco em direção à produção ficcional. Em números absolutos, alcancei o total de noventa títulos, incluindo romances, livros infanto-juvenis, histórias em quadrinhos, poesia, textos dramáticos e contos. Selecionei apenas os textos cujo tema central é a questão de crianças e adolescentes aliciados para lutas armadas ou guerras civis ambientadas em países africanos. Livros que trazem o problema à tona, mas que não giram em torno dele, como *Meio sol amarelo*³⁸ (2006), de Chimamanda Ngozi Adichie, e *Les aubes écarlates*³⁹ (2009), de Léonora Miano, ou que não são ambientados na África, como *O menino de Burma*⁴⁰ (2007), de Biyi Bandele, não foram computados. O total de noventa produções é um resultado não-exaustivo que cobre um período de quase cinquenta anos, englobando produções balizadas entre os anos 1969 (data de publicação do primeiro texto de que tomei conhecimento, o conto “No prelúdio da vitória”, de Eugénia Neto) e 2018 (último ano da pesquisa do doutorado), em português, francês e inglês. Priorizei a pesquisa por obras nessas três línguas por serem as principais línguas de colonização e de expressão literária da África subsaariana, além de serem as línguas que domino, mas também encontrei fortuitamente algumas produções em alemão, sueco, espanhol e italiano. Decidi não as incluir na contagem final para evitar generalizações equivocadas, já que não efetuei uma varredura mais profunda nessas línguas, mas a sua existência é mais um indicador do amplo interesse pelo tema na Europa. A árdua procura e as raras descobertas de livros que circulam apenas em países africanos, com existência precária nos bancos de dados aos quais tive acesso e presença

³⁶ www.worldcat.org. Em agosto de 2016, o WorldCat contava com o registro dos acervos de 16.964 bibliotecas de 122 países, com mais de 2 bilhões de itens registrados.

³⁷ www.soumbala.com.

³⁸ No original, em inglês, *Half of A Yellow Sun*.

³⁹ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “As auroras escarlates”.

⁴⁰ No original, em inglês, *Burma Boy*.

limitada na rede em geral, leva-me a crer que podem existir outras obras na mesma situação.

Os resultados mostram que as publicações foram poucas e espaçadas entre 1969 e 2000, quando começaram a aumentar significativamente, com uma primeira explosão em 2003. Do total de noventa obras, setenta e sete foram publicadas entre 2003 e 2018. O número de publicações manteve-se em uma flutuação equilibrada entre 2003 e 2016, com dois grandes picos de nove obras ao ano em 2007 e 2014. Em 2017 e 2018, apenas duas obras foram repertoriadas (um livro infanto-juvenil em 2017 e uma história em quadrinho em 2018). Acredito que a atual tendência decrescente de publicações, somada a um certo esgotamento do tema, sugere o declínio definitivo do fenômeno.

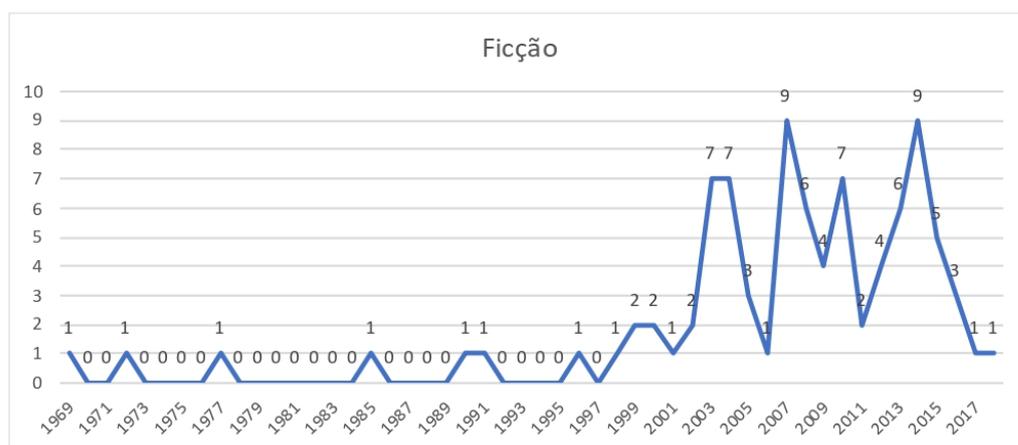


Tabela 1. Publicações de obras de ficção 1969 - 2018

Nos anos 1970, Eugénia Neto, Pepetela e Manuel Rui se dedicaram a criar contornos literários para os meninos que lutaram pela independência ao lado dos guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Essas representações cumpriam uma função local, ligada à formação educacional e político-ideológica das crianças e ao projeto de uma literatura nacional angolana. Ken Saro-Wiwa foi o primeiro autor a colocar em cena um menino-soldado em uma guerra civil, em 1985, em *Sozaboy*, cerca de uma década antes da irrupção dos movimentos internacionais que chamaram a atenção para o problema e que desencadearam a profusão de publicações literárias. De 1985 a 2000, à exceção do livro de poemas

*Le sang des collines, poèmes pour les Grands Lacs*⁴¹ (1998), do senegalês Babacar Sall, o restante das obras é destinado ao público infanto-juvenil: os romances *AK* (1990), do inglês Peter Dickinson; *Charly en guerre*⁴² (1996), do beninês Florent Couao-Zotti; *L'enfant de la guerre*⁴³ (1999), do congolês Sammy Mbenga Mpiala; e *Little Soldier*⁴⁴ (1999), do inglês Bernard Ashley; e ainda o conto “*Les enfants du lac Tana*”⁴⁵ (1991), do congolês Puis Ngandu Nkashama.

No momento da explosão de publicações, nos anos 2000, houve também um deslocamento significativo em relação às origens dos textos. Até 2003, os escritores eram majoritariamente africanos, respondendo por 73% da produção. A partir de 2003, essa porcentagem cai para 29%. Entre os autores ocidentais, encontram-se franceses, americanos, britânicos, canadenses e belgas. Já os escritores africanos são majoritariamente naturais de países das regiões oeste (Senegal, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Nigéria, Camarões, Cabo Verde) e central (Congo-Kinshasa, Congo-Brazaville, Uganda, Ruanda, Sudão do Sul) do continente. Em sua maioria, vivem em países europeus e norte-americanos e publicam junto a editoras ocidentais. Enquanto a produção ocidental foi se prolongando até 2018, a produção de escritores africanos foi intermitente e praticamente desapareceu depois de 2012.

Quanto à língua de escrita, 54% das obras foram escritas em francês, 40% em inglês e apenas 6% em português. Apesar de Angola e Moçambique, sobretudo, terem sofrido longas guerras civis após a independência, que arregimentaram grande número de crianças e de adolescentes (HONWANA, 2006), os escritores lusófonos não aderiram maciçamente ao fenômeno editorial da criança-soldado como os escritores anglófonos e francófonos. Parte disso se deve, como veremos no terceiro capítulo, à existência de um tabu em torno da questão nesses países. Porém, por outro lado, a prevalência do inglês e do francês se relaciona com a afinidade dos países ocidentais dessas línguas com o humanitarismo. Além de estudos destacados como o Relatório Machel e os livros *Children. The Invisible Soldiers*⁴⁶ (1998), de Rachel Brett e Margaret McCallin, *Children at War* (2005), de Peter

⁴¹ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “O sangue das colinas, poemas para os Grandes Lagos”.

⁴² Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Charly na guerra”.

⁴³ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “A criança da guerra”.

⁴⁴ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Pequeno soldado”.

⁴⁵ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “As crianças do Lago Tana”.

⁴⁶ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Crianças. Os soldados invisíveis”.

Singer, ou ainda *They Fight Like Soldiers, They Die Like Children*⁴⁷ (2010), de Roméo Dallaire, terem sido redigidos em inglês, as principais ONGs militantes da causa estão baseadas nos Estados-Unidos (UNICEF, *Humans Right Watch*, *Invisible Children*), na Inglaterra (Anistia Internacional, *Child Soldiers International*, *War Child*) e na Suíça (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, *Terre des Hommes*) e utilizam como principais línguas de comunicação o inglês e o francês.

O *boom* dos anos 2000 se deu, por um lado, em sequência às investigações internacionais e à cobertura midiática sobre a participação de crianças e adolescentes nos conflitos armados em curso no continente africano, naquele momento ou recentemente terminadas. Por outro lado, o fenômeno parece também, como sugeriu Catherine Coquio, dever “alguma coisa à literatura do genocídio nazista”⁴⁸ (2012, p. 112). Os anos 1990 marcaram não somente a maior mobilização internacional a respeito das crianças-soldado, mas também foram os anos em que tomaram corpo os estudos sobre os textos de caráter testemunhal da experiência nos campos de concentração nazistas expressos por uma voz de criança ou através de uma “língua da infância”⁴⁹, sob o efeito da intensificação dos estudos sobre a memória da Shoah (COQUIO, 2012). O relevo humanitário e midiático, somado à importância das discussões sobre a representação do horror, tiveram um papel catalisador na dinâmica do mercado editorial ocidental de língua inglesa e francesa, que identificou aí o “nicho comercial” de que fala Martin-Granel e se encarregou de estimular a publicação das obras. Tanto *Allah n’est pas obligé*, de Ahmadou Kourouma, publicado em 2000 pela prestigiada editora francesa *Éditions du Seuil*, quanto *Johnny chien méchant*, do congolês Emmanuel Dongala, publicado em 2002 pela editora, também francesa, *Le Serpent à Plumes*, considerados como romances inaugurais desse movimento, foram grandes sucessos de crítica. 95% das obras que se seguiram foram publicadas por editoras europeias e norte-americanas. O mercado editorial francês é responsável por quase metade da produção (44%), seguido pelo americano (16%), pelo canadense (13%), pelo britânico (13%) e pelo belga (8%)⁵⁰.

A relação das reivindicações internacionais pelo fim da militarização de crianças e adolescentes e o impulso literário pelo tema da criança-soldado pode ser

⁴⁷ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Eles lutam como soldados, eles morrem como crianças”.

⁴⁸ “*Ce corpus a des fortes singularités, mais il doit quelque chose à la littérature du génocide nazi*”.

⁴⁹ “*langue de l’enfance*”.

⁵⁰ Os outros 4% correspondem a 1 editora portuguesa, 1 alemã e 2 independentes.

verificada na fala de certos autores. Uzodinma Iweala, nascido na Nigéria e criado nos Estados-Unidos, diz que fez o primeiro rascunho de *Feras de lugar nenhum* quando era adolescente, depois de ler um artigo no jornal Washington Post sobre crianças-soldado (IWEALA, 2015). Do mesmo modo, o escritor canadense Allan Stratton (2008) diz que a ideia para *Chanda's Wars*⁵¹ surgiu porque ele havia lido sobre crianças-soldado nos jornais. Já a dramaturga quebequense Suzanne Lebeau deixa a seguinte nota em *Le bruit des os qui craquent*⁵²: “Há três anos, fiquei muito abalada com os olhares e as histórias de crianças-soldado em um documentário”⁵³ (2008, p. 91). Além disso, muitas obras infanto-juvenis foram publicadas com a chancela de ONGs, como *Aïssata et Tatihou*⁵⁴ (2007), de Jocelyne Sauvard e Daniela Cytryn, *Moussa enfant soldat*⁵⁵ (2007), de Françoise Guyon e Roger Orengo, e *Kadogo*⁵⁶ (2017), de Ingrid Chabert e Joël Alessandra, comercializadas pela seção francesa da Anistia Internacional. Existe ainda uma série de livros que enviam os leitores, ao final da narrativa, aos websites de instituições dedicadas à causa, como *Child Soldier. When Boys and Girls Are Used in Wars*⁵⁷ (2015), de Jessica Dee Humphreys e Michel Chikwanine, e *Speechless*⁵⁸ (2007), de Valerie Sherrard.

Um último aspecto relevante desse conjunto de obras é que, embora meninas também sejam utilizadas em guerras, em uma proporção que chega quase à metade do total de crianças-soldado em alguns países (MACHEL, 2001), a literatura privilegiou o menino-soldado. Meninas-soldado podem aparecer como personagens periféricos, como em *Allah n'est pas obligé* e *Johnny chien méchant*, mas são protagonistas de apenas quatro obras. Meninas e jovens mulheres exercem as mesmas tarefas dos meninos, com o agravante do estupro sistemático e da gravidez indesejada. Após a desmobilização, passam por um processo de rejeição e de invisibilização mais grave do que os meninos, por serem consideradas impuras e portadoras de

⁵¹ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “As guerras de Chanda”.

⁵² Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “O barulho dos ossos que quebram”.

⁵³ *Il y a trois ans, j'ai été bouleversée par les regards et les récits d'enfants-soldats dans un documentaire*”.

⁵⁴ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Aïssata e Tatihou”.

⁵⁵ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Moussa criança-soldado”.

⁵⁶ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Menino-soldado”. “Kadogo” é a palavra utilizada na República Democrática no Congo para dizer “menino-soldado”.

⁵⁷ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Criança-soldado. Quando meninos e meninas são usados em guerras”.

⁵⁸ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Calado”.

doenças venéreas, além de muitas vezes carregarem filhos sem pai à tiracolo. A falta de meninas-soldado protagonistas mostra que existe um *ethos* de masculinidade envolvido com a figura da criança-soldado que se exprime através de um personagem necessariamente do sexo masculino. A existência de modelos consagrados de narradores menino, notadamente Mené, de *Sozaboy*, e Birahima, de *Allah n'est pas obligé*, torna mais simples a tarefa da reprodução e da construção da psique de um personagem menino-soldado. Em *Johnny chien méchant*, em que o garoto Johnny e a garota Laokolé coexistem como narradores, o universo do mal é narrado por Johnny, impiedoso menino-soldado, enquanto o universo do bem é narrado por Laokolé, uma inteligente menina fugitiva. As motivações e percepções da menina-soldado Lovelita, cujo poder de matar é igualmente implacável, não são acessíveis para o leitor, pois Lovelita é apresentada apenas sob o ponto de vista de Johnny. O mesmo acontece com as meninas-soldado que cruzam o caminho de Birahima, em *Allah n'est pas obligé*.

O paradigma do herói e o paradigma da vítima

Rosen (2009, 2012), em um dos estudos mais conhecidos sobre o tema, argumenta que o discurso humanitário teve um profundo efeito sobre as convenções literárias contemporâneas, modificando o modo de representação de crianças e adolescentes atuantes em guerras que atravessou a literatura do século XIX e grande parte do século XX.

A transformação é chocante: as heroicas crianças combatentes de antigamente, como Gavroche, de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, ou o menino espião Kim, no romance homônimo de Kipling, foram substituídas por Agu, vítima de uma guerra sem nome na obra de Uzodinma Iweala, *Feras de lugar nenhum*⁵⁹ (ROSEN, 2009, p. 111).

Rosen identifica Gavroche, personagem de *Os Miseráveis* (1862) de Victor Hugo, como a figura literária emblemática da antiga perspectiva heroica, possivelmente inspirado no menino brandindo dois mosquetes ao lado da mulher representando a liberdade, no centro da pintura icônica de Eugene Delacroix sobre a Revolução de Julho de 1830, *A liberdade guiando o povo* (1830). Um momento-chave

⁵⁹ “The transformation is startling: the heroic child fighters of yesteryear, such as Gavroche in Victor Hugo’s *Les Misérables* or the boy spy, Kim, in Kipling’s eponymous novel, have been replaced by Agu, the battered victim of a nameless war in Uzodinma Iweala’s *Beasts of No Nation*”.

do romance de Victor Hugo é a Rebelião de Junho em Paris, em 1832, um violento levante antimonárquico. Durante a batalha, o órfão Gavroche, um menino de rua, juntando-se aos insurgentes, cruza as barricadas em direção à linha de fogo para recuperar balas dos combatentes mortos, mas acaba atingido depois de várias tentativas dos oponentes e morre, cantando, à sua maneira irreverente e desafiadora. Naquele século XIX francês, “a criança armada era frequentemente entendida como símbolo ou personificação da luta de classes”⁶⁰ (ROSEN, 2009, p. 115). Ou seja, Gavroche representa os objetivos grandiosos da insurreição popular contra a monarquia. Sua participação na batalha demonstra o direito e o dever das pessoas, sejam homens, mulheres ou crianças, de resistir à opressão. “Para usar um clichê humanitário moderno”, diz Rosen, não se poderia dizer que a guerra “roubou a infância”⁶¹ de Gavroche (2009, p. 116).

Para Rosen, o extremo oposto de Gavroche seria Agu, o protagonista de *Feras de lugar nenhum*. O livro seria uma antítese do romance de guerra. Em vez de soldados humanos lutando por sua nação ou em insurgências contra a opressão estatal, os personagens são construídos como feras ou demônios sem nenhuma identificação nacional, nem ideológica, sob a liderança do Comandante, um vilão digno de histórias em quadrinhos, na opinião de Rosen. A narrativa se localiza fora de qualquer contexto histórico e intenciona representar metonimicamente todas as guerras da África. Na leitura do pesquisador, o romance apresenta uma “pornografia da violência grotesca e altamente fantasiada”⁶² (ROSEN, 2012, p. 318), em que o menino é uma vítima desamparada da violência gratuita, terminando por ser resgatado por uma ONG ocidental. Essa trama, segundo Rosen, seria o exemplo absoluto da influência do discurso humanitário responsável pela transformação do menino combatente herói em criança-soldado vítima.

É na literatura infanto-juvenil que o pesquisador encontra mais exemplos da antiga perspectiva heroica. Efetivamente, Kimberley Reynolds (2009), Elizabeth Galway (2012) e Daniel Arranda (2017) também demonstram que, em muitas obras, a figura da criança combatente é sinônimo de heroicidade e de amor patriótico. Na

⁶⁰ “the child under arms was often thought to be a symbol or personification of class struggle”.

⁶¹ “In no sense could it be said of Gavroche that war ‘robbed him of his childhood’, to use a modern humanitarian cliché”.

⁶² “grotesque and highly fantasized pornography of violence”.

segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos, muitas obras⁶³ tinham como pano de fundo a guerra civil de 1812 e a Guerra de Secessão (ROSEN, 2012). Na tradição francesa, eram as batalhas da Revolução de 1789 e as campanhas napoleônicas que nutriam o imaginário dos jovens leitores⁶⁴ (ARRANDA, 2017). Durante a Primeira Guerra Mundial, eram comuns as publicações de romances-folhetins em hebdomadários para jovens leitores⁶⁵ (ARRANDA, 2017). Publicado durante a Segunda Guerra Mundial, *Johnny Tremain* (1943), sobre um garoto de quatorze anos que luta na Guerra de Secessão americana, é um dos livros de literatura infanto-juvenil mais vendidos dos Estados Unidos (ROSEN, 2009). Contemporaneamente, uma série de publicações trazem histórias de valentes crianças e adolescentes ambientadas em guerras resolutas, como a guerra civil americana ou as duas guerras mundiais⁶⁶, e ainda em guerras travadas em universos fantásticos⁶⁷.

Entretanto, como afirma Galway, a perspectiva heroica nunca foi única, pois os autores escolhem “modos particulares de representar as crianças de acordo com os objetivos específicos que desejam alcançar”⁶⁸ (2012, p. 301). Seu estudo sobre os livros para garotos publicados durante a Primeira Guerra Mundial aponta para o uso multifacetado da figura do menino combatente simultaneamente como um bravo soldado pronto, mesmo numa tenra idade, para morrer em defesa de seu país, e como uma vítima inocente, cuja destruição ilumina a selvageria do inimigo.

Muitos dos mesmos escritores que celebram as bravas contribuições de jovens soldados franceses e britânicos criticam abertamente os alemães por utilizarem crianças-soldado, apontando para o fato como um sinal de “barbárie”. Nessas instâncias, o conceito de criança-soldado como uma vítima de guerra é claramente evidente, mas considera-se que essa exploração só existe da parte dos alemães. [...] Então, enquanto os garotos britânicos cumprem um “gracioso dever”, os esforços dos garotos alemães são vistos sob uma luz negativa⁶⁹ (GALWAY, 2012, p. 301).

⁶³ Como *The Soldier Boy; or, Tom Somers in the Army* (1864), de Oliver Optic, e *Frank, on a Gun Boat* (1892), de Harry Castlemon.

⁶⁴ Como *Trois Héros* (1894), de Aimé Giron, e *Le moucheron de Bonaparte* (1908), de Jules Chancel.

⁶⁵ Como *En guerre! Les Boy-scouts francs-tireurs*, de Marcel Fabre, e *Le Petit Artilleur*, de Landac.

⁶⁶ Como *B for Buster* (2005), de Iain Lawrence; *My mother's eyes: the story of an Australian boy soldier* (2011), de Mark Wilson; *Final Victory* (2000), de Herbie Brennan.

⁶⁷ Como a série *Harry Potter* (1997-2007), de J.K. Rowling, e a trilogia *Hunger Games* (2008-2010), de Suzanne Collins.

⁶⁸ “authors chose particular ways of presenting children according to the specific objectives they were trying to achieve”.

⁶⁹ “Many of the same writers that celebrate the brave contributions of young French and British soldiers openly criticize the Germans for utilizing child soldiers, pointing to it as a sign of 'barbarity'. In these instances, the concept of the child soldier as an exploited victim of war is clearly evident, yet this exploitation is seen to exist only on the part of the Germans. [...] So, while British youngsters perform a 'gracious duty', the efforts of German children are cast in a negative light”.

A verificação de Galway aponta não para uma transformação radical, mas para a existência paralela de duas tradições. Uma que valoriza a atuação guerreira dos mais jovens, na qual a criança e o adolescente são representados como herdeiros de mundos decaídos, que eles devem salvar e curar, participando de guerras nobres cujo objetivo é fazer com que o bem e a justiça prevaleçam sobre o mal e a opressão. Outra que denuncia a exploração de crianças como armas de guerra, contribuindo para a representação da barbárie de outras nações ou de certos grupos humanos. Embora não seja possível dizer, como sugere Rosen, que a narrativa sobre a criança-soldado africana inaugurou o prisma alinhado ao discurso da vitimização, que reitera a visão conradiana do continente africano como “o coração das trevas”⁷⁰, um lugar de escuridão e selvageria que explora e mata crianças, é muito possível afirmar que esse é o modo de operação de muitas das obras.

Dentre as obras infanto-juvenis repertoriadas, que representam quase a metade do total (41%), algumas encaixam-se na diretiva do heroísmo, como as narrativas angolanas dos anos 1970, o romance *AK* (1990), de Peter Dickinson, e *Comandante Hussi* (2006), de Jorge Araújo e Pedro de Sousa Pereira, mas são exceção. Efetivamente, a maioria das obras deixa para trás a perspectiva heroica dos feitos guerreiros de crianças e adolescentes. A ideia de lutar por motivações elevadas desaparece do cenário das narrativas. Muitas obras não apresentam indicações específicas da localização espaço-temporal dos enredos. Assim, nem os personagens, nem o leitor, conseguem alcançar as razões da guerra. A criança e o adolescente atuando na guerra são percebidos como vítimas das circunstâncias do conflito, explorados por adultos cruéis, e precisando ser salvos por algum agente externo. A maioria dos livros que operam por essa perspectiva são destinados às crianças ocidentais de países ricos, com o objetivo de promover empatia em relação aos problemas de crianças em partes desfavorecidas do globo, além de encorajar a ação humanitária. Alinham-se à corrente do realismo social da literatura infanto-juvenil, que tematiza problemáticas sociais ligadas à infância e à adolescência, como drogas, suicídio, transtornos alimentares, aborto, abuso doméstico, fome, guerra, recrutamento de crianças-soldado, exclusão social de crianças consideradas feiticeiras... (PRUD’HOMME, 2008). Valerie Sherrard, cujo livro *Speechless* conta a

⁷⁰ Referência ao livro de Joseph Conrad, *Coração das trevas* (1902), que narra a viagem de exploradores e comerciantes europeus em direção ao interior do Congo belga.

história de ativismo de um menino canadense para ajudar as crianças-soldado a ser-
viço do grupo rebelde ugandês Exército de Resistência do Senhor⁷¹, diz:

Onde quer que crianças sejam vitimadas, usadas e abusadas, nós enquanto sociedade devemos agir da maneira como for possível, dentro das nossas capacidades, para efetuar uma mudança. No meu caso, senti que o maior impacto que eu poderia causar era informando os jovens (e adultos) sobre essa situação [das atrocidades cometidas pelo LRA] através dessa história⁷² (entrevista por e-mail, 2018).

Especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, uma corrente dos estudos de literatura infanto-juvenil vem refletindo sobre a questão: “como criar uma lite-
ratura da atrocidade destinada às crianças?”⁷³ (BAER, 2000, p. 382). Embora tenha havido um empreendimento significativo para apresentar as experiências de crian-
ças-soldado aos leitores mais jovens, tendo em vista a quantidade de títulos publi-
cados, a maioria das obras infanto-juvenis falha em oferecer uma estratégia sensível para o tratamento do tema, em termos de enredo e de linguagem, mostrando-se pre-
visíveis e unilaterais. Aponto como obra mais bem-sucedida o livro *Le retour de l'enfant soldat*⁷⁴ (2008), do costa-marfinense François d'Assise N'dah, recomen-
dado pelo Ministério da Educação da Costa do Marfim para leitura nas escolas do país. O autor elabora um painel de perspectivas contrastivas de diversas esferas (o núcleo familiar, a autoridade tradicional e a justiça governamental) sobre a reinte-
gração social de um adolescente que havia atuado na guerra civil da Costa do Mar-
fim (de 2002 a 2007), a fim de promover a reflexão sobre a situação das crianças-
soldado desmobilizadas, entendidas tanto como “monstros” quanto como “víti-
mas”⁷⁵, com as quais muitos dos leitores costa-marfinenses precisam lidar em seu cotidiano após anos de guerra civil, auxiliando no processo de reconstrução da co-
esão social.

Apesar de a perspectiva da vitimização relacionada ao discurso humanitário ser flagrante, ela deve ser relativizada. Como aponta Maureen Moynagh, essencial para as narrativas de direitos humanos “é uma divisão clara entre a vítima e o

⁷¹ Mais conhecido pela sigla LRA, derivada do nome em inglês *Lord's Resistance Army*.

⁷² “Wherever children are victimized, used and abused, we as a society must act in whatever manner is at our capacity to effect a change. In my case, the impact I felt most able to achieve was by informing young people (and adults) about this situation through the vehicle of this story”.

⁷³ “How can a literature of atrocity for children be created?”.

⁷⁴ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “O retorno do menino-soldado”.

⁷⁵ As palavras “monstros” (*monstres*) e “vítimas” (*victimes*) são utilizadas na contracapa do livro.

perpetrador”⁷⁶ (2011, p. 42). No contexto de campanhas humanitárias, é esperado que os criadores deixem clara a posição de vítima dos sujeitos a serem protegidos, sem espaço para ambiguidades. No caso de histórias de meninos-soldado, isso não é tão evidente. Eles são figuras essencialmente ambíguas, construídas, simultaneamente, como vítimas e perpetradoras de violência. Segundo Pauline David (informação verbal), chefe da editora da seção francesa da Anistia Internacional, a curadoria dos livros infanto-juvenis sobre crianças-soldado é complexa para a instituição devido, justamente, à faceta de algoz da figura⁷⁷.

Heranças

Tais figuras ambíguas parecem ilustrar o famoso verso do poema “O fardo do homem branco” (1899), de Rudyard Kipling, que descreve os povos colonizados como “metade demônio metade criança”⁷⁸. As dinâmicas acerca da figura da criança-soldado mobilizam uma carga histórica e um aparato teórico particulares, ligadas ao rastro do imaginário ocidental constituído nos primeiros momentos do colonialismo imperialista, que inferiorizou os povos africanos e fundamentou as missões de instalação colonial com o fim do sistema escravagista. Tal imaginário foi constituído substancialmente através do argumento da raça, mas também através de metáforas que feminizavam e infantilizavam o continente negro (COMAROFF; COMAROFF, 1991).

A feminização e a infantilização do Outro negro eram potentes tropos de desvalorização: o africano deveria ser tão periférico aos eixos da razão e da produção quanto as mulheres e as crianças nas sociedades europeias. Dessa forma, os povos africanos eram triplamente subalternizados através da economia significativa da alteridade, que opunha os seres humanos a partir de mecanismos de hierarquização baseados no fenótipo, no gênero e na idade, numa escala cujo topo era ocupado pelo homem branco adulto e civilizado. Os homens negros adultos eram os “meninos” que a missão civilizatória esperava elevar à condição adulta moral. Como apontado por Comaroff & Comaroff (1991), ao final do século XVIII, na Grã-Bretanha, a tensão crescente da corrente abolicionista se misturara ao naturalismo romântico de

⁷⁶ *“is a clear divide between victim and perpetrator”.*

⁷⁷ Em entrevista telefônica concedida em 04/07/2018.

⁷⁸ *“half devil half child”.*

modo a representar a África como um Éden corrompido e como uma mãe que teve seus filhos exilados.

Primeiro, o continente é transformado em uma paisagem encantada [...]. Então vem a violação. A África maternal é despojada pelos braços profanos da Europa, seus filhos arrancados de seu seio pela escravidão⁷⁹ (COMAROFF; COMAROFF, 1991, p. 115).

A ideia de que a criança, encarada como o primitivo do homem, devia aprender a controlar tanto sua corporeidade quanto seu espírito, precisando ser disciplinada física, moral e intelectualmente, havia sido acentuada nas obras de dois importantes influenciadores e pensadores do Iluminismo, *Alguns pensamentos sobre a educação*, de 1693, de John Locke, e *Emílio, ou da Educação*, de 1762, de Jean-Jacques Rousseau. *Emílio*, que rompe com o pensamento religioso cristão prevalente e se aproxima da idealização da Natureza, torna-se uma obra paradigmática quanto ao entendimento da criança como um ser em estado natural, intrinsecamente inocente e puro, afinal, no pensamento de Rousseau, “o homem nasce bom”. A inocência, o estado de natureza, era valorizado, mas não era feito para durar. A criança, que era puro instinto, precisava ser guiada por uma educação baseada na razão que lhe ensinasse a civilidade, para que ela pudesse se tornar um ser social.

No final do século XVIII e durante o século XIX, dois tipos de ideias sobre os povos africanos passaram a circular ao mesmo tempo: o primeiro tipo os associava à degeneração, à natureza violenta e ao selvagem brutal; o segundo tipo alinhava-se à ressignificação da natureza enquanto inocência e pureza, como proposto pelo Iluminismo e pelo Romantismo, em que figurava a noção do “bom selvagem”, o nativo dos novos mundos não corrompido pela civilização. A associação entre a criança e o “bom selvagem” era clara: os nativos, enquanto *locus* da inocência e do instinto natural, estavam na infância da humanidade. Jo-Ann Wallace (1994) chega a afirmar que o conceito da criança do Iluminismo foi a pré-condição necessária para o imperialismo colonial inglês, uma vez que abriu as portas para a lógica paternalista de expansão no século XIX, cujos discursos são subscritos por metáforas de pai-filho. Para Wallace, foi especificamente a ideia da “criança” como um sujeito ainda não completamente evoluído que tornou pensável o aparato colonial dedicado ao “melhoramento” dos povos colonizados. Cecil Rhodes, importante comerciante

⁷⁹ “First, the continent is made into an enchanted landscape [...] Then comes the violation. Maternal Africa is despoiled by Europe’s polluting embrace, her offspring torn from her breast by slavery”.

na África do Sul, afirmava: “o nativo deve ser tratado como uma criança”⁸⁰ (apud NANDY, 1984, p. 360). Na lógica paternalista de “racismo caridoso”⁸¹, como formula Albert Memmi (1973), o colonizado deveria ser grato ao colonizador pela generosidade de ter iluminado as trevas em que ele vivia. Nas obras destinadas à utilização escolar europeia no final do século XIX, diz Achille Mbembe, o africano é representado “não apenas como uma criança, mas como uma criança idiota, a presa de um punhado de reizinhos, potentados cruéis e impetuosos”⁸² (2013, p. 100), para os quais a assistência colonial funcionaria como antídoto à crueldade, à idiotia e à anarquia dos povos africanos. Os discursos através dos quais a África estava sendo imaginada promoveram a escalada de um modelo cada vez mais elaborado da relação de oposição complementar entre a Europa e o continente negro: a Europa estava para a África assim como a civilização estava para a natureza, o salvador para a vítima, o sujeito para o objeto. Essa relação implicava um imperativo histórico: um processo de intervenção por meio do qual o selvagem seria civilizado e o sofredor seria salvo. Dessa forma, “o nativo seria trazido para o mundo europeu, mas como o receptor de uma dádiva que nunca poderia retribuir – exceto reconhecendo, com gratidão, sua própria subordinação”⁸³ (COMAROFF; COMAROFF, 1991, p. 88).

Em 1952, Frantz Fanon discute como essa compreensão dos povos africanos não havia sido deixada para trás, afirmando que a fala dos povos negros era associada não à razão, mas à fala disparatada das crianças. Os povos negros eram vistos como “um grupo de crianças jubilando, lançando ao mundo gritos roucos e inexpressivos, crianças em plena brincadeira”⁸⁴ (FANON, 1952, p. 24) e, portanto, “o Negro é só uma criança”⁸⁵ (FANON, 1952, p. 24). Fanon também aponta que o colonialismo fazia com que os negros se compreendessem como crianças, para os quais o colonizador se impunha como uma mãe que protege o filho “dele mesmo,

⁸⁰ “*The native is to be treated as a child*”.

⁸¹ “*racisme charitable*”.

⁸² “*non seulement comme un enfant, mais comme un enfant idiot, la proie d'une poignée de roitelets, potentats cruels et acharnés*”.

⁸³ “*The native would be brought into the European world, but as the recipient of a gift he could never return – except by acknowledging, gratefully, his own subordination*”.

⁸⁴ “*un groupe d'enfants jubilant, lançant vers le monde des appels inexpressifs, des raucités ; des enfants en plein jeu*”.

⁸⁵ “*Le Noir n'est qu'un enfant*”.

de seu ego, de sua fisiologia, de sua biologia e de seu infortúnio ontológico”⁸⁶ (2002, p. 201).

No *incipit* de *Allah n'est pas obligé*, Kourouma exprime o saldo linguístico desse imaginário:

Sou um neguinho. Não porque sou black e moleque. Não! Mas sou neguinho porque falo mal francês. Isso aí. Mesmo quando a gente é grande, velho, mesmo quando é árabe, chinês, branco, russo ou até americano; se a gente fala mal francês, a gente fala que nem um neguinho, a gente é um neguinho⁸⁷ (KOUROUMA, 2003, p. 9).

O menino é “neguinho” (“*p'tit nègre*”) não por ser uma criança negra (“*black et gosse*”), mas porque fala mal o francês. A falta da competência linguística do francês padrão se torna uma característica ontológica: “a gente fala que nem um neguinho, a gente é um neguinho” (“*on parle p'tit nègre, on est p'tit nègre*”).

Meio século depois de Fanon, a analogia entre os africanos e as crianças continua atual. No discurso polêmico que proferiu em Dakar, em 2007, o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy se endereçou à juventude africana, dizendo: “O problema da África é que ela vive o presente na nostalgia do paraíso perdido da infância”⁸⁸. Mbembe afirma que:

[...] se existe um inconsciente racial da política negra do mundo contemporâneo, é preciso buscá-lo no falso saber e na primitiva psicologia dos povos e das emoções herdada do século XIX. É lá que encontramos uma África prostrada numa infância do mundo da qual os outros povos da terra teriam saído há muito tempo⁸⁹ (MBEMBE, 2013, p. 71).

Além de operar a partir da infantilização do adulto africano, a associação entre a infância e a África encontra na contemporaneidade um lugar mais literal na própria figura da criança africana. Em 1993, Kevin Carter fez a fotografia que lhe rendeu o Pulitzer e também o levou ao suicídio: a imagem, que fez a volta ao mundo, tornando-se icônica, da criança sudanesa praticamente morta de fome prestes a ser devorada por um abutre. Analogamente, a imagem da criança faminta é o

⁸⁶ “*contre lui-même, contre son moi, contre sa physiologie, sa biologie, son malheur ontologique*”.

⁸⁷ A tradução é de Flávia Nascimento. Trecho original: “*Suis p'tit nègre. Pas parce que je suis black et gosse. Non ! Mais suis p'tit nègre parce que je parle mal le français. C'é comme ça. Même si on est grand, même vieux, même arabe, chinois, blanc, russe, même américain ; si on parle mal le français, on dit on parle p'tit nègre, on est p'tit nègre quand même*” (KOUROUMA, 2000, p. 9).

⁸⁸ “*Le problème de l'Afrique, c'est qu'elle vit trop le présent dans la nostalgie du paradis perdu de l'enfance*”.

⁸⁹ “*s'il existe un inconscient racial de la politique nègre du monde contemporain, c'est dans ce faux savoir et cette primitive psychologie des peuples et des émotions héritée du XIXe siècle qu'il faut le chercher. C'est là que l'on retrouve une Afrique prostrée dans une enfance du monde dont les autres peuples de la terre seraient sortis il y a longtemps déjà*”.

ícone que simboliza a África como o continente da fome, “das fomes longínquas”, como diz Rancière (2012, p. 97), assim como a imagem da criança-soldado é o ícone que simboliza a África como o continente da violência e da barbárie, que explora brutalmente suas crianças.

Boa parte da produção literária revisita esse paradigma. Em *La quatrième plaie*⁹⁰ (2008), romance policial de Patrick Bard, o médico Abraham Van Tang, da ONG “Curar sem fronteiras”, é enviado ao Uganda para procurar um colega desaparecido, em uma região aterrorizada por um exército de crianças-soldado. Em *Only the Dead*⁹¹ (2012), de Hamilton Wende, a psicóloga alemã Tania Richter, membro da ONG “Crianças em conflito”, tenta penetrar as mentes de crianças-soldado do grupo armado ugandês “Garras de Deus”. Em *Taken*⁹², do inglês David Massey, um grupo de adolescentes e jovens adultos desmobilizados das forças armadas britânicas, devido a deficiências físicas decorrentes de acidentes em treinamento e serviço, lançam-se em uma volta ao mundo marítima a fim de angariar fundos para crianças em situação de guerra, mas são sequestrados por piratas do LRA na costa leste africana e levados para o interior do continente, na selva congoleza, praticamente o mesmo cenário de *Coração das trevas*, onde vivem as piores desventuras sob o fuzil de crianças-soldado e de líderes rebeldes impiedosos, até serem resgatados pelo exército americano em uma dramática operação. As crianças-soldado também são resgatadas, sem nenhuma baixa, e enviadas para programas de reabilitação.

Espetáculo, trauma, medo

Uma série de obras imaginam a vida após a desmobilização, sob as perspectivas do trauma ou do refúgio em um país ocidental. A HQ *Deogratias*⁹³ (2000), de Jean-Philippe Stassen, conta o destino de um adolescente hutu que enlouquece após ter participado do genocídio de Ruanda, terminando por tomar a forma de um cachorro. Também sobre o genocídio de Ruanda, a HQ *99 days*⁹⁴ (2011), de Matteo Casali e Kristian Donaldson, explora a vivência do trauma de um ex-miliciano hutu adotado por uma família americana, que se tornou detetive de homicídios em Los

⁹⁰ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “A quarta ferida”.

⁹¹ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “Apenas os mortos”.

⁹² Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “Levados”.

⁹³ Não publicado em língua portuguesa. “Deogratias” é o nome do protagonista.

⁹⁴ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “99 dias”.

Angeles. No romance *Souljah*⁹⁵ (2014), de John R. Gordon, ambientado na Inglaterra, o jovem refugiado africano Stanlake, ex-menino-soldado, é forçado a revisitar seu passado ao se envolver romanticamente com um traficante de drogas londrino. Num registro mais poético, o romance *Le silence des esprits*⁹⁶ (2010), de Wilfried N'Sondé, conta a história da relação amorosa entre uma francesa solitária e um jovem africano, ex-menino-soldado do Congo-Brazzaville, ilegal em Paris. Tais histórias caminham em paralelo com um outro fenômeno que vem marcando a realidade e a política europeia nos últimos anos, a chegada maciça de imigrantes africanos.

Mark Selzter identificou a cultura ocidental contemporânea como a cultura da ferida⁹⁷. A violência é um espetáculo para esferas públicas patológicas, atraídas pela exposição de “corpos e mentes feridas”⁹⁸ (SELZTER, 1998, p. 253). Nessa cultura, o cruzamento entre a fantasia da experiência privada e o espaço público se manifesta na centralidade do trauma, especialmente o trauma localizado na infância, que permite uma explicação estritamente íntima para a violência. Estudando o fenômeno de assassinos em série e da fascinação do público por suas histórias, Selzter aponta a canonização da ideia, baseada na premissa básica da psicanálise segundo a qual a experiência infantil forma o adulto, de que a causa do vício homicida se encontra em algum trauma de infância. Essa é uma das lógicas que permitem que o assassino, o vitimizador, seja entendido como vítima, preso em uma cadeia de repetições do trauma: “abusado e vitimizado na infância, abusador e vitimizador na idade adulta”⁹⁹ (SELZTER, 1998, p. 257).

A literatura sobre a figura da criança-soldado mostra o exato momento da violação na infância, o momento em que o trauma se dá. A figura da criança-soldado é construída de modo a coincidir com as expectativas da esfera pública que se reúnem em torno do trauma e trafegam na política do medo (ŽIŽEK, 2012) e da inimizade (MBEMBE, 2016), respondendo não apenas a uma fantasia de violência expiada geograficamente na África, mas também ao medo do Outro desterritorializado, imigrante, refugiado, enfim, invasor. As obras que trazem a questão do ex-

⁹⁵ Não publicado em língua portuguesa. “Souljah” não tem uma tradução exata em português. Trata-se de pessoas de gangues urbanas que lutam contra outras gangues para proteger seus guetos.

⁹⁶ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “O silêncio dos espíritos”.

⁹⁷ “wound culture”.

⁹⁸ “wounded bodies and wounded minds”.

⁹⁹ “abused and victimized as a child, abusive and victimizing as an adult”.

menino-soldado refugiado, normalmente clandestino, em países europeus e norte-americanos, lidando com seu passado de criança traumatizada e algoz sanguinário, exprimem tal medo. Que tipo de ameaça esse jovem adulto carrega consigo para terras ocidentais? Se a criança forma o adulto, que tipo de pessoa é essa que chegou? O protagonista de *99 Days* assim diz: “existe um antigo provérbio ruandês que diz que você pode se distanciar daquilo que te persegue, mas não daquilo que está no seu interior”¹⁰⁰ (CASALI, 2011, p. 172).

Apesar da elaboração humanitária de crianças-soldado como vítimas, seu acolhimento prático é envolto por apreensões e ansiedades. Ishmael Beah, autor da autobiografia *Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado*¹⁰¹ (2007) e embaixador da UNICEF, em um discurso nas Nações Unidas, sublinhou: “Eu estou reabilitado, então não tenham medo de mim. Eu não sou mais um soldado; sou uma criança”¹⁰² (apud MOYNAGH, 2011, p. 48). Em 2008, na celebração ao aniversário de Nelson Mandela em Londres, quando vários artistas se apresentaram em Hyde Park, o célebre músico Peter Gabriel introduziu o jovem Emmanuel Jal, ex-menino-soldado (que também escreveu sua autobiografia: *Filho da guerra*¹⁰³, 2009), para um público excitado e barulhento, nos seguintes termos¹⁰⁴:

Sua infância brutal como um menino-soldado de sete anos ensinou-lhe a ser uma máquina de matar irracional. As pessoas esperavam que o Mandela saísse da prisão depois de vinte e sete anos clamando por vingança, mas ele saiu clamando por perdão, compaixão e colaboração. O próximo artista saiu do horror, de uma guerra brutal, de uma infância brutal, com uma voz clara, clamando contra a violência, o ódio e o materialismo [...]. Acho que vocês têm a oportunidade de ver alguém com o potencial de um jovem Bob Marley¹⁰⁵.

Jal, entrando no palco, apresenta-se:

Eu já fui uma criança faminta, um menino-soldado, e eu vi coisas duras. Um dos momentos mais difíceis da minha vida, foi quando eu estava morrendo de fome e não havia nenhuma comida, eu pensei em comer um dos meus companheiros mortos

¹⁰⁰ “there’s an old Rwandan proverb that says, ‘you can outdistance that which is after you, but not what is running inside you’”.

¹⁰¹ No original, em inglês: *A Long Way Gone: Memoirs of a Boy Soldier*.

¹⁰² “I have been rehabilitated now, so don’t be afraid of me. I am not a soldier anymore; I am a child”.

¹⁰³ No original, em inglês: *War Child*.

¹⁰⁴ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4qaM-nLDu84>

¹⁰⁵ “His brutal childhood as a 7-year-old child soldier taught him to be a mindless killing machine. People expected Mandela to come out of 27 years in jail calling for revenge, but he came out calling for forgiveness, compassion and collaboration. This next artist came out of the horror, a brutal war, a brutal childhood, with a clear voice calling out against violence, hatred and materialism. [...] I think you have the opportunity to see someone with the potential of a young Bob Marley”.

[...]. Vou cantar uma música dedicada a uma agente humanitária britânica, uma mulher valente que foi para a África, resgatou mais de cento e cinquenta crianças-soldado, e uma delas por acaso era eu. Essa música se chama “Emma”¹⁰⁶.

Emma, em homenagem à Emma McCune, com o refrão “o que seria de mim se a Emma não tivesse me resgatado?”¹⁰⁷, reproduz musicalmente imagens do “desastre africano” incansavelmente mastigadas pela mídia:

Você já viu o meu rosto na tevê
 Barriga estufada e faminta
 Moscas nos meus olhos
 Cabeça muito grande para o meu tamanho
 Só mais uma criança faminta
 Correndo pela África, nascido para ser selvagem
 Louvo a Deus, louvo o Todo-Poderoso por
 Ter enviado um anjo para me resgatar¹⁰⁸

Literalmente em um palco, a história de violência e trauma de infância de Jal deve ser exposta em discursos que alimentam a atração pública por situações-limite de horror. Jal fora uma “máquina de matar” e um menino faminto que por muito pouco não sucumbiu à pulsão canibalesca. Mas o público não deve se assustar, alerta Peter Gabriel. Assim como Mandela, Jal não tem sentimentos de vingança, mas sentimentos que orbitam o perdão e a compaixão. Assim como Bob Marley, Jal usa sua música para levar mensagens de paz. Sobretudo, além de ele ter deixado para trás sua infância brutal com uma voz (uma consciência ou um senso moral) que luta pelo bem, ele também é profundamente grato ao Ocidente, personificado na forma de uma mulher-anjo enviada diretamente por Deus, por tê-lo salvo. Como analisado por Jacques Rancière, “se o horror está banalizado, não é porque vemos imagens demais” (2012, p. 94), mas porque as imagens que vemos foram cuidadosamente selecionadas de modo a eliminar “tudo o que possa exceder a simples ilustração redundante de sua significação” (p. 94). O tipo de reprodução, literalmente espetacular, concebido por um aparato midiático e incorporado por Jal, em livro

¹⁰⁶ “I was once a starving child, a child soldier, and I have seen hard stuff. One of the hardest moments in my life, when I was starving to death and no food was available, I was tempted to eat one of my dead comrades. [...] I have a song that I’m gonna sing. It’s dedicated to a British aid worker, a brave woman who went to Africa, rescued over a hundred and fifty child soldiers, and one of them happened to be me. That song is called Emma”.

¹⁰⁷ “What would I be if Emma never rescued me?”.

¹⁰⁸ “You would have seen my face on the telly / fat hungry belly, / flies in my eyes, / Head too big for my size / Just another little starving child / Running around in Africa, born to be wild / Praise God, praise the Almighty for / sending an angel to rescue me”.

autobiográfico, em música e em seu próprio corpo performático em cima do palco, responde a essa seleção cuidadosa de significações.

Brenna Munro diz que, através da figura da criança-soldado, “a África está sendo posicionada [...], para os leitores do norte global, como uma criança explorada que precisa de cuidados maternos e de alguém que a salve dos terríveis braços de seu pai negro”¹⁰⁹ (2016, p. 132). Essa dinâmica é tão corriqueira e identificável que se tornou recorrência nas mãos de escritores de ficção. Dongala cria a personagem da jornalista sueca Katelijne, uma mulher sincera e de boas intenções, mas que sabe o que precisa ser feito para que o mundo enfim preste atenção àquela guerra. Ela insiste que Laokolé deixe sua mãe dar seu depoimento, pelo efeito do choque de sua imagem, uma mulher que tivera as duas pernas decepadas nos conflitos:

Se as pessoas verem a sua mãe falar, o impacto psicológico vai ser enorme. Sabe, os espectadores querem a imagem forte, a emoção forte. Enquanto ela fala, nós vamos fazer uma imagem em grande plano de seu rosto devastado pela guerra, depois vamos fazer um zoom para trás para nos fixarmos um momento em plano americano mostrando-a sentada com as costas retas; enfim, vamos dar um zoom em suas pernas pegando seus cotocos. Vai ser dramático. Os americanos dizem, *when it bleeds, it leads*, quer dizer, quanto mais sangue, mais espetacular, melhor funciona¹¹⁰ (DONGALA, 2002, p. 217).

A outra face

É pertinente observar a influência do imaginário histórico ocidental em relação ao Outro, africano, que perpassa as esferas da produção e da recepção das narrativas sobre a figura da criança-soldado. No entanto, essa abordagem reitera o Ocidente como um antagonista coeso, criando espaço para uma zona de pensamento focada no próprio Ocidente, ou seja, para uma leitura da África como lugar de “mediação graças a qual o Ocidente acessa seu próprio inconsciente e presta contas publicamente de sua subjetividade”¹¹¹ (MBEMBE, 2005, p. 11). Tal

¹⁰⁹ “Africa is being positioned [...] for readers from the Global North as an abused child in need of mothering and in need of saving from the hideous embrace of a black father”.

¹¹⁰ “Si les gens voient votre mère parler, l’impact psychologique sera énorme. Vous savez, les spectateurs cherchent l’image forte, l’émotion forte. Pendant qu’elle parlera, nous passerons un gros plan de son visage ravagé par la douleur puis nous allons faire un zoom arrière pour nous arrêter un instant sur elle en plan américain la montrant assise le torse droit ; enfin nous allons zoomer sur ses jambes pour s’arrêter sur un gros plan de ses deux moignons. Ce serait dramatique. Les Américains disent *when it bleeds, it leads*, en d’autres termes plus il y a du sang, plus c’est spectaculaire, plus ça marche”.

¹¹¹ “L’Afrique est cette médiation grâce à laquelle l’Occident accède à son propre inconsciente et rend publiquement compte de sa subjectivité”.

posicionamento não avança as possibilidades potencialmente abertas pela literatura para um pensamento focado nos impasses da própria África. Apesar de inscritos na lógica do mercado editorial francês, *Allah n'est pas obligé* e *Johnny chien méchant* são exemplos de obras com potencial para promover uma reflexão mais sensível e crítica sobre a atuação de crianças-soldado nas dinâmicas multifacetadas das realidades das guerras civis. *Os sobreviventes da noite*, analisado detalhadamente no terceiro capítulo, também.

Em suas obras filosóficas, Mbembe investe na imaginação de um discurso de autoinscrição africana que procura superar o paradigma colonial da relação entre “pai” e “filho”, colonizador e colonizado, para tencionar o problema da “violência do irmão para com o irmão”¹¹² (MBEMBE, 2005, p. XI), da soberania alcançada através das máquinas de guerra fratricidas que operaram em diversos estados africanos após as independências. Nos primeiros anos da década de 2000, período em que a literatura acerca da figura da criança-soldado começou a aumentar significativamente, foi também quando Mbembe escreveu textos que refletem sobre a guerra, como o livro *De la postcolonie* e os ensaios “Formas africanas de autoinscrição” e “*Necropolitics*”. Naquele momento, muitas guerras que vinham se prolongando por vários anos ainda estavam em curso: no Congo, na Serra Leoa, na Costa do Marfim, em Angola... também o genocídio de Ruanda não estava longe. A guerra civil havia passado a pertencer ao curso comum da vida pública. A guerra, para Mbembe, havia passado a ser uma experiência social que estava moldando subjetividades:

Através da guerra, o sujeito africano transforma sua própria subjetividade e produz algo que não pertence ao domínio de uma identidade perdida que deve a todo custo ser fundada novamente, mas sim algo radicalmente diferente, algo que pode mudar, e cuja teoria e vocabulário ainda estão por ser inventados (*ver Kourouma, 2000*) (MBEMBE, 2001, p. 196, grifo meu).

A obra de Kourouma referida entre parênteses nesse trecho é, precisamente, *Allah n'est pas obligé*. Para Mbembe, o romance é um empreendimento de elaboração dos significados da experiência da guerra para os grupos humanos envolvidos.

Como observado por Florence Paravy (2011), o tempo da *négritude*, quando o pensamento africano acreditava dever reabilitar a identidade africana da

¹¹² “*violence du frère à l'égard du frère*”.

destruição colonial através da ideia de um passado idealizado, foi ultrapassado. Desde o final dos anos 1960, os escritores africanos têm posto a nu as realidades sociopolíticas pós-coloniais que frustraram as esperanças e os sonhos da época das independências. Pense-se em *O sol das independências*¹¹³ (1968), de Kourouma, e *A geração da utopia* (1992), de Pepetela. Para Susanne Gehrmann (2011), pode-se considerar que a figura da criança-soldado substitui a figura do ditador, cuja representação foi proeminente até os anos 1990, em obras como *La vie et demie*¹¹⁴ (1979) e *L'état honteux*¹¹⁵ (1982), de Sony Labou Tansi, *Le pleurer-rire*¹¹⁶ (1982), de Henri Lopes, ou ainda *En attendant le vote des bêtes sauvages*¹¹⁷ (1998), de Kourouma. Essa transição promove o deslocamento da questão da violência do centro para as margens do poder, mostrando os efeitos nefastos da disseminação do poder de matar.

Mbembe incentiva, para o pensamento filosófico, a postura que alguns escritores africanos já haviam assumido sem complacência. Nas palavras de Kourouma: “É preciso saber encarar a si mesmo. Na medida em que as pessoas se matam entre si, eu não podia dizer o contrário”¹¹⁸ (KOUROUMA, 2000b). Mbembe procura pensar na contracorrente das linhas marxista e nativista por meio das quais se tentou construir a identidade africana anteriormente, que, segundo ele, liquidaram as possibilidades de os africanos apropriarem-se de sua própria história como sujeitos autônomos. Enquanto a corrente nativista busca encontrar a autonomia africana em discursos que declaram a sua alteridade, através da reabilitação da raça negra e da afirmação da singularidade cultural africana, o corpo de pensamentos da corrente marxista repousa em rituais retóricos que apontam os preconceitos e rejeitam as representações e discursos ocidentais sobre a África. Esse discurso enverniza uma postura vitimista, segundo a qual a história africana é “essencialmente governada por forças que estão acima do controle dos africanos” (MBEMBE, 2001, p. 181).

Afirma-se que a África não é responsável pelas catástrofes que sobre ela se abatem. Supõe-se que o atual destino do continente não advém de escolhas livres e autônomas, mas do legado de uma história imposta aos africanos, marcada a ferro e fogo

¹¹³ No original, em francês: *Le soleil des indépendances*.

¹¹⁴ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “A vida e meia”.

¹¹⁵ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “O Estado vergonhoso”.

¹¹⁶ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “O chorar-rir”.

¹¹⁷ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser traduzido como “Aguardando o voto das feras selvagens”.

¹¹⁸ “*Il faut savoir se regarder en face. Dans la mesure où les gens s'entre-tuent, je ne pouvais pas dire le contraire*”.

em sua carne através do estupro, da brutalidade e de todo tipo de condicionantes econômicas (MBEMBE, 2001, p. 176).

A vitimização isenta os povos africanos de responsabilidade e reitera o antigo, mas sempre atual, imaginário colonial da infantilização, que implica inocência, passividade e impotência. Seguindo uma sugestão lacaniana, Mbembe propõe que a identificação com esses pensamentos equivaleu, para a psique africana, a uma espécie de estágio do espelho, em que “se identificar com uma imagem é internalizar o princípio de desenvolvimento que ela contrai, é constituir-se no interior da história que ela representa” (SAFATLE, 2017, p. 211). Ao mostrar que esses discursos sobre o *self* “retiram suas categorias principais dos mitos a que afirmam se opor e reproduzem suas dicotomias (a diferença racial entre negro e branco; a confrontação cultural entre povos civilizados e selvagens; a oposição religiosa entre cristãos e pagãos; a convicção de que a raça existe e está na base da moralidade e da nacionalidade) (MBEMBE, 2001, p. 185), Mbembe, em uma seção intitulada “O espelho despedaçado”, defende que a emancipação do sujeito africano depende da superação dessas construções, em um processo que não nega a profunda violência ocidental, mas que passa pela apropriação da sua própria parte de responsabilidade. Seu argumento aponta a falha do próprio pensamento africano que aderiu ao “paradigma da vitimização” (2001, p. 181) sem assumir a tarefa de avaliar as configurações internas que favoreceram a exploração dos povos africanos, como as disputas intestinas que acarretaram o tráfico de escravos e o “trabalho dos auxiliares africanos [do colonialismo] em busca de lucro” (p. 190), que aceitavam colonizar seus próprios conterrâneos em nome da nação metropolitana nos espaços onde havia falta de colonos brancos para ocupar o território.

As próprias partes de responsabilidade, se foram veladas anteriormente, já não podem sê-lo no contexto das guerras civis pós-coloniais, em que, sob o pretexto da liberdade e da soberania, matar se torna um fim em si mesmo para muitos Estados e grupos armados. Quando, ao fim da colonização, surge o questionamento sobre a possibilidade de autogoverno, continua Mbembe, não se trata de refletir sobre a questão geral do ser e da luta pela vida. Desde o início, a preocupação central foi a luta pela tomada de poder político e pela conquista do aparelho estatal. Na lógica da vitimização, que constrói figuras de algozes para o eu-vítima, a emancipação e a autonomia seriam efetuadas a partir da tomada de poder que consistia em eliminar os inimigos. A luta política “visa não a negociação, mas a aniquilação do adversário,

transformado na figura ideal do inimigo”¹¹⁹ (MBEMBE, 2005, p. XVI). Os inimigos são, em larga porção, constituídos a partir da diferença da raça. O *apartheid* sul-africano fez por muito tempo pensar que a diferença racial na África se resumia à polarização negro/branco. No entanto, os imaginários da raça e a simbologia do sangue são variados. Outras clivagens raciais opuseram os africanos entre si e foram instrumentalizadas pela lógica de projetos de dominação, como o caso extremo do genocídio dos tutsis em Ruanda, levado a cabo por hutus entre 7 de abril e 9 de julho de 1994.

Patrice Nganang, ao celebrar a coragem de Mbembe de “pensar a África a partir do lugar mórbido”¹²⁰ (2007, p. 41), diz que o genocídio de Ruanda deveu sua ininteligibilidade à adesão às correntes de pensamento desconstruídas por Mbembe:

Enquanto a primeira corrente se reavivou com os argumentos da “vitimização”, procurando no passado violento dos Grandes Lagos a origem externa de uma exterminação de massa inscrita nas dicotomias coloniais belgas e na longa mão genocida da França, a segunda corrente ainda não conseguiu encontrar palavras para esconder sua vergonha. Acontece que o seu conceito essencial estava no centro das questões que devastaram o país: a identidade [...]. Sem dúvidas, Ruanda é o cemitério da *négritude*, assim como de todos os seus corolários conceituais¹²¹ (NGANANG, 2007, p. 45).

De modo radical e provocador, Nganang diz que o genocídio de Ruanda, configurando-se como o auge de ciclos de violência da região dos Grandes Lagos e o acontecimento mais bem rematado do regime da morte instalado nas guerras civis africanas daqueles anos, significou o momento decisivo depois do qual não se pode mais escrever a história africana a partir do “casulo da cultura da inocência” e da “genealogia da vítima”¹²² (2007, p. 24). Aqueles que, ao contrário, sob as lentes do racismo, pudessem ver em tal violência uma manifestação particular e mais terrível da barbárie também são contrariados pelo mesmo acontecimento: o genocídio de

¹¹⁹ “*viser non pas la négociation, mais l’anéantissement de l’adversaire transformé, pour l’occasion, en figure idéale de l’ennemi*”.

¹²⁰ “*penser l’Afrique à partir du lieu morbide*”.

¹²¹ “*si le premier courant se sera réveillé avec les arguments de la ‘victimisation’, et aura aussitôt creusé dans le passé violent des Grands Lacs pour y trouver l’origine externe d’une extermination de masse inscrite dans les dichotomies coloniales belges et dans la longue main génocidaire de la France, le second courant, lui, n’aura pas encore cessé de trouver des mots pour cacher sa honte. C’est que son concept essentiel se sera retrouvé au cœur même des arguments qui mirent un pays en feu : l’identité [...] Sans aucun doute, le Rwanda est le cimetière de la négritude ainsi que de tous ses corollaires conceptuels*”.

¹²² “*cocon de la culture de l’innocence*”, “*généalogie de la victime seule*”.

1994, para Nganang, é apenas mais uma mostra, numa escala global, “do canibalismo congênito da espécie humana”¹²³ (2007, p. 32).

Para Mbembe, os conflitos armados nos estados pós-coloniais africanos operam a partir do necropoder, um exercício de soberania baseado no poder de matar, cujo objetivo é a aniquilação do inimigo através de estratégias de terror. O projeto de soberania política em um sistema necropolítico é “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos e populações humanas”¹²⁴ (MBEMBE, 2003, p. 14), que se dá em estados de exceção ou de sítio permanentes, em que os direitos constitucionais são suspensos de modo a permitir que o Estado tome quaisquer medidas consideradas necessárias, inclusive matar, para eliminar indivíduos dos grupos compreendidos como ameaças. A implementação do estado de exceção não deve ser entendida, segundo Giorgio Agamben, apenas como curso de ação em situações excepcionais, mas como “*nomos* do espaço político em que vivemos”¹²⁵ (MBEMBE, 2003, p. 14). No tipo de guerras civis ocorridas em várias partes do continente africano, entretanto, o controle da morte não é monopólio dos Estados. O necropoder é exercido por exércitos e grupos armados de diversas naturezas (exércitos estatais, mas também milícias urbanas e exércitos privados) organizadas como máquinas de guerra, que são simultaneamente organizações políticas e companhias mercantis, formadas por segmentos de pessoas armadas que se dividem ou se fundem segundo as missões a cumprir ou as circunstâncias, verdadeiras organizações polimorfas e difusas caracterizadas por sua capacidade de metamorfose. Tais máquinas de guerra emergiram na África no final do século XX, com a erosão da capacidade do estado pós-colonial de construir bases econômicas de sustentação para uma ordem política. A instabilidade monetária tem uma ligação direta com a fragmentação espacial, na medida em que o fluxo de dinheiro em direção a zonas de extração de recursos naturais formou enclaves econômicos, transformados em lugares privilegiados de guerra e de morte. Correlata a essa geografia da extração está a emergência de uma forma de governabilidade que consiste na gestão das multidões, que imobiliza ou, ao contrário, dispersa grupos humanos. As populações são então fragmentadas com a transformação de civis em

¹²³ “*du congénital cannibalisme de l’espèce humaine*”.

¹²⁴ “*the generalized instrumentalization of human existence and the material destruction of human bodies and populations*”.

¹²⁵ “*the nomos of the political space in which we still live*”.

soldados, crianças-soldado ou refugiados que, depois do êxodo, são confinados em campos de refugiados. Assim, o sentimento generalizado de insegurança aprofundou a distinção social entre aqueles que carregam armas e aqueles que não carregam armas. As guerras se dão entre grupos armados cujo alvo principal é a população civil desarmada.

A criança-soldado, figura privilegiada para contar as dinâmicas da necropolítica nas guerras em que atua, dialoga de perto com o pensamento de Mbembe que desafia o paradigma da vitimização e aponta para a necessidade da tomada de responsabilidade. A criança em desgraça seria a figura da vítima por excelência. Os predicados de inocência, vulnerabilidade, incapacidade e passividade constroem a ideia de uma figura sobre a qual as coisas se abatem sem que ela tenha nenhuma possibilidade de agência, resistência ou responsabilidade. Porém, considerar a figura da criança-soldado apenas como uma vítima seria impreciso. À revelia de qualquer intenção de vitimização, seja por parte dos criadores, seja por parte dos leitores, essa figura sempre manifesta algo a mais. Dentro das máquinas de guerra, as crianças-soldado movimentam o necropoder, o poder de espalhar a morte, já que participam ativamente dos massacres. Enquanto a criança, tanto na cultura ocidental como nas culturas africanas, não tem qualquer poder de decisão na esfera pública, ao ser tragada para a guerra, a criança-soldado passa a decidir quem pode viver e quem deve morrer. Se, por um lado, essa figura normalmente não se encontra no topo da hierarquia do regime de morte, estando sob as ordens de um superior, por outro, ela é parte essencial da engrenagem, com o poder de subjugar suas próprias vítimas. O poder de matar torna-se a marca de sua independência. Ela é uma figura maximizadora da ideia da autodestruição e da devastação do futuro. No movimento de procurar liquidar seus inimigos, ela não só comete o fratricídio, como também coloca sua própria vida na linha de fogo.

Na linha de raciocínio de Jacques Rancière, o intolerável no regime de circulação da figura da criança-soldado, nas esferas da demanda, da produção e da crítica, estaria não tanto no horror que ela faz ver, mas no corpo de análises que a interpretam dentro do paradigma da vitimização, o discurso que, segundo Mbembe, minou as possibilidades de emancipação do *self* africano. O uso clássico da imagem intolerável, diz Rancière, “traçava uma linha reta do espetáculo insuportável à consciência da realidade que ela expressava e desta ao desejo de agir para mudá-la” (2012, p. 100). Não são poucas as abordagens que sugerem que as narrativas sobre

crianças-soldado servem para denunciar e incitar ações consequentes por parte da audiência-alvo, numa atualização da lógica colonial e imperialista de engajamento para salvar a África de uma condição miserável e bárbara. No entanto, talvez a sua capacidade política seja aquela de mediar a violência “como um instrumento de análise e de superação, ou, ao menos, de renegociação de experiências traumáticas”¹²⁶ (GEHRMANN, 2011, p. 32). Nesse sentido, cabe resgatar a violência expressa pela criança-soldado na linha do pensamento de Mbembe. Ao atentar não para as circunstâncias que envolveram a criança-soldado na guerra e a vitimaram, mas para as margens de agência e responsabilidade que ela assume ao adquirir o poder sobre a vida, seria possível adotar um discurso que trabalha pela ideia da emancipação. Essa pista permite vislumbrar que um discurso emancipatório e revolucionário não vem mais sendo imaginado a partir de histórias de heroísmo e conquistas em tons épicos, mas a partir do mórbido, do absurdo e do cruel, em formas de linguagem experimentais, encenando a luta entre o impulso vital e a pulsão de morte que tem lugar no interior de cada personagem. Ao contrário do que permite o prisma da vitimização, essa perspectiva viabiliza a percepção de que as melhores narrativas, ao mesmo tempo em que expõem o horror da necropolítica em ação, também imaginam resistências, em enredos que anunciam que o impulso vital, Eros, de alguma forma se afirma sobre a pulsão de morte, e de que uma consciência com potencial para interromper em alguma medida a continuidade da barbárie pode se elevar em meio ao caos.

Por meio desse redirecionamento do olhar, torna-se possível, por exemplo, contornar a rígida análise de Rosen sobre *Feras de lugar nenhum* para iluminar o fato de que, antes de Agu ser abrigado por uma ONG ocidental e acolhido por uma maternal agente humanitária americana, ele e seu grupo haviam decidido dar as costas para a guerra. Depois do motim que leva o tenente Rambo a matar o Comandante, Agu diz, em uma espécie de epifania de sua “servidão voluntária” (LA BOÉ-TIE): “O Comandante está morto. Foi tão fácil matar ele. Não sei por que não fizemos isso antes” (IWEALA, 2006, p. 165). A intervenção humanitária ocidental é efetivamente apresentada de modo idealizado, mas, ainda assim, trata-se de uma intervenção que só é possível depois de uma tomada de decisão dos próprios combatentes, para os quais a situação da guerra não é mais tolerável. A resistência,

¹²⁶ “as a tool for analysis and overcoming, or at least renegotiating, traumatic experiences”.

portanto, não parte de uma figura excepcional, de um herói de características admiráveis, mas dos próprios perpetradores da violência. Durante o tempo em que permanece na guerra, Birahima nunca perde de vista o objetivo inicial de encontrar sua tia. Quando finalmente consegue sair dos conflitos, o menino se lança no desafio de contar suas experiências com uma implacável lucidez, utilizando quatro dicionários para que a história da guerra seja conhecida pelo maior número de pessoas possível. Em *Song for Night*, o menino My Luck levanta o questionamento, num processo consciente de autoanálise: “se nós somos os grandes inocentes nessa guerra, então onde foi que aprendemos todo o mal que praticamos? Quem me ensinou a gostar de matar?”¹²⁷ (ABANI, 2007, p. 134). Essa é uma pergunta retórica que carrega sua própria resposta, a mesma conclusão a qual chegou o menino Simon, no clássico de William Golding, *O senhor das moscas* (1954), de que o mal estava no interior dos próprios meninos.

O universo de *Johnny chien méchant* traz uma proposta diversa, mas ainda assim aponta para a mesma direção. Para Dongala, a ambiguidade não é uma condição garantida para todos e nem perene. Em uma entrevista, ele diz que as crianças-soldado “se acostumam às violências que infligem e, depois de um tempo, encontram uma certa autonomia e sentem prazer em seus atos, o que faz com que passem do status de vítima àquele de algoz”¹²⁸ (DONGALA, 2013, p. 5). A narrativa se constrói em cima da convicção de que, em algum momento, as crianças-soldado deslizam definitivamente de condição. Para o autor, apenas através de Laokolé, cuja voz é mais inteligente e analítica que a de Johnny, é possível “transcender a violência no sentido de evitar que a violência seja ‘poetizada’, de nos transformar em *voyeurs*; ao contrário, ela [Laokolé] nos mostra o lado inumano, essa estupidez humana”¹²⁹ (DONGALA, 2013, p. 4). Johnny e Laokolé são figuras antitéticas. A menina representa a vítima face ao algoz, a inteligência face à estupidez, a construção (seu pai, pedreiro, ensinara-lhe os essenciais) face à destruição, a busca pela vida face à disseminação da morte. Enquanto na maior parte das obras a luta entre

¹²⁷ “If we are the great innocents in this war, then where did we learn all the evil we practice? [...] Who taught me to enjoy killing?”.

¹²⁸ “ils s'accoutument aux violences qu'ils infligent, ils trouvent au bout d'un certain temps une certaine autonomie et se complaisent dans ces exactions, ce qui les fait passer du statut de victime à celui de bourreau”.

¹²⁹ “Le personnage de Laokolé permet ainsi de transcender la violence en ce sens qu'il nous évite de ‘poétiser’ celle-ci, de faire de nous des *voyeurs*; au contraire, elle nous montre le côté inhumain, cette ‘bêtise’ humaine”.

Eros e a pulsão de morte é travada no interior dos próprios personagens, em *Johnny chien méchant* ela é exteriorizada no embate polarizado entre os dois narradores. Pelo modo como a narrativa foi construída, na cena final em que eles se encontram sozinhos, está claro que a sobrevivência de Laokolé depende da morte de Johnny. Contra as expectativas, Laokolé é tomada por um rompante de autopreservação e consegue matar o garoto. O fim de Johnny é um gesto metonímico que freia o mal. A infância, simbolizando esperança e futuridade, é deslocada de Laokolé e Johnny para a menina que Laokolé salva e adota, decidindo chamá-la Kiessé, “alegria”, na língua de seu avô: “Alegria de estar viva. Alegria de ter sobrevivido. Alegria de continuar a viver. O ar fresco também reavivou a menina porque ela começou a chorar. Que bom, porque uma criança que chora é uma criança que está viva”¹³⁰ (DONGALA, 2002, p. 457). Considerando que Johnny encarna a própria morte, um anti-herói guiado por Tântos, como diz Paravy (2011), entende-se que Laokolé se apropria do poder de matar para praticar, literalmente, o projeto de Mbembe em prol de uma política da vida de matar a própria morte, “dar a morte à morte”¹³¹ (MBEMBE, 2005, p. XVI).

Embora as narrativas não se encerrem com a conquista de uma grande mudança, uma efetiva interrupção da barbárie ou o restabelecimento da paz, elas permitem vislumbrar pequenas alterações de consciência e atitudes que apontam para possibilidades de resistência, esperança de regeneração e novos começos, numa postura distante da ideia de passividade transmitida pela noção da criança-soldado como vítima.

¹³⁰ “*Joie d’être vivante. Joie d’avoir survécu. Joie de continuer à vivre. L’air frais a aussi ravivé l’enfant, puisqu’elle s’est mise à pleurer. C’était bien ainsi car un enfant qui pleure est un enfant qui vit*”.

¹³¹ “*donner la mort à la mort*”.

3. Ngangula, Ngunga, esquadrão Kwenha: pioneiros de Angola

O tempo tinha posto assim as crianças nessa precocidade de aceitar a guerra como uma brincadeira séria de salvar a vida.

Manuel Rui

Dentro do repertório estudado nesta tese, as histórias angolanas são singulares porque são as únicas que têm como contexto, tanto em relação à diegese quanto às circunstâncias de produção, uma guerra de libertação, especificamente a guerra travada em Angola por movimentos nacionalistas contra Portugal e pelo controle do país independente, entre 1961 e 1975.

O conto “No prelúdio da vitória” (1969¹³²), de Eugénia Neto, e as novelas *As aventuras de Ngunga* (1972¹³³), de Pepetela, e “Cinco dias depois da independência” (1977), de Manuel Rui, são narrativas politicamente engajadas que representam os integrantes da Organização dos Pioneiros de Angola (OPA), a organização de crianças e adolescentes vinculada ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Como explica Margarida Paredes, durante a luta anticolonial, a OPA “enquadrava as crianças através da militarização, formação política e estudo” (2015, p. 76). Apesar de ter-se reconfigurado ao longo dos anos, a OPA continua ativa.

“No prelúdio da vitória” e *As aventuras de Ngunga* foram escritos e publicados em plena guerra, na qual seus autores se encontravam envolvidos como militantes do MPLA. Os textos foram produzidos prioritariamente para o público infanto-juvenil, tendo como propósitos imediatos a formação moral dos pioneiros e a divulgação da ideologia marxista do MPLA. Já Manuel Rui publicou “Cinco dias depois da independência” em 1977, na coletânea de contos *Sim camarada!*, um dos primeiros livros de ficção angolana publicados após a independência.

Apesar da larga utilização de crianças e adolescentes na guerra intestina que se seguiu à luta de libertação em Angola (HONWANA, 2006), a figura da criança

¹³² Data da primeira publicação, em formato de folheto para distribuição. O conto foi republicado no livro *Nossas mãos constroem a liberdade* (Luanda: INALD, 1979).

¹³³ Data da primeira publicação. A edição que utilizo é *As aventuras de Ngunga*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1977.

combatente desapareceu do registro literário¹³⁴. A infância desamparada, como aponta Tania Macêdo (2007b), torna-se um tema recorrente em grande número de textos escritos depois de 1980, mas estes dão destaque aos personagens infantis que representam as crianças de rua e os órfãos de guerra.

Breve panorama histórico

Junto à União Nacional Para a Independência Total de Angola (Unita) e à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o MPLA foi um dos movimentos políticos que levaram a cabo a luta anticolonial, de 1961 a 1974. A FNLA foi a primeira a ser fundada, em 1954, inicialmente com o nome União das Populações ao Norte de Angola (UPA)¹³⁵. Liderada por Holden Roberto, era formada, em sua maior parte, por operários da etnia bakongo emigrados para o Congo Belga¹³⁶ que “ansiavam conquistar a autonomia do seu próprio território” (HERNANDEZ, 2008, p. 575). O MPLA surge em 1956, resultado da junção de militantes de organizações políticas de esquerda, notadamente do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e do Partido Comunista de Angola. Tendo em sua liderança desde os primeiros momentos as figuras de Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Viriato Cruz, o movimento tinha como base de apoio militantes da elite cultural crioula¹³⁷, operários de Luanda e de outras cidades em expansão, como Benguela e Huambo, e ainda pessoas da etnia mbundu. A Unita se organiza em 1966,

¹³⁴ Angola, no entanto, faz uma aparição especial em *Johnny chien méchant* (2002), de Emmanuel Dongala, sobre a guerra civil no Congo-Brazzaville, nos anos 1990, quando, em apoio à instalação do presidente Denis Sassou Nguesso no poder, Angola invadiu o Congo. No livro de Dongala, Johnny, o menino-soldado, está sob as ordens de um grupo ligado às forças angolanas. Pelo rádio, escuta seu general autorizar o saque da cidade, em comemoração e pagamento pela vitória, utilizando o conhecido mote do MPLA, em português, “a luta continua”: “*Ici c’est moi, général Giap. Nos vaillants combattants de la liberté se sont battus comme des lions et comme des buffles. Ils ont terrorisé l’ennemi, qui a fui la queue basse. Victoire, la lutte continue ! [...] Pour fêter cette victoire du peuple libéré, moi, général Giap, avec l’accord de notre nouveau président, je vous donne l’autorisation de vous servir pendant quarante-huit heures*” (DONGALA, 2002, p. 19).

¹³⁵ Torna-se Frente Nacional de Libertação de Angola em 1962.

¹³⁶ De 1908 a 1960, o território foi chamado de Congo Belga, passando a denominar-se República do Congo até 1964, República Democrática do Congo até 1971, Zaire até 1997, quando voltou a chamar-se República Democrática do Congo.

¹³⁷ Segundo Bittencourt, o termo “crioulo” “faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural, ou seja, o crioulo a que nos referimos tanto pode ser preto, como branco ou mulato. É a presença simultânea de elementos de cultura africana e européia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo. Ou seja, é a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles” (BITTENCOURT, 2000, p. 10).

encabeçada por Jonas Savimbi, após uma cisão no interior da FNLA, sendo apoiada sobretudo por ovimbundos.

Na sequência da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo em Portugal, quando o novo governo declarou a intenção de abdicar de suas colônias, os movimentos angolanos assinaram individualmente acordos de cessar-fogo com os portugueses ao longo do ano de 1974. Em janeiro de 1975, o governo português, o MPLA, a FNLA e a Unita firmaram o Acordo de Alvor, no Algarve, onde ficou decidido o estabelecimento de um Governo de Transição com o alinhamento dos interesses de todas as partes, visando uma passagem branda para a soberania nacional. Composto por representantes dos três grupos, além de um Alto Comissariado português, o governo provisório se manteria até dia 11 de novembro de 1975, data agendada para a independência. As medidas previstas pelo Acordo, entretanto, não foram respeitadas e o Governo de Transição tornou-se “completamente inoperante” (FEIJÓ, 2011, p. 51). Os movimentos nacionalistas lançaram-se em uma violenta corrida pelo poder, que não envolveu apenas seus próprios interesses, mas também os interesses estrangeiros.

Inscrita no “‘subsistema’ da Guerra Fria na África Austral” (BORGES COELHO, 2003, p. 176), Angola foi um dos palcos sangrentos da hostilidade entre países de orientação capitalista, de um lado, e socialista, de outro. Os Estados Unidos apoiavam financeiramente a FNLA e a Unita. Além do suporte americano, a FNLA contava com o Zaire e a Unita tinha ao seu lado a África do Sul. O MPLA, que contava com o apoio soviético, também recebeu de Cuba um contingente significativo de soldados, médicos, técnicos, além de material bélico. Com a aproximação da data da independência, a FNLA e a Unita avançavam para Luanda, onde o MPLA tinha uma forte presença, pressionando-o pelo norte e pelo sul. Para ajudar o MPLA a conter a chegada dessas forças, no dia 5 de novembro, Cuba inicia a Operação Carlota, que enviaria à capital angolana seiscentos e cinquenta homens por via aérea e em fluxo constante durante trinta dias. A presença cubana reforçada bloqueou a entrada das forças da FNLA e da Unita, “garantindo ao MPLA o controle da cidade de Luanda na noite de onze de novembro, quando a bandeira portuguesa no Palácio Nacional daria lugar à rubro-negra, com foice e martelo estilizados pelo MPLA” (FEIJÓ, 2011, p. 55). A FNLA e a Unita proclamaram unilateralmente a independência, mas sem obter reconhecimento internacional. Em 26 de novembro, o governo de Agostinho Neto, presidente de Angola pelo MPLA, foi reconhecido pelas

Nações Unidas. Mesmo após a queda da União Soviética, o fim da Guerra Fria e o reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos, em 1996, a guerra entre os movimentos antagônicos persistiu, estendendo-se, praticamente sem tréguas, até 2002, com a captura e morte do líder da Unita, Jonas Savimbi.

A Organização dos Pioneiros de Angola (OPA)

São chamados “pioneiros” as crianças e os adolescentes filiados às organizações juvenis¹³⁸ de partidos de ideologia comunista ou socialista. De acordo com Dan Meylan (2012), a primeira organização de pioneiros foi criada na Rússia em 1922. Uma das fortes características da Revolução Russa (1917) foi a atenção dedicada à juventude, pois os jovens, ainda não corrompidos pelos valores da burguesia e do czarismo, seriam os garantidores da continuidade da ideologia revolucionária e do Estado socialista. Para os bolcheviques, como para todo o ocidente moderno, as crianças eram como papéis em branco sobre os quais poder-se-ia desenhar ou o futuro ou, neste caso específico, a imagem revolucionária do homem novo. É nesse espírito que são criadas três organizações que visavam educar as próximas gerações segundo os ideais comunistas: a organização Komsomol, a organização dos Jovens Pioneiros e a organização dos Pequenos Outubristas. A primeira, inicialmente inspirada pelo movimento dos escoteiros¹³⁹ (em voga na Rússia desde 1909), era uma organização seletiva, criada em 1918, que preparava os melhores jovens entre quatorze e vinte e oito anos para tornarem-se futuros líderes do partido. A organização dos Jovens Pioneiros, criada em 1922, era uma organização de massa, aberta a todos os jovens entre dez e quatorze anos. A organização dos Pequenos Outubristas foi a última a ser criada, em 1925, para crianças entre sete e nove anos, que começou a servir como porta de entrada para tornar-se um pioneiro. Os valores que se pretendiam passar a essas crianças e adolescentes eram calcados nos ideais de construção de uma nova ordem social. A formação era baseada em cinco princípios fundamentais: a consciência da necessidade da abolição dos

¹³⁸ Organizações juvenis com objetivos doutrinários também existiram nos regimes totalitários de extrema direita, como foi o caso da Juventude Hitlerista e da Mocidade Portuguesa, por exemplo.

¹³⁹ O Escotismo foi fundado em 1907 na Inglaterra. Instalando-se na Rússia em 1909, o movimento se difundiu rapidamente. No auge da Revolução, em 1917, contavam-se em torno de 50.000 membros. Durante a guerra civil que se seguiu, vários chefes escoteiros se tornaram oficiais do exército czarista.

privilégios de classe; a prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses pessoais; a capacidade de auto-organização (as crianças eram livres para organizar suas próprias atividades); o ateísmo e a luta contra as religiões; e a valorização de estar-se constantemente em atividade, para permitir que a criança pudesse se adaptar a responder rapidamente a qualquer situação.

Desde seu princípio, a estrutura do movimento foi orientada pelo universo militar: a organização era dividida em brigadas, tropas e destacamentos. A própria escolha da denominação desses jovens, “pioneiros” (o equivalente é utilizado em russo), sopra uma antiga reminiscência bélica. As crianças eram certamente entendidas como pioneiras, precursoras, do novo tempo e do homem novo (MACÊDO, 2007b), mas vale lembrar que, em sua etimologia, “pioneiro” vem da palavra francesa *pionnier* (derivado de *peon*, ou seja, peão), que entre os séculos XIV e XVI¹⁴⁰ era usada para designar os soldados que combatiam a pé¹⁴¹. Considerados muito inexperientes para fazer parte da cavalaria, esses soldados acompanhavam os cavaleiros a pé nas batalhas. Eram chamados pelos italianos de *infante*, ou seja, criança, o que deu origem à palavra infantaria (HONWANA, 2006). Do mesmo modo, os uniformes e as marchas também eram inspirados nas práticas do exército. Na década de 1930, em que a guerra ameaçava novamente a Europa, foram estabelecidos, para cada brigada de pioneiros, círculos militares em que as crianças aprendiam sobre os armamentos e táticas de guerra. Quando a Segunda Guerra Mundial explodiu, muitos pioneiros, de fato, juntaram-se aos *partisans* soviéticos nos movimentos de resistência à invasão alemã¹⁴² (MEYLAN, 2012).

Em Angola, durante a luta de libertação, no processo de construção do homem novo, seguindo o exemplo da União Soviética, o MPLA fundou a Organização dos Pioneiros Angolanos, aberta a crianças e jovens adolescentes entre seis e quatorze anos, em 1º de dezembro de 1966, ainda na vigência do regime colonial e já no contexto da guerra anticolonial¹⁴³. A OPA era orientada e controlada pela Juventude do MPLA (JMPLA), composta por jovens entre quatorze e trinta e cinco anos. Tatiana Pereira Leite Pinto explica que a JMPLA “era o lugar por excelência de

¹⁴⁰ Hoje, em francês, o soldado da infantaria é chamado de *fantassin*.

¹⁴¹ De acordo com o Trésor de la Langue Française: <<http://atilf.atilf.fr/>>.

¹⁴² O mais conhecido é Volodíia Dubinín, que morreu aos 15 anos, ao pisar numa mina deixada pelos alemães. Sua estátua foi erigida em sua cidade, Querche, em 1964.

¹⁴³ Em 1991, na então República Popular de Angola, a organização passou a denominar-se Organização dos Pioneiros de Agostinho Neto.

formação do homem novo e de inculcação de uma devoção nacional” (2012, p. 94). Além da OPA e da JMPLA, também foram fundadas a Organização da Mulher Angolana (OMA) e a União dos Trabalhadores Angolanos (Unta). Todas essas organizações exerciam atividades que lutavam contra o colonialismo, o racismo, o regionalismo e o tribalismo, em prol da unidade política e cultural angolana.

Os modos específicos de funcionamento da OPA na época da luta pela libertação e o envolvimento dos pioneiros na guerra anticolonial ainda são pouco conhecidos. As pesquisas conduzem a pouquíssima informação. Ainda não foi feito um estudo histórico-antropológico a respeito das experiências das crianças, à exemplo do livro de Margarida Paredes sobre a experiência das mulheres, resultado de sua pesquisa de doutorado, *Combater duas vezes. Mulheres na luta armada em Angola*¹⁴⁴ (2015). Junto à Associação Tchiweka de Documentação, baseada em Luanda, que gerencia a documentação conservada por Lúcio Lara¹⁴⁵, adquiri as cópias digitalizadas de dezoito documentos oficiais do MPLA tratando dos pioneiros¹⁴⁶.

¹⁴⁴ O livro de Margarida Paredes, no entanto, deixa alguns rastros de moças muito jovens que tiveram experiências de guerra como combatentes. Por exemplo: a autora lembra que a primeira referência a uma guerrilheira em literatura angolana é o testemunho da adolescente Marsha, de 14 anos, recrutada na Zona C da Frente Leste pelo MPLA; um dos depoimentos recolhidos é o da ex-combatente Maria de Fátima Miguel Kapache, que foi, ainda bebê, com os pais para as frentes Norte e Leste da guerrilha do MPLA.

¹⁴⁵ Homem forte do MPLA ao lado de Agostinho Neto, foi secretário geral do MPLA durante a guerra de libertação. Na data da morte de Agostinho Neto, sendo vice-presidente, assumiu temporariamente a presidência de Angola como presidente interino.

¹⁴⁶ 1. Apontamentos manuscritos de Lúcio Lara “Pioneiros – Brigadas” – manuscritos, outubro/1964; 2. Ordem de Serviço do MPLA nº 13 sobre morte de Ngangula – dactilografada (2ª via), 03/março/1969; 3. Circular da Presidência do MPLA dirigida às escolas e aos pioneiros do MPLA – policopiada, 25/março/1969; 4. “No prelúdio da Vitória” de Eugénia Neto, sobre os pioneiros – policopiado, em português, 01/dezembro/1969; 5. “Dia do Pioneiro Angolano” – policopiado, 01/dezembro/1971; 6. Projecto para ser discutido no Seminário, no aspecto da instrução militar aos pioneiros, de Tala Ngongo – policopiado, 16/outubro/1972; 7. Relatório para o Seminário sobre a formação militar dos professores e pioneiros, de Balumuka e José Manuel – policopiado, 27/setembro/1972; 8. “Sobre a orgânica dos pioneiros” – policopiado, 02/novembro/1972; 9. Convite do Freie Deutsche Jugend para o acampamento de pioneiros (de 10 a 30 de Julho) – policopiado, em francês, julho/1974; 10. Lista dos pioneiros vindos de Dolisie passar férias em Brazzaville – dactilografado, 01/agosto/1974; 11. Discurso do Presidente Agostinho Neto no Dia dos Pioneiros “Discours du Président... à l’occasion de la ‘Journée du Pionnier’ – 1-12-75” – policopiado, em francês, 24/dezembro/1975; 12. Programa das Comemorações do Dia do Pioneiro (OPA) – policopiado, dezembro/1975; 13. Panfleto do GETACA “1º de Dezembro Dia do Pioneiro angolano...” – policopiado, sem data; 14. “Augusto Ngangula filho querido do povo angolano”. Edição dos Comitês Henda – policopiado, sem data; 15. Panfleto dos portugueses – “Esta criança foi vítima dum ataque dos bandedeiros...” – impresso, sem data; 16. Panfleto dos portugueses – “O Mandinho é filho do comissário político Cadete do grupo Bomboko do MPLA...” – impresso, sem data; 17. Panfleto do LSM Information Center sobre o dia do pioneiro angolano, 1 de Dezembro – impresso, sem data; 18. Capa “Pioneiro guerrilheiro para Cartaz” com 4 versões de um desenho de pioneiro fardado, 3 versões de um guerrilheiro e um desenho de um homem com uma bandeira do MPLA e um martelo – desenhos, sem data.

No website Casa Comum¹⁴⁷, desenvolvido pela Fundação Mário Soares, pude acessar o livro *Formação Militante - 3ª. Classe*, de 1970, elaborado pelo Departamento de Educação e Cultura (D.E.C.) do MPLA, para a formação militante dos pioneiros, com aulas baseadas na dramatização, ou seja, na encenação de pequenas peças teatrais, a fim de evitar que a politização dos pioneiros fosse “baseada no princípio de ‘aprender de cor’, sem qualquer compreensão do que se aprendeu” (s.p.). A partir desses documentos, foi possível identificar alguns dos norteamentos da estruturação da OPA, assim como os modos como era esperado, pelo movimento, que os pioneiros se relacionassem com a guerra. Alguns desses textos oficiais mostraram-se, efetivamente, úteis para uma melhor compreensão dos textos literários, mas apenas na medida em que permitiram a leitura paralela e contrastiva de discursos, ou seja, da produção literária e do discurso político-ideológico oficial do MPLA, em relação à formação das crianças e à sua participação na guerra. Esses discursos não bastam para que seja possível chegar a conclusões sobre as variadas realidades de terreno, nem sobre a efetiva implantação ou extrapolação das medidas previstas nos documentos. Dito isso, compartilho alguns dados, colhidos nos arquivos e aqui relevantes, sobre os norteamentos da OPA diretamente relacionados com a disciplina militar.

Na cartilha de orientação aos professores, “Sobre a orgânica dos pioneiros”¹⁴⁸, estabelecia-se que os objetivos da Organização eram: “dar às crianças uma formação militante, criar hábitos de trabalho e disciplina, enquadrar os pioneiros na produção e desenvolver a sua formação cultural”. Determinava-se, também, que a OPA estava ligada às escolas, de quem recebia a orientação, mas a existência de uma escola não era fator obrigatório. Organizações de pioneiros poderiam ser criadas mesmo sem um vínculo escolar. As estruturas seguiam composições rígidas, orientadas por hierarquias bem definidas e uma disciplina pesada. A unidade de base era a brigada, composta por, no máximo, dez pioneiros. Cada brigada tinha um chefe e um subchefe, que eram eleitos. Conjuntos de três a cinco brigadas formavam uma seção, também com um chefe e um subchefe, nomeados entre os chefes das brigadas respectivas. Conjuntos de três a cinco seções formavam uma coluna, que contavam com um comandante e um subcomandante. Em cada escola, havia um

¹⁴⁷ <http://casacomum.org/cc/>

¹⁴⁸ “Sobre a orgânica dos pioneiros”, apresentado no Seminário de Professores da IIª Região, em data não especificada (ANEXO A).

comandante geral, a quem competia: controlar as diferentes atividades dos pioneiros da escola; apresentar semanalmente um relatório das atividades; velar pela aplicação dos princípios do pioneiro; dirigir as formaturas, convocar as reuniões gerais dos pioneiros, do Conselho Superior de Pioneiros e do Corpo de Delegados dos Pioneiros. O Conselho Superior de Pioneiros era formado pelo Comandante Geral, pelos Chefes de Seção e pelos responsáveis de classe, que planificavam o trabalho dos pioneiros (trabalho produtivo, escalas de serviço, higiene, atividades culturais e recreativas), difundiam os princípios dos pioneiros, participavam no Jornal do Pioneiro e resolviam os problemas disciplinares relativos à vida dos pioneiros. O Corpo de Delegados dos Pioneiros era formado pelo Comandante Geral, pelos Comandantes de Coluna e pelos responsáveis de classe, que representavam os pioneiros na reunião dos professores, defendendo seus interesses, e comunicava aos pioneiros as decisões tomadas superiormente.

Na brochura “Dia do Pioneiro Angolano”¹⁴⁹, de 1971, provavelmente distribuída entre as crianças, lia-se que os pioneiros tinham como lema o mote “TUDO PELO POVO” e eram guiados por dez princípios:

- 1 – O Pioneiro do MPLA é disciplinado e ao mesmo tempo vigilante. Aprende a respeitar os seus superiores e a defender constantemente a Revolução.
- 2 – Critica fraternalmente os erros dos camaradas e aceita a crítica dos seus próprios erros.
- 3 – Não fala pelas costas, não se ofende quando o criticam.
- 4 – Não é orgulhoso. É trabalhador e modesto. Sabe que tudo o que faça não é nada comparado ao sacrifício do seu Povo.
- 5 – Tem a coragem de defender as suas opiniões onde quer que esteja. Não as esconde por medo ou vergonha.
- 6 – Não quer para si aquilo que todos os outros não podem ter.
- 7 – Olha sempre para frente, avançando para o futuro, tentando ser melhor, mais culto, mais corajoso, mais disciplinado.
- 8 – O seu lema é tudo pelo Povo.
- 9 – Sente como suas as vitórias ou as derrotas dos outros povos do mundo. É internacionalista.
- 10 – Só parará de lutar quando nada mais houver a fazer. E é consciente que haverá sempre que fazer.

Um segundo índice assim define seus deveres e obrigações, que incluíam o treinamento militar (item b) e a “participação nos combates contra as forças armadas tugas” (item c):

Os pioneiros do MPLA

¹⁴⁹ . “Dia do Pioneiro Angolano” – policopiado, 01 de dezembro de 1971 (ANEXO B).

- a. São preparados politicamente, aprendendo a História de Angola e a do MPLA, assim como a sua linha política.

Conhecem os princípios da solidariedade e do internacionalismo e sabem porque se combate contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o imperialismo;

- b. São preparados militarmente, aprendendo a manejar armas, a combater com elas, recebendo ainda noções elementares de táticas de combate;
- c. Participam nos combates contra as forças armadas tucas, nas patrulhas, nas guardas e no reabastecimento dos combatentes e das populações;
- d. Estão organizados em brigadas de estudo e de trabalho productivo.

Antes e depois das aulas, as distintas brigadas de Pioneiros ocupam-se da limpeza, da cozinha, das lavras, do controle do comportamento, do cumprimento dos seus deveres, das saídas e entradas, etc;

- e. Aplicam na prática o princípio de contar com as suas próprias forças;
- f. Reúnem-se periodicamente, sob a direcção do Pioneiro-Comandante ou do Pioneiro-Chefe, para discutirem os seus próprios problemas, para se habituarem a dialogar e a tomar decisões.

Somente quando se vem impossibilitados de dar solução ou explicação a este ou a aquele problema é que recorrem à intervenção dos professores;

- g. Escutam diariamente os programas de Radio do MPLA – “Angola Combatente” – que contribuem para a sua formação política;

- h. Cumprem integralmente os “Dez Princípios do Pioneiro do MPLA”

O documento “Projecto para ser discutido no seminário no aspecto da instrução militar aos pioneiros”¹⁵⁰ indica como se dava o treinamento militar. Além das aulas de ginástica aplicada a cada quinze dias (rastejar, placar, cambalhotar, correr em zig-zag, progredir com obstáculos, atravessar rios, marchar), eles tinham as seguintes aulas:

3 – ARMAMENTO E TIRO

A – ARMAMENTO (carabina, simonov, PPX, AK, RPD, FM, 12,7, Bazooka e morteiro) Duas horas (das 10 às 12 horas).

B – EXERCÍCIO DE MIRA COM ARMAS ESTUDADAS (deitado (tiro seco), de joelhos, de pé, sentado). Uma hora por semana (sábado à tarde).

C – TIRO PRÁTICO (FOGO REAL)

Alvos a 50 m. (PPX)
 a 100 m. (PPX, carabina, AK, FM, RPD, Bazooka)
 a 200 m. (Carabina, AK, FM, RPD, Lança-Roquetes)
 a 300 m. (“ “ “ “ “)
 a 400 m. (“ “ “ “ “)

Duas vezes por mês (sábado à tarde) em carreira de tiro.

4 – TÁCTICA

Duas horas por semana (das 14 às 16 horas).

A – TOPOGRAFIA

- a. Cartografia (mapas, escalas, curvas, de nível, coordenadas cartográficas, etc)
- b. Orientação (bússola, mapa, sol, relógio, à noite, etc)

¹⁵⁰ Projecto para ser discutido no Seminário, no aspecto da instrução militar aos pioneiros, de Tala Ngongo – policopiado, 16 de outubro de 1972 (ANEXO C).

- c. Azimuto (*sic*) e ângulos de marcha (azimuto (*sic*) directo e inverso).
- d. Levantamento tipográfico (croquis)
- e. Medidas de distância (podômetro, binóculos, telêmetros)

B – TACTICA

- a. Os cinco princípios da organização do combate
- b. Organização do combate de emboscada
- c. Ataque surpresa
- d. Marcha e acampamento
- e. Raid
- f. Cerco (como escapar)
- g. Defesa anti-aérea
- h. Princípio de organização e cálculo das forças de fogo (fogo concentrado, feixe paralelo, cálculo da linha em artilharia)

5 – SABOTAGEM

Duas horas por semana (das 16 às 18 horas)

A – EXPLOSIVOS (Definição e classificação)

B – MÉTODOS DE EXPLOSÃO

- 1 – método pirotécnico
- 2 - “ eléctrico
- 3 - “ químico
- 4 - “ mecânico (minas anti-pessoal e anti-tanque)

C – EXPLOSÃO DE MATERIAIS (Madeira, aço, betão)

Sabotagem de pontes

D – ARMADILHAS (bomba relógio, etc)

E – Como minar e desminar
(detector de minas)

A leitura cruzada das diversas fontes sugere que a participação dos pioneiros nos combates era efetiva, mas sobretudo em operações de defesa. Na brochura “Dia do Pioneiro Angolano”, lê-se:

Sempre que as circunstâncias o exigem, os Pioneiros do MPLA participam efetivamente em combates contra as forças armadas colonialistas. E por vezes, alguns Pioneiros tombam no campo da honra, porque a libertação da Pátria necessita de sangue, do sangue dos seus melhores filhos (p. 5).

Nessa brochura, uma série de histórias de crianças e adolescentes mortos ou gravemente feridos são contadas de forma a enaltecer o seu heroísmo e seu carácter irrepreensível, incentivando os pioneiros leitores a demonstrarem, eles também, sua força e coragem, sempre que as circunstâncias o exigissem. Pode-se depreender que o encorajamento à atividade guerrilheira, através das histórias exemplares, era um modo de melhor preparar psicologicamente as crianças para situações de grande

risco, tanto em relação à perspectiva de morte quanto em relação ao seu comportamento, de modo a prevenir que comprometessem o restante do grupo. O texto diz ainda:

As históricas páginas que os Pioneiros Angolanos estão a escrever, no decurso da luta armada dirigida pelo MPLA, estão cheias de actos de heroísmo, demonstrativos do espírito de abnegação, da conscientização, da determinação de combater, de vencer ou morrer para que Angola seja livre e independente. [...] Vai-se tornando frequente constatar que este ou aquele pioneiro do MPLA, desta ou daquela frente de combate, se distinguiu em determinada ação. São múltiplos os actos de coragem e de decisão dos Pioneiros do MPLA. Tomem-se ao acaso, e a título de exemplo, alguns deles: [...] (p. 3).

O primeiro exemplo é sobre o pioneiro de codinome Estrela, de quinze anos, para quem “participar em combates conjuntamente com os guerrilheiros do MPLA começou a ser um hábito” (p. 4). Seriamente ferido em combate, Estrela andou dezenas de quilômetros até uma das bases. Lá chegando, sua primeira preocupação foi terminar os exames escolares, nos quais teve resultados excelentes, obtendo uma das melhores classificações. Uma vez restabelecido de seu ferimento, Estrela voltou à frente de combate. Por seu comportamento impecável, sua disciplina, seu trabalho, sua aplicação aos estudos e seu espírito combativo, ele foi eleito Pioneiro Comandante, o que era uma grande honra. A segunda história narra a morte, “o supremo sacrifício” (p. 6), do pioneiro Augusto Matchele, de quatorze anos, e da pioneira Batalha, de oito anos. Matchele, ajudando os guerrilheiros a defender as posições conquistadas na Frente Leste, acabou atingido por uma bala inimiga. No dia seguinte, por necessidade de reabastecimento alimentar, a pioneira Batalha saiu com dois colegas e seu professor, em busca de alimentos. O grupo foi surpreendido pelos portugueses e Batalha, atingida mortalmente por três balas. Nessas histórias, os portugueses, “tugas”, são constantemente denunciados por ataques diretamente dirigidos às crianças. No terceiro exemplo, lê-se que “3 helicópteros ‘Allouette’ desembarcaram tropas colonialistas que invadiram a escola HENDA” (p. 6), mas, graças aos pioneiros Firme e Disciplina, que “lançaram granadas e despejaram os seus carregadores sobre os inimigos” (p. 7), a situação pôde ser invertida e os portugueses sofreram várias baixas. Os atos de coragem e determinação demonstram “que os Pioneiros Angolanos seguem o exemplo do Pioneiro Heroico Augusto NGANGULA. Preferem morrer que viver traindo a sua Organização e a sua Vanguarda, o MPLA” (p. 10).

Augusto Ngangula

Augusto Ngangula foi um pioneiro elevado à condição de mito pelo MPLA. Em 3 de março de 1969, o Comitê Diretor do MPLA lançou a Ordem de Serviço nº 13/69¹⁵¹, louvando o menino Ngangula, de doze anos, por sua coragem e concedendo-lhe postumamente o título de Pioneiro Heroico do MPLA. Diz o documento que no dia 1 de dezembro de 1968 (exatamente dois anos depois da fundação da OPA), Ngangula foi detectado por soldados portugueses enquanto se deslocava para uma das escolas do MPLA. Recusando-se a indicar a localização da escola e da base do movimento, os portugueses o mataram a machadadas. A firmeza do pioneiro, que “resolveu antes aceitar a morte do que indicar aos inimigos as bases do MPLA”, tornou-se o exemplo a “ser seguido por todos os pioneiros, jovens, mulheres, homens e velhos de Angola”. A Ordem de Serviço com a história exemplar de Ngangula foi reproduzida e distribuída em diversas ocasiões, além de ampliada e adaptada para o registro literário por Eugénia Neto, no conto “No prelúdio da vitória”; por autores anônimos em várias brochuras e panfletos de divulgação da OPA; e para o registro dramático pelo Departamento de Educação e Cultura do MPLA, que a transformou em peça teatral a ser interpretada pelos pioneiros, no livro didático *Formação Militante - 3ª. Classe*, de 1970, na seção “Heróis da nossa luta”.

Eugénia Neto, viúva de Agostinho Neto, nasceu em Trás-os-Montes, Portugal, em 1934. Em entrevista concedida à Margaret A. Novicki, ela diz que, no início:

Para mim foi difícil assumir um papel muito ativo na luta porque meu marido era o líder do movimento de libertação, o MPLA, e estávamos lutando contra os portugueses, que são o meu povo, então era um pouco complicado¹⁵² (NETO, 1987, p. 31).

Apesar de dizer não ter sido tão atuante na luta como seu marido, tendo como papéis principais aqueles de mãe e de esposa, Eugénia Neto trabalhou no Departamento de Informação e Propaganda do MPLA em Dar es Salaam, onde contribuiu para o jornal *Angola in Arms* com artigos, poemas e contos; escreveu programas de

¹⁵¹ Ordem de Serviço do MPLA nº 13 sobre morte de Ngangula – dactilografada (2ª via), 03/março/1969 (ANEXO D).

¹⁵² A entrevista está em inglês. Trecho original: “It was difficult for me to have a very active role in the liberation struggle because my husband was the leader of the liberation movement, the MPLA, and we were fighting against the Portuguese, who are my people, so it was a bit complicated”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

rádio; dirigiu o boletim da Organização da Mulher Angolana (OMA), publicado em inglês e francês para a circulação em outros países; participou de sessões de informação sobre o MPLA na universidade local; e organizou diversas atividades destinadas a crianças. Depois da independência, continuou trabalhando no boletim da OMA por algum tempo e foi um dos membros fundadores da União dos Escritores Angolanos. Ela publicou uma série de livros infanto-juvenis. O livro *E na floresta os bichos falaram* ganhou o prêmio de honra da Comissão Cultural da UNESCO na então República Democrática Alemã, em 1977.

“No prelúdio da vitória”, publicado pela primeira vez um ano depois da morte de Ngangula, em 1 de dezembro de 1969, pelo Departamento de Informação e Propaganda do MPLA, foi uma de suas grandes contribuições, pois assinalou a proclamação do Dia do Pioneiro Angolano. Dez anos depois, o texto foi integrado à coletânea de contos infanto-juvenis da autora, no livro *As nossas mãos constroem a liberdade* (1979). Tanto na primeira publicação, de 1969, quanto na versão que se encontra na coletânea de contos, de 1979, o texto é acompanhado por ilustrações. Na primeira, são desenhos menores e mais simples, impressos em preto e branco. Na segunda, as ilustrações, de António P. Domingues, são coloridas com tons vibrantes e algumas delas chegam a ocupar uma página inteira.

A ficcionalização das circunstâncias da morte de Ngangula, entretanto, não é exclusiva aos textos de veia literária, estando já presente desde a Ordem de Serviço, como uma potente estratégia de persuasão e doutrinação. Em vez do relato neutro e factual da descoberta do corpo do menino, cujo assassinato ninguém além de seus agressores presenciara, lê-se uma narrativa que reconstitui o desenrolar dos fatos que levaram à sua morte:

No percurso, foi detectado pelos soldados portugueses que queriam obrigá-lo a mostrar não só o lugar da escola mas também uma das bases do MPLA, sob ameaça de morte. O Pioneiro, que contava apenas 12 anos de idade, mas para quem a palavra de ordem do MPLA “VITÓRIA OU MORTE” tinha o seu verdadeiro significado, resolveu antes aceitar a morte do que indicar aos inimigos as bases do MPLA (Ordem de Serviço).

Na brochura, são traçadas, em detalhes, as condições que permitiram que os portugueses detectassem Ngangula:

As tropas colonialistas portuguesas procuravam, por todos os meios, detectar os locais das escolas e das bases do MPLA, pretendendo surpreender, capturar ou matar os pioneiros, os seus professores e os guerrilheiros. [...] tropas helitransportadas

acabavam de desembarcar na área onde funcionava a escola que o Pioneiro AUGUSTO NGANGULA frequentava, o que lhes permitira detectar a marcha do jovem Pioneiro (“Dia do Pioneiro Angolano”, p. 2).

A truculência portuguesa, caracterizada na passagem anterior através de uma progressão da violência (“surpreender, capturar ou matar”), é reforçada pela ordenação do mais fraco ao mais forte (“os pioneiros, os seus professores e os guerrilheiros”). Poder-se-ia compreender a relação simétrica dos três verbos para as três categorias de militantes como uma associação respectiva, o que suavizaria as ações dos portugueses contra as crianças: surpreender os pioneiros, capturar os professores, matar os guerrilheiros. Por outro lado, é impossível desprezar a contiguidade entre “matar” e “os pioneiros”, que se destaca na frase como uma imagem de manutenção sistemática das crianças. No conto de Eugénia Neto, essa imagem é fortemente amenizada:

O tempo das chuvas aproxima-se. As escolas do Centro de Instrução Revolucionária começaram para as crianças – pioneiros da futura sociedade angolana -, interrompidas na época seca [...] Esta é a altura em que o inimigo tenta desalojar os guerrilheiros das posições já conquistadas (NETO, 1979, p. 60).

O texto dramático escolar, apesar de ter-se baseado neste conto, não especifica por quê os portugueses estavam no caminho de Ngangula:

CORO: Ele caminha cautelosamente. Porque na savana é difícil andar sem ser visto. E às vezes o inimigo anda por lá (*Formação militante – 3ª classe*, p. 32).

Assim, o cruzamento dos caminhos dos portugueses e de Ngangula é justificado de modos diversos. Por um lado, como proposital: os portugueses procuravam, “por todos os meios”, encontrar os militantes do MPLA para surpreendê-los, capturá-los, matá-los, ou, de modo eufemístico, apenas tentavam “desalojá-los das posições já conquistadas”. Por outro lado, como acidental: “às vezes”, acontecia de os portugueses andarem pela savana. As palavras “cautelosamente” e “cauteloso” se repetem nas três versões. Em “Dia do Pioneiro Angolano”, lê-se: “No dia 1 de Dezembro de 1968, AUGUSTO NGANGULA, com os seus livros, percorre cautelosamente a dezena de quilômetros a que se encontrava da sua escola” (p. 2). Em “No prelúdio da vitória”: “Ngangula caminhava cauteloso, pois o inimigo dissimulava-se no ondulado da terra e por entre as ervas ressequidas” (NETO, 1979, p. 60). A ideia da cautela enfatiza que o menino não havia sido surpreendido por ser displacente, o que contrariaria de imediato o primeiro princípio dos pioneiros: a

vigilância. Descrições dos semblantes, dos pensamentos e sentimentos do menino também são feitas pelos narradores oniscientes, marcadas por expressões como “no seu rosto, era evidente o contentamento” (“Dia do Pioneiro Angolano”, p. 2) ou ainda “Sim, ele pensava: [...]” (NETO, 1979, p. 60), “os pés doloridos começam a sentir o cansaço” (NETO, 1979, p. 62), “no seu olhar não há medo pela morte” (NETO, 1979, p. 65).

As ações e os ideais do movimento são enaltecidos por meio da revelação dos pensamentos de Ngangula, cheios de admiração e gratidão:

Ele sorria, na sua percepção instintiva, do trabalho maravilhoso da Vanguarda do povo angolano, ao criar uma consciência nacional, levando homens que viveram durante séculos à margem da evolução humana – forçados pelo colonialismo a permanecerem no obscurantismo -, cujos horizontes dificilmente atravessaram as barreiras tribais, explorado este estádio, já ultrapassado pela maior parte dos povos do mundo, no interesse do colonialismo, a caminharem em frente, com o mesmo objetivo e politicamente estruturados.

No espírito do jovem Ngangula, formava-se uma mentalidade nova, impregnada pela ânsia da realização humana, na fusão de culturas e de Humanismo, que o vento sopra nas suas asas brancas, fecundada pela contribuição dos valores universais.

Sim, ele pensava: “Eu serei um guerrilheiro exemplar, que ajudarei meu povo a ser livre e feliz, e honrarei a memória dos meus irmãos caídos para que eu Ngangula, possa aprender a ler, possa conhecer as nascentes dos rios, a composição da água, o fenômeno do verde das savanas, o crescer e o decrescer das marés nos oceanos do mundo. E possa desmascarar a ignorância das lendas dos crocodilos feiticeiros, as lendas dos jacarés, como deuses de fertilidade (NETO, 1979, p. 60-61).

O realce da “percepção instintiva” do menino, através da construção entre vírgulas, pretende afastar a ideia de doutrinação ideológica, naturalizando positivamente os ideais do MPLA. Os benefícios da educação formal são exaltados, de modo a expressar os fundamentos anticolonialistas, antitribalistas e antirreligiosos que guiavam o movimento. A cultura da região é descartada pelo pioneiro, como estando “à margem da evolução humana”, no “obscurantismo”, atrasada em relação à maior parte dos povos do mundo, por culpa do colonialismo, que travou o desenvolvimento local. Ngangula, embrião do homem novo, em cujo espírito se formava uma mentalidade nova, “impregnada pela ânsia da realização humana”, pretende “desmascarar” as crenças locais, difundidas por “ignorância”, para que seu povo possa ser “livre e feliz”. Como explica Paredes, durante a guerrilha as práticas religiosas e a vida espiritual locais passaram a ser consideradas pelo MPLA como práticas obscurantistas “que a ‘revolução’ deveria erradicar. A modernidade e a revolução não contemporizavam com as religiões africanas e negavam o mundo espiritual das

comunidades. As palavras de ordem ‘Abaixo o obscurantismo’ remetiam para esta visão da Luta de Libertação” (2015, p. 103).

No texto de Eugénia Neto, o encontro entre o menino e os soldados portugueses se dá numa atmosfera de choque. Apesar de todos os cuidados de Ngangula, os portugueses o surpreendem, saltando repentinamente do esconderijo e gritando: “Alto! Nem mais um passo!” (NETO, 1979, p. 62). Ngangula é cercado por vários soldados, “armados até aos dentes”, cuja primeira atitude é revistar sua mochila, com seus livros escolares. Enfurecidos, os soldados o interrogam e ameaçam, procurando descobrir o caminho para a escola.

Aonde vais tu, miúdo? Quem te deu estes livros? Foram os terroristas, não é? Ah! Tu ias na escola, então sabes bem o caminho e vai guiar-nos até lá! Muito bem! Como se chamam os cabecilhas? O que fazem vocês lá no meio dos bandidos? Ias na escola aprender as tais aulas políticas, onde vos ensinam o terrorismo, que Angola é dos Angolanos, e que os portugueses têm de se ir embora, etc etc... Eles vão já ver! Vamos, responde, ou verás como é! [...] Responde, ou cortamos-te aos bocados! (NETO, 1979, p. 65).

Ngangula permanece calado, fiel aos camaradas do movimento, com quem aprendera a “permanecer firme nos momentos do perigo, e sê-lo até ao fim”: “mesmo que o cortem aos bocados, não trairá, não denunciará a Base, os Camaradas!” (NETO, 1979, p. 65).

Esta atitude de firmeza exaspera os homens drogados do exército colonialista. As bofetadas e pontapés chovem de todos os lados! O rosto do menino, feito homem precocemente, começa a deformar-se! O sangue sai em jorros pela boca, pelos ouvidos, pelos olhos! O seu olhar se perde na limpidez da aurora.

Então os soldados, enfurecidos por tanta firmeza e dignidade, pegam num machado e golpeiam, rindo-se como loucos do estremecer do corpo nas convulsões da agonia! E só param quando um grito imenso de despedida, ressoando pelas colinas banhadas de luz, imobiliza para sempre o seu corpo de Herói!

Os algozes entreolham-se, e cospem enojados de si mesmos! E afastam-se, sem dizer palavra, deixando o corpo no local do crime. Eles vão à caça de algum acontecimento que lhes dê azo para explodir a raiva onde os mergulha esta guerra monstruosa.

E procuram na bebida afastar o grito da consciência que se revolta contra a ignomínia. Muitos deles, por cobardia, deixam-se arrastar nesse mar de desonra (NETO, 1979, p. 66).

Através da alteração causada pela droga e pela bebida, instrumentos de evasão da “guerra monstruosa”, a autora justifica a ferocidade sádica dos soldados portugueses que massacraram o corpo de Ngangula. A firmeza do menino é colocada diretamente em oposição à embriaguez dos soldados portugueses, que encarnam a insanidade do colonialismo. Diferentemente dos outros relatos de heroísmo de

pioneiros presentes na brochura “Dia do Pioneiro Angolano”, em que as crianças são atingidas à distância por balas, na história de Ngangula, o menino é trucidado à força mecânica das mãos, o que retoma a violência primordial da guerra enquanto corpo-a-corpo e destruição do outro. O horror das imagens explícitas do corpo em convulsões de agonia e do sangue jorrando pela boca, pelos ouvidos e pelos olhos, é acentuado sonoramente pela explosão do ponto de exclamação e pelo riso louco dos portugueses. No intuito de elaboração de um mito, a autora aproxima a morte de Ngangula da “bela morte” do guerreiro heroico da tradição épica que escolhe “a vida breve e a glória imperecível” (VERNANT, 1977, p. 42). É ao morrer que Ngangula se transforma em herói: “quando um grito imenso de despedida, ressoando pelas colinas banhadas de luz, imobiliza para sempre o seu corpo de Herói”. O tributo do “sangue dos seus melhores filhos” (“Dia do Pioneiro Angolano”, p. 5) de que a luta de libertação necessitava é levado ao limite do intolerável. A criança que devia servir de modelo para todas as outras é, literalmente, cortada aos pedaços, em uma narrativa que celebra uma cena de assassinato infantil. Uma série de prosopeias são utilizadas para descrever o imediato *post mortem* de Ngangula. Seu corpo é velado pelos pássaros, que “entoam cânticos de tristeza”; pelo céu que, triste, banha a terra com uma chuva torrencial; e pelo vento, que “chorou a crueldade dos homens”. A descoberta do corpo de Ngangula pelos guerrilheiros do MPLA utiliza uma outra estratégia de intenção poética, desta vez empregando aliterações para construir uma prosa rimada, ritmada por palavras terminadas em “ado”, significativamente, no participio passado.

No dia seguinte, os guerrilheiros, em missão de reconhecimento, encontraram o corpo *mutilado* do Pioneiro Ngangula, que com tanto ardor tinham *modelado*. Eles ouviram do povo a horrenda história que houvera, contada pelos *soldados embriagados*. E embora vendo frequentemente a morte levar-lhes os que mais amam, eles estremeceram ao olhar o corpo da criança, horrivelmente *massacrado*! E, com os olhos *molhados* pela dor, juraram vingar o Menino Homem, o Menino que conscientemente ofereceu a vida (NETO, 1979, p. 66, grifo meu).

A onisciência dos detalhes perversos do episódio é justificada pelos rumores do povo, que os teria ouvido da boca dos algozes portugueses, passando o relato adiante. O advérbio “conscientemente” sublinha uma última vez a coragem, a firmeza e a militância de Ngangula. O título de “Menino Homem”, prenunciado em passagem anterior do conto pela expressão “menino gigante, precoce”, sugere a perda da inocência que Laura Padilha (2007) evidenciou como a principal marca do

pacto ficcional angolano aberto pela guerra. Ngangula, que contava apenas doze anos, fora feito homem antes do tempo pelos perigos da guerra, que o obrigaram a ser vigilante a todo momento, numa infância sem espaço para a despreocupação, e a submeter-se precoce, mas “conscientemente”, à morte. O risco simbólico desta morte, ainda que heroica, seria a ideia da aniquilação infantil que colocaria em perigo o futuro da nação que se pretendia construir. Eugénia Neto tenta contornar esse risco com um último pequeno parágrafo:

Junto a Ngangula, um tufo de capim verde crescia, banhado pelo sangue rubro do herói, Menino Precoce, que ficará para sempre na História da Libertação do seu Povo (NETO, 1979, p. 66).

Assim, o conto termina com uma mensagem de ressurreição e esperança, simbolizada pela cor verde da vida que crescia ao lado do corpo do menino.

Ngangula permaneceu como uma figura heroica para as crianças angolanas ao longo dos anos. No romance *Bom dia Camaradas* (2006), que põe em cena crianças afiliadas à OPA nos anos 1990, Ondjaki sinaliza, no estilo irreverente que dá o tom da obra, a importância de Ngangula para o imaginário das crianças. Em uma conversa com uma tia vinda de Portugal, o menino protagonista se espanta por ela desconhecer o herói dos pioneiros:

- Esse é um caderno meu da segunda classe, de Língua Portuguesa.
- Posso ver?
- Podes.
- Quem é este Ngangula que tu falas aqui?
- O Ngangula, tia, o Ngangula...!
- Mas quem é o Ngangula...? – Ela não sabia mesmo, incrível.
- Ó tia, não me digas que não sabes quem é o Ngangula?!
- Acho que não sei, porquê que não me explicas...
- Olha, nunca pensei que em Portugal não conhecessem o Ngangula... Mas tu vivias cá antigamente, não te lembras do Ngangula? Nunca te contaram a estória dele?
- Acho que não, filho, não que eu me lembre.
- Então, olha, primeiro lê essa redação aí, que é sobre ele... Depois já vais perceber... [...]
- Então este Ngangula é um herói...
- Pois claro que é, foi torturado, lhe deram bué chapadas, bué de bicos, mas ele não disse onde era o acampamento dos guerrilheiros... [...]
- E ele era mesmo novinho, não é? [...] e muito corajoso...
- Lá isso é verdade, se essa estória fosse com alguém da minha turma, à segunda chapada até diziam a matrícula do carro do camarada presidente... (ONDJAKI, 2006, p. 101-102).

Ngunga

Pepetela, nome literário de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nasceu em Benguela em 1941, no seio de uma família de ascendência portuguesa. Começou sua atividade política, orientada para a área da cultura, nos primeiros anos da década de 1960. Inicialmente, envolveu-se na militância anticolonial na Casa dos Estudantes do Império¹⁵³, em Lisboa, colaborando no boletim *Mensagem* e trabalhando em contato com outras associações estudantis. A partir de 1963, no Centro de Estudos Angolanos, a princípio localizado em Argel e, em 1969, transferido para Brazzaville, Pepetela ajudava no estudo de diversas áreas da realidade angolana, como etnografia, história, economia, política etc., dedicava-se à propaganda exterior do MPLA e produzia textos para serem utilizados nas zonas libertadas, como textos sobre a história de Angola e manuais de alfabetização (PEPETELA, 1991). No início dos anos 1970, o autor deixou Brazzaville e juntou-se à luta armada contra os portugueses no território angolano. Depois da independência, em 1975, tornou-se Vice-Ministro da Educação no governo de Agostinho Neto e membro fundador da União dos Escritores Angolanos (UEA). Em 1982, depois de comandar a reforma universitária do país, em meio a fortes dissensões político-ideológicas com o MPLA, deixou o governo para dedicar-se à escrita (MARCON, 2011). Em 1997, recebeu o Prêmio Camões pelo conjunto de sua obra.

As aventuras de Ngunga foi seu primeiro livro, publicado pela primeira vez em forma mimeografada pelos serviços de cultura do MPLA, em 1972, tendo, naquele momento, como público alvo o grupo restrito de estudantes das escolas do movimento de libertação. Quando circulava pelo leste do território para fazer um levantamento das bases, dos homens e das armas disponíveis, Pepetela também acompanhava o ensino nas escolas de base que o MPLA havia estruturado no interior do território, nas zonas libertadas e nas bases guerrilheiras. A escola, como formula Marina Ruivo, “era, ou deveria ser, [...], uma das trincheiras da revolução angolana” (2007, p. 294). Em sua concepção, o MPLA tinha em vista dois propósitos fundamentais: o primeiro, a Independência de Angola; o segundo, a educação do povo, “que se encontrava, em razão do regime colonial, excluído desse processo social” (BRITO NETO, 2005, p. 1). A educação sempre esteve na pauta permanente

¹⁵³ Fundada em 1944 e extinta em 1965, foi uma instituição do governo português que acolhia estudantes das colônias portuguesas que iam estudar em Portugal.

do movimento e era percebida como “processo gerador de consciência” (LIMA, 2013, p. 4). Assim, o projeto pedagógico estava vinculado ao tipo de homem que se gostaria de formar. O objetivo, a longo prazo, era o de formar “cidadãos capazes de conduzir o povo dentro da lógica do socialismo no pós-independência” (LIMA, 2013, p. 4).

Percebendo que eram necessários textos de apoio “para desenvolvimento da linguagem, do português, fundamentalmente, para os jovens que só tinham os textos de leitura e absolutamente mais nada em português” (PEPETELA, 1991, p. 771), Pepetela começou a escrever os primeiros fragmentos que depois iriam compor a narrativa. Segundo o autor, a obra nasce com uma finalidade eminentemente didática, “nasce como um livro que não é livro, nasce como alguns textos para serem utilizados quer por mim, quer nas escolas” (PEPETELA, 1991, p. 771). O primeiro interesse era de ordem gramatical: os textos seriam traduzidos para mbunda¹⁵⁴ e, a partir da tradução, o escritor tentaria identificar regras gramaticais desta língua, que ainda não estava codificada. Graças à versão em mbunda, “os miúdos podiam aprender a ler na sua língua e recorrer a ela sempre que tivessem dificuldades nalguma palavra em português” (PEPETELA, 1991, p. 771). O segundo interesse era que os textos fossem utilizados nas escolas para auxiliar tanto na aprendizagem da língua portuguesa quanto na formação da consciência política e revolucionária dos estudantes.

O autor conta que eram “textos muito simples que pouco a pouco iam se tornando mais complexos”¹⁵⁵. À medida que o personagem de Ngunga se afirmava, percebendo que aqueles textos compunham uma história, o autor começou a se preocupar com os aspectos literários, “embora tentando manter a mesma linha da simplicidade, do didatismo” (PEPETELA, 1991, p. 772). Assim, deu-lhe um fio condutor e decidiu publicá-la como *As aventuras de Ngunga*, que conta a história do pioneiro Ngunga, um menino órfão de treze anos vagando na região leste de Angola, entre as províncias de Cuando e Moxico. Em sua saga de amadurecimento para se tornar um homem capaz de mudar o que havia de errado no mundo, Ngunga envolve-se diretamente na guerra, chegando a matar soldados portugueses. Como

¹⁵⁴ Língua tradicional Angolana falada na região Tchokwe, que abrange partes das províncias do Moxico e Lundas.

¹⁵⁵ Conforme depoimento publicado pela Universidade de Lisboa através do Centro de Investigação para Tecnologias Interativas (CITI), sem data. Disponível em: <http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/pepetela/ngunga.html>. Acesso em: 01/12/2016.

diz Thiago Lauriti (2008), três vertentes entrecruzam-se nessa obra: a ação bélica do autor enquanto combatente do MPLA, seu projeto ideológico de colocar no universo imaginativo das crianças a realidade das guerrilhas para conseguir adesão à causa revolucionária, e seu projeto estético de criação literária.

Em 1976, a obra foi reeditada pela primeira vez pela União dos Escritores Angolanos. Levando em conta que, antes da independência, a literatura infanto-juvenil que circulava em Angola respondia às expectativas europeias, deixando de lado o imaginário dos povos de Angola, e o público leitor era constituído majoritariamente por crianças brancas, filhos de colonos, *As aventuras de Ngunga* é considerado como o livro precursor da moderna literatura infanto-juvenil angolana (MACÊDO, 2007a), sendo o primeiro a chegar às mãos do público no pós-independência, graças à edição de 1976. Ao contrário do conto de Eugénia Neto, o livro não possui ilustrações.

Em *As aventuras de Ngunga*, a atividade guerrilheira de Ngunga é desencorajada pelos adultos. O Comandante Mavinga desanima o menino quanto às suas aspirações de viver com os guerrilheiros e começar a combater:

[Comandante] Vais ser um bom guerrilheiro. Mas agora ainda não. Ele nem devia ficar aqui. Não convém ter muitas crianças nas seções. Quando há um ataque, só fazem confusão.

[...]

[Ngunga] Eu não sou criança – cortou Ngunga. – Se houver um ataque, não vou chorar nem fugir. Se tiver arma, faço fogo. Se não tiver, posso carregar as armas dos camaradas. [...]

[Comandante] És um rapaz esperto e corajoso. Por isso deves estudar. Chegou agora um professor que vai montar uma escola aqui perto. Deves ir para lá, aprender a ler e a escrever. Não queres?

[Ngunga] Prefiro ser guerrilheiro. Se não me querem aqui, então vou para outro sítio.

[Comandante] Ngunga, tu és pequeno demais para ser guerrilheiro. Aqui já te disse que não podes ficar (PEPETELA, 1977, p. 41-44).

Assim como na história de Ngangula, o encontro de Ngunga com os portugueses também se dá de modo violento. Os portugueses atacam deliberadamente a escola, onde estavam apenas Ngunga e o professor União. O ataque começa com “um estrondo enorme, logo seguido de intenso fogo de armas ligeiras” (PEPETELA, 1977, p. 67). Os portugueses buscavam capturar o professor, que lia as cartas através das quais o Comandante Mavinga recebia suas instruções estratégicas. Tendo descoberto a localização da escola por meio da delação de um homem de uma aldeia próxima, os colonialistas abriram fogo pesado, destruindo a casa com

um obus de bazuca e tentando desentocá-los da trincheira. União e Ngunga tentam defender-se disparando de volta, mas União fica ferido e diz para Ngunga fugir. O menino, cheio de raiva, recusa-se.

- Estou ferido. Foge, Ngunga. Eu vou abrir fogo e tu foges.
- Não – e Ngunga disparou com raiva sobre as sombras que se moviam, avançando a rastejar. Um homem ficou deitado, os braços à frente da cabeça.
- Matei um! – gritou Ngunga. – Matei um! (PEPETELA, 1977, p. 69).

Depois de vinte minutos de conflito e praticamente sem munições, União insiste para que Ngunga fuja, mas ele continua firme:

- Ngunga, a gente não pode aguentar. É melhor fugires.
- O pioneiro abanou a cabeça e fez fogo. Era a sua resposta. [...] Uns tugas recomeçaram a avançar, enquanto outros os cobriam com fogo. Ngunga abateu mais um e os restantes esconderam-se (PEPETELA, 1977, p. 70).

Apesar da força e coragem dos dois, União, muito debilitado por seus ferimentos, termina por desmaiar e Ngunga esgota suas munições. Ngunga não tem outra opção a não ser deixar-se levar para o Posto da PIDE¹⁵⁶ com União. A atitude portuguesa quanto à Ngunga é moderada, em relação àquela manifestada nos textos sobre Ngungula. Depois de dois dias numa cela, Ngunga é levado à presença do chefe da PIDE, que lhe diz:

- Não lhe vamos fazer mal, tu não tens culpa. Os vossos professores é que vos ensinam isso. Vais ficar aqui no Posto, por enquanto. E não podes sair. Vais trabalhar como meu criado. À noite, dormes com o cozinheiro (PEPETELA, 1977, p. 78).

Apesar da troca de tiros inicial, que não poupava Ngunga por ser criança, a atitude do agente da PIDE demonstra que ele levava em consideração a condição do jovem pioneiro que, por sua pouca idade, ainda estava em formação, vulnerável aos ensinamentos “terroristas” dos professores. Por isso, embora fazendo-o prisioneiro, o português não considera Ngunga uma ameaça, transformando-o em criado e deixando-o circular livremente pelo posto. Quando União é levado embora de helicóptero e Ngunga grita que contará aos outros que o professor não havia sucumbido à pressão da tortura para delatar os camaradas, o português bate nele “até cansar”, dizendo-lhe: “Como é que vais contar aos outros que ele não falou? Daqui não sais. E, se continuas com essas ideias de terrorista, voltas para a cadeia” (PEPETELA, 1977, p. 83). Ngunga não reage nem chora: “Ngunga não chorou, só os olhos

¹⁵⁶ Polícia política portuguesa.

luziam” (PEPETELA, 1977, p. 84). Ele já havia planejado sua fuga. Ao anoitecer, Ngunga foi à sala do chefe da PIDE, pegou a pistola pendurada na parede, surpreendendo-o, pois o português não o vira entrar. O menino então acerta o português primeiro no peito e depois na cabeça, furtando em seguida duas armas e saindo pela noite. O chefe da PIDE havia errado em subestimar Ngunga por sua pouca idade. A firmeza de caráter de Ngunga é demonstrada na precisão de seus tiros certos.

Ngunga não o matou por lhe ter batido. [...] Matou-o porque era um inimigo, um assassino. Matou-o porque torturava os patriotas.

- O pioneiro do MPLA luta onde estiver! – gritou ele para as árvores.

E correu para a liberdade, para os pássaros, para o mel, para as lagoas azuis, para os homens. Atrás de si ficava o arame farpado, o mundo dos patrões e dos criados (PEPETELA, 1977, p. 85).

É importante, para a narrativa, ressaltar que Ngunga não matou o português por vingança pessoal pelos golpes que havia recebido, mas pela causa maior: porque era um inimigo, assassino e torturador dos compatriotas, perpetuador do mundo colonialista, de patrões e criados.

Ngunga, em sua peregrinação, buscava descobrir se “em toda parte os homens são iguais, só pensando neles” (PEPETELA, 1977, p. 36). De seus encontros com vários adultos cujas atitudes o decepcionavam, Ngunga concluiu que todos os adultos só pensavam em si mesmos, ou seja, em tudo o que faziam, tinham como objetivo algum proveito pessoal. Conversando com o professor União sobre Chivuala, o rapaz de quinze anos com quem morava e que não havia sido honesto em algumas de suas ações, Ngunga diz:

- O Chivuala já é quase um homem. É por isso que começa a ficar mau e invejoso.

- Para ti todos os homens são maus?

- Sim.

- Então eu também sou mau?

- Não – disse Ngunga – O camarada professor é capaz de ser ainda um bocado criança, não sei. Por isso ainda é bom. Mas também é mau. Com o Chivuala, foi mau. Não deveria manda-lo embora. [...] podia ser que ele se modificasse, com uma ameaça forte (PEPETELA, 1977, p. 65-66).

A narrativa idealiza a infância. Ngunga acredita que apenas as crianças são boas. Nesta passagem, a decadência moral do homem parece, num primeiro momento, implacável, à medida que se deixa a infância para trás. No entanto, o trecho também lança um gesto de esperança, ao apontar que é possível que a infância não seja completamente corrompida em todos os adultos. Para que o mundo possa ser mudado, é necessário que cada adulto preserve em seu interior uma parte “ainda um

bocado criança”. Nesse sentido, como realça Lauriti (2012), a infância é entendida antes como dimensão do que como etapa da vida, uma dimensão configurada como um “devir-criança”, marcado pela disposição para desmistificar valores e interromper a continuidade da história colonial a partir da criação de mecanismos de resistência.

Através das observações de Ngunga sobre o comportamento dos adultos, a narrativa aponta que até mesmo aos militantes e apoiadores do movimento faltava firmeza de caráter em muitas ocasiões, mostrando, como diz Marcelo Caetano, que “a construção do novo país não implica apenas uma luta com o colonizador, mas também um combate interno” (2006, p. 45). Como aponta Fábio Frohwein de Salles Moniz, “idealidade e realidade formam um par semântico opositivo e mínimo no texto” (2007, p. 51), pois “o ideal dos valores revolucionários não se verifica integralmente na concretude do movimento” (2007, p. 49). Em contraste ao projeto do bem comum do MPLA, existe o individualismo de pessoas de poder dentro do movimento. O presidente Kafuxi é desrespeitoso para com os outros, mente e sonega alimentação aos guerrilheiros. O comandante Avança toma posse das armas recuperadas por Ngunga no posto da PIDE, impedindo-o de levá-las a Mavinga, a quem elas cabiam. Mesmo Mavinga, comandante que Ngunga admira, mostra-se vaidoso ao aumentar sempre um ponto ao contar suas aventuras, ao passo que ele, Ngunga, era modesto e contava somente a verdade. A desmistificação do “heroísmo perfeito dos homens que fizeram a luta armada” (PEPETELA, 1991, p. 794) já estava presente em *Mayombe*, romance cuja escrita, também durante a luta anticolonial, precedeu *As aventuras de Ngunga*. Na entrevista concedida a Michel Laban, Pepetela esclarece que algumas pessoas envolvidas na luta acharam que:

ainda era cedo para tornar públicas certas contradições, ou, fundamentalmente, que isso desmistificava um bocado o papel do guerrilheiro, do herói-guerrilheiro, que ali os heróis eram pessoas, eram homens, como os outros..., e as pessoas gostariam que a sociedade os considerasse realmente heróis sem mácula – e no livro não apareciam heróis sem mácula! (PEPETELA, 1991, p. 793).

Laban indica que o autor evita ressaltar contrastes do tipo herói e covarde, puro e impuro, ao que ele responde:

Sim, porque eu acho que essa é a realidade... por exemplo, sobretudo em situação de guerra, é fácil de ver isso... há pessoas que fazem actos heroicos, que fazem actos heroicos mesmo, mas não é por uma questão de coragem inata... são pessoas tão corajosas como os outros, ou tão covardes como os outros, mas certas circunstâncias

levam-nos a cometer actos heroicos. Acontece... assim como o covarde não é sempre covarde..., às vezes consegue ter atitudes... de facto, não se pode colocar o preto e o branco tão nítidos: há uma zona de cinzento muito grande em toda a gente... (PEPETELA, 1991, p. 794).

As aventuras de Ngunga, por ser uma obra fundamentalmente didáctica destinada a jovens em formação, é uma narrativa marcada pelo signo da utopia, que é personificada em Ngunga. Assim, o menino se sobressai, nítido, contra a “zona de cinzento”. Ele representa o herói sem mácula e indica o exemplo ideal a ser almejado e perseguido pelos pioneiros e jovens guerrilheiros. Como diz Moniz, o que é ilustrado através dos episódios protagonizados pelo pioneiro é que “não se faz uma revolução com pequenos e esporádicos gestos, mas com sistemática abnegação e engajamento” (2007, p. 54). Para Caetano:

Ngunga constitui uma espécie de superego para os angolanos que lutam pela independência do país. A voz desse menino órfão e solitário cujo nomadismo redesenha o mapa de Angola elabora a consciência social almejada como o bem mais precioso de uma nação que ainda não conquistou a maturidade e que, por isso, além dessa consciência, não possui mais nada verdadeiramente seu (2006, p. 45).

Em *As aventuras de Ngunga*, há o investimento em criar situações de oposição ao *status quo* (CAETANO, 2006). Através de Ngunga, o livro sustenta a resistência ao colonizador ao mesmo tempo em que pretende, em conformidade com os princípios antitribalistas do MPLA, destruir velhas mentalidades e tradições no seio da própria comunidade colonizada, “o Mundo com suas leis estúpidas” (PEPETELA, 1977, p. 119). Em vez das lendas de crocodilos feiticeiros criticadas em “No prelúdio da vitória”, o costume local afrontado é o “alambamento” nas tribos, que consistia na venda de meninas e mulheres, pela família, para o casamento. A condição da mulher era um ponto de grande importância no seio do movimento. A OMA, em particular, estimulava a emancipação da mulher e da igualdade de direitos em relação aos homens, lutando contra as práticas discriminatórias de gênero das sociedades tradicionais, que relegavam às mulheres o papel de instrumento de trabalho e de objeto sexual (PINTO, 2012). Ngunga, ao chegar a um kimbo amigo, que acolhia guerrilheiros do MPLA, conhece Uassamba, uma menina de sua idade. Os dois se apaixonam, mas não podem estar juntos porque a menina já havia se casado com o chefe de sua aldeia, muito mais velho, através do “alambamento”. Ngunga reflete, desejando que a prática fosse extinta:

Por que o mundo era assim? Tudo o que era bonito, bom, era oprimido, esmagado, pelo que era mau e feio. Não, não podia. Por que ele a comprara à família? Como um boi que se compra ou uma *quinda* de fubá? [...] Hei de lutar para acabar com a compra de mulheres – gritou Ngunga, raivoso - Não são bois! (PEPETELA, 1977, p. 118-119).

A orfandade de Ngunga é essencial para a construção desse personagem, que é fundamentalmente singular. Sua solidão no mundo é assinalada logo no primeiro capítulo:

Ngunga é um órfão de treze anos. Os pais foram surpreendidos pelo inimigo, um dia, nas lavras. Os colonialistas abriram fogo. O pai, que era já velho, foi morto imediatamente. A mãe tentou fugir, mas uma bala atravessou-lhe o peito. Só ficou Mus-sango, que foi apanhada e levada para o posto. Passaram quatro anos, depois desse triste dia (PEPETELA, 1977, p. 8).

Aos nove anos, Ngunga perde a família para os portugueses e passa a viver, às vezes, com o guerrilheiro Nossa Luta, outras vezes, viajando pelos kimbos, visitando amigos e conhecidos. Depois dessa breve indicação, não há mais nenhuma alusão à família. Ngunga passa a ser um órfão de guerra, solitário e desligado de qualquer vínculo familiar. À exceção de Nossa Luta, que havia partido para a guerrilha em outra área, ninguém se importava com ele:

Ninguém o esperava no kimbo, ninguém ficaria preocupado se ele se atrasasse, ou mesmo se não aparecesse. Podia dormir na mata, ou partir para o Chikolui, ou o Quembo, ou o Cuanza, ou o Cuito. Ou mesmo para a Zâmbia. Ninguém perguntaria: “Mas onde está o Ngunga?”. Nossa Luta fora para a área de Cangamba, como guerrilheiro. Não voltaria ao kimbo. Quem se lembraria de procurar Ngunga, o órfão, se morresse? Quem deixou, alguma vez, uma mandioca guardada para Ngunga? Quem, ao vê-lo nu, lhe procurou uma casca de árvore? (PEPETELA, 1977, p. 20).

Por um lado, amarrar as circunstâncias da morte de seus pais às condições coloniais em que a população vivia serve para sublinhar a truculência dos portugueses, que atacavam sistematicamente famílias de lavradores, deixando um lastro de crianças abandonadas atrás de si, um fator altamente desestabilizador para qualquer comunidade. Ao derivar a orfandade de Ngunga da violência da guerra anticolonial, o menino representa as várias crianças deixadas desamparadas pelos conflitos armados¹⁵⁷. Por outro lado, esse dado também inscreve Ngunga na tradicional linhagem de heróis órfãos da literatura infanto-juvenil. Giorgia Grilli (2011), ao analisar a orfandade como convenção literária, diz que esta serve para mostrar a criança

¹⁵⁷ Priscila Henriques Lima (2013) ressalta que 9% das crianças da Frente Leste estavam sozinhas em 1972, seja porque seus pais haviam sido assassinados, seja porque elas deles se perdiam durante fugas.

como diferença, como uma criatura somente em parte “nossa”, jamais completamente familiar. A orfandade, como artifício metafórico, aparta a criança dos adultos, realçando a natureza profundamente distante da infância. Assim, Ngunga encarna perfeitamente o ideal do homem novo da sociedade angolana que se pretendia construir. Para Caetano, *As aventuras de Ngunga* propõe uma “pedagogia da esperança”, uma pedagogia utópica que pretende fazer com que Ngunga responda simbolicamente pelo povo angolano ao desafio de alterar a realidade social. O livro elabora “o ânimo que deve fundamentar a trajetória que constrói a liberdade nacional” (CAETANO, 2006, p. 51).

O ciclo de formação de Ngunga se fecha com a sua morte simbólica.

Ngunga só se despediu de Mavinga. Explicou-lhe por que queria ir secretamente. Pediu-lhe para não contar a ninguém aonde ia e não voltar a falar de Ngunga, que tinha morrido nesta noite inesquecível. E não revelou o seu novo nome ao Comandante.

Partiu sozinho para a escola.

Um homem tinha nascido dentro do pequeno Ngunga (PEPETELA, 1977, p. 124).

Como analisa Caetano, o pequeno órfão desaparece “do cenário da luta como presença física reconhecível”, mas ressurge “como símbolo de esperança, dos ideais libertários de seu povo” (2006, p. 48), ele é “a célula-mater da representação utópica angolana” (2006, p. 50). Assim, ao longo da história, Ngunga, o menino que inicia sua trajetória chorando por conta de uma ferida no pé e que não queria ir para a escola, transforma-se num homem que não mais chora e que entende que é apenas através da educação que conseguirá mudar o mundo. Nas palavras de Mavinga: “como aceitarão o que dizes, se fores um ignorante como nós?” (PEPETELA, 1977, p. 119). A narrativa se encerra com a mensagem de que “as mudanças sociais só seriam possíveis passando pela educação, pois ela é a grande arma de combate ao colonialismo” (LIMA, 2013, p. 5), que corresponde ao projeto educacional do MPLA, do qual o próprio livro fazia parte. De certa forma, pode-se interpretar que o cerne do ensinamento da luta pela libertação está concentrado nos dois primeiros capítulos do livro, em que Ngunga precisa enfrentar a dor do ferimento em seu pé e aprender que o corpo pode se regenerar, com o tratamento certo. “Se não te tratares, a ferida vai piorar” (PEPETELA, 1977, p. 7). Ngunga, receoso, diz “Não tenho medo [...] mas não gosto quando o remédio arde” (PEPETELA, 1977, p. 13). O ferimento aberto pela colonização só poderia ser curado através da luta, seja através da guerrilha seja através da escolarização formal, “remédios” que ardem. *As*

aventuras de Ngunga apresenta uma configuração épica, que aponta para uma necessidade de guerra e de morte, justificada pelo objetivo da consolidação da soberania nacional e pela sobrevivência, frente à dominação colonial violenta, articulando, ao mesmo tempo, uma trajetória de aprendizagem e de elevação (GINZBURG, 2011, p. 31).

A função conativa do livro é demonstrada de forma expressiva no epílogo, “Para Terminar”, em que o autor se dirige ao pioneiro leitor, com o vocativo:

Camarada pioneiro:

Esta história de Ngunga foi-me contada por várias pessoas. Tive de cortar algumas coisas que pensei não serem verdade ou com menos interesse. Procurei em todas as escolas, a ver se encontrava o Ngunga. Mas foi em vão (PEPETELA, 1977, p. 125).

Assim como no conto de Eugénia Neto, que se vislumbra como a escrita do relato oral do povo, para que a inspiração provocada no jovem leitor seja mais eficiente, em *As aventuras de Ngunga*, Pepetela também procura dar à sua história raízes de uma história potencialmente real, colando-a a uma transmissão oral e expondo a investigação que fizera procurando encontrar Ngunga e descobrir a verdade: “As histórias são sempre um pouco modificadas pelo povo e a guerra dificulta as buscas” (PEPETELA, 1977, p. 126). Dessa forma, como diz Moniz, “Ngunga extrapola os limites da ficção e adentra o cotidiano do enunciatário, ganhando o texto maior poder de persuasão” (2007, p. 55). Para Lauriti (2008), esta estratégia discursiva de interpelação do leitor se desenvolve em graus. Primeiro, o narrador tenta encontrar outros personagens da história para saber de Ngunga, mas sem sucesso. Uassamba fora levada para o Posto, o Comandante Mavinga morrera e o velho Kafuxi nada revelou. Em seguida, o narrador realiza um salto extra para fora do mundo ficcional e pretende envolver o leitor em sua investigação:

Observa bem, portanto, o camarada que fica ao teu lado na formatura. Sabes de onde veio? Disse-te que veio do Cuito, ou do Lunguebungo, ou do Bié, ou da Luanda, ou do Kuangali. Mas tens a certeza de que veio mesmo de lá? É um pioneiro que fala pouco e trabalha muito? É um pioneiro que nunca se gaba do que já fez e está sempre pronto a fazer mais? É um pioneiro que só quer aquilo que todos os outros têm? É um pioneiro que diz sempre a verdade, à frente de quem quer que seja?

Vê bem, camarada pioneiro. Talvez esse camarada que contigo estuda, contigo come, contigo brinca, seja o Ngunga (PEPETELA, 1977, p. 127).

Por fim, segundo Lauriti, o grau máximo da expansão desse movimento é atingido quando o narrador sugere que Ngunga esteja, na verdade, dentro do próprio

leitor, o que confere “uma força conativa à obra e reflete um processo de organização das consciências” (2008, p. 216).

Vê bem, camarada.

Não serás, afinal, tu? Não será numa parte desconhecida de ti próprio que se esconde modestamente o pequeno Ngunga?

Talvez Ngunga tivesse um poder e esteja agora em todos nós, nós os que recusamos viver no arame farpado [...] Se Ngunga está em todos nós, que esperamos então para o fazer crescer? Como as árvores, como o massango e o milho, ele crescerá dentro de nós se o regarmos (PEPETELA, 1977, p. 128).

Dessa forma, como analisa Caetano, “perde-se o caráter existencial do protagonista do romance e intensifica-se seu caráter ontológico”, isto é, Ngunga é “a representação simbólica do nível de consciência que se deve alcançar” (2006, p. 49).

O esquadrão Kwenha

Manuel Rui Alves Monteiro, que assina apenas Manuel Rui, nasceu em Nova Lisboa, atual cidade de Huambo, em 1941, filho de pai português e mãe mestiça. Ao final dos estudos secundários, feitos em Angola, formou-se em Direito em Portugal, na Universidade de Coimbra, em 1969. Enquanto em Portugal, foi ativista cultural na Casa dos Estudantes do Império, integrou a redação da revista *Vértice* e a diretoria da editora Centelha, onde publicou seu primeiro livro de poemas *A Onda*, em 1973. Em 1974, retornou para Angola, envolvendo-se intimamente no processo de independência e de construção nacional. Foi Ministro da Informação no Governo de Transição, professor e Reitor da Universidade de Huambo, Diretor Nacional do Departamento de Relações Exteriores e do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA, Procurador Popular no Tribunal Revolucionário, e esteve ao lado de Eugénia Neto e Pepetela na fundação da UEA. É o autor do Hino Nacional, bem como de diversos poemas que integram o cancioneiro angolano, e mais de vinte livros de prosa e poesia. Manuel Rui debutou como escritor de prosa em 1973, quando publicou a primeira coletânea de contos *Regresso Adiado. Sim camarada!* segue em 1977, composto por quatro contos (“O Conselho”, “O relógio”, “O último bordel”, “Duas rainhas”) e a novela “Cinco dias depois da independência”¹⁵⁸, que

¹⁵⁸ “Cinco dias depois da independência” é republicada individualmente em 1979, também pela UEA.

expressam os momentos de tensão vividos em Angola durante o Governo de Transição, sendo um dos primeiros livros de ficção angolana publicados após a independência.

Assim como “No prelúdio da vitória” e *As aventuras de Ngunga*, o texto de Manuel Rui também se dedica a um empreendimento de formação da nação a partir da infância, ao contar as aventuras de um esquadrão de pioneiros liderado pelo menino feito chefe, o Comandante Kwenha. Eram oito meninos envolvidos nas confrontações dos meses anteriores e dos dias sucessivos à independência entre o MPLA e a FNLA na cidade de Luanda. Como analisa Phillis Reisman Butler, “‘Cinco dias depois da independência’ funciona não apenas como textualização das circunstâncias acerca do período da transição-independência, mas também como um tipo de literatura exemplar, em que as histórias individuais de esforços, sofrimentos e atos de heroísmo do período evocam a história coletiva”¹⁵⁹ (1991, p. 310).

São noventa páginas divididas em duas partes, contabilizando ao todo sete capítulos. Trata-se de uma novela com maneiras de crônica histórica. O narrador comenta a própria narração – “Mas é por isso mesmo que em homenagem eu vou parar de parágrafo antes que dê seguimento a este contar coisas acontecidas. Entretanto feito o parágrafo, devo deixar registado...” (RUI, 1977, p. 102); e dirige-se ao leitor, jogando com vocativos – “Meus camaradas. E senhores também. Que alguns não merecem esse trato de intimidade. Desculpem esse interrompimento...” (RUI, 1977, p. 116). Intencionando deixar dados factuais para os “historiadores presentes e futuros” (RUI, 1977, p. 102), o narrador pretende registrar como se deu o desenrolar do conflito em Luanda durante o Governo de Transição, sob a perspectiva dos militantes do MPLA, pessoas de origens e formações diversas, mas unidas pela mesma vontade de luta e vitória sobre os inimigos imperialistas:

O MPLA era assim: uma larga frente. Pessoas de diversa preparação política, de várias cores, às vezes advogando com teimosia uma posiçãozinha particular, contradições que diziam bem da origem de cada um, mas sempre todos unidos naquela ideia triunfalista de arrasar blindados ou até aviões que viessem do imperial. A linguagem estava codificada. Imperialismo, neocolonialismo, fantoches, lacaios, poder popular, eram palavras de andar de boca em boca (RUI, 1977, p. 122).

¹⁵⁹ “‘Cinco dias depois da independência’ not only functions as the textualization of the circumstances surrounding the transition-independence era but also as a type of exemplary literature. The individual stories – representative of struggles, sufferings and heroism of this period – evoke a collective history”.

No primeiro capítulo, o narrador conta os hábitos da guerra e o comportamento da população da capital:

E quando os rebentamentos espalhavam atrapalhação no nervosismo das pessoas e metralhadoras cantavam de rajada e com mais som seu ritmo de morte, a cidade transformava-se num repentino pânico em que o medo de cada um, ora se fazia por um instante imediato de silêncio, alarido, imobilizada expectativa ou correria (RUI, 1977, p. 101).

Apesar de a cidade ser a zona mais segura nos momentos de ataques, o povo “saía do asfalto rumando para os musseques¹⁶⁰, sítio aí de mais chover a tempestade de balas” (RUI, 1977, p. 102). Nessas zonas, os “*fenélas*”, como eram chamados os guerrilheiros da FNLA, os “inimigos do povo”, fizeram “crimes sem conta” (RUI, 1977, p. 102), mas em compensação também tombaram nas mãos da resistência popular: “E mais até: *fenélas* houveram como pássaros engodados só no visgo dos pioneiros” (RUI, 1977, p. 103).

Na macroperspectiva dos militantes do MPLA, o narrador se interessa particularmente pelos pioneiros, para quem a novela presta as homenagens:

Põe-te em sentido! Porque em Angola estamos a escrever... para contarmos todas as estórias de todos os meninos que vão andar eternamente baloiçando na espuma do nosso mar azul. Destes meninos com todos os nossos olhos nos olhos do futuro como um horizonte de vitória certa. Destes meninos que marcham sob o fogo contra o fogo. Destes meninos de saberem canções, inventarem canções-palavras-de-ordem contra o imperial. Destes meninos de beberem a lágrima sabor nosso muita tanta alegria sempre que se libertou mais um palminho de terra desta nossa Pátria. Destes meninos como um manual onde cada um mais-velho aprendeu o que lhes desejaria ensinar. Destes meninos-mar. Destes meninos-tudo. Destes meninos defronte dos cartazes do cinema Império a olhar só as figuras porque não sabem ler e mesmo assim entendem coisas importantes como liberdade (RUI 1977, pp. 116-117).

Os pioneiros a desfilar em antes de cada vitória. Depois de cada vitória. Os pioneiros a desfilar depois de cada desgraça. Os pioneiros a morrer no meio dos tiros quando o princípio da vida se anunciava pela independência próxima. Os pioneiros a fabricarem armas. Os pioneiros presentes nos funerais do povo, com o passo certo, ensaiado natural, pé balanceado na frente, braço projecto bailando no futuro, cabeça virada para o lado, na boca o canto, a música de antepassado sofrimento e com mais força o grito de gritar a profecia: a luta continua! A vitória é certa! (RUI, 1977, p. 150).

A narrativa foca nos pioneiros do esquadrão Kwenha, os “heróis desta arrevesada escrita” (RUI, 1977, p. 116), que se deslocam sempre em formação: “Eram quatro formados a dois e três a três porque eram todos oito e sem o comandante a

¹⁶⁰ Bairros nos arredores de Luanda onde vive a população mais pobre.

formatura dava ímpar!” (RUI, 1977, p. 103). O Comandante Kwenha é o único que recebe um apelido, sendo os outros chamados impessoalmente apenas “pioneiros”. Ele liderava seus subordinados com “vozes de chefia, batendo enérgico a bota de lona quarenta e um recuperada e feita troféu da ‘primeira grande guerra’ como eles lhe chamavam” (RUI, 1977, p. 103). À moda das crianças-soldado encontradas em diversos textos posteriores, com roupas muito grandes para seus pequenos corpos, encontradas ou roubadas ao acaso, Kwenha vinha assim vestido, com botas muito grandes para seus pés e ainda rasgadas, “uma calça camuflada duas vezes maior que ele” (RUI, 1977, p. 103) enrolada com barbante, e uma camisa com quadrados brancos e pretos: “esse camarada miúdo mandava ordens que nem um general de trinta estrelas” (RUI, 1977, p. 104). Orgulhosos dos resultados das missões que organizavam por conta própria, passando informações e “auxiliando *faplas*¹⁶¹ em pequenas operações de circunstância ou demorando-se em pesquisar o motivo deste ou daquele incidente” (RUI, 1977, p. 126), os pioneiros tinham um senso agudo de responsabilidade e disciplina para com seu estatuto de militantes do MPLA. Estavam “presentes, sem uma baixa, em quase todas as confusões” (RUI, 1977, p. 112), haviam recuperado duas armas da FNLA e ajudado no desalojamento dos *chipendas*¹⁶². Andavam dezenas de quilômetros, “de passinhos medidos pela experiência da guerra” (RUI, 1977, p. 114), “sempre na mira de escutarem as conversas sobre as confrontações” (RUI, 1977, p. 107). Em momentos de assalto, enquanto as pessoas procuravam se proteger, os obstinados pioneiros permaneciam nas ruas, progredindo no terreno feito guerrilheiros experientes, “naquela progressão de corpo vergado procurando a proteção das paredes e muros dos quintais. Para eles a direção só podia ser uma: o sítio de onde vinha o tiroteio” (RUI, 1977, p. 125).

Corriam velozes os pioneiros nessa corrida de ninguém ver, de ninguém ouvir os senhores da noite. Que mais ninguém que eles conhecia tanto as noites de guerra, conversava com elas em clandestinidade segura, lhes ouvia dolentes queixumes, o latir dos cães, o choro das ambulâncias ou lhes contemplava o brilho das estrelas. E, nesse deambular as noites, semeavam também a certeza da vitória, algo detido entre o real e a imaginação, o sonho, as palavras do Camarada Presidente, os cânticos revolucionários, as manifestações e os mortos daquele agora de Luanda, muitos que eles descobriam, cadáveres insepultos, já em putrefação no abandono da chafurda de porcos. Caminhos da noite (RUI, 1977, p. 131).

¹⁶¹ Soldados das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla), o braço armado do MPLA.

¹⁶² Daniel Chipenda foi um combatente do MPLA. Em 1974, juntou-se à FNLA.

Carregavam apenas “espingardinhas de fisga e bala” (RUI, 1977, p. 113), mas eram especialistas dos sons da guerra: “Distinguiam bazuka, metralhadora anti-aérea ou canhão. Só uma coisa lhes metia um quê de susto. Era o morteiro. [...] Do resto, conheciam a mínima margem de perigo” (RUI, 1977, p. 119). Nenhum deles sabia ler, só conheciam as letras V e C, que desenhavam na areia “como uma espécie de feitiço pronunciado nas palavras ‘A Vitória é Certa’” (RUI, 1977, p. 113), as palavras de ordem do MPLA. As crianças mais novas os rodeavam, “deslumbrad[as] com as espingardas de fisga e bala” (RUI, 1977, p. 121), mas os pioneiros zelosos não deixavam que ninguém tocasse.

A narrativa dá a entender que os pioneiros agiam de maneira autônoma, sem comando nem supervisão dos militantes adultos: “O tempo tinha posto assim as crianças nessa precocidade de aceitar a guerra como uma brincadeira séria de salvar a vida” (RUI, 1977, p. 121). Para os adultos, eram “pequenos aventureiros que se consideravam grandes combatentes” (RUI, 1977, p. 127). Nervoso depois de uma agitação na Delegação do MPLA, um militante os destrata:

- Como é pioneiros? A fazer o que aqui? Toda a gente a ir embora e vocês, como é? Estou a ver. Não têm base, não vão à escola nem nada. Não é? Um pioneiro não é um vadio. Todos os dias aqui na Delegação de um lado para o outro na gandulagem, os vossos pais à procura, isso é vida? Onde arranjam comida, malandrice não é? Mas o que? Toca a andar. Não estão a ouvir tiros?
- Este fogo é alto, passa lá em cima, nem acerta nas telhas.
- Olha ao que nós chegamos! A miudagem também já caga sentenças sobre a guerra! Toca a andar e depressa. Um pioneiro é um pioneiro. Nem mais um aqui (RUI, 1977, p. 111).

O destrato magoa o esquadrão. Comandante Kwenha avança cabisbaixo, “como um general de maiores condecorações a quem, injustamente e em público, desprezaram as estrelas de comando” (RUI, 1977, p. 112). Mas eles não se deixam abalar em sua missão de lutar pelo MPLA. Pouco tempo depois, ouvem uma explosão na Unta, eram os *fenélas* que atacavam o prédio. Correm para o local e, em meio à correria, ao tiroteio e aos bombardeamentos, um dos pioneiros se separa de seus companheiros e se refugia dentro de um tubo de esgoto com Carlota¹⁶³, uma militante do MPLA grávida de oito meses, funcionária da Unta. Os dois passam toda a madrugada dentro do tubo, aguardando a chegada dos reforços da Fapla. Enquanto Carlota se desespera, segura a barriga e chora, o pioneiro, um menino com um

¹⁶³ Uma possível referência à Operação Carlota.

“rosto ossudo de onde se abanavam orelhas grandes” (RUI, 1977, p. 143), consegue acalmá-la, do alto de seu “cansaço de guerrilheiro crescido e experimentado” (RUI, 1977, p. 134).

- Como é? Estamos em guerra e a vitória é certa. Ninguém chora. Olha ainda se o Camarada Presidente sabe uma camarada a chorar assim! Não pode. Com as lágrimas correndo muitas sobre a face, [Carlota] conteve os soluços, baixou suavemente a cabeça e, envergonhada, embrulhou o rosto com as pontas do vestido (RUI, 1977, p. 140).

O garoto se agita de excitação a cada vez que escuta os tiros de fora, contando, com sua experiência de distinguir os sons mortais, “é deles é nosso é nosso é nosso é deles” (RUI, 1977, p. 156). Os estrondos e os trepidares do exterior são assustadores, mas o garoto mantém seu “optimismo contagiante” (RUI, 1977, p. 144) e confiança nos camaradas e em sua própria força:

- E essa arma mata o quê?
 - Tudo – respondeu o miúdo segurando a arma com as duas mãos – lacaios do imperialismo.
 - E se for blindado?
 - Entro nele e estoiro o maquinista. Blindado sem homem não anda. Um camarada falou num comício o homem é que faz andar a máquina.
 - E se for barco?
 - Qual barco?
 - De guerra?
 - Aqui não estamos no mar mas o meu esquadrão completo afunda [...]
 - E se for avião?
 - Abato (RUI, 1977, p. 137-138).

Carlota “ganhava confiança nas palavras do miúdo, lembrando-se, por instantes, de todas as estórias de heroísmo que ouvira sobre pioneiros” (RUI, 1977, p. 142) e mirava o garoto “como se perfilada diante de um herói sempre vitorioso” (RUI, 1977, p. 139). Dando-se conta do cheiro pútrido do esgoto, ela sente vontade de vomitar, mas consegue segurar o enjoo, tomando-se “de coragem contra a vergonha de fraquejar novamente” (RUI, 1977, p. 143) na frente do corajoso pioneiro. É possível depreender da escolha de um tubo de esgoto, de forma circular, em vez de qualquer outro tipo de abrigo, a ativação da simbologia do círculo como organizador de espaços culturais das sociedades tradicionais, mas transportada para o espaço urbano em guerra, pútrido e obscuro. Como diz Vanessa Ribeiro Teixeira,

O círculo evoca a constante caminhada para o conhecimento e o autoconhecimento; sugere, também, a ligação inquebrantável entre as várias fases da vida, incluindo a morte, a vida para além do corpo físico, promovendo o “eterno retorno” das relações

entre presente, passado e futuro. Por outro lado, o círculo está diretamente ligado à convivência social e à aprendizagem. É em círculo que se fazem as refeições nas aldeias tradicionais, é em círculo que se ouvem as histórias. Enfim, é o círculo que estabelece as ligações entre o sujeito consigo mesmo, com a comunidade e com a divindade (2018, p. 22).

Dentro do cano, dá-se a inversão da relação criança-adulto, porque é o menino quem ampara a mulher adulta, compartilhando seu preciso conhecimento sobre a guerra. O pioneiro era “destes meninos como um manual onde cada um mais-velho aprendeu o que lhes desejaria ensinar” (RUI, 1977, p. 116). Na escuridão, os olhos do menino, “uns olhos pirilampeando” (RUI, 1977, p. 143), eram as fontes de luz e esperança que ajudam a mulher grávida a passar a madrugada.

Pela manhã, quando conseguem sair escoltados pelos guerrilheiros, Carlota se perde do menino. A partir deste momento, a narrativa é contada pelo ponto de vista da mulher. Três meses se passam. Carlota fica à procura do pioneiro porque quer batizar o bebê com o nome do menino, mas não o sabia. Ela chega a ver passar o esquadrão pela rua, mas não consegue alcançá-los. Vai aos postos e à rádio do MPLA, mas ninguém consegue ajudá-la: “Há tantos pioneiros. Tu mesmo já tens um pioneiro nos braços. Angola é um país de pioneiros e isso é que lixa os lacaios” (RUI, 1977, p. 164). Na noite da independência, Carlota se senta à beira da rua com um guerrilheiro, a quem conta com detalhes a história do tubo de esgoto.

...o guerrilheiro [...] ouvia qual legendária estória de um pioneiro que nunca tivesse existido mas igual a todos os pioneiros vivendo e morrendo nessa brincada guerra deles a sério em cada madrugada de vitórias (RUI, 1977, p. 184).

Cinco dias depois da independência, Carlota está na Delegação quando chegam os guerrilheiros que retornavam da frente de Caxito, que mercenários haviam tentado transpor. Do prédio, ela vê Kwenha, que distinguia pela blusa xadrez, como o seu pioneiro havia descrito.

- E tiveram baixas?

- Sim. Uma bazucada. Três guerrilheiros e um miúdo, desses que têm a mania de se encafuarem nos carros quando saímos à noite (RUI, 1977, p. 190).

O esquadrão Kwenha estava lá, mas “faltava o pioneiro de olhos de luz no cano de esgoto como o sol dessa manhã primeira. De Novembro. Em onze¹⁶⁴” (RUI, 1977, p. 191): “eram agora sete os da patrulha, formados três a três que a formatura

¹⁶⁴ Referência ao 11 de novembro de 1975, data da independência proclamada pelo MPLA.

agora dava par com o comandante de fora. Cinco dias depois da independência” (RUI, 1977, p. 191). O pioneiro havia ajudado uma mãe angolana e um novo filho do país libertado a sobreviver, morrendo, ele mesmo, pouco tempo depois.

Se Ngunga morre, enquanto criança, metaforicamente, para dar lugar ao adulto que levará a termo o futuro da nação, o pioneiro sem nome do conto de Manuel Rui morre de fato, mas deixa em seu lugar uma outra criança, o filho de Carlota, que enveredará na continuação da luta pelos objetivos do MPLA, como um duplo do pioneiro que o salvara, carregando seu mesmo nome. Na guerra interna que se iniciou no período do Governo de Transição e continuou no imediato pós 11 de novembro, os principais inimigos do MPLA deixaram de ser os portugueses e transformaram-se nos membros dos outros movimentos nacionalistas de ideologias díspares e seus respectivos aliados estrangeiros, no caso específico contado em “Cinco dias depois da independência”, a FNLA e seus colaboradores do Zaire, os “zairotas! os tais que falavam francês” (RUI, 1977, p. 119), “lacaio do imperialismo” (RUI, 1977, p. 132). Embora ainda haja, em Manuel Rui, o tom de homenagem às crianças que lutaram e morreram pelos ideais promovidos pelo MPLA, desaparece o caráter didático de formação que norteou os textos de Eugénia Neto e Pepetela. Pode-se considerar a novela como uma narrativa de transição entre a figuração do menino – do pioneiro – herói e do menino-soldado desprovido de contornos heroicos predominante nas narrativas sobre as guerras civis africanas. Ao contrário de Ngangula, a morte do pioneiro sem nome não é narrada como a “bela morte” de um guerreiro singular e glorioso. Os pioneiros se misturam e se equivalem: “Há tantos pioneiros. Tu mesmo já tens um pioneiro nos braços” (RUI, 1977, p. 164). O leitor não tem acesso à cena da morte do menino. A notícia chega de modo deslocado, através da fala do comandante da missão. Anônimo, o menino é contabilizado como uma das baixas do combate, além de generalizado pelo comandante como “um miúdo, desses que têm a mania de se encafuarem nos carros quando saímos à noite” (RUI, 1977, p. 190). A batalha que leva à sua morte não carrega nenhum atributo de grandeza, o inimigo contra quem ele combate e que o aniquila não é mais o império colonial português, tampouco a FNLA ou a Unita, mas o mercenário, uma figura desamarrada de qualquer projeto ideológico cujos propósitos para participar de guerras são puramente financeiros. A atuação das crianças no combate é repetidamente desencorajada pelas falas dos adultos, culminando no lamento do comandante, que atribui a morte do pioneiro à “mania” dos

meninos de se intrometerem nas missões. Apesar do tributo que presta aos meninos, a novela anuncia o fim das circunstâncias que permitiam a construção da criança como um guerreiro heroico e exemplar, os objetivos elevados de libertação do jugo colonial e busca por soberania que guiaram a guerra anticolonial.



Figura 1. "Pioneiro guerrilheiro para Cartaz", sem data. Acervo da Associação Tchiweka de Documentação.

4. *Os sobreviventes da noite*: meninos na guerra civil de Moçambique

Ainda que não cante o galo, a madrugada sempre rompe
Provérbio do velho Matias

Cerca de trinta anos depois das histórias dos pioneiros de Angola, na outra margem lusófona do continente africano, o escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa revisita a figura da criança combatente, mas sob um prisma completamente oposto àquele de Pepetela e Eugénia Neto, e, de alguma forma, também diverso de Manuel Rui. No romance *Os sobreviventes da noite*, publicado pela primeira vez em 2005, em Maputo, pela editora Imprensa Universitária¹⁶⁵, não se trata da guerra anticolonial, mas do conflito que assolou Moçambique no pós-independência. Em vez de pioneiros heroicos e exemplares lutando pela libertação do jugo colonial português, o romance dá a ver, de maneira distópica, a experiência de um grupo de meninos-soldado em uma guerra sem contornos nítidos, com inimigos arbitrários, sem uma motivação política compreensível, onde prevalece a pura disseminação da violência.

Os contextos e as realidades de terreno que fizeram com que crianças participassem das lutas em Moçambique não foram homogêneos. Apesar de esforços de antropólogos e agentes sociais para acessar essas pessoas e suas vivências, muitas circunstâncias e experiências permanecem caladas na memória individual e ignoradas pela memória coletiva. Os sentimentos de vergonha e culpa por parte dos coletivos sociais que não puderam proteger suas crianças, somados à política de invisibilização desses efetivos mirins levada a cabo pelas Nações Unidas e pelo Estado, contribuem para que esta seja uma das feridas ainda abertas no seio da sociedade moçambicana a propósito dos longos anos de guerra intestina.

O fato de Graça Machel, ministra da Educação e da Cultura de Moçambique durante quatorze anos e viúva de Samora Machel¹⁶⁶, ter sido responsável pelo primeiro relatório das Nações Unidas sobre o impacto dos conflitos armados nas crianças, em 1996, marco que acalorou a discussão internacional sobre o uso de

¹⁶⁵ A versão que utilizo é a reedição de 2008, pela Texto Editores, de Maputo.

¹⁶⁶ Líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e primeiro presidente do país.

crianças e adolescentes como soldados, não fez com que a discussão nacional avançasse. “Parece que toda gente tem vergonha de trazer isto à luz do dia [...] É como se fosse uma mancha [...] Parece que se tapa” (KHOSA, 2015, p. 13), “ninguém fala sobre o futuro das crianças-soldado. É tabu para os políticos¹⁶⁷” (KHOSA, 2011, p. 134) é o veredito de Khosa sobre a questão. Como dito pelo escritor Nelson Saúte (2015):

Nós [moçambicanos] não fizemos o exorcismo da guerra. [...] há uma geração de traumatizados, de estropiados, de pessoas que perderam familiares, há ainda gente que não encontrou os seus mortos, há ainda lutos que não foram feitos, há qualquer coisa que ficou no interior dos moçambicanos. Há uma certa amnésia na política. [...] Um dia haverá um fenómeno de explosão a revelar essa realidade trágica. Assumimos isso no silêncio, mas depois pode ser um problema de difícil gestão. Há as crianças-soldado, as mulheres violadas, há tanta coisa que é preciso pensar e que ficou meio apagado.

Khosa, Saúte, Mia Couto, Paulina Chiziane, João Paulo Borges Coelho são alguns representativos exemplos de escritores moçambicanos que vêm tentando tratar das fissuras da guerra, fazendo surgir narrativas alternativas que desafiam os silêncios da história oficial. Como analisa Ana Mafalda Leite, um dos grandes temas da produção contemporânea é “a guerra civil, a miséria e a fome, provocada pelos muitos anos de sofrimento, e a despersonalização das personagens, a destruição dos laços clânicos pela necessidade de fugirem e se refugiarem em outras zonas” (2012, p. 214). Na opinião de Saúte, a literatura só pode ter um efetivo papel terapêutico se sua recepção for expressiva. Dentro do país, diz ele, “há várias obras sobre a guerra na literatura, no cinema e no teatro. Mas nenhuma delas provocou um amplo debate. É tudo muito circunscrito, quase clandestino” (SAÚTE, 2015). *Os sobreviventes da noite*, apesar de vencedor do Prêmio José Craveirinha¹⁶⁸ em 2007, não foi reeditado depois da publicação pela Texto Editores em 2008. Sua circulação e visibilidade são muito restritas. No Rio de Janeiro, o livro está disponível apenas no acervo do Real Gabinete Português. O exemplar que utilizei foi um empréstimo da professora Vanessa Ribeiro Teixeira que, por sua vez, recebeu o livro diretamente das mãos do autor. Internacionalmente, a obra não está à venda nas grandes livrarias, nem em plataformas de livros de segunda mão. A única tradução disponível foi feita por Vincenzo Barca para o italiano, *La gabbia vuota*.

¹⁶⁷ “In conversations, no one puts the future of the child soldiers on the table. It’s taboo for politicians”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

¹⁶⁸ Instituído pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO).

*L'oscura notte dei bambini-soldato in Mozambico*¹⁶⁹ (2007). Ao contrário da versão original em língua portuguesa, essa tradução pode ser facilmente encontrada em grandes livrarias italianas, como La Feltrinelli, e também nos sites Amazon¹⁷⁰ e Abebooks¹⁷¹.

Breve panorama histórico

Entre 1964 e 1974, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), movimento de orientação marxista-leninista, liderou a guerra pela libertação do regime colonial, contra Portugal. Pouco depois da independência, oficializada em 1975, com a implantação de um estado socialista dirigido pela Frelimo, complexas imbricações de configurações internas, regionais e globais, no contexto da ameaça do *apartheid* da África do Sul e do subsistema da Guerra Fria na África Austral, proporcionaram a criação do movimento Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e fizeram com que um novo conflito de grandes proporções e violência avassaladora irrompesse no país, estendendo-se de 1976 até 1992.

O clima regional era de intensa hostilidade entre o país recém libertado, a Rodésia (atual Zimbábue) e a África do Sul, Estados vizinhos aliados de Portugal durante a guerra anterior. A Rodésia, sobretudo, via-se particularmente prejudicada pela Frelimo desde 1972, quando esta começou a atacar o corredor da Beira, comprometendo o acesso rodesiano ao mar, o que afetou diretamente os seus interesses econômicos (BORGES COELHO, 2001). Além disso, a Frelimo apoiava os guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbábue¹⁷² (Zanu), que lutavam pelo fim do regime branco da Rodésia. Em 1976, quando Moçambique começou a implementar as sanções decretadas pelas Nações Unidas contra a Rodésia¹⁷³, os rodesianos iniciaram ofensivas contra as bases da guerrilha zimbabuana no interior de Moçambique e contra o governo da Frelimo, integrando às suas forças grupos auxiliares de assalto compostos por soldados moçambicanos que haviam integrado as

¹⁶⁹ Literalmente: “A gaiola vazia. A noite escura dos meninos-soldado em Moçambique”.

¹⁷⁰ www.amazon.com

¹⁷¹ www.abebooks.com

¹⁷² Organização militante de orientação marxista de maioria negra que lutava contra o regime rodesiano branco e capitalista.

¹⁷³ As Nações Unidas, não reconhecendo a declaração unilateral de independência da Rodésia, em 1965, conclamaram que nenhum Estado a reconhecesse, não provesse nenhuma assistência e impusesse sanções econômicas.

forças coloniais¹⁷⁴ e guerrilheiros dissidentes da Frelimo, indivíduos altamente treinados e experientes nas estratégias de guerrilha, criando assim o *Mozambique National Resistance* (MNR). Progressivamente, “o MNR evoluiu de força auxiliar a órgão de propaganda contra o regime moçambicano a partir da Rodésia [...] ao estabelecimento de uma importante base guerrilheira nas montanhas da Gorongosa, no interior do país” (BORGES COELHO, 2001, p. 84). Logo o movimento viria a aporuguesar seu nome, tornando-se Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Em 1980, com o reconhecimento da República do Zimbábue e o desaparecimento da Rodésia, a Renamo passou a receber suporte da África do Sul, também comprometida contra Moçambique, que, como estado socialista, apoiava a luta antiapartheid. Essa tensão regional se dava no contexto de pressões geopolíticas mundiais de potências empenhadas na Guerra Fria. Interessadas na perpetuação dos choques internos nos países africanos, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética apoiavam os movimentos de orientação capitalista ou comunista que se confrontavam pelo poder (SECCO, 2008). A questão da denominação deste conflito ainda não é consensual. O quadro de hostilidades regionais e globais leva a Frelimo a considerar que se tratou de uma guerra de agressão externa ou uma guerra de desestabilização. Por seu lado, a Renamo considera que levou a cabo uma segunda guerra de libertação, para livrar o país do governo monopartidário marxista-leninista da Frelimo (BORGES COELHO, 2001).

Internamente, o novo conflito se iniciou no rastro de um estado geral de destruição, violência e militarização deixado pelo colonialismo, pela guerra anticolonial e, após a independência, pelas disputas da Guerra Fria no continente africano. As dinâmicas do conflito não foram as mesmas em todo o território, mas, de modo geral, o posicionamento da população decorreu mais de estratégias de sobrevivência do que de verdadeiro apoio aos projetos políticos e ideológicos das partes envolvidas (CABRAL, 2006). Se, por um lado, a máquina guerrilheira da Renamo era extremamente violenta, por outro, o espírito de “ajuste de contas” das políticas do governo-Frelimo também acossava a população. Ao chegar ao poder, com a derrota

¹⁷⁴ Estrategicamente, Portugal havia integrado os próprios moçambicanos às suas forças militares durante a guerra colonial. Ao final da guerra, “os cerca de 40 mil moçambicanos negros que haviam participado diretamente na defesa da ordem colonial perfaziam perto do dobro das tropas europeias” (BORGES COELHO, 2001, p. 83). Porém, enquanto os soldados portugueses foram repatriados para Portugal, os soldados moçambicanos foram deixados no país sem nenhum suporte e malvistos pelos nacionalistas.

da administração colonial, a Frelimo iniciou um processo de limpeza da sociedade moçambicana, através da construção da ideia de “inimigos internos”, aqueles que de alguma forma pudessem ser considerados colaboradores do regime colonial, nocivos à ideologia do “poder popular” ou ainda resíduos do capitalismo. Muitos desses indivíduos, como régulos (autoridades tradicionais), líderes religiosos, soldados moçambicanos desmobilizados das forças portuguesas, prostitutas e desempregados, enquanto elementos indesejáveis à nação, foram enviados para campos de reeducação para serem punidos e transformados no novo homem moçambicano alinhado ao projeto nacional socialista da Frelimo (LIMA, 2017; BORGES COELHO, 2003). A marginalização das autoridades tradicionais, muitas vezes acompanhada de humilhação pública, a implantação de um sistema de coletivização dos meios de produção e a organização das populações rurais em aldeias comunais contribuíram para sensibilização de certas parcelas da população contra o regime estatal (FLORENCIO, 2002). Segundo Honwana (2006), os jovens foram especialmente envolvidos pela Renamo em razão da falta de emprego. A Operação Produção, lançada em 1983 pela Frelimo, que enviava desempregados para trabalhar em campos de produção agrícola sob a vigilância de militares e em péssimas condições de sobrevivência (LIMA, 2017), contribuiu fortemente para a opção dos jovens pelas frentes militares da Renamo.

A duração da guerra e a progressiva degradação dos exércitos, com abusos de poder cada vez maiores de ambas as partes, contribuíram para o aumento do sentimento, entre a população civil, de que “‘maus’ eram todos aqueles que seguravam uma arma” (CABRAL, 2006, p. 151). Tanto para a população civil quanto para os combatentes (muitos dos quais eram civis que haviam se tornado combatentes pelas forças das circunstâncias), igualmente esgotados física, mental e afetivamente, aquela guerra fazia cada vez menos sentido e dizia respeito somente às lideranças das forças beligerantes, nada tendo a ver com os interesses da população. Com o prolongamento da guerra, a completa devastação das bases econômicas e estruturais do país e a diminuição do apoio logístico soviético com o fim da Guerra Fria e a derrocada da URSS, a Frelimo decidiu fazer uma reforma política para a instauração de um estado democrático, adotando uma nova constituição em 1990. Em 1992, depois de vários meses de negociação, Frelimo e Renamo assinaram o Acordo Geral de Paz, em Roma. A paz formal foi sustentada até 2013, quando o uso da força

voltou a primar sobre o diálogo político entre os dois partidos e novos pontos de conflito estouraram, reativando o trauma das guerras anteriores.

Estimativas calculam que a guerra de 1976-1992 terminou com um saldo de cerca de 1.1 milhões de mortos (dos quais 50% tinham menos de 15 anos), 4.5 milhões de deslocados dentro de Moçambique e 1.5 milhões de refugiados em países fronteiriços. Aproximadamente 250 mil crianças ficaram órfãs ou foram separadas de suas famílias. Cerca de 25 mil crianças participaram diretamente do conflito armado. A guerra de guerrilha levada a cabo fazia com que fosse extremamente difícil preservar as crianças do contato com os combatentes e com a violência, mesmo que não fossem recrutadas ou sequestradas para lutar. De acordo com o estudo de Robert Gersony (1988) junto aos refugiados, os grupos da Renamo cercavam áreas habitadas, mantendo os habitantes sob rígido controle, impondo-lhes constantemente sua presença e utilizando-os como produtores e transportadores de víveres, sem oferecer nenhuma forma de compensação.

Boia Efraime Jr. (2013) conta que nos imediatos anos após a guerra, pensava-se que apenas a Renamo havia feito uso de crianças-soldado. No entanto, este era um rumor que fazia parte da propaganda governamental. Na realidade, crianças foram instrumentalizadas como combatentes tanto nas frentes da Renamo como das Forças Armadas de Moçambique (FAM, o exército estatal), das Milícias Populares (forças paramilitares governamentais) e ainda de grupos rebeldes regionais (STEUDTNER, 2000). Muitas crianças foram capturadas à força, outras entregues ou incentivadas pelas suas próprias famílias e comunidades¹⁷⁵, e houve ainda algumas que se engajaram voluntariamente, certas vezes por razões ideológicas, mas no mais das vezes por questões práticas de sobrevivência (STEUDTNER, 2000; CABRAL, 2006). As crianças tinham diversos tipos de funções, que incluíam a participação direta nos combates, carregamento de munições, missões de espionagem, cultivo de alimentos para as tropas, além de, principalmente as meninas, também servirem como escravas sexuais (EFRAIME JR, 2013).

Com o fim da guerra, iniciou-se a desmobilização dos efetivos militares da Renamo e da Frelimo, a reinserção socioeconômica dos desmobilizados e a criação de um exército nacional. Porém, os acordos de paz não previam nenhuma providência específica para a desmobilização das crianças-soldado. O resultado desta lacuna

¹⁷⁵ Caso das comunidades sob domínio das Milícias Populares (STEUDTNER, 2000).

foi que a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), responsável pela monitoração e apoio à implementação dos acordos, conduziu a desmobilização formal apenas dos combatentes maiores de quinze anos, já que a lei internacional não reconhece pessoas abaixo dessa idade como soldados (STEUDTNER, 2000). Dessa forma, elas foram privadas do pacote de indenizações oferecido aos ex-soldados adultos e encaminhadas para ONGs internacionais como a Cruz Vermelha e *Save the Children*, e para iniciativas governamentais como o Programa de localização e reunificação familiar (PLRF) e o Centro Lhanguene (que acolhia crianças-soldado que haviam fugido dos campos da Renamo). Além de esses adolescentes e jovens terem sido excluídos do programa oficial de desmobilização, o governo invisibilizou a sua atuação na guerra uma segunda vez, em 1999, ao abrangê-las no serviço militar obrigatório, através da aprovação da Lei do Serviço Militar. Como diz Efraime Jr., “ambos os partidos das forças beligerantes nunca reconheceram que perpetraram durante a guerra a exploração de crianças como soldados” (2013, p. 113).

A pesquisa conduzida por Honwana (2006) em Moçambique entre 1993 e 1999 revelou que, dentre os graves problemas do pós-guerra, a situação das crianças e dos adolescentes era uma das maiores preocupações da população, incerta quanto a qual tipo de futuro seria possível para aquela geração que havia ingressado na guerra sem a preparação adequada e crescido dentro de seus horrores, sem amparo social. A pesquisadora explica que, para muitas sociedades africanas, os estágios da vida são definidos por papéis sociais, expectativas e responsabilidades alcançados através de uma série de rituais de iniciação que não têm necessariamente a ver com a idade, mas com o padrão particular de crescimento de cada indivíduo. Para os meninos, a transição que marca radicalmente a passagem da infância para a condição adulta é o treinamento militar, que não apenas trabalha suas aptidões físicas e os habilita para manejar armas, combater e matar, mas também lhes ensina as regras éticas da guerra e os prepara para lidar emocionalmente com as consequências de suas ações. No caso dos conflitos como o de Moçambique, Honwana observou que a preocupação de muitos adultos e idosos se relacionava ao fato de que muitas pessoas foram obrigadas a começar a vida militar sem terem passado pelos rituais correspondentes e, portanto, sem terem sido preparadas socialmente para assumir tal papel. A Frelimo, assim como o MPLA em Angola, que levava a cabo um projeto nacional de veia marxista-leninista para a construção de um estado moderno e do

homem novo, também se afirmava contra as práticas tradicionais das sociedades locais, consideradas “obscurantistas”, “feudalistas” e “tribalistas”:

O sistema de classes, de idades, de ritos de iniciação, visa integrar a juventude nas velhas ideias, destruir sua iniciativa. Tudo o que é novo, diferente ou estrangeiro, é combatido em nome da tradição. Assim, impede-se qualquer progresso e a sociedade sobrevive na imobilidade¹⁷⁶ (FRELIMO apud MIGUEL, 2010, p. 142).

Honwana, entretanto, não chega a especificar até que ponto tais diretivas da Frelimo tiveram a ver com a supressão dos rituais de iniciação. Do mesmo modo, não indica se as crianças e os adolescentes eram enquadrados em alguma organização semelhante à OPA, recebendo treinamento militar como os pioneiros. Efetivamente, em minhas pesquisas não encontrei referências à categoria do pioneiro em Moçambique, tal como implantada pelo MPLA e pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Honwana sublinha apenas que as crianças e os adolescentes, sem o preparo adequado, precisavam gerenciar sozinhas sua própria transição de maturação e aprender a se adaptar à violência como podiam. O uso da força letal não era devidamente canalizado pela disciplina de um verdadeiro treinamento, o que gerou uma forma destrutiva de masculinidade e uma crise de valores morais. Além de esses ritos de passagem terem sofrido um colapso, outras instituições que também guiavam o crescimento das crianças, como a escola e a igreja, foram igualmente destruídas pela guerra. Os adultos e os idosos entrevistados por Honwana consideravam que o respeito dos mais novos pelas regras, pela autoridade dos mais velhos e pelo processo ordenado de maturação havia erodido. Efetivamente, como explica Efraime Jr. (2014), durante a guerra em Moçambique, a relação dos mais novos com as figuras de autoridade e com o sentimento de confiança foi perturbada, devido ao sofrimento e à aplicação do uso arbitrário da força e à destruição de laços de afeto dentro dos grupos armados. Por seu lado, as famílias sentiam-se envergonhadas e culpadas por não terem sido capazes de proteger suas crianças, o que levou ao surgimento de tabus em torno do tópico, contribuindo para a repressão de memórias dolorosas e o ressentimento das crianças-soldado desmobilizadas, já amarguradas por seu esforço de guerra ter sido desconsiderado pelo Estado. Importante destacar, como aponta Jessica Schafer, que o conceito de

¹⁷⁶ “*El sistema de clases, de edades, de ritos de iniciación, tiene por objeto integrar a la juventude en las viejas ideas, destruir su iniciativa. Todo lo nuevo, diferente o extranjero, es combatido en nombre de la tradición. Así se impide todo progreso y la sociedad sobrevive en su inmovilismo*”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

“criança” mobilizado nesses casos não tinha diretamente a ver com aquele transmitido pela cultura ocidental, mas sim com a ideia de que aquele indivíduo era “filho de alguém”:

o conceito era livre de distinções baseadas em idade, estando mais ligado aos entendimentos locais de relações estruturais de poder e hierarquia, do regime do patriarcado e do parentesco [...] O conceito de infância resultante dessas construções não implica necessariamente na noção de que a criança é vulnerável, mas, mais centralmente, na ideia de que existe um conjunto de responsabilidades familiares em relação a elas¹⁷⁷ (SCHAFER, 2004, p. 88).

As relações familiares eram tensas em grande parte porque, depois de suas experiências na guerra, os mais novos não toleravam facilmente o retorno a um papel submisso e também os mais velhos não aceitavam ter sua autoridade desafiada. Apesar de certo apoio dos projetos governamentais e estrangeiros, principalmente no que concerne a reunificação das crianças com suas famílias, os coletivos sociais dependeram fortemente de seus próprios recursos materiais e simbólicos para conseguirem reintegrar esses indivíduos (CABRAL, 2006). Como demonstrou a experiência no Centro Lhanguene, onde o trabalho de assistência era feito pela *Save The Children* americana, os métodos de psicoterapia ocidentais, sozinhos, não eram eficientes no tratamento das crianças desmobilizadas (HONWANA, 2006). Para Ilundi Cabral (2006), o mecanismo que melhor mediou o processo de reinserção social foi o ritual tradicional de cura e purificação espiritual *kuhlapsa*, usado tanto com as crianças quanto com os adultos que conseguiam ser reunidos com suas famílias ou em suas comunidades de origem. Parte-se do princípio que as pessoas que mataram ou maltrataram outras pessoas durante a guerra podem ser possuídas pelos seus espíritos, que induzem ações e comportamentos e influenciam nas capacidades físicas, emotivas e racionais do hospedeiro. Os espíritos podem também contaminar as pessoas próximas de tal indivíduo. Por isso, a possessão espiritual é entendida como uma verdadeira doença, com potencial de se alastrar. Quanto mais cedo é feito o ritual após o retorno do antigo combatente, mais eficaz ele é. Quanto mais tempo passa, menor é a sua força. Normalmente, um *tinyanga* (médico tradicional) conversa com os espíritos presentes no doente, identifica suas exigências e negocia sua saída. Essa negociação se dá “mediante a explicação das condições de

¹⁷⁷ “This concept was free from age-based distinctions but linked more to understandings of structural relations of power and hierarchy, patriarchy and kinship [...] The concept of childhood that results from these constructions does not necessarily imply that children are vulnerable, but more centrally that there are a set of parental and patriarchal responsibilities towards children”.

guerra nas quais o doente agiu ‘mal’ (sob efeito de drogas, sob ameaça de morte), a apresentação formal dum pedido de desculpas e a satisfação das exigências dos espíritos, caso a explicação e o pedido de desculpas não sejam suficientes” (CABRAL, 2006, p. 148). Os modos da lavagem dos espíritos para fora do doente depois da negociação variam. O *tinyanga* pode dar-lhe um banho com um medicamento ou com a mistura do sangue de um animal sacrificado e das cinzas dos seus pertences de guerra (como roupas ou sapatos), por exemplo. Este ritual de purificação tem a virtude de definir uma causa concreta para o comportamento do indivíduo (a possessão dos espíritos), o que torna o julgamento do coletivo mais tolerante e mais moderado, e de receitar um novo modo de vida estruturado. Socialmente, o ritual é um mecanismo de defesa, pois o impulso à recuperação psíquico-afetiva do antigo combatente ajuda a prevenir novos conflitos. O *kuhlapsa* ressocializa os antigos combatentes fazendo uma ponte entre a identidade pré-guerra, não-problemática, e uma “nova” identidade pós-guerra, também não-problemática, descartando a identidade problemática construída durante a guerra, através do reconhecimento da culpa e da obtenção do perdão, o que dá ao indivíduo uma oportunidade para recomeçar.

O *kuhlapsa* proporcionou ao doente e aos membros do coletivo um momento para encararem as suas experiências individuais de guerra, aceitarem (dentro do modelo interpretativo que os conduz) o envolvimento nas atividades bélicas sem o negar, e unirem as agendas individuais num mesmo propósito coletivo – a paz. [...] O ritual teve o benefício de, ao obrigar as pessoas a encararem a sua experiência de guerra [...], não as ancorar na dor do passado e não as tornar dependente dele. O ritual providenciou um modo de trabalhar essa dor, através da morte simbólica do ‘perpetrador’ e do seu posterior ‘renascimento’ purificado (CABRAL, 2006, p. 151).

Com a dissolução da URSS e o final da guerra em Moçambique, a Frelimo, que passa a adotar uma postura neoliberalista para tentar se reerguer dos dezesseis anos de guerra, deixa para trás muitas das concepções marxistas que guiavam o movimento. Ramón Aguadero Miguel (2010) mostra que a ideia da criação do homem novo desaparece das diretivas oficiais, junto com as condutas que desprezavam as tradições locais. Porém, assim como Honwana, Cabral também não tece nenhum comentário a respeito da influência dessa mudança na utilização do *kuhlapsa*.

Graças ao auxílio do ritual de purificação e do subsequente esforço cotidiano, segundo Cabral, considera-se que a recuperação das crianças e adolescentes que combateram no conflito moçambicano pós-independência foi bem-sucedida.

Entretanto, isto não quer dizer que todas as crianças tiveram a mesma oportunidade e nem que os rituais bastaram para a elaboração do trauma. As experiências foram muitas e diversas. O exemplo mais radical é o das crianças que nasceram em bases militares e foram socializadas dentro da violência. De acordo com as observações de Efraime Jr. relativas ao trabalho efetuado na Associação Reconstruindo a Esperança (que combinava os recursos terapêuticos dos rituais tradicionais com métodos da psicoterapia ocidental), no caso de tais crianças, é “muito difícil identificar memórias pré-traumáticas que poderiam capacitá-las a conceber a guerra e as barbáries cometidas por elas, durante a guerra, como uma exceção” (2014, p. 271). Além disso, no contexto do pós-guerra, com as infraestruturas básicas devastadas (casas, escolas, hospitais) e a reduzida capacidade do governo e das ONGs internacionais de oferecer provisões que dessem conta das necessidades de toda a população, muitas crianças migraram para áreas urbanas à procura de ocupações. Porém, tratava-se de indivíduos sem treinamento profissional e nem educação formal, já que essas possibilidades haviam sido interrompidas durante a guerra, o que levou várias delas à vida nas ruas e aos grupos criminosos (HONWANA, 2006).

Ungulani Ba Ka Khosa

Muitos escritores moçambicanos refletiram acerca da guerra pós-independência, exprimindo a catástrofe e o trauma em poesia, contos e romances. Se a literatura dos tempos da guerra de libertação era inspirada pela utopia revolucionária e pelo sonho de uma nação livre das amarras coloniais, a produção sobre o subsequente conflito fratricida, iniciada em meados dos anos 1980, foi marcada por um terrível acordar. Nas palavras de Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco, “distopias envolveram os antigos sonhos e os esgarçaram” (2008, p. 19). Desalento, descrença, desilusão, desconsolo e desespero são algumas palavras que a pesquisadora utiliza para analisar os sentimentos subjacentes à literatura sobre aqueles tempos. É essa mesma indisposição que se faz presente nas obras de Ungulani Ba Ka Khosa, nome literário, de origem tsonga¹⁷⁸, de Francisco Esaú Cossa, nascido em 1957 em Inhaminga, na província de Sofala, situada na região central de Moçambique, de pais enfermeiros assimilados (KHOSA, 1994). Suas obras são marcadas por “uma indisfarçada

¹⁷⁸ Grupo étnico do sul de Moçambique.

disforia que o incita a esmiuçar as lacunas do tecido da história de Moçambique” (DUTRA, 2009, p. 81).

Em 1978, depois de um curso acelerado de formação de professores em Maputo, Khosa trabalha dois anos na província do Niassa, no extremo noroeste do país. De volta à capital, ele faz uma nova formação na Universidade Eduardo Mondlane, desta vez de professor de História e Geografia (KHOSA, 1994). Além de professor de ensino médio por vários anos, também teve uma breve passagem pelo Ministério da Educação, foi diretor do Instituto Nacional do Livro e do Disco, diretor adjunto no Instituto Nacional de Cinema e Audiovisual e presidente da Associação de Escritores Moçambicanos (AEMO). Foi a experiência próxima aos campos de reeducação do governo em Niassa que o impulsionou a “escrever para falar dessa realidade e expor o que muitas pessoas não sabiam” (KHOSA, 1994, p. 310). Em 1984, Khosa, então jovem membro da AEMO, foi um dos idealizadores da revista *Charrua*, junto a Juvenal Bucuane, Pedro Chissano, Hélder Muteia, Eduardo White e Marcelo Panguana. Seu irmão, o jornalista Elias Cossa, contribuiu como maquetizador da revista (BUCUANE, 2012). Nelson Saúte (SAÚTE, 20--), também um colaborador da *Charrua*, assim os descreve:

Éramos jovens e destemidos, gostávamos de polemizar, de discordar, de pôr em causa. Era um tempo em que manifestar uma discordância era muito complicado, mas nós atalhávamos por esse caminho. Era difícil não se seguir o receituário da revolução, havia a reeducação, havia o aparelho ideológico do partido, repressor de ideias que não coubessem no escopo e no ideário “colectivo”, havia um inegável absolutismo. Mesmo assim surgiu uma geração de iconoclastas e a *Charrua* significou isso mesmo: desalinhamento, sedição, sublevação, desaparecimento, desamigo, desajeito ou desafeição em relação aos ditames da época.

Ao todo, Khosa publicou nove livros, sendo quatro romances, *Ualalapi* (1987), *Os sobreviventes da noite* (2005), *Choriro* (2009) e *Entre memórias silenciadas* (2013); três coletâneas de contos, *Orgia dos loucos* (1990), *Histórias de amor e espanto* (1999) e *No reino dos abutres* (2002); um livro infanto-juvenil, *O Rei mocho* (2016); e a coletânea de crônicas *Cartas de Inhaminga* (2015). De acordo com Fátima Mendonça (20--), a publicação de *Ualalapi*, que levou o Grande Prêmio de Ficção Narrativa Moçambicana em 1990, constituiu um fenômeno de recepção equivalente ao do célebre conto de Luis Bernardo Honwana, “Nós matamos o cão tihoso”, de 1964. *Ualalapi* é reconhecido como um texto canônico da literatura moçambicana e está incluído na lista dos cem melhores livros africanos do século XX. Em 2003, o escritor foi homenageado pela Comunidade dos Países

de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2007, recebeu o Prêmio José Craveirinha por *Os sobreviventes da noite*. Em 2018, foi condecorado com a comenda da Ordem de Rio Branco pelo governo brasileiro.

Como diz Vanessa Ribeiro Teixeira, “Khosa constrói sua escrita sobre os trilhos da crítica social, da reconstrução alegórica da História e da reinvenção literária, exercitando com frequência instigantes jogos intertextuais” (2017, p. 26). Desde *Ualalapi*, o autor manifesta seu compromisso de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225), contar seu avesso, desmistificar as narrativas oficiais, oferecer o olhar não-oficial¹⁷⁹ (KHOSA, 2011, p. 133), abrir espaço para discursos alternativos. Em seu romance de estreia, ele dessacraliza a figura mítica de Ngungunhane, último imperador de Gaza¹⁸⁰ que viveu na segunda metade do século XIX. Por ter oferecido resistência ao colonialismo português, sua figura foi recuperada e envolta por uma aura heroica pelos nacionalistas durante a guerra de libertação. Khosa revisita criticamente esse personagem histórico, desvelando sobre ele novos sentidos, ao contar sua história sob a perspectiva dos povos subjugados e massacrados em seus domínios. As perspectivas sobre as realidades de guerra, miséria e terror instaladas pelo governo-Frelimo e pela Renamo começam a ser desmembradas a partir dos contos de *Orgia dos loucos* e permanecem como uma constante nas obras seguintes. Nas palavras de Niyi Afolabi:

Para Khosa, a domesticação de um mundo violento necessita igualmente de uma arte “violenta”. De *Ualalapi*, *Orgia dos loucos*, *No reino dos abutres*, *Histórias de amor e espanto*, até *Os sobreviventes da noite*, Khosa tem se dado conta da sua arte como subversiva, revertedora, exorcista e carnavalesca. Na sua recusa de ser apenas um observador ou *voyeur*, o autor força o leitor a entrar em um mundo de encontros angustiantes com a história, com a luta diária pela sobrevivência e com um certo humor seco que visa a não só se emancipar psicologicamente mas também livrar sua sociedade das margens da loucura (AFOLABI, 2010, p. 17).

Os sobreviventes da noite

Embora com pouca visibilidade e quase nenhuma circulação internacional, *Os sobreviventes da noite* compõe o grande quadro de narrativas dos anos 2000 sobre crianças e adolescentes agentes de guerra. Carregando a dedicatória “às crianças-soldado do meu Continente e do mundo”, o romance é uma das melhores

¹⁷⁹ “the unofficial gaze”.

¹⁸⁰ Província do sul de Moçambique.

produções sobre o tema, contribuindo com obras como *Allah n'est pas obligé* (2000), de Ahmadou Kourouma, e *Johnny chien méchant* (2002), de Emmanuel Dongala, para esmiuçar as experiências plurais das crianças e dos adolescentes arrastados nos conflitos africanos da segunda metade do século XX e do início do século XXI. Khosa considera *Os sobreviventes da noite* sua obra mais militante, pois tem como um de seus objetivos expor criticamente a desumanização das crianças “para que a História não se repita”¹⁸¹ (KHOSA, 2011, p. 134).

Na reedição de 2008, que utilizo, a narrativa é precedida por paratextos que atrasam a entrada do leitor na história. A epígrafe, que anuncia a atmosfera fatídica, a dimensão escatológica do livro, é um trecho do romance *Inchallah* (1992) da jornalista italiana Oriana Fallaci, sobre o poder destruidor e implacável do caos, o fim para o qual todas as coisas convergem. O livro ainda recebeu um prefácio do professor Gilberto Matusse, intitulado “Sobreviver... e depois?”, que oferece uma breve apresentação do estilo de Khosa e uma análise sucinta do romance, preparando o terreno e adiantando uma possibilidade de interpretação daquilo que o leitor irá encontrar.

A narrativa é composta por cento e vinte e oito páginas divididas em seis capítulos. Khosa opta por um narrador em terceira pessoa, capaz de acessar o passado e o interior dos personagens, lançando por vezes mão do discurso indireto livre, e de oferecer uma visão crítica destacada das situações. A localização espaço-temporal da ação não é bem definida. O enredo principal se desenrola em um acampamento de guerra em alguma parte da zona rural, durante uma guerra pós-independência, que o leitor, apoiado em conhecimentos extraliterários (origem do autor, história de seu país), deduz ser em Moçambique, pois o narrador nunca é explícito em relação aos grandes atores da história e mobilizadores do conflito, ou seja, não chega a nomear a Frelimo, a Renamo, os portugueses e nem as forças estrangeiras. Khosa diz que sua preocupação não era focar na Frelimo e na Renamo, pois a ambição do livro era “penetrar a alma da criança-soldado”¹⁸² (2011, p. 134). Para o autor, os acontecimentos do romance poderiam ter ocorrido tanto em Moçambique quanto em Uganda ou na Libéria: “esses nomes, Frelimo e Renamo, têm pouca

¹⁸¹ “[...] the dehumanization of children are what we are interested in retaining, so that History doesn't repeat itself”.

¹⁸² “Actually, my concern in *Sobreviventes* wasn't so much to look at Frelimo or Renamo. A larger concern was to enter the soul of the child soldier”.

relevância na tragédia que é a instrumentalização das crianças”¹⁸³ (2011, p. 134). A ação, diminuta, se passa em um dia e uma noite e se concentra em torno de quatro garotos, Severino, Penete, José Sabonete e António Boca. A história se abre com o amanhecer, anunciado através da descrição dos movimentos da natureza, em um acampamento militar no meio de uma floresta. A aurora coincide com o despertar do pesadelo de Severino, o líder dos meninos-soldado, que, depois de soltar um “grito trémulo e abafado” (KHOSA, 2008, p. 15), é acordado “suavemente”, “com a leveza da infância” (KHOSA, 2008, p. 15), por Penete, um de seus subordinados, de treze anos.

O narrador não especifica a quantidade exata de pessoas dormindo debaixo de cada alpendre, em vez disso expressa a percepção dos presentes, que perdiam as contas, “em sua aritmética rural dos dedos” (KHOSA, 2008, p. 15), de quantos corpos havia amontoados no mesmo chão úmido, formando “um tapete lamacento com vincos humanos desordenados de onde sobressaíam troncos, cabeças, pernas e braços” (KHOSA, 2008, p. 15): “ao todo eram dez, onze, doze ou quinze, ninguém sabia ao certo” (KHOSA, 2008, p. 15). Mais adiante na narrativa, o narrador diz que o acampamento abrigava, aproximadamente, umas cem almas, “maioritariamente uma população jovem que ia dos oito aos dezasseis anos” (KHOSA, 2008, p. 55). Eram homens, mulheres, jovens e crianças que acordavam em um “silêncio perturbante” (KHOSA, 2008, p. 15), numa apatia contrastante com a “liberdade da natureza” (KHOSA, 2008, p. 15).

A natureza é humanizada através de prosopopeias que marcam a sua enorme indiferença para com a degradação humana: “as viuvinhas, alheias ao cenário humano, trauteavam as cantigas de séculos” (KHOSA, 2008, p. 16); “como que querendo dar alegria à natureza que acordava, [as viuvinhas] trauteavam as odes laudatórias aos bosques que sorriam, às florestas que se espreguiçavam e ao sol que iluminava” (KHOSA, 2008, p. 16). A atmosfera natural calma e alegre em meio à destruição humana contrasta com a relação que o autor havia, em suas obras anteriores, estabelecido entre as ações humanas e os fenômenos naturais. Como avalia Matusse, em *Ualalapi* e nos contos de *Orgia dos loucos*,

¹⁸³ “I believe it’s a scenario that just as easily could have occurred in Mozambique or Uganda or Liberia. [...] Those names, Frelimo and Renamo, have little value in the great tragedy that is the instrumentalization of children”.

as chuvas descomunais, os comportamentos animais incharacterísticos, as doenças e outros males que afetam os homens parecem ser sempre o modo como os espíritos ancestrais punem as incongruências, ambições e outras formas de agir contrárias às normas sociais e morais (MATUSSE, 2008, p. 11).

Esse dado confere uma primeira pista para a caracterização do mundo humano abandonado a si mesmo. Não há ninguém nos planos espirituais olhando pelos vivos, nem para puni-los.

Enquanto a natureza é descrita através de prosopopeias, os seres humanos são animalizados: as mulheres saíam das palhotas com as roupas rasgadas e coladas “aos corpos doridos pela noite animal” (KHOSA, 2008, p. 16); as pessoas, “como répteis assustados” (KHOSA, 2008, p. 16), olhavam ao redor perplexas por estarem vivas. O uso da língua, um dos indícios que marcam a diferença entre o humano e o animal, também é comprometido:

O léxico era tão reduzido que as palavras em circulação não ultrapassavam a barreira das cem. Tirando as tiradas, designadas pelos linguistas de provérbio, adágio, brocardo, máxima ou ditado, que o velho Matias pronunciava, atordoado com o tempo que nunca pensara viver, as palavras haviam regredido à sua fase neolítica. E era com o assombro de mágicos que se ouviam os predicados e complementos. Os adjetivos abundavam em proporção com a pequenez do dicionário. E, como consequência, os silêncios eram prolongados, fastidiosos (KHOSA, 2008, p. 55).

O acampamento era simultaneamente uma latrina a céu aberto e um depósito de restos e de ruínas de pessoas e de objetos.

Por todo o lado viam-se cadeiras partidas, mesas sem pés, sofás sem molas, bicicletas sem rodas, cadeiras de baloiço, canhões destruídos. E como que a coroar os estranhos objetos espalhados pelo terreiro, destacava-se um piano de teclas partidas à espera de uma sinfonia que jamais viria. No fundo, na chamada zona dos mortos, as caveiras acotovelavam-se, espantadas com a sua sorte. [...] Os miúdos entreolhavam-se, engoliam a saliva, comiam gafanhotos, roíam os ossos de ratos há muito desaparecidos, cagavam, mijavam, olhavam (KHOSA, 2008, p. 16).

É neste ambiente que, durante o dia, as pessoas aguardam a chegada da noite, quando o comandante Roque e um grupo de guerrilheiros retornariam de suas missões de saques trazendo animais, prisioneiros e diversos tipos de objetos. À noite, o comandante decide que Penete mataria pela primeira vez no dia seguinte. Porém, para evitá-lo, Severino foge pela madrugada levando consigo Penete e os outros dois, Boca e Sabonete, para um destino incerto.

Do leitor é exigida uma atenção vigorosa, pois essa pequena trama é distendida ao máximo por digressões de toda sorte. A narrativa não se desenvolve de maneira linear, mas através de *flash backs* que interrompem sua cronologia,

desdobrando-a em várias micronarrativas. Personagens se cruzam em um vai-e-vem vertiginoso de tempos e espaços. Os fragmentos de passado elucidam os caminhos que levaram cada personagem àquele mesmo acampamento. Como diz Matusse, “Khosa associa o desnorte desta guerra – incapaz de delimitar claramente as suas fronteiras e as suas trincheiras, incapaz mesmo de merecer o nome – a uma técnica narrativa também de percursos indefinidos” (MATUSSE, 2008, p. 12). Por um lado, a técnica permite que o leitor perceba as dinâmicas afetivas em jogo no desenrolar dos conflitos e entreveja o contexto histórico-político em que tais dinâmicas se inserem, pois remonta aos tempos coloniais e aos momentos subsequentes à independência. Por outro lado, esse enxerto de ruínas de passado produz um efeito de desorientação no leitor, que perde facilmente de vista o fio condutor da ação principal. A desorientação provocada pela própria leitura é uma estratégia que ajuda o narrador a mergulhar o leitor na atmosfera do acampamento, um lugar de resíduos acumulados desordenadamente, e no tipo de existência atordoada daqueles personagens, tomados de assalto por acontecimentos cujos significados lhes eram inalcançáveis. Apesar da impressão de mobilidade e dinamismo provocada pela imersão nas micronarrativas, o leitor permanece, assim como os personagens do acampamento, suspenso em um tempo de espera até o último capítulo, quando se dá a fuga dos meninos, para escapar àquele lugar de morte e abate. Nesse sentido, não há definição mais adequada da digressão narrativa do que aquela de Ítalo Calvino. Inspirado pelo escritor Carlo Levi, Calvino disse que “a divagação ou digressão é uma estratégia para protelar a conclusão, uma multiplicação do tempo no interior da obra, uma fuga permanente; fuga de quê? Da morte” (2008, p. 59).

Quanto à linguagem, o autor segue a opção estilística presente em suas outras obras de escrever em português, sua “língua-mãe” (KHOSA, 1994, p. 309), usando a variante padrão, com frases gramaticalmente controladas, bem pontuadas e com enorme riqueza vocabular. Khosa considera a língua portuguesa como um instrumento por meio do qual transporta universos circunscritos por línguas e culturas diferentes. A recusa a inserir glossários faz parte desse empreendimento: “se eu pusesse glossário, parecia que estava a brincar com a língua portuguesa. Se não existe aquela palavra em português, eu tenho que explicar que ela tem um determinado significado, que a língua portuguesa não comporta” (KHOSA, 2015, p. 9). Logo na primeira página do romance, o leitor é confrontado com essa característica explicadora dos narradores-tradutores de Khosa:

Os troncos que protegiam as costas formavam um rectângulo que todos chamavam de curral no sentido pejorativo do termo, pois na verdade não se tratava de curral, mas dum alpendre na vulgar designação que a língua portuguesa nos dá (KHOSA, 2008, p. 15).

Em outras ocasiões, o narrador explica diretamente o significado das palavras. Por exemplo, “cipaio”: “[...] onde o tio, feito cipaio, designação que os caceteiros pretos levavam nas administrações coloniais, [...]” (KHOSA, 2008, p. 40). E ainda, “cocuana”: “eram as histórias que a cocuana, designação que a palavra avó leva em língua local, [...]” (KHOSA, 2008, p. 140).

Entretanto, o amparo do narrador esclarecedor tem um limite. A assimilação otimizada da narrativa por um leitor não versado nas culturas locais moçambicanas é parcialmente comprometida, pois os diálogos entre os personagens de cultura rural muito pronunciada, notadamente o velho Matias, são tomados por tiradas aforísticas e provérbios das línguas bantu. Apesar de traduzidas, essas máximas não são explicadas. Segundo o autor, a inserção destas expressões é um exercício literário que o fascina e que ganha uma dimensão poética por sua capacidade de evocar uma forma de comunicação e conhecimento que veio se perdendo com o advento de novos modelos de educação (KHOSA, 2011). O leitor estrangeiro aos seus significados deve percebê-las como pode. Nesse sentido, o leitor é levado a se identificar com o menino Penete, que também não as entende. Penete não é um menino da zona rural, ele cresceu em uma vila, um mundo “de paredes cimentadas e adobadas” (KHOSA, 2008, p. 115), e teve alguns anos de educação formal antes de ser raptado. Como explica Khosa, “na escola, as crianças não aprendem os provérbios, não tomam conhecimento da existência desses valores. O espaço rural é apagado do currículo escolar” (2015, p. 6). Penete, um dedicado estudante, temia o velho Matias, que considerava “um feirante de palavras” (KHOSA, 2008, p. 117), “pela incompreensível forma de dizer as coisas” (KHOSA, 2008, p. 115).

Na primária escola do soletrar e grafar letras nas rectilíneas linhas do caderno escolar, nunca ouvira do professor frases como “a boca não volta atrás. O que volta é o dedo”; ou “o macaco não se deixa vencer pela árvore”; ou ainda “são chifres de caracol que saem da boca” (KHOSA, 2008, p. 115).

O menino sentia-se “diminuído” (KHOSA, 2008, p. 116) e “desbastado” (KHOSA, 2008, p. 117) pelos mistérios daquele código que não conhecia e que não

conseguia alcançar. Sentia-se também ressentido pelos penosos anos escolares que não lhe haviam dado aquele conhecimento.

O medo, misturado com a inveja, cedo se instalou no corpo do jovem. Era-lhe difícil compreender como é que aquela gente simples, andrajosa, podia ter frases tão belas e profundas, e de longe superiores às do professor que o obrigava a grafar em cadernos alinhados para que não as esquecesse. Estes não tinham cadernos e lápis. Não tinham salas, e nem bancos, e nem carteiras. Não tinham régua, nem palmatórias. Não tinham letras escritas. As frases saíam da cabeça de um e espalhavam-se pelas cabeças dos outros (KHOSA, 2008, p. 117).

Penete não era o único que não alcançava todo o universo das palavras que corriam. Enquanto ele se debatia com as pílulas de sabedoria tradicional, outros personagens eram aterrorizados e lutavam com as palavras importadas que definiam os lados da guerra: comprometido, vendido, reacionário, fascista, revolução, comunista, infiltrado, eram algumas delas. “As novas palavras confundiam os homens do campo” (KHOSA, 2008, p. 42). As palavras portuguesas, que não encontravam “equivalente em língua nativa” (KHOSA, 2008, p. 50), circulavam esvaziadas de seus significados políticos, pois não conseguiam ser absorvidas racionalmente pela população, completamente alheia às razões das agitações e mudanças políticas. Como explica Miguel, devido à multiplicidade étnica das diversas divisões da Frelimo e ao projeto de formação de consciência nacional com a crítica ao “tribalismo”, seria perigoso escolher uma língua local como língua veicular. Desse modo, “optou-se pela língua ‘neutra’ dos colonizadores, que, além disso, também dispunha do vocabulário para expressar os conceitos técnico-científicos tão necessários à perspectiva cultural e produtiva, questões bastante difíceis para os idiomas locais”¹⁸⁴ (MIGUEL, 2010, p. 146).

Na prática, os camponeses desconheciam o real significado da palavra reaccionário, por não existir o equivalente em língua nativa. Mas a carga semântica com que era proferida criava terror na vila e povoações vizinhas (KHOSA, 2008, p. 50).

- Quando perguntei ao comandante Roque o que é que ele queria dizer com a palavra [comunista], o homem andou às voltas.
- O que é que ele disse?
- Que não conhecia o significado da palavra comunista. Os seus chefes ensinaram-lhe a chamar os inimigos de comunistas. E, quando lhes perguntou o significado da palavra, disseram que não sabiam e que também os ensinaram a pronunciar tal palavra. Por isso, Malaquias, disseram-me, carrega na boca a palavra comunista. Quando queimares uma palhota, ela é comunista. Quando abateres um homem, ele é

¹⁸⁴ “[...] se optó por la lengua ‘neutral’ de los colonizadores, que además disponía del vocabulário para expresar los conceptos científico-técnicos tan necesarios en la perspectiva cultural y productiva, cuestión bastante difícil para los idiomas locales”.

comunista. Quando violares uma mulher, ela é comunista. Se destruíres uma árvore ou uma ponte, elas são dos comunistas. Tudo o que não estiver na nossa margem é comunista (KHOSA, 2008, p. 86).

Mais do que identificar os movimentos antagônicos, interessa ao narrador mostrar a atmosfera de fatal desorientação que se instalou na vida das pessoas e que contribuiu para o alastramento do conflito civil, na conturbada passagem dos tempos de colonização aos novos tempos de soberania nacional. Como em suas outras obras, Khosa tece uma dura crítica às políticas do governo independente. Nos diversos episódios que conta, o narrador aponta a má administração do governo como pivô de muitos dos massacres coletivos e das misérias pessoais. O drama das aldeias comunais criadas pelo governo, nas quais a população foi obrigada a viver, aparece como um motor de migrações espontâneas e clandestinas de grupos humanos.

[Maxanissa] informou de que os pais, depois do seu rapto se haviam transferido para a periferia de uma das grandes cidades por desgosto e, acima de tudo, pela veemente recusa de viverem em comunais aldeias onde teriam ao pequeno-almoço, almoço e jantar, entradas sempre iguais de palavras desconhecidas (KHOSA, 2008, p. 132).

Para mostrar as dinâmicas explosivas das relações de poder no seio das comunidades com as mudanças trazidas pela independência, o narrador parte da história pessoal de Rosa, uma moça de vinte e três anos que vive no acampamento, o que ocupa todo o segundo capítulo. A trajetória de vida de Rosa introduz os personagens de seu tio, o cipaio Samuel Nobela, do cozinheiro Naftal Passarinho e do régulo Mudine. Como cipaio, Nobela trabalhara toda a vida, assim como seu pai antes dele, sob ordens da administração colonial, como polícia, perseguindo e batendo em pessoas que não pagavam os impostos. Com a independência, é proscrito por Naftal Passarinho, seu amigo e cozinheiro do administrador da vila “transformado em novo régulo dos tempos que corriam” (KHOSA, 2008, p. 43). O mesmo nível de marginalização não atinge o régulo Mudine, o líder tradicional respeitado pela população, mas que igualmente colaborava com o regime colonial e dava ordens aos cipaios: “O meu pai e eu cumpríamos as ordens dos régulos e administradores. Nós executávamos o que eles mandavam” (KHOSA, 2008, p. 51), lamenta-se Nobela. Apesar de Mudine também ser considerado um “comprometido”, um “reacionário”, e de ter seu poder formal diminuído, o respeito da população não se altera, sendo apenas dissimulado:

[Mudine] sabia que o seu real poder não vinha dos decretos administrativos, mas da sucessória linha real dos Mudines. E a população disso sabia. E para cumprir com as decretadas ordens de rejeição optaram pela dissimulação. À luz do sol, os jovens, velhos e crianças evitavam-no com simulados gestos de respeito. À sua passagem, os velhos baixavam a cabeça e os jovens olhavam-no com um silêncio de admiração, deixando os novos comprometidos do regime chamarem-no reacionário com fraca convicção na voz (KHOSA, 2008, p. 50).

Ressentido e furioso com a injustiça – “eu que executava as vossas ordens é que me fodo, não é?” (KHOSA, 2008, p. 52) – Nobela parte sozinho da vila. Quando regressa, seis anos mais tarde, está acompanhado por quarenta homens armados. Seu grupo massacra a população, rapta as crianças (entre as quais Penete), os “futuros guerreiros” (KHOSA, 2008, p. 48), e ocupa a vila por cinco dias.

O que se passou na vila durante aqueles cinco dias não diferia tanto de outras ocupações armadas e violentas pela África e o restante mundo de ódio e desigualdades. As violações, o saque, as mortes, nas suas várias vertentes, eram as mesmas (KHOSA, 2008, p. 48).

Nobela, pessoalmente, se encarrega de liquidar toda a família de Passarinho. Depois, “mandou que os seus homens cortassem as mãos de Passarinho e o deixassem vivo” (KHOSA, 2008, p. 48). Nobela ilustra, em parte, o “potencial de violência” (BORGES COELHO, 2003) deixado pelo regime colonial e mal gerenciado pelo governo independente. Os caminhos que levaram o antigo cipaio a se tornar comandante de uma tropa não interessam ao narrador, que não especifica se ele havia se juntado a alguma organização ou se agia de modo independente. Embora ocupasse um lugar de autoridade e liderança, Nobela também era incapaz de alcançar as mudanças políticas. Sua fúria e explosão de violência não tinham a ver com motivações ideológicas. O homem era movido pelo rancor por Passarinho, o amigo que, repentinamente transformado em chefe, o escorraçara: “Foi o Passarinho que o atirou à esterqueira da vida. E ele não compreendida as atitudes do amigo cozinheiro” (KHOSA, 2008, p. 43).

As pessoas viam-se arbitrariamente lançadas em meio à guerra e ao terror de palavras sem sentido. No quadro de circunstâncias dos personagens do romance, não existem motivações políticas, não há espaço para utopias, nem sonhos ou projetos. Nenhum dos personagens apresentados havia se envolvido com a luta de libertação, eram pessoas comuns preocupadas em sobreviver o dia-a-dia, sem nem ao menos entender o que significaria a independência. O narrador, ao penetrar na história de Malaquias, mineiro de profissão raptado para o acampamento, revela:

À saída das profundezas da terra, por entre a vozeria dos mineiros, [Malaquias] soube que a sua terra se tornara independente. [...] ousou perguntar, a um companheiro próximo, o significado da independência, não por desconhecimento total do significado da palavra, mas para melhor se inteirar das reais implicações de tal facto na sua vida de mineiro (KHOSA, 2008, p. 83).

As pessoas se envolvem na guerra porque as armas bruscamente cruzam os seus caminhos. O narrador reforça insistentemente a falta de sentido da guerra, através de expressões como “guerrilheiros de causas desconhecidas” (KHOSA, 2008, p. 55), “guerra de desconhecidas razões” (KHOSA, 2008, p. 57), “devastação sem nome e sentido” (KHOSA, 2008, p. 58), “ataque sem sentido” (KHOSA, 2008, p. 58), “guerra sem nome e sentido” (KHOSA, 2008, p. 58). Os homens estavam “fardados à moda das anárquicas guerras sem sentido lógico na ilógica das guerras” (KHOSA, 2008, p. 139). O narrador associa a ilogicidade e a ininteligibilidade da guerra à noite e, esta, ao Caos (reenviando à epígrafe de Oriana Fallaci), como imaginado pela mitologia grega, em oposição a Eros.

A noite, desde os imemoriais tempos em que os gregos grafaram os seus mitos teogónicos, é filha direta do Caos, matriz da existência. Porque no princípio dos princípios tudo era Caos. Caos pela desorganização. Caos pela impossibilidade de dar lógica ao mundo. E só foi Eros, o amor, que trouxe a coesão, a força espiritual. Mas a noite, o caos, o indescritível, está sempre presente com seu desordenado vigor [...] Eros há muito que havia desertado do acampamento (KHOSA, 2008, p. 86).

Os sobreviventes da noite carrega em si um traço de profecia cumprida. Em *Ualalapi*, no último capítulo, “O último discurso de Ngungunhane”, o imperador havia deixado o augúrio: “podeis rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada” (KHOSA, 1991, p. 115). Pois a noite havia caído e Eros já não estava mais lá. As terras tomadas pelo caos são afetivamente estéreis: “aqui não se ama. E quando não há amor não há filhos, há bastardos” (KHOSA, 2008, p. 58).

O fogo e a fogueira, elementos marcantes na vida cultural africana regularmente reportados em ficção como meio de iluminação da noite e espaço de transmissão de histórias (PADILHA, 2002), têm seus valores simbólicos desconstruídos. Em vez de servir para estreitar os laços sociais, o fogo serve para destruí-los. Severino era um piromaníaco, o fogo era uma de suas formas preferidas de destruição: “gostava de ver labaredas a tentarem aproximar-se das estrelas. Gostava de ouvir o

grito dos deserdados” (KHOSA, 2008, p. 59). Os homens sentavam em volta das fogueiras apenas para esperar a chegada do comandante e da orgia que se seguiria.

Cientes da insondabilidade das trevas, os homens do acampamento acendiam pequenas lareiras; tentavam abrir pequenas brechas de luz na noite que se alargava com os seus segredos, os seus espíritos, os seus fantasmas, os seus enigmas. Sabiam que a hiena anda de noite. O que não sabiam, o que não assumiam, é que o caos estava entranhado nos espíritos de todos os que, sentados à volta de pequenas fogueiras que atiravam a luz ao alto, riam e esperavam (KHOSA, 2008, p. 86).

O que o narrador chama de caos, Freud (1997) teria chamado de instinto ou pulsão de morte, o pendor de agressividade, a tendência inata do ser humano para a destruição existente dentro de todos, “entranhado nos espíritos de todos”.

A comitiva do comandante é apresentada pelo narrador como uma horda inassimilável de corpos de gente, de diversos tipos de animais e objetos, descrita de modo ensurdecedor:

O que era assombrante, e ao mesmo tempo inenarrável, [...] [era] a desarticulada e monstruosa sinfonia que assomava do longo e penoso séquito. De uma assentada ouviam-se os mugidos de vacas desorientadas em currais desconhecidos, misturados aos zurros de burros repletos de cargas que nunca carregaram, tonificados com o cacarejo das galinhas, o balido das ovelhas, o grasnar dos patos, o cucurico dos galos aos ombros dos homens meio alquebrados, e os berros das vitelas cansadas de tanto serem puxadas por jovens nunca amestrados no trato dos animais domésticos. A estas falas, umas de cansaço, outras de angústia, e muitas de desespero, juntavam-se as vozes de comando dos homens nos seus diversos escalões. Tornava-se difícil harmonizar estes variados sons, estas falas, estas vozes [...] E sobre essas vozes tão diferenciadas como insuportáveis [...] acompanhando-as sempre, estava o enfadonho e malicioso zumbido dos mosquitos das incuráveis malárias (KHOSA, 2008, p. 122).

É principalmente por meio de Malaquias e Josefina que o narrador dá a ver os pensamentos conturbados e o raciocínio prático que dominava a existência das pessoas. Josefina era uma mulher que Malaquias havia encontrado no primeiro acampamento pelo qual passara. Ela era uma vendedora astuta que conseguia ser bem considerada pelos comandantes de ambos os lados. Antes de ser julgada como uma infiltrada e ser fuzilada, Josefina conseguiu sobreviver durante algum tempo graças a sua capacidade de adaptação à “dupla existência dos carentes da vida” (KHOSA, 2008, p. 66). Ao contrário do que diziam alguns rumores, ela não era uma falsária e não possuía dotes extraordinários de retórica. Seu discurso, em ambos os lados, “na sua forma verbal e gestual, era o mesmo” (KHOSA, 2008, p. 66). Josefina havia simplesmente compreendido que bastava adaptá-lo à “cor da casa” em questão.

Josefina [...] dizia que a sua (e de outras mulheres e homens) travessia pelas invisíveis fronteiras da discórdia nada tinha a ver com a simpatia ou antipatia por uma das cores. De cada lado da discórdia falava-se num futuro de bem-estar. E ela não procurava esse futuro. Ela lutava pelo bem-estar do presente dos seus filhos. [...] O meu futuro é o presente feliz que procuro, com sinceridade, obter no meu trabalho de compra e venda. Eu sou a loja que nos falta, dizia. Compro açúcar nas terras da abundância e vendo-o nas terras da carência. E com este meu trabalho, vou adiando a morte dos que se alimentam de palavras (KHOSA, 2008, p. 67).

Josefina, pela sua profissão e determinação, é a única mulher que possui alguma margem de manobra. A existência das outras mulheres se resume à função de prover o prazer sexual aos homens. Malaquias, nas memórias de sua família, se concentra nos detalhes da vida sexual que levava com suas duas esposas e com as viúvas da família. De acordo com os preceitos tradicionais seguidos pela família de Malaquias, o respeito e a educação legados pela ancestralidade obrigam a mulher a não extravasar nenhum prazer, a mexer-se com parcimônia e lançar a mesma frase, “estás-me a aleijar”, pois esta era “a frase do gozo, do prazer, a frase que excita o homem, a frase que dá a ilusória verdade da descomunal dimensão do pénis copulador” (KHOSA, 2008, p. 90). Nessas condições, a mulher não tinha nenhum prazer, apenas imensa dor, pois “a vagina, feita mera receptácula do falo, não está lubrificada” (KHOSA, 2008, p. 90). Quanto às viúvas da família, cabia ao Malaquias fazer a cópula ritual, para “aferrolhá-las não só à casa que as desvirginou, mas, acima de tudo, ao pénis copulador dos Solomone¹⁸⁵”, o sexo seria “como a marca que o ferro em brasa deixa no lombo da vaca” (KHOSA, 2008, p. 92). A menina Maxanissa, de dezesseis anos, sequestrada de sua aldeia, havia sido transformada, “a contragosto”, em amásia do comandante Roque, no acampamento, e era obrigada a “calçar as [...] horripilantes botas de chulé nos pés do comandante”, a “sorrir sem querer sorrir, beijar sem querer beijar”, e a ser objeto de iras, bofetadas e pontapés (KHOSA, 2008, p. 134). Apesar disso, era a preferida: “era um sinal de que sobreviveria à morte” (KHOSA, 2008, p. 134). Efetivamente, como explica Efraime Jr., as meninas que conseguiram sobreviver à guerra foram as preferidas dos comandantes, pois eram estupradas apenas por eles e “poupadas” de serem permanentemente violadas por diversos homens (2013, p. 115). A mãe de Sabonete é um caso de mulher que não teve a mesma “sorte” de Maxanissa. Obrigada a vagar pelo mato com seis homens, havia sido “uma simples e detestável depositária do

¹⁸⁵ Nome de família de Malaquias.

sémen acumulado nos longos dias de fome, angústia, ódio, terror, e alguma pitada de alegria e prazer” (KHOSA, 2008, p. 20). No sexo, apenas Rosa havia experimentado algum prazer e, mesmo assim, por meio de rotas incomuns. Rosa, órfã de pai e mãe, na adolescência havia sido desvirginada por seu tio Samuel Nobela, “com o natural argumento de que a iniciação à vida começava em rituais caseiros” (KHOSA, 2008, p. 39). Mas esta não era uma prática corrente. Ao contrário, era vista com maus olhos, como elucida Khosa, “A questão do pai e da filha era um fenómeno quase marginal, uma espécie de loucura, não é uma tradição como tradição” (2015, p. 10).

As puritanas e racionalmente preparadas almas podem pensar que a Rosa odiava o tio. Não. Para ela, o tio era o mestre dos segredos da alcova. Faziam amor como os burros e as cobras. E com medo dos vizinhos não relinchavam, mas guinchavam, para não dizer que corvejavam (KHOSA, 2008, p. 49).

Qualquer significado político das mudanças históricas é desconhecido e, de resto, insignificante, em meio ao dispêndio de vidas. Uma vez dentro da guerra, as pessoas se movem pelo campo das opções limitadas de morrer, matar ou matar-se. Esta última, a alternativa do suicídio, como explica o Malaquias, “não está para a nossa cultura. Preferimos matar a ter que matarmo-nos” (KHOSA, 2008, p. 134). Apesar disso, não raro as pessoas escolhiam essa saída para se libertarem “do corpo compungido de dores e ânsias” (KHOSA, 2008, p. 34). Para desencorajar a prática, o comandante pendurava os corpos dos suicidas nas árvores e convencia aqueles ainda vivos de que a morte devia ser dada aos outros e nunca a si mesmo, mas não é por nenhuma tradição cultural: “quem dita a morte sou eu, dizia o comandante, só eu é que tenho direito de dizer quem é que deve morrer ou viver” (KHOSA, 2008, p. 35). O comandante se autodefine como um soberano, que detém o poder de vida e morte sobre seus subordinados. Embora o comandante também não entendesse a guerra, pois a ele também haviam dado uma arma sem mais nem menos, para ele a ética da guerra era clara:

a disciplina virada para matar tudo, mas tudo o que na outra margem não lhes obedecesse. Esse era o objetivo, o desiderato maior destas guerras [...] porque o Caos tinha que se sobrepor ao Eros (KHOSA, 2008, p. 127).

Malaquias, um hábil sobrevivente, vira-se, “sem saber porquê, metido na guerra” (KHOSA, 2008, p. 62), quando um grupo armado interceptara os mineiros que voltavam à terra. Ele sobrevive no acampamento fazendo-se útil ao

comandante, monitorando as notícias passadas pelo rádio e tomando notas. Com seu básico conhecimento escolar, ele era o único que tinha direito a caneta e caderno. O raciocínio de Malaquias é crítico e aguçado como o de Josefina. Ele questiona os dizeres vazios dos outros: “Diziam que eram inimigos. Inimigos de quê, porra?” (KHOSA, 2008, p. 64); “Falamos de política. Mas que política?” (KHOSA, 2008, p. 64). Ao final de suas reflexões, só lhe sobra a perplexidade. “O que é isto?...” e “Que mundo é esse?” são as questões que ele faz para si mesmo e para o velho Matias, repetidamente, sem arranjar resposta. “Estamos todos fodidos” (KHOSA, 2008, p. 96) é a única conclusão a que consegue chegar. Assim como Josefina, Malaquias entende que não há nenhum projeto de “futuro de bem-estar” na base da barbárie: “Ainda se soubesse como é que esta porcaria começou, talvez entendesse quando é que isto vai terminar. Mas um gajo só está aqui para matar. Um dia ainda aparece um filho meu com uma arma apontada aos meus colhões” (KHOSA, 2008, p. 65).

Entre os assuntos que surgem nas conversas de Malaquias e Matias nas horas de espera do dia estão as crianças. Matias tentava transmitir lampejos de esperança através de seu modo metafórico de pensar: “Se cavares mais fundo terás água limpa. Não bebemos a água do poço? É preciso cavar de modo que a água limpa suplante o lodo, a sujidade” (KHOSA, 2008, p. 88). Para Malaquias, por outro lado, “a chaga da maldade nunca mais sairá do corpo dessas crianças. [...] Aqui ninguém se safa. A morte está conosco...” (KHOSA, 2008, p. 88). Ele se abisma e entristece com as atrocidades dos mais jovens: “Já não são crianças, Matias. Vê o Sabonete. O que é aquilo?” (KHOSA, 2008, p. 88); “Olha para o Boca. Achas que um dia ele voltará a falar? Vais conseguir tirar o ódio que aquele miúdo carrega consigo?” (KHOSA, 2008, p. 89). Para ele, Severino se resumia a três palavras: “severo, matador, sanguinário” (KHOSA, 2008, p. 95). E, quanto ao Penete, Malaquias antecipava que seu coração iria mudar e seria como os outros. Para Malaquias, o recrutamento das crianças tinha uma razão bem precisa: “quanto mais os currais estiverem cheios de vitelos, com maior ferocidade se fará sentir a matança, porque os vitelos criados na guerra não têm outro pasto no horizonte que não o sangue” (KHOSA, 2008, p. 69). O homem deitava sobre todas as coisas seu olhar perplexo e pessimista. A seu ver, quando aquela insensatez terminasse,

os sobreviventes seriam eternos sonâmbulos guiados pelo instinto, pelos sabores da vida material, pela ganância, porque o espírito, a raiz, a essência, perdera as ramificações da solidez, reduzindo-se a um e único germe sem cor nem sabor (KHOSA, 2008, p. 98).

As observações de Malaquias tinham sua precisão. Os quatro meninos muito haviam sofrido e, à exceção de Penete, muito feito sofrer. Porém, nem Malaquias nem Matias conseguiam alcançar a complexidade que ia por dentro dos meninos.

Malaquias [...] nunca se deu conta [...] que Severino tinha seus momentos de eremita forçado [...] Matias, sempre atento aos pequenos pormenores, aos detalhes mais esquivos, espantar-se-ia ao saber que Severino, destemido guerreiro das predações sem fim, era um ser dado a pequenas reflexões. Só o Penete, o moço da gaiola sem pássaros, é que venerava os momentos de solidão de Severino (KHOSA, 2008, p. 138).

Os adultos podem fazer uma análise geral da situação degradante dos jovens, mas a observação fina, sensível, detalhista cabe ao Penete, que observa a todos, percebendo seus momentos de solidão e suas idiossincrasias. Malaquias nunca havia falado com os meninos e “pouco se aproximava dos moços feitos adultos” (KHOSA, 2008, p. 118). Por isso, escapou-lhe a remota possibilidade de que pudesse haver neles algo que não fosse a indiferença à barbárie e o completo enrijecimento do espírito. A falta de comunicação entre as gerações, a distância intransponível entre as crianças e os velhos, expressos na desconstrução da fogueira como espaço social positivo, na recusa de Penete em absorver a cultura tradicional dos provérbios, no afastamento deliberado dos adultos e na consciência do comandante sobre a força simbólica de rompimento presente no assassinato de um velho por uma criança, significam a interrupção da transmissão de valores, conhecimento, sabedoria e ancestralidade. Assim, os meninos precisam se valer apenas de si mesmos. A narrativa, embora predominantemente pesada e pessimista, deixa um rastro de esperança ao mostrar o que as crianças estão fazendo enquanto os adultos não estão prestando atenção.

As histórias pessoais de cada garoto são contadas pelo narrador ao longo do romance. A fome serve como pretexto para a apresentação de António Boca, um garoto mudo de quinze anos, que comia as crostas das próprias feridas. O narrador informa que havia três anos o garoto (portanto, à época com doze anos) havia sido raptado de uma aldeia, cujo nome ele não lembrava, sem escola nem hospital, onde as pessoas viviam da própria plantação, da caça e da pastorícia. O grupo armado havia chegado à sua aldeia porque havia capturado e torturado o pai de Boca, astuto

caçador que acabara por ser caçado. Sob o fogo que queimara todas as cabanas e currais, a aldeia desapareceu por completo. António vira seu pai, amarrado pelos pés e pelas mãos como um antílope, ser abatido com um tiro. Depois disso, nunca mais falou. António Boca integra o elenco de personagens mudos das obras da literatura mundial que contam as catástrofes humanas e que utilizam o emudecimento, “a falta de fala ligada ao estupor de uma série de mudanças inassimiláveis por sua velocidade e magnitude à continuidade da experiência do sujeito” (RICHARDS, 1999, p. 326), como alegoria para metaforizar a insuficiência da linguagem diante de situações-limite. Agora, Boca matava a fome “comendo a sua própria carne” (KHOSA, 2008, p. 18). Ele não fala, mas produz sons perturbadores. A descrição convoca a imaginação auditiva do leitor: “os dentes esmagavam, trituravam. E o som, o ruído das crostas a serem trituradas, era abafado pelo clamor da manhã que crescia” (KHOSA, 2008, p. 18).

Na manhã em que a história começa, o leitor encontra José Sabonete distribuindo pedaços de gafanhotos, “que haviam perdido o verde da esperança” (KHOSA, 2008, p. 21), para enganar a fome de todos. Enquanto a marca distintiva de António Boca era a mudez, a de Sabonete era o sorriso inabalável. “A sua história”, diz o narrador, “tinha muitas versões” (KHOSA, 2008, p. 19). Em todo caso, ninguém sabia quantos anos ele tinha. Dizia-se que ele tinha a idade da guerra. A versão mais próxima da verdadeira, conhecida pelo narrador, era a do velho Matias, que havia dito que o pai de Sabonete seria para sempre desconhecido, pois sua mãe servira de amásia a seis homens nos primeiros momentos da guerra. Depois que o cordão umbilical foi cortado pela baioneta, ela morreu. O sobrenome Sabonete fora escolhido pelos homens, que não queriam irritar seus antepassados dando ao bebê uma árvore genealógica que poderia não ser a dele. A escolha pelo nome do “produto sonhado e nunca utilizado” deveu-se “à repugnante imagem que lhes passava pela mente do bebê coberto pela cor leitosa do esperma que exalava o nauseabundo cheiro de peixes podres” (KHOSA, 2008, p. 21). Como interpretado por Sophia Beal, “o sobrenome destaca como os possíveis pais tentaram se limpar da responsabilidade esfregando a paternidade do menino com sabão”¹⁸⁶ (2010, p. 298). Lembrando que a figura da mãe havia sido “na série literária anterior, maximizad[a] como duplo da terra africana” (PADILHA, 2002, p. 38), pode-se imaginar que a

¹⁸⁶ “The surname highlights how Sabonete’s possible fathers tried to cleanse themselves of responsibility by scrubbing the parentage out of the boy”.

mãe de Sabonete, única personagem feminina cujo principal traço é a maternidade, remete simbolicamente à devastação da própria terra africana, naquela guerra fratricida em que os próprios homens da terra a violavam e destruíam.

Sabonete migrou entre várias bases, sendo cuidado por mulheres diferentes, que lhe diziam que ele havia nascido de uma termiteira. “O meu pai é a guerra” (KHOSA, 2008, p. 22), ele mesmo dizia. Diferentemente dos outros, Sabonete desconhecia qualquer outro tipo de vida fora da guerra. Ele havia sido sociabilizado na guerra e, portanto, a violência e a morte não constituíam para ele uma exceção, mas eram seus parâmetros de normalidade. Não tinha nenhuma autocensura, nenhum limite, nada o espantava. Sabonete sorria “da mesma forma quando decapitava um cativo sem nome, ou em presença de uma galinha assada em semana de fome” (KHOSA, 2008, p. 108).

Sempre que contava uma história, Sabonete não sabia estabelecer a ponte entre o trágico, o macabro, o cômico e o jocoso. [...] Quando o esbofeteavam [...], ele falava da dor com um sorriso nos lábios. Quando engatilhava a arma, o riso estava sempre presente. [...] O sorriso [...] era estranho. Não se sabia nunca quando é que Sabonete estava contente ou triste. Não se sabia o que ia na mente do moço. Todos o achavam uma palhota sem capim¹⁸⁷ (KHOSA, 2008, p. 106).

Mas haveria algo a mais em Sabonete. Em um fragmento de passado, o narrador reporta uma conversa que Sabonete havia tido com um de seus possíveis pais, que por coincidência havia cruzado seu caminho, em que ele disse: “O meu mundo é a floresta. As minhas palavras são como as folhas: numa época estão verdes, lindas, noutras, ficam escuras, tristes” (KHOSA, 2008, p. 23). Depois de finda a conversa, “Sabonete ficou com a estranha e curiosa sensação de ter dito o que nunca pensara dizer. As palavras saíram por si. Haveria outra pessoa dentro dele?” (KHOSA, 2008, p. 24).

Severino, antes da guerra, era pastor. Quando o grupo armado o surpreendeu, no pasto, obrigaram-no a assistir ao abate cruel de sua vaca de estimação, de nome Essitela, em homenagem à avó falecida. “Severino chorava. Chorava com a perda da cocuana¹⁸⁸ Essitela. Chorava pela vida que se esvaía nos suspiros finais da vaca. O mundo deixara de ser o que era” (KHOSA, 2008, p. 140). Integrado ao grupo

¹⁸⁷ Cabeça oca, pessoa sem juízo, de acordo com a base de dados de Júlio Meneses Rodrigues Ribeiro, pesquisador do Arquivo Histórico de Moçambique, que reúne provérbios e explica seus significados. Disponível em: <http://www.julio-mrr.net/new/images/ihatiti/dizeres_new.xml>. Consultado em 21/10/2018.

¹⁸⁸ Avó.

armado, seu batismo de guerra foi um episódio que marcou toda a sua atuação como combatente. Severino havia sido obrigado a empalar uma menina de treze anos pela vagina. Por isso, como vingança pelo que lhe fora dado a fazer, obrigava os recém-recrutados a cortarem as pessoas pegas em emboscadas, com uma atenção especial aos órgãos sexuais. Chegou a fazer com que Sabonete reproduzisse a cena original, que cortasse os seios de uma menina e enfiasse-lhe uma estaca “pela cona adentro!” (KHOSA, 2008, p. 111). Em outra ocasião, mandou Sabonete esculpir à faca uma balalaica¹⁸⁹ no torso nu do chefe de uma aldeia.

Do corpo ensanguentado despontaram seis botões toscos, quatro bolsos desalinha-dos, e uma gola irreconhecível por entre os borbotões de sangue que saíam das carótidas envelhecidas pela idade e pelo indisfarçável medo palpável nas fezes escorrendo pernas abaixo do velho não só atônito com a viragem do mundo, mas com os sujeitos encarregues de mudar a História (KHOSA, 2008, p. 27).

Severino passou a se alimentar da carnificina. “Gostava de ver a tropelia dos sem nada no encalço de qualquer coisa da sua sobrevivência” (KHOSA, 2008, p. 59). Eram os sons dos gemidos das crianças abandonadas, dos gritos dos homens castrados, dos velhos e das mulheres amputadas, dos berros dos comandantes etc., eram “esses sons, esse clangor de diferentes tonalidades, [que] davam-lhe uma relativa, ainda que furtiva, paz” (KHOSA, 2008, p. 28). Severino gostava que Boca e Sabonete executassem suas mais sádicas ordens. Boca, sendo mudo, não as contaria a ninguém. Sabonete, se contasse, “ninguém o levaria a sério” (KHOSA, 2008, p. 29).

Penete, por sua vez, era o protegido de Severino. Ele havia pedido ao comandante “que ninguém molestasse o Penete. Disse-lhe ainda que Penete não mataria ninguém, pois, caso fosse necessário, mataria por ele” (KHOSA, 2008, p. 128). Por isso, Penete, “um moço franzino com olhos enormes e abertos” (KHOSA, 2008, p. 112), de treze anos, era o único que não carregava nenhuma matança em sua carreira de pequeno guerrilheiro. Ele se limitava “à pilhagem e ao carregamento de bens das aldeias saqueadas” (KHOSA, 2008, p. 27). Nascido e criado em uma vila, o menino havia recebido alguns anos de escolarização e vivera, até seu rapto, distante do cotidiano rural. Aos seis anos, havia construído, “com a natural impaciência da infância” (KHOSA, 2008, p. 100), uma gaiola de arame. Apaixonado por pássaros, Penete não pretendia prender as aves. Ele gostaria que a gaiola fosse como uma casa

¹⁸⁹ Farda de estilo soviético usada por soldados da Frelimo.

e não como uma prisão, queria que os pássaros tivessem a liberdade de entrar e sair.

Queria ser um pastor de aves:

Não queria ser pastor de quadrúpedes. [...] Queria ser pastor de aves. De aves das pequenas e médias alturas. E para tal não precisava de um bastão, uma vara, um pau. Bastava-lhe entender o canto, a música, o falar das aves. Era essa a linguagem que queria abraçar, interiorizar. Não queria a força do pau, do bastão (KHOSA, 2008, p. 100).

Com a ajuda de Severino, que o preserva de matar e se embrutecer, Penete resiste à barbárie, mostra-se “relutante em apreender as cambiantes do mundo em que se encontrava enrodilhado” (KHOSA, 2008, p. 117). Ao pau e ao bastão, ele prefere a linguagem e a comunicação. À prisão, ele prefere a liberdade. “Para ele, a gaiola era a casa do diálogo, da música, da paz, da liberdade” (KHOSA, 2008, p. 101). Mas nenhum pássaro nunca entrara em sua gaiola. Com o tempo, Penete transformara-a em outra coisa. Primeiro, nos tempos de escola, ela servia para guardar seu lápis, borracha e caderno. Depois, a gaiola virou um espaço guardador de histórias, pensamentos, confidências e aguçadas observações do garoto: “Gaiola de histórias, personagens, imagens circulando, sobrepondo-se, como numa tela, com sons, palavras, e cores. Gaiola de memória. Gaiola da vida” (KHOSA, 2008, p. 100). Ao entardecer, sozinho, Penete abria a gaiola e, passando os dedos pelos fios de arame, ia “libertando com os seus gestos imagens fantasiosas, corpos coloridos e desbotados, e vozes com histórias amontoadas no vazio da gaiola” (KHOSA, 2008, p. 26). Graças à gaiola, um lar metafórico que lhe dá uma impressão de estabilidade (BEAL, 2010), Penete é o único menino que consegue preservar uma ligação com seu passado, enquanto os outros foram despossuídos de qualquer senso de pertencimento e tiveram seus laços mais fortes de afeto destruídos. Sabonete nunca teve ninguém, Boca perdeu o pai, e Severino, a vaca de estimação.

Penete representa aquilo que Severino gostaria de resguardar na humanidade. Para Severino e para o restante do grupo, a gaiola era “a divisa de uma infância não perdida” (KHOSA, 2008, p. 113). Severino tinha certeza de que o menino guardava em si uma sensibilidade particular, “consubstanciada na infantil maneira de Penete se deslocar e perguntar coisas que a ninguém ocorria, como a dor, o sofrimento, a angústia” (KHOSA, 2008, p. 113). António só se expressava, como podia, na presença de Penete. “Só os dois, António e Penete, é que se davam ao luxo de se comunicarem com laivos da pureza infantil ainda grudada nos tísicos corpos de

guerreiros do desconhecido” (KHOSA, 2008, p. 26). Quanto a Sabonete, ele era o objeto de muitas reflexões de Penete, que tentava descobrir o mistério do sorriso inabalável do amigo. Na gaiola, seu rosto sorridente “ocupava toda a largura do quadrado do arame defronte à porta grande” (KHOSA, 2008, p. 106). Penete não acreditava que Sabonete fosse uma palhota sem capim, mas não era capaz de identificar o que lhe ocorria.

palhota sem capim não era, e muito menos homem que anda nas nuvens podia ser, pois os nefelibatas, palavra que nunca entraria no seu léxico, são os que mais sentimentos transportam no corpo e na alma. O sorriso de Sabonete era outra coisa que os seus parcos saberes não conseguiam identificar (KHOSA, 2008, p. 111).

Quando o comandante Roque retornou ao acampamento, vendo em Severino um provável rival na posição de chefia, havia tomado a decisão de cercar seus poderes. Não deveria ter permitido que Severino tivesse em Penete um protegido, “uma mascote com uma gaiola sem pássaros” (KHOSA, 2008, p. 128). Por isso, decidira que Penete, para “segurar os colhões” e “ser macho”, iria matar: “a melhor forma de o puto abandonar a gaiola é entregar-lhe uma arma” (KHOSA, 2008, p. 128). O comandante sabia que, para liquidar de vez qualquer resquício de integridade no menino, era preciso que Penete matasse um velho, pois isso “romperia definitivamente com a secular hierarquização da respeitabilidade” (KHOSA, 2008, p. 129). Antes que o momento chegasse, Maxanissa conseguiu avisar Severino sobre o plano. O garoto, percebendo que se tratava de uma demonstração de poder, “Filho da puta! [...] O gajo quer-me lixar” (KHOSA, 2008, p. 141), resolve fugir do acampamento com Penete, Boca e Sabonete, “à procura de uma nova vida, um novo rumo, um outro destino” (KHOSA, 2008, p. 143). Quando finalmente se permitem descansar, depois de longas horas de marcha, Penete se dá conta de que não havia levado sua gaiola.

- A minha gaiola, Severino?
- Olharam-se em silêncio.
- Desculpa, Penete. Mas esquece.
- Como esquecer?
- Vamos arranjar outra gaiola.
- Impossível, Severino. Vamos voltar. Temos que voltar.
- Não podemos.
- A minha gaiola, Severino!...
- Esquece!, gritou Severino. Depois, refazendo-se do nervosismo, acalmou-se e disse:
- Tenta esquecer a gaiola, Penete. Um dia vais compreender. Agora não temos tempo para sonhar. Vamos embora, malta.

- Para onde?, perguntou Sabonete, refeito já da noite que fora.
- Para onde os pés nos levarem (KHOSA, 2008, p. 143).

A narrativa desenha um círculo no qual o fim se reporta ao *incipit*, em que Severino é despertado de um pesadelo, despertado da noite, pela “leveza da infância” (KHOSA, 2008, p. 15) de Penete. Mas o significado da perda da gaiola permanece como uma questão em aberto, enigmática: sem a gaiola, o que acontecerá com a sensibilidade de Penete que Severino tanto quisera preservar?

Relativamente às narrativas angolanas sobre os pioneiros analisadas no capítulo anterior, *Os sobreviventes da noite* trabalha uma perspectiva bastante diferente. Não há mais lugar para a exemplaridade, com função didática, do menino heroico, predestinado à grandeza, que luta por um objetivo elevado, naquele caso, de libertação, em tudo condizente com as diretrizes do projeto do homem novo na construção da unidade nacional delineado pelo MPLA. Em uma guerra esvaziada de qualquer sentido político-ideológico compreensível, não é mais possível conceber cenas de “bela morte” e de “supremo sacrifício”¹⁹⁰. Essa diferença foi ensaiada por Manuel Rui, em “Cinco dias depois da independência”, obra que mostra a transição da guerra anticolonial para a guerra civil que se deu em Angola em 1975. Os pioneiros do esquadrão Kwenha, entretanto, ainda preservavam contornos heroicos, pois acreditavam na luta contra o imperialismo, encarnado nos combatentes da FNLA, e estavam determinados a dar a sua melhor contribuição, incluindo suas vidas, para a causa do MPLA. Por outro lado, no romance de Khosa, os meninos, assim como as pessoas em geral, não alcançam as motivações da guerra civil e perpetram a violência porque tiram dela algum prazer ou porque acreditam não ter outra opção. A necessidade bélica como único caminho contra a opressão e pela liberdade é substituída pela disseminação da violência enquanto meio de suprir a pulsão de morte, de caos, apresentada como intrínseca ao ser humano. Assim como na maior parte das obras sobre crianças-soldado publicadas nos anos 2000, os garotos são brutalmente sequestrados e forçados a integrar o grupo armado, sofrendo e cometendo toda sorte de crueldades, configuração que os constrói sob o traço da ambiguidade essencial da figura da criança-soldado. Tal ambiguidade do oxímoro “criança-soldado” está presente também no nome de Severino, uma fusão de “severo” e “menino”, o personagem que demonstra, talvez mais do que todos os outros meninos-

¹⁹⁰ Brochura do MPLA “Dia do Pioneiro Angolano”, p. 6.

soldado do repertório de narrativas sobre o tema, a agência tática sugerida por Honwana, que abordei no primeiro capítulo, por meio da qual as crianças-soldado operam, otimizando suas possibilidades de sobrevivência e de escolha sobre suas ações. Ao planejar e efetivar a fuga, levando consigo seus companheiros mais próximos, Severino transgride a norma da violência instaurada na guerra. Nesse sentido, é possível percebê-lo, também, como uma espécie de herói, que se revela apenas no último momento, se considerarmos que “o ato heroico”, como diz Jean-Marie Apostolidès, “tem o aspecto de um gesto fundador que não apenas rompe com a estabilidade, mas também interrompe o processo de degradação”¹⁹¹ (2003, p. 21). “Ser um herói”, continua o pesquisador, “é correr um risco para produzir uma ruptura [...]; o risco final sendo a perda da própria vida”¹⁹² (p. 36). O romance se fecha com a incógnita do futuro dos meninos. A fuga para um destino incerto não significa, necessariamente, que estariam a salvo, pois naquela guerra não havia apenas um lugar anoitecido. O acampamento do comandante Roque era apenas um deles. Sozinhos, estavam mais vulneráveis. Mas Severino havia conseguido atrasar o processo, pois, naquela situação, fugir era o único modo possível de resistir e de desafiar a força do caos sem perecer. Embora o futuro dos meninos seja desconhecido e seu passado e presente carreguem perdas afetivas e identitárias incalculáveis, além de distúrbios psíquicos profundos, a última cena se configura como a “réstia de luz que insiste em não se apagar” (PADILHA, 2002, p. 45), que perpassa as obras moçambicanas sobre o caos dos anos de guerra, respondendo às máximas de esperança e utopismo agarradas por Matias.

Matias ainda se atinha à máxima de que uma panela fraca parte as panelas fortes. O que os outros, em tom de mal-estar, ou de negras análises, diziam que o mundo estava já coberto de uma manta negra que perduraria por largos anos sobre a mente e os olhos dos homens, ao que Matias retrucava dizendo que a formiga dá ordens ao elefante (KHOSA, 2008, p. 131).

¹⁹¹ “[...] l’acte héroïque prend l’aspect d’un geste fondateur qui non seulement rompt avec la stabilité mais arrête le processus de dégradation”.

¹⁹² “Être un héros, c’est prendre un risque pour engendrer une rupture [...] ; le risque ultime est celui de sa propre vie”.

5. Comandante Hussi: um menino e uma bicicleta na guerra civil da Guiné-Bissau

*A guerra é como andar numa bicicleta,
quando se aprende nunca mais se esquece.*
Comandante Hussi

Em 1998, seis anos depois do fim da guerra em Moçambique, explode um conflito armado na ponta ocidental do continente, na Guiné-Bissau. Embora de natureza diversa e proporções menores relativamente às guerras pós-independência de Angola e Moçambique, o conflito da Guiné-Bissau, que se iniciou em 7 de junho de 1998 e terminou em 10 de maio de 1999, também deixou um lastro profundo de destruição e miséria. A utilização de crianças e adolescentes como crianças-soldado foi menos expressiva, mas também ocorreu.

Neste capítulo, analiso o livro *Comandante Hussi*, escrito pelo jornalista e escritor cabo-verdiano Jorge Araújo e ilustrado pelo angolano Pedro Sousa Pereira, também jornalista, publicado pela primeira vez em 2003¹⁹³ em Portugal. A obra, de registro lúdico, conta a história do menino-soldado Hussi e de sua bicicleta mágica na Guerra do Balão, personagens transportados da realidade para a ficção. Em 1999, Araújo, então na Guiné-Bissau para cobrir o desenrolar da guerra, escreve uma reportagem sobre o garoto Hussi, à época com doze anos, que havia servido como menino-soldado, intitulada “Comandante 3: o rebelde mais novo da Guiné”, publicada no semanário português *O Independente*, na edição de 21 a 28 de maio de 1999 (SILVA, 2015).

A reportagem original, que se inicia com o clássico “era uma vez”, já flertava com a linguagem literária e acionava o arsenal da ficção para captar o leitor:

Era uma vez um menino. Pobre mas feliz. Feliz porque tinha um tesouro. Não era um vistoso boneco do Rambo — daqueles que se transformam em carro de combate e em avião supersônico —, nem uma sofisticada metralhadora de brincadeira, que acende uma luzinha irritante e faz mais barulho do que qualquer arma de verdade. Muito menos um computador capaz de navegar pela Internet com jogos que desafiam até as madrugadas mais longas. Era um tesouro que só uma criança pode ter. O tesouro desse menino era uma bicicleta (ARAÚJO, 1999 apud SILVA, 2015, p. 263).

¹⁹³ Utilizo a edição brasileira, da Editora 34, de 2009.

É graças à sugestão de Pereira para transformar a história de Hussi em livro que *Comandante Hussi* chega ao grande público. Trata-se de um livro, nas palavras dos autores, “que deve ser lido por adultos e que também pode ser lido por crianças” (LUSA, 2004). Em Portugal, logo após sua publicação, pela editora Livros Quetzal, a obra recebeu, na categoria de livro ilustrado, o Prêmio Gulbenkian de Literatura para crianças e jovens. Em 2006, foi lançada no Brasil pela Editora 34, que a indica para leitores a partir de doze anos, ganhando uma segunda edição em 2009. Em 2006 e em 2013, compôs o acervo destinado às séries finais do Ensino Fundamental do Programa Nacional Biblioteca na Escola, do Ministério da Educação (FERREIRA, 2015). Apesar do sucesso alcançado, *Comandante Hussi* é uma obra com diversos pontos problemáticos no que diz respeito à representação da África.

Breve panorama histórico

A guerra anticolonial na Guiné-Bissau, iniciada em 1962, foi dirigida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), de orientação marxista, e se estendeu até 1973, quando o movimento proclamou unilateralmente a independência, com o reconhecimento das Nações Unidas. O reconhecimento por parte de Portugal foi oficializado apenas em 1974, alguns meses depois da Revolução dos Cravos. Apesar de o país não ter mergulhado em um novo conflito no imediato pós-independência como Angola e Moçambique, o PAIGC à frente do governo construiu um quadro de catástrofe econômica, corrupção generalizada e instabilidade política que levou a Guiné-Bissau a uma profunda crise, engendrando a guerra de 1998-1999.

Independente, a Guiné-Bissau foi presidida pelo cabo-verdiano Luís Cabral, um dos principais líderes da guerra anticolonial e meio-irmão do líder histórico da PAIGC, Amílcar Cabral¹⁹⁴, até 1980. Naquele ano, o país sofreu o primeiro golpe de estado, quando o Presidente foi deposto pelo Primeiro Ministro guineense João Bernardo Vieira, popularmente conhecido como Nino Vieira, cuja atuação na guerra de libertação também gozava de contornos míticos. Entre os historiadores, há o consenso de que o golpe derivou da vontade do “reajuste do poder conquistado

¹⁹⁴ Assassinado em 1973 por Inocêncio Cani, membro do PAIGC, em circunstâncias controversas (NÓBREGA, 2003).

na independência, para atribuir mais poder aos dirigentes guineenses em detrimento dos cabo-verdianos” (SANGREMAN *et al.*, 2008, p. 10).

O PAIGC foi o partido único da Guiné-Bissau até 1991, quando se iniciou o processo de implantação do pluralismo partidário. Em 1994, à ocasião das primeiras eleições democráticas, Vieira, candidato pelo PAIGC, obteve a vitória nas urnas contra Kumba Ialá, no segundo turno, com uma margem de apenas três pontos percentuais (CARDOSO, C., 2000), o que lhe permitiu perpetuar um governo que já durava quatorze anos, apesar da crise interna que minava o PAIGC e do progressivo agravamento da situação política, econômica e social do país. Como diz Moema Parente Augel,

tanto no tempo de Luís Cabral como no período seguinte [...], a imposição do *status quo* foi efetuada através da força e da prepotência, do serviço secreto, da prisão, da eliminação de adversários e da repressão de toda resistência. A corrupção, o nepotismo, o compadrio dominaram (AUGEL, 2007, p. 64).

As tarefas sociais, segundo Carlos Cardoso, “eram confiadas a organizações internacionais e da sociedade civil, dado o descrédito do sistema governativo vigente” (2000, p. 92). Tais configurações levaram um grupo de combatentes veteranos da guerra anticolonial¹⁹⁵ a considerar que “os guineenses estariam a viver em cima de um barril de pólvora que a qualquer momento podia chegar ao ponto de explosão” (JAO, 2000, p. 107).

A fâsca fatal que fez o barril explodir, ou seja, que culminou na guerra, foi o comércio ilegal de armas da Guiné-Bissau (que possuía um excedente de armamentos desde a guerra de libertação) para o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC), movimento independentista do sul do Senegal, mediado por indivíduos com altos cargos no governo guineense. Como explica Augel (2007), a situação da Casamansa, uma região rica em jazidas de petróleo *off-shore* e grande potencial turístico e agrícola, era particularmente tensa para a Guiné-Bissau, pois o governo vivia grande pressão por parte de Dacar e de Paris, dos quais havia se aproximado nos últimos anos, para que o fornecimento de armas ao MFDC fosse interrompido. Com a perda de aliados militares e econômicos do Leste Europeu, derivada da dissipação do mundo socialista, a Guiné-Bissau havia iniciado o processo de abertura dos mercados e se alinhado aos interesses da França na região. Pela sua

¹⁹⁵ Em carta escrita em 28 fevereiro de 1998, tornada pública em 8 de abril de 1998 no jornal *Diário de Bissau* (JAO, 2000; CARDOSO, L., 2000).

localização geográfica, a Guiné-Bissau, imediatamente ladeada pelo Senegal e pela Guiné-Conacri, em uma região dominada por países de antiga colonização francesa, é um “espaço lusófono encravado num mundo francófono” (NÓBREGA, 2003, p. 45). Em 1997, a Guiné-Bissau aderiu oficialmente à zona do franco CFA da União Econômica e Monetária do Oeste Africano¹⁹⁶ (Uemoa), uma organização econômica regional impulsionada pela França. Por isso, com a integração da Guiné-Bissau nessa aliança, o país se tornou mais estreitamente envolvido nos interesses senegaleses e franceses em relação à Casamansa.

Em janeiro de 1998, para atenuar as relações com Dacar, Vieira afasta do governo o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, brigadeiro Ansumane Mané, seu amigo íntimo e companheiro de armas da guerra anticolonial, usando-o como bode expiatório, sob o pretexto de negligência quanto ao esquema de tráfico de armas. Moralmente atacado e pessoalmente traído, Mané inicia um levante político-militar contra o governo em 7 de junho, com o apoio da maior parte das forças armadas guineenses, que, assim como o restante da população, viviam “uma situação de fome” (CARDOSO, C., 2000, p. 95). As forças de Mané se organizam sob a denominação de Junta Militar para a Consolidação da Paz, Democracia e Justiça (mais conhecida apenas como Junta Militar ou, simplesmente, Junta) e reivindicam a demissão de Nino Vieira (AUGEL, 2007). A Junta ganha o apoio do MFDC, dos outros partidos políticos e da população guineense, a qual já vivia em uma atmosfera de grande insatisfação em relação ao regime em curso. “Nos olhos dos guineenses”, diz Lars Rudebeck, a guerra “veio a transformar-se numa crise relativa aos problemas fundamentais de desenvolvimento nacional, ao modo como o governo tratava desses problemas e ao fato de este não assumir responsabilidade sobre eles” (2001, p. 19). O Presidente, recusando-se a se reunir com seus opositores para negociar, consegue, no intervalo de apenas dois dias, mobilizar a ajuda militar do Senegal e da Guiné-Conacri, apoiados logisticamente pela França, deflagrando uma guerra não apenas interna, mas regional (VAN DER DRIFT, 2000). O apoio da MFDC à Junta serviu como argumento para justificar a intervenção estrangeira, principalmente de Dacar, interessado na possibilidade do assalto direto às bases do movimento na Guiné-Bissau (MASSEY, 2004). Essa intervenção era

¹⁹⁶ Organização de integração econômica sub-regional criada em 1994, da qual fazem parte os países francófonos Benim, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo, mais a Guiné-Bissau.

apoiada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental¹⁹⁷ (Cedeao), notadamente a sua ala francófona, patrocinada pela França. O Presidente também iniciou o recrutamento de cerca de mil indivíduos, majoritariamente de sua própria etnia (pepel), para compor milícias irregulares, chamadas popularmente de “aguentas”¹⁹⁸, que enviou para treinamento na Guiné-Conacri (VIGH, 2006).

O conflito, primeiro deflagrado na capital, Bissau, gradualmente se alastrou para o restante do território nacional com adesão maciça da população, que, além de se insurgir contra o regime de Vieira, também via na permanência das tropas estrangeiras uma invasão externa (JAO, 2000). Para Roy van der Drift (2000), tratou-se de uma guerra que opôs o Presidente, amparado pelo reconhecimento internacional (sob o argumento de que ele havia sido eleito democraticamente), por algumas tropas fiéis, milícias irregulares e forças militares estrangeiras, à maioria da classe política, às Forças Armadas e ao povo da Guiné-Bissau. Embora as tropas da Junta Militar, que reunia combatentes experientes da guerra anticolonial, tivessem vantagem, a negociação política estava estagnada, pois a Junta não visava dar um golpe de estado e Vieira continuava a recusar o diálogo. Portugal, interessado em resgatar sua influência na Guiné-Bissau, que vinha sendo atrofiada pela crescente influência francesa (MASSEY, 2004), tornou a primeira movimentação possível, ao fornecer à Mané uma linha telefônica via satélite em 20 de junho, num momento em que todos os telefones de Bissau haviam parado de funcionar (VAN DER DRIFT, 2000). Isso permitiu à Junta sair do isolamento de comunicação e alcançar a atenção internacional. Atuando em nome da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal intermediou o contato com Vieira, o que serviu como base para o primeiro cessar-fogo, em 26 de julho. Entretanto, a partir desse momento, iniciou-se um “cabo-de-guerra diplomático”¹⁹⁹ (VAN DER DRIFT, 2000, p. 48) entre a CPLP, encabeçada por Portugal, e a Cedeao, impulsionada pela França, que, em vez de acelerar o processo da paz, contribuiu para o prolongamento da guerra.

¹⁹⁷ Macro organização de integração econômica regional criada em 1975, que engloba os países da Uemoa mais o Cabo Verde, a Gâmbia, a Guiné, a Libéria, a Serra Leoa, o Gana e a Nigéria, totalizando 15 países da África Ocidental.

¹⁹⁸ Henrik Vigh traduz o termo para o inglês como “*helpers*” (ajudantes). Os aguentas eram homens comuns (isto é, não militares) que recebiam um treinamento expresso (a primeira leva em Conacri, a segunda na Guiné-Bissau). O nome faz referência a uma força capaz apenas de dar suporte, de ajudar o lado governamental a se manter de pé.

¹⁹⁹ “*a diplomatic tug-of-war*”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

Os momentos de luta e de trégua se intercalaram de modo intermitente até o fim oficial do conflito, em 10 de maio de 1999. Augel relata que os soldados senegaleses eram denunciados por incêndios de casas, tortura e maus-tratos à população desarmada. A Junta orientou a população a retirar-se de Bissau, onde estavam acuartelados, causando um enorme êxodo para as zonas do interior. Cerca de 80% dos habitantes da capital abandonaram suas casas. Os estrangeiros também foram evacuados, sob tiroteios, “numa dramática operação de salvamento organizada pelo governo português” (AUGEL, 2007, p. 70). Os edifícios públicos e privados de Bissau foram bombardeados e saqueados. No interior, o estado de carência era calamitoso. A insatisfação com a presença das forças estrangeiras perpassava a população guineense. As tropas senegalesas barravam as fronteiras para a entrada de víveres e de ajuda humanitária. Com essa medida, Vieira utilizava a fome e a doença como armas contra o próprio povo (VAN DER DRIFT, 2000). Nos primeiros seis meses de guerra, os índices de mortalidade aumentaram em 78% e os de mortalidade infantil dobraram (NIELSEN *et al.*, 2006). Segundo Leonardo Cardoso (2000), a igreja católica teve um papel essencial na rede de auxílio às populações acoçadas pela guerra, intermediando a chegada de provisões. O bispo de Bissau, Dom Settimio Ferrattezza, foi o indivíduo mais ativo na mediação do conflito no terreno, lutando incansavelmente pelo restabelecimento da paz até seu falecimento²⁰⁰, alguns meses antes do fim da guerra (MASSEY, 2004). Na análise de Mamadú Jao, as relações entre a população podem ser divididas em três fases: a primeira de junho a outubro de 1998, a segunda de outubro de 1998 a janeiro de 1999, e a terceira de janeiro de 1999 até o final da guerra. A primeira fase foi “o momento mais alto da expressão de solidariedade entre os guineenses, talvez mesmo jamais visto” (2000, p. 117). As pessoas nas zonas do interior se organizavam como podiam para acolher os refugiados da capital. Na segunda fase, com a chegada de uma segunda leva de deslocados, as relações começaram a se deteriorar, pois experiências ruins da primeira fase haviam desgastado a boa vontade das populações locais. A terceira fase foi a mais difícil, pois em muitas zonas as pessoas não estavam mais dispostas a auxiliar os refugiados.

O primeiro tratado de paz, assinado em 1 de novembro em Abuja, determinou a instalação de um governo de transição balanceando os interesses das duas partes

²⁰⁰ Por infarto.

e a preparação para novas eleições democráticas, bem como a mobilização de forças da Brigada de Supervisão de Cessar-fogo²⁰¹ da Cedeao (Ecomog²⁰²). No entanto, os ataques e as provocações continuaram, o que levou a inúmeras novas explosões de violência. A última ação militar contra Vieira se deu no dia 7 de maio, quando a Junta atacou o palácio presidencial, destruindo o principal posto de comando do regime. Conseguiram também localizar o Presidente na casa do falecido Dom Settimio Ferrazzetta, capturá-lo e entregá-lo, em um gesto diplomático, à Embaixada de Portugal. Dias depois, ele partiu para o exílio em Portugal. As novas eleições, em novembro de 1999, levaram 73,8% dos eleitores às urnas, dando a vitória a Kumba Ialá, candidato pelo Partido para a Renovação Social (PRS) (SANGREMAN *et al.*, 2008). Ansumane Mané continuou exercendo grande influência no mandato de Ialá, até ser assassinado por tropas fieis ao Presidente, em 30 de novembro de 2000, depois de se rebelar contra o governo. Nino Vieira permaneceu no exílio em Portugal até 2005, quando retornou à Guiné-Bissau para concorrer às eleições presidenciais. Venceu no segundo turno contra Malam Bacai Sanhá e governou até 2009, quando foi assassinado por militares.

De acordo com a organização *Child Soldiers International*, não é possível estimar o número de menores de dezesseis anos que participaram da guerra. No relatório de 2001, relata-se que havia sido encontrado um pequeno número de crianças-soldado nas milícias do governo assim como nas tropas da Junta. Em 2004, o novo relatório informa que trezentas e uma crianças haviam sido oficialmente registradas como ex-combatentes e que o governo havia pedido auxílio à UNICEF para implementar um programa antitrauma (do qual não encontrei traços). Ao contrário do que se deu nos conflitos de mais longa duração em Angola, Moçambique e outros países africanos, embora crianças e adolescentes tenham efetivamente participado como agentes de guerra, o recrutamento de crianças-soldado pelas forças beligerantes na Guiné-Bissau não consistiu em uma estratégia de guerra e não foi sistemático (HØISKAR, 2001).

Segundo Henrik Vigh (2006), houve uma interpretação errônea por parte de observadores locais e internacionais que, num primeiro momento, consideraram

²⁰¹ Força armada multilateral criada pelo Cedeao para monitorar os acordos de cessar-fogo em países membros da Cedeao.

²⁰² Sigla utilizada correntemente, baseada no nome em inglês, *Economic Community of West African States Monitoring Group*.

que as milícias governamentais “aguentas” eram formadas essencialmente por crianças e jovens adolescentes das zonas rurais, analfabetos ou com baixíssimo nível de instrução. Na realidade, os dados recolhidos por Vigh mostraram que a maioria deles eram adultos (94,5% das tropas eram compostas por homens entre dezoito e quarenta e cinco anos) de origem urbana (67% moravam em Bissau) e alfabetizados (81%). Saindo da guerra marginalizados, como combatentes do lado perdedor, e devendo ser reintegrados à sociedade no pós-guerra, os “aguentas” foram objeto de uma “recategorização geracional”, um processo através do qual homens cronologicamente adultos são compreendidos socialmente como crianças. Tal processo é uma manipulação simbólica possível dentro das dinâmicas entre as “idades sociais”. Tendo recebido um treinamento básico (no máximo dois meses) e integrado milícias irregulares, eles não possuíam patente militar, o que equivale a dizer que eram combatentes que não conseguiram se afirmar como adultos nas circunstâncias da guerra. Os “aguentas” são percebidos como o grupo mais hierarquicamente inferior que lutou ao lado do governo. Os indivíduos aceitam a posição social de crianças, recebendo insultos, reprimendas e provocações em silêncio. Na análise de Vigh, em vez de ser um processo de violência simbólica, a recategorização dos “aguentas” como crianças é uma estratégia criativa, pois ajuda no processo de reconciliação social: “*e ka tene kulpa eraba mininos so*” (não se pode culpá-los porque eram apenas crianças) foi a resposta mais comum que o pesquisador ouviu ao perguntar o que as pessoas achavam dos “aguentas”. Uma mulher de vinte anos disse: “eles não têm culpa porque eles pensam como crianças. Eles não sabem coisa nenhuma. Quando alguém diz vai pra lá, eles vão”²⁰³ (VIGH, 2006, p. 224). Essa recategorização os constrói como ignorantes e burros²⁰⁴, por terem escolhido o lado perdedor da guerra, mas ao mesmo tempo inofensivos e inconscientes, livrando-os da responsabilidade pelos seus atos e do fardo do sentimento de culpa. Levando em conta a grande hostilidade existente em relação aos “aguentas”, tanto pelo fato de eles terem lutado pelo lado impopular da guerra como por comportamentos violentos para com a população desarmada, Vigh considera que foi a percepção dos

²⁰³ “*They are without responsibility because they are like children. They do not know anything. When someone says go there, they go*”.

²⁰⁴ O autor usa a palavra “burro”, em português: “*The term Aguenta is equivalent to being stupid, burro, someone void of social intelligence, ki ka tene kabeça, or someone who, like a child, does not know better, ki ka sibi nada*” (VIGH, 2006, p. 227).

combatentes como crianças que permitiu que a reconciliação se passasse de maneira mais branda do que se poderia imaginar.

Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira

De famílias portuguesas, Jorge Araújo nasceu no Mindelo, em Cabo Verde, em 1959, e Pedro Sousa Pereira, nascido em Luanda, Angola, em 1966, cresceu na cidade do Porto, em Portugal. Araújo se formou em Comunicação e Teatro na Bélgica e iniciou sua carreira como jornalista na televisão de Cabo Verde. Como repórter, cobriu diversos conflitos armados na África e em outras partes do mundo. Foi um dos jornalistas portugueses a permanecer no Timor-Leste durante a crise de violência em 1999. No mesmo ano, recebeu o Grande Prêmio Gazeta do Clube de Jornalistas e, em 2003, o Prêmio AMI “Jornalismo contra a indiferença”. Sobre a experiência no Timor-Leste, ele publicou, junto aos jornalistas Hermâni Carvalho, José Vegar e Luciano Alvarez, o livro *Timor: o insuportável ruído das lágrimas* (2000). Pedro Sousa Pereira também seguiu a carreira de jornalismo, trabalhando na Rádio Nova, no Porto, e na Rádio Macau, na SIC (Sociedade Independente de Comunicação) e na Agência Lusa. O pendor para a ilustração veio por influência dos pais, os dois artistas plásticos.

Araújo e Pereira se conheceram no Timor Leste em 1999. Em seguida ao encontro, começaram a colaborar no mundo literário. A primeira parceria foi *Comandante Hussi*, publicado em 2003, com texto de Araújo e ilustrações de Pereira. Nos anos seguintes, a dupla lançou *Nem tudo começa com um beijo*, em 2005, *Paralelo 75 ou o segredo de um coração traído*, em 2006, e *Cinco balas contra a América*, em 2008. Como ilustrador, Pereira assinou também edições de *Mensagem*, *Ode Triunfal* e *Tabacaria* de Fernando Pessoa, *Só*, de António Nobre, e *O livro de Cesário Verde*, de Cesário Verde. Araújo é ainda autor de *O dia em que a noite se perdeu*, publicado em 2008, *Beija-mim*, de 2010, e *O cemitério dos amores vivos*, de 2015.

A literatura e o jornalismo se relacionam intimamente na escrita de Araújo. Para ele, são cúmplices, porque operam pela mesma arte de “conjugiar os sons”. Suas reportagens, que se encaixariam na categoria de jornalismo literário, estilo que faz a cobertura de fatos reais utilizando uma linguagem literária, “têm sempre gente dentro”:

A vantagem de ser jornalista é que as 24 horas do meu dia podem ser sempre diferentes mas gosto, sobretudo, de conhecer pelo meu pé a cidade onde vivo. É assim, muitas vezes, que encontro personagens [...] Como não uso caderninho, ando sempre cheio de papelinhos (ARAÚJO, 2007).

Os quatro livros que escritor e ilustrador produziram juntos se inspiram em experiências vividas, observadas ou imaginadas em quatro cantos da geografia lusófona: Guiné-Bissau, Angola, Portugal e Cabo Verde, respectivamente. Depois de *Comandante Hussi*, foi a partir de uma reportagem de Jorge Araújo sobre as crianças dos esgotos de Luanda que *Nem tudo começa com um beijo*²⁰⁵ surgiu como um livro sobre desigualdades sociais, amizade e amor:

Eram, na maior parte dos casos, crianças que tinham fugido para a capital angolana para fugir à guerra nas outras províncias e tinham um grande problema: não podiam engordar nem crescer porque, caso contrário, não podiam passar pela sarjeta e tinham de procurar uma nova casa. Mas este foi apenas o ponto de partida. A partir da reportagem feita em Angola resolvi imaginar um mundo como sendo uma casa que tem cave e sótão (ARAÚJO, 2005).

Em um espaço fictício, sem nome, um grupo de garotos abandonados ou fugidos de suas famílias vive nos subterrâneos (a Cave) de uma cidade grande (o Sótão), alimentando-se de restos de comida encontrados nos lixos da superfície, andando com as costas curvadas e dividindo os túneis com ratazanas. Em uma de suas subidas ao Sótão, o garoto Fio Maravilha se apaixona por Nuvem Maria, uma menina de belos cabelos louros que passa os dias em um jardim. A história de amor entre os dois adolescentes transcende a desigualdade econômica e social que os separa e sobrevive ao violento terremoto que destrói toda a cidade.

Em *Paralelo 75 ou o segredo de um coração traído*²⁰⁶, os autores tratam a experiência dos colonos retornados das antigas colônias portuguesas na África para Portugal, depois das independências em 1975. “Paralelo”, diz Araújo, “é uma linha que divide mundos e este, o Paralelo 75, divide vidas e histórias obrigadas a começar de novo, a partir de 1975, com a independência das ex-colônias” (ARAÚJO, 2006c). O livro conta a história do Senhor Engenheiro, um colono português que teve de abandonar uma mulher, um filho e uma fazenda nas terras africanas e se refugiar em Lisboa. Trinta anos depois, passados em uma espécie de letargia no mesmo quarto de pensão na Praça da Alegria, o homem, descobrindo-se com câncer

²⁰⁵ Editado no Brasil pela Agir, em 2006.

²⁰⁶ Sem edição brasileira.

e pouco tempo para viver, decide regressar à África para ordenar os rancores do coração, sobretudo em relação à mulher que fugira com um forasteiro americano.

Inspirando-se na atmosfera das independências que ele mesmo viveu, aos dezesseis anos, Araújo imagina a história de *Cinco balas contra a América*²⁰⁷, perfazendo um círculo que encontra *Comandante Hussi*, ao retornar ao tema dos meninos que viveram as lutas africanas. O enredo se desenvolve em uma localização espaço-temporal bem definida: a praia de São Pedro, ilha de São Vicente, Cabo Verde, no pós-25 de abril de 1974²⁰⁸. Diz o escritor: “O pós-25 de Abril foi o prelúdio de todas as liberdades e de todas as loucuras. Foi um fogo-de-artifício que ainda hoje ilumina a minha imaginação. Por isso este livro” (ARAÚJO, 2007). Não houve guerra anticolonial armada no arquipélago. As armas foram travadas no continente, na Guiné-Bissau. O clima da luta pela libertação, porém, era agitado. A história se inicia com a entrega de uma missão de vigilância a quatro garotos, os pioneiros Zapata, Aristóteles, Bob e Frederico. Zapata recebe das mãos do Comandante Zero, um experiente guerrilheiro do PAIGC, um revólver com cinco balas, com a ordem de vigiar a praia de São Pedro durante toda a madrugada, observando uma possível passagem dos inimigos, os imperialistas americanos. Os meninos passam a noite acordados, vigiando seu próprio medo e inventando inimigos na escuridão. A missão fazia parte do projeto de mobilização da juventude levada a cabo pelo PAIGC:

O Comandante Zero sabia, melhor do que ninguém, que depois da vitória na luta armada contra as tropas portuguesas na Guiné a palavra-de-ordem de momento do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), no arquipélago, era mobilizar a juventude local para a causa da independência nacional (ARAÚJO, PEREIRA, 2008a, p. 20).

Comandante Hussi

A edição brasileira de *Comandante Hussi* é precedida por uma nota, em que os editores introduzem, de modo didático e adaptado aos leitores mais jovens, a questão das diferenças dos modos de falar e de escrever a língua portuguesa nos diversos países lusófonos. Os editores alertam que a obra “transita entre essas várias formas da língua portuguesa” (ARAÚJO, 2009, p. 8) pela sua natureza híbrida, pois a história, ambientada na Guiné-Bissau, foi escrita por um autor cabo-verdiano,

²⁰⁷ Lançado no Brasil pela Editora 34, em 2008.

²⁰⁸ Data da Revolução dos Cravos em Portugal.

ilustrada por um desenhista angolano, e premiada em Portugal. Publicado em Portugal e no Brasil, além de traduzido para o castelhano, o livro não foi, entretanto, editado em nenhum país africano. Ao ser perguntado por quê a obra não foi publicada em Cabo Verde, país de nascimento de Jorge Araújo, o autor responde: “Creio que essa pergunta deve ser colocada aos editores de Cabo Verde. Mas também é verdade que nunca contatei nenhum” (ARAÚJO, 2018, p. 17). A nota esclarece que houve uma intervenção mínima no texto. Palavras e expressões de fácil compreensão foram mantidas em sua forma original, “como ‘golo’ (gol), ‘equipa’ (equipe), ‘a pouco e pouco’ (pouco a pouco)” (ARAÚJO, 2009, p. 9), assim como construções consideradas erradas pela norma culta do português brasileiro, como “mais pequeno”. Ao final do livro, o leitor encontra um glossário em que pode verificar o significado de certas expressões estranhas à norma brasileira, assim como um mapa-múndi com a indicação dos países em que se fala português. Embora o português seja a língua oficial da Guiné-Bissau, poucas pessoas o falam correntemente. Como explica Augel, o português é “uma língua de prestígio e indicadora de melhor escolarização” (AUGEL, 2007, p. 79). Habitualmente, a língua de comunicação é o *kriol* guineense, um crioulo surgido do contato entre o português e as línguas africanas utilizadas localmente (EMBALÓ, 2008). Araújo, no entanto, não insere nenhuma palavra ou expressão do registro *kriol*, optando por uma língua inteiramente portuguesa. Além do glossário, algumas notas são adicionadas aos pés das páginas, ao longo do livro, para explicar nomes de figuras históricas, como Stalin e Gandhi, e ainda palavras do universo bélico, como *bunker*, “abrigo de guerra” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 59), *kalashnikov*, “fuzil de fabricação soviética, muito utilizado nas guerras de independência da África” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 33) e RPG-7, “lança-granadas de fabricação soviética” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 95).

São noventa e oito páginas intercaladas pelas ilustrações em preto e branco de Pereira e divididas em dezesseis curtos capítulos. Os desenhos, que ilustram certas passagens do texto, colaboram com a imaginação e convidam à participação lúdica do leitor, que tem a possibilidade de colorir-los, mas não adicionam elementos significativos ao enredo. A narrativa, em terceira pessoa, se desenrola de maneira linear e conta a história do envolvimento do menino Hussi e de sua bicicleta mágica na Guerra do Balão, guerra de resistência levada a cabo pelo brigadeiro Raio de Sol contra o regime autoritário do Presidente Trovão. Este é um dos raros livros sobre

o tema das crianças-soldado em guerras civis africanas, mesmo entre a produção destinada ao público infanto-juvenil, que recorre à fantasia para abordar a guerra.

Assim como em *Os sobreviventes da noite*, *Comandante Hussi* se inicia com o despertar de um sonho-pesadelo. Num domingo, Hussi, a dormir no meio dos irmãos, é acordado pelo pai. Estava sonhando com sua bicicleta, os dois voando entre as nuvens e abraçando o arco-íris. São os berros do pai, “são horas de levantar” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 15), “é a última vez que te chamo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 18), que transformam o sonho em um pesadelo. A noite eclipsa o arco-íris e começa a trovejar, a bicicleta se afasta, as asas do menino se desfalecem em pó e, olhando de cima para o chão, ele vê braços em alvoroço sobre um tapete de crisântemos, “àquela distância não conseguiu perceber se lhe acenavam ou pediam ajuda”(ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 18). Era um sonho-pesadelo recorrente que lhe perturbava o sono há dias. No entanto, a semelhança com o romance de Ungulani Ba Ka Khosa termina aí. Ao contrário de *Os sobreviventes da noite*, em que o despertar do pesadelo coincide com a saída do acampamento de guerra, em *Comandante Hussi*, o pesadelo significa o prenúncio da entrada na guerra, pois ela se anuncia naquele mesmo dia. Além disso, Araújo elabora uma narrativa mais próxima àquelas angolanas sobre a guerra anticolonial analisadas no segundo capítulo, na medida em que constrói a ideia, como, aliás, havia sido elaborada por Ansumane Mané, de uma segunda guerra de libertação. Mané havia recusado o rótulo de “rebelde”, intitulando a si e a seus companheiros, como diz Augel, “de combatentes da liberdade da pátria, expressão carregada de significados diretamente ligados às lutas anticoloniais” (2007, p. 68). O menino Hussi escolhe entrar na luta para ajudar o pai e nela permanece por convicção, sendo celebrado como herói depois da vitória.

Ao contrário de *Cinco balas contra a América*, em que a localização espaço-temporal e o contexto histórico são indicados, em *Comandante Hussi* as informações são menos precisas. Não fossem os paratextos que abraçam a narrativa (texto nas orelhas, na contracapa e na nota dos editores) e que explicitam a Guiné-Bissau como espaço diegético, escaparia ao leitor que a narrativa se inspira na guerra desse país. Se, por um lado, os nomes verdadeiros da família e dos amigos de Hussi são conservados, por outro, os líderes beligerantes recebem nomes fictícios (Raio de Sol e Trovão), assim como os locais (Porto dos Batuquinhos, Cais da Sombra, Capital). O único sinal explícito deixado pelo autor é a referência mínima, nas últimas páginas, aos “aguentas”, os combatentes das milícias do Presidente Nino Vieira:

“Os ‘aguentas’ – a célebre milícia privada do comandante Trovão...” (ARAÚJO, PEREIRA, 2009, p. 96). Graça a essa discreta indicação, um leitor curioso ou conhecedor da história da Guiné-Bissau seria capaz de identificar as associações entre as figuras históricas e os personagens literários, reconhecendo, no brigadeiro Raio de Sol, o brigadeiro Ansumane Mané e, no Presidente Trovão, o Presidente Nino Vieira. Diferentemente do discurso literário proeminente entre os autores guineenses, que exprimiram fortemente em suas obras a hostilidade para com as tropas senegalesas e guineenses (Conacri) e a acentuação dos sentimentos de coesão interna (AUGEL, 2007), em *Comandante Hussi*, apenas uma vaga referência é feita aos atores extranacionais que participaram do conflito, chamados simplesmente de “os estrangeiros”: “viu os estrangeiros encurralados na sua arrogância a fugir com o rabo entre as pernas” (ARAÚJO, PEREIRA, 2009, p. 97).

As duas principais figuras históricas da guerra, transformadas em personagens, são ornadas de contornos alegóricos de modo a construir uma “paródia da disputa político-militar” (SILVA, 2015, p. 266) entre Vieira e Mané, criando uma narrativa puramente maniqueísta sobre a luta do bem contra o mal. Todas as composições (nomes e caracterizações dos personagens e desenvolvimento da guerra) acompanham a estrutura construída no sonho-pesadelo de Hussi. A liberdade, o voo, a mobilidade e a luz se opõem à opressão, à queda, à inércia e à tempestade. Forma-se assim um palco de oposições binárias em que os lados da guerra estão bem definidos. O brigadeiro Raio de Sol, “um velho militar na reserva” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 26), é associado à leveza, à luz, ao dia, à esperança, à bondade, à inteligência e à justiça. É descrito como um homem simples e modesto, de “semblante sereno, palavras doces, balancear tranquilo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 28), alto e magro, de “porte altivo, olhar contemplativo, sorriso discreto, carnes secas e barbas cor de marfim” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 27). Ele havia lutado pela “liberdade da pátria” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 47), “já conhecera todas as guerras” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 27), e à altura vivia isolado em sua casa singela cercada por uma horta. Também era um apaixonado por livros. Sua moderação política é indicada pelo seu modo de arrumá-los: “colocou na estante a obra de Stálin, lado a lado com a biografia de Gandhi, para que o ditador fosse forçado a aprender a arte da tolerância” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 27). O lugar em que vivia, a região do Porto dos Batuquinhos, era um espaço modesto, com casas “pobres, mas digna[s]” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 21), alegre e pacífico: “toda

a gente se conhecia, todos se respeitavam, novos e velhos; a criançada era tanta que dava para fazer uma equipa de futebol” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 21). Apesar da seca, que havia enxugado o rio, o espaço era fértil: além das muitas crianças que lá nasciam, na horta de Raio de Sol abundavam as alfaces, as couves, os tomates e as cebolas.

Por outro lado, o presidente Trovão é vinculado ao peso, à tempestade, à escuridão, ao medo, ao autoritarismo, à tirania e ao grotesco. Enquanto Raio de Sol era “mais alto do que uma girafa” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 27), Trovão era “uma personagem gorda, tão pesada que o chão tremia com suas passadas de elefante” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 63). O homem suava profusamente, tinha “o olhar de *pitbull* anestesiado, dentes pontiagudos, desalinhados, a pele mais gordurosa do que o óleo de palma” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 63). Trovão é cercado por elementos cômicos que o ridicularizam, aumentam seu peso e salientam sua estupidez. Estava sempre vestido com um casaco de pele de foca que ganhara de presente de um presidente de um país frio, com inúmeras medalhas penduradas, e luvas de boxe nas mãos: “era uma espécie de árvore de Natal” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 63) ambulante, que se locomovia devagar, sempre apoiado em uma bengala de cabo de marfim na qual estava esculpida a juba de um leão. Ele é um déspota louco, que distribui a tortura e a morte como lhe convém. Vivia enclausurado em seu palácio, rodeado por uma corte igualmente caricata, que incluía um anão albino e um corcunda zarolho, recebendo notícias do andamento da guerra por seus generais, que lhe mentiam inventando diversas vitórias. O presidente mandava vir o pintor oficial do governo para pintar quadros dos feitos memoráveis de suas tropas. Seus empregados davam cada vez uma desculpa, sem saber se o comandante falava sério, pois o pintor, na realidade, nunca mais poderia pintar, já que Trovão “tinha mandado arrancar-lhe os dois olhos com um alicate por não gostar da maneira como pintara seu nariz no último quadro” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 61). E um dia havia mandado seus engenheiros navais “construir[em] uma gigantesca frigideira para fritar um professor que ousara explicar aos alunos o significado da palavra liberdade” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 74). O espaço da nação em que ele imperava, fora do domínio protegido pela presença de Raio de Sol, estava tomado pela miséria, pela fome e pela doença.

A figura extremamente caricata é cercada por um imaginário de referência ocidental (árvore de Natal) e clichês sobre a África, condensados na descrição da

bengala (de cabo de marfim com a juba de um leão), e sobre seus governantes como tiranos sanguinários e obtusos. A descrição física e indumentária de Trovão remete mais ao corpulento ditador ugandês Idi Amin Dadá, lembrado como um dos chefes de estado mais cruéis do mundo, campeão de boxe na categoria pesos-pesados antes de se tornar ditador, além de muito fotografado em seu uniforme militar apinhado de medalhas, do que o guineense Nino Vieira, normalmente vestido de terno e gravata em aparições públicas. Outro indício que sugere Idi Amin Dadá como inspiração é a conhecida acusação de que o ditador seria assustadoramente violento com suas esposas, tendo chegado a desmembrar uma delas por suspeita de infidelidade. Em *Comandante Hussi*, Trovão e Raio de Sol não eram apenas rivais políticos. A hostilidade pessoal entre eles tem origem em uma triste história amorosa. Ayassa, a primeira esposa de Trovão, se apaixonara por Raio de Sol. Trovão, furioso, mandou que “lhe arrancassem o coração e o fizessem cozer durante sete dias e sete noites em lume brando. Com água do mar, para salgar todos os sentimentos” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 67). Por isso, Raio de Sol carregava uma tristeza profunda: “depois do desaparecimento do grande amor da sua vida, tinha decidido deixar de viver. Limitava-se a morrer. E a ressuscitar todos os dias” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 28).

Não é, entretanto, o rancor pessoal que leva Raio de Sol a declarar guerra ao governo de Trovão. Raio de Sol costumava receber antigos amigos de combate e pessoas comuns em sua casa, que vinham se queixar do “inevitável abismo para onde o comandante Trovão conduzia o país” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 28). É o acúmulo de lamentações que faz com que o brigadeiro decida sair de Porto dos Batuquinhos para ver a situação do restante do país, caracterizado com outros estereótipos sobre a África: Raio de Sol se depara com crianças “com a barriga em forma de balão” e com “uma procissão de esfomeados” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 28), mesmas imagens mastigadas na música de Emmanuel Jal, analisada no primeiro capítulo, “você já viu o meu rosto na tevê / barriga estufada e faminta”²⁰⁹. Brutalmente perturbado, Raio de Sol decide dar início à guerra de resistência, que chama de Guerra do Balão. O nome faz referência direta às barrigas estufadas das crianças, mas ramifica seus significados para compor a rede da estruturação dicotômica entre leveza e peso, remetendo às ideias de suavidade, de

²⁰⁹ “You would have seen my face on the telly / fat hungry belly”.

volatilidade e de lúdico, uma escolha simbólica discrepante com as realidades de violência e sofrimento de uma guerra.

A Guerra do Balão se inicia no domingo em que a história começa a ser contada. Depois do despertar de Hussi, o narrador apresenta com detalhes o modo de vida de sua família no Porto dos Batuquinhos. A casa tinha paredes de cartão, teto de palha e chão de terra batida. A cozinha era delimitada, dentro da casa, por “meia dúzia de pedras calcinadas dispostas em círculo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 21). O banheiro era um buraco no quintal e a única mobília, um calendário de Nossa Senhora de Fátima, padroeira de Portugal. Sendo o cristianismo uma religião minoritária na Guiné-Bissau, o destaque do calendário é um elemento que, ao dialogar com a religião prevalecente das famílias portuguesas, primeiro público-alvo da obra, contribui, antes, para fortalecer a identificação dos leitores com Hussi do que para ajudá-los a construir o universo guineense em sua imaginação. Na casa, todos dormiam em esteiras, no chão. A família Sissé era composta pela mãe, dona Geca, pelo pai, Abdelei, e os quatro filhos, Hussi, o mais velho, Totonito, Tuasab e Doskas, o caçula. Desde a reportagem original, em que Jorge Araújo descrevera Hussi como um menino “pobre mas feliz”, a romantização da pobreza da família de Hussi, construída em chavões, chama a atenção: eles “viviam felizes, porque a felicidade também se faz de pequenas coisas” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 21). Hussi e seus irmãos não tinham brinquedos. A única posse de Hussi era sua bicicleta:

Aquela bicicleta era o seu tesouro mais valioso, porque fora o único presente que o pai algum dia pôde oferecer-lhe. Era uma bicicleta pintada de lama, pedais amputados, selim desengonçado, os raios das rodas a contorcem-se de dor. Uma bicicleta a cair aos pedaços, mas que ainda estava boa para as curvas. E, sobretudo, era a sua bicicleta (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 19).

A bicicleta cumpre os papéis de brinquedo e meio de transporte, simbolizando a amizade e a liberdade. Ela será o elemento centralizador da narrativa, o ponto para o qual as energias da guerra convergem.

Naquele domingo, como em todos os outros, Hussi se encontrou com os amigos Bitunga, Tetse e Batcha para discutirem sobre as táticas da partida de futebol. O primeiro sinal de que algo não ia bem é dado quando os meninos sentem a falta do árbitro, Raio de Sol.

- Por que é que hoje não pode arbitrar? – estranhou Tetse.
- Hum... – respondeu Batcha com um encolher de ombros.
- Deve estar doente... nunca falha um jogo – prognosticou Bitunga.

- Não, não está – esclareceu Hussi, para quem o brigadeiro era como um segundo pai.
- É estranho – acrescentou o filho de Abdelei.
- É estranho – repetiram os quatro em coro (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 26).

Naquela altura, Raio de Sol já havia decidido iniciar a guerra e começara o recrutamento. Recebendo o chamado do brigadeiro, o pai de Hussi, um veterano de outras batalhas, recupera seu uniforme encardido e desenterra a *kalashnikov* do quintal, suja e enferrujada. Para fazer a guerra, é necessária uma metamorfose, uma mudança de personalidade:

As feições de Abdelei mudaram completamente mal vestiu a farda militar. Os movimentos tornaram-se mecânicos e cadenciados, a voz triste e monocórdica – passou a gaguejar como uma metralhadora -, a pele virou carapaça de tartaruga ao sol, os olhos injetaram-se de sangue. Transformou-se em imitação rasca de um boneco de cera (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 34).

Para as crianças, tudo começa ao final do jogo de futebol: “Tinha começado a fúria. Era tam, tam, tam. As balas caíam do céu. [...] Era o princípio de uma guerra de verdade” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 35). Compreendendo do que se tratava, Hussi dispara para casa, onde encontra o pai, que lhe diz, “com as palavras vestidas de pólvora” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 35), que agora ele era o homem da casa.

- Você vai levar a tua mãe e os teus irmãos à aldeia dos teus antepassados – ordenou Abdelei.
- Mas ele ainda é uma criança – protestou dona Geca.
- Era.
- É.
- Numa guerra não há crianças.
- Olha só para o disparate que estás a dizer.
- Oh Geca, as balas nunca perguntam primeiro a idade, pois não? (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 36).

Para o pai, a equação das fases da vida é simples. “Numa guerra não há crianças” porque as medidas e capacidades de proteção das crianças são desestabilizadas e impossibilitadas pela indiferença da violência, que não pergunta a idade de suas vítimas. As crianças devem ser capazes de proteger a si mesmas. Para Hussi, encarar a missão deixada pelo pai “não foi tão duro como esperava – a responsabilidade deve ser uma espécie de vitamina para o crescimento” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 36). O menino, sentindo-se repentinamente “o pilar da família” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 36), estufa o peito, empina o nariz, por um momento esquece da infância, e ordena à mãe: “Vamos” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009,

p. 36). Porém, o esquecimento dura pouco. O narrador utiliza a imagem do queijo suíço esburacado, outra referência mais próxima do universo dos leitores do que dos personagens, para metaforizar o ritmo paulatino do crescimento.

O peso da responsabilidade deve alimentar-se de queijo. De queijo suíço cheio de buracos por onde passam algumas lembranças. Só assim se compreende o esquecimento de Hussi. Só assim se compreende que a sua memória tivesse ressuscitado, mal atravessou a soleira da palhota.

- A minha bicicleta? Tenho de levar comigo a minha bicicleta – disse com sentimento de culpa (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 37).

Neste momento, a bicicleta de Hussi equivale à gaiola de Penete, em *Os sobreviventes da noite*. Ao abandono de seus objetos-amigos que lhes servem como portais oníricos e são companheiros de suas infâncias, os meninos reagem com a mesma pergunta perplexa: “A minha bicicleta?”, “A minha gaiola?” (KHOSA, 2008, p. 143). Para Penete, a gaiola ficou perdida, mas Hussi tem a possibilidade de salvar a bicicleta. “Vão matar a minha bicicleta” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 37), ele chora. Essa fala de Hussi é o primeiro sinal da antropomorfização da bicicleta. A mãe, não admitindo que o garoto a leve, “quando há uma guerra e se parte com a casa às costas, uma bicicleta não serve para grande coisa” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 37), concede-lhe dois minutos para escondê-la. Hussi abre um buraco dentro da casa, entre as pedras da cozinha, e mete-a dentro. Porém, antes que começasse a tapar o buraco, ouve um murmúrio da bicicleta, que diz “tenho medo do escuro” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 40). Hussi desconfia de que estava louco ou dormindo e se belisca, mas não era sonho. O menino tenta acalmá-la, mas ela começa a “chorar pelos pedais” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 40). Hussi promete-lhe que a busca quando a guerra terminar, o que a acalma, pois sabia que era um menino de palavra. Quando termina de tapar o buraco, o menino enfia sua flauta, um tubo de eletricidade, na terra, para que a bicicleta pudesse ver o sol e respirar, e pousa por cima da terra um talismã de proteção dado pelo feiticeiro do vilarejo. Para Hussi, a guerra significava “o dia em que foi obrigado a deixar para trás a sua bicicleta” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 42).

No caminho para a aldeia dos antepassados, Hussi, seus irmãos e sua mãe veem a desgraça do país. Procissões de refugiados, loucura, angústia, desamparo, medo, fome, desespero, cadáveres...

Hussi cruzou com procissões silenciosas de refugiados a quem a guerra fez perder o destino. E o tino. Conviveu com fantasmas angustiados, rostos desamparados, o desassossego da esperança, a tranquilidade do medo. E viu cair muita gente, devorada pela fome e pelo desespero. [...] (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 43).

Ruas desertas cobertas de cadáveres, casas abandonadas feridas de balas, almas penadas vestidas de medo. Uma sandália adormecida para sempre no lençol do rio. Um boné esquecido na atrapalhão da fuga. A fome, a tragédia, a irracionalidade. Os abutres em voo picado sobre corpos em decomposição (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 44).

Para trás ficaram famílias divididas, os bairros esventrados, as vidas destruídas. Uma cidade inteira a sangrar de dor. O mar, cada vez mais longe. Um abraço de morte. Sombras que dançam sem parar. Gente que foge da própria vida. Um vendaval de violência que, a pouco e pouco, iria gangrenar o resto do país (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 46).

É a paranomásia entre “destino” e “tino” que primeiro estimula a atenção do leitor para o encadeamento de ideias que se amontoam ritmicamente. O narrador não poupa o leitor mais jovem da paisagem da catástrofe, mas esta é apresentada através de construções gastas de paradoxos (“desassossego da esperança”, “tranquilidade do medo”, “ruas desertas cobertas de cadáveres”) e prosopopeias (as casas estão feridas, a sandália está adormecida, os bairros estão esventrados, a cidade sangra de dor, as sombras dançam, a morte abraça) que, de tal forma acumuladas, banalizam a destruição da guerra. A mãe tenta preservar os filhos da visão do horror, “enfiava os três filhos mais pequenos por baixo da enorme saia colorida” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 44). Hussi, porém, mantém-se firme e crescido.

- Hussi, eu não te disse para não olhares? – ralhava dona Geca.
- Se não olhar não consigo encontrar o caminho (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 44).

O raciocínio lógico implacável – era preciso estar de olhos abertos para encontrar o caminho – contra o qual a mãe não tem argumentos, é a expressão definitiva da liderança de Hussi sobre a família. Depois de escoltar a mãe e os irmãos, Hussi pega o caminho para a Capital para encontrar o pai e depois buscar a bicicleta em Porto dos Batuquinhos. O pai, desesperado, desfere-lhe golpes com o cinto, contradizendo suas próprias palavras anteriormente: “isto não é lugar para uma criança” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 50). Hussi não se convence nem com a sova nem com as palavras. O pai então diz-lhe que, se quisesse mesmo ficar, teria que “fazer tudo como um homem grande” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 52) e não o deixa ir à casa desenterrar a bicicleta.

Durante o ano que passa com as tropas, Hussi acaba se separando do pai e se torna um menino-soldado:

Transportou armas e munições para a linha da frente, fez de pombo-correio, foi ajudante de cozinheiro. Aprendeu a cozinhar arroz de todas as maneiras e feitios, mas durante quase um ano o prato principal foi uma mão cheia de nada. *Não matou mas viu morrer*. Conviveu com o cheiro nauseabundo dos cadáveres em decomposição, partilhou o dia a dia de combatentes com nomes estranhos como Capacete de Ferro ou Rambo das Facas, assistiu ao espetáculo dos abutres a depenicarem restos de corpos de mercenários estrangeiros, tropeçou em esqueletos de soldados que não tiveram direito à última morada. Caminhou entre os horrores de uma guerra fratricida com a *mesma inocência* com que antes pedalava na sua bicicleta pelas ruas da cidade de asfalto (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 53, grifos meus).

Assim como Penete, em *Os sobreviventes da noite*, Hussi também não mata. Nessas narrativas, abster-se de matar é a condição para que as crianças possam preservar “a mesma inocência”. Constrói-se uma ideia de inocência que não tem a ver com a infância ou a condição adulta, com o que se vive ou se testemunha, mas com o que se faz, com o tornar-se agente responsável pela morte do outro. Matar torna-se o limiar que não pode ser cruzado. Por outro lado, esse dado serve para resolver o problema apontado por Pauline David, como visto no primeiro capítulo, da faceta de algoz da figura da criança-soldado em livros infanto-juvenis. Não matando, Hussi torna-se um personagem menos perturbador para os leitores.

Nos momentos sem tiroteios e ataques, Hussi se abrigava em um canto e fechava bem os olhos. No escuro, conseguia se comunicar telepaticamente com a bicicleta, enterrada em Porto dos Batuquinhos. As passagens relativas à antropomorfização e à transmissão de pensamentos da bicicleta são momentos ocupados pelo “efeito fantástico”, como concebido por Todorov (2004). Para Todorov, o fantástico é o tempo da incerteza, é a hesitação diante de um fenômeno aparentemente sobrenatural sobre o qual o personagem e o leitor devem fazer uma escolha. Se o fenômeno insólito puder ser explicado racionalmente, for percebido como um produto da imaginação ou uma ilusão dos sentidos, a narrativa escorrega para o gênero estranho. Se, ao contrário, aceita-se que ele realmente ocorreu, em um universo regido por leis que permitiram seu acontecimento, a narrativa pertence ao reino do maravilhoso. A manifestação mágica da bicicleta poderia ser interpretada como uma produção da imaginação de Hussi. Como dito anteriormente, o próprio Hussi pensou que estava sonhando quando ouviu pela primeira vez seu murmúrio. Porém, os acontecimentos apontam para a extrapolação do mundo mágico para fora da

subjetividade do menino. A bicicleta tem uma visão onisciente e profética do mundo e guia os passos de Hussi.

O menino-soldado não tem dúvidas. Foi ela [a bicicleta] quem lhe indicou o norte entre os arrozais minados, quem lhe salvou a vida naquela emboscada do inimigo [...] Foi ela ainda quem lhe disse para mudar de trincheira no dia em que uma bomba chacinou quase toda a frente leste (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 56).

O caráter extraordinário da bicicleta se mistura a outros acontecimentos sobrenaturais e ao sistema religioso local que opera através da feitiçaria. Os eventos que começam a pulular a partir do meio da narrativa indicam que a dimensão mágica não é apenas um atributo da imaginação ou da fé, mas é inerente a todo o universo diegético.

Quando o chefe do Estado-Maior decide dizer a verdade ao presidente Trovão sobre o empate na guerra, este manda vir o feiticeiro Bambara, um charlatão que compõe a ridícula corte de Trovão, para uma consulta. Bambara parecia uma “almôndega peluda” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 71). Era uma “criatura minúscula, roliça, com óculos de lentes espessas que nem fundo de garrafa, colar de conchas à volta do pescoço, barba de três dias, o corpo forrado por uma densa floresta de pelos por desbravar” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 71). Bambara ainda tinha um problema de fala, trocava os “emes” pelos “erres”. Trovão lhe pergunta por que ainda não ganharam a guerra e o feiticeiro, que havia aprendido a andar de bicicleta com Hussi, sem saber o que dizer, improvisa, inventando que o outro lado possui uma arma secreta: “eles têm uma bicicleta mágica” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 73). Segundo Bambara, a bicicleta dava sorte e protegia os combatentes. A sugestão de Bambara, embora arbitrariamente inventada, coincide com a expectativa do leitor, que já havia sido informado de que a bicicleta efetivamente dava dicas a Hussi.

Trovão fica “espartilhado entre a incredulidade e a apreensão” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 73). Sua incredulidade, no entanto, não tem a ver com a possibilidade do poder mágico da bicicleta, mas com a “transformação do brinquedo em arma de guerra” (SILVA, 2015, p. 268), isto é, com a excentricidade do objeto, que não pertencia ao campo corriqueiro das táticas de guerra: “uma guerra faz-se com facas, pistolas, metralhadoras, bazucas, minas, obuses, uma guerra faz-se com feridos e mortos, viúvas e órfãos, não com uma bicicleta. Esta era uma tática que lhe passava completamente ao lado” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 74). Trovão chega à conclusão de que “Raio de Sol [...] não olhava a meios para o destruir” (ARAÚJO;

PEREIRA, 2009, p. 74). Diante do inesperado, Trovão é incapaz de arquitetar um plano de ação à altura da extravagância do rival. Até-m-se à sua habitual estratégia de morte. Ele ordena que queria a bicicleta “viva ou morta” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 74).

- Como é que se mata uma bicicleta, Excelência? – o major Katinga arriscou uma pergunta.
- Mata-se matando, seu parvo – respondeu, convicto, o comandante. [...] quero que a matem devagar... devagarinho. Primeiro amputem-lhe os pedais, depois escapem o para-lamas e só no fim decapitem o selim. Está compreendido? (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 75).

A comandar a expedição para dar cabo da bicicleta de Hussi, doravante chamada de “inimigo pedalante”, estava o feiticeiro Bambara e, acompanhando-o, ia o coronel Bufo, o guia de todas as expedições governamentais. Mudo de nascença, ele carregava sempre no pescoço uma jiboia que lhe traduzia os pensamentos escrevendo-os no chão. Foi a jiboia que avisou aos homens, quando chegaram a Porto dos Batuquinhos: “o primogênito de Abdelei e proprietário do inimigo pedalante vive no espaço contíguo àquela lixeira” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 78). Através da escrita da cobra, o extraordinário ganha uma concretude incontestável. A cena constitui um momento a partir do qual qualquer dúvida deve ser suspensa, pois mostra que o sobrenatural é um efetivo modo de funcionamento daquele mundo ficcionalizado.

Os soldados começam a destruir a casa da família Sissé, mas o talismã que Hussi havia deixado sobre a terra os expulsa. Eles “começaram a sentir suores frios, a transpirar um líquido viscoso cor-de-rosa, a perder a carapinha, a sangrar dos olhos, a vomitar pelos ouvidos, nas entranhas um fogo brávio” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 79). Porto dos Batuquinhos foi tomado por um cheiro nauseabundo e o dia escureceu. Todos fugiram, “houve quem se esquecesse da arma, da própria alma” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 79). Aterrorizados pela reação de Trovão ao vê-los retornar de mãos vazias, os soldados procuram outra bicicleta para destruir e levar ao presidente.

Satisfeito, Trovão manda que anunciem pela rádio a morte da bicicleta e ameça, com sua tirania: “quem for apanhado a pensar numa bicicleta será imediatamente fuzilado” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 88). Hussi, por estar muito ocupado sendo pombo-correio, não tinha tempo de ouvir a rádio, mas acabou por se inteirar da notícia por meio dos rumores dos soldados.

- Não ouviste a história da bicicleta mágica de um menino de Porto dos Batuquinhos? Não? Foi essa bicicleta que mataram.

Não foi preciso somar dois mais dois para compreender que a tão falada arma secreta, a bicicleta mágica, a bicicleta barbaramente assassinada, era afinal a sua bicicleta. Hussi quase morreu de desgosto. Chorou que nem uma madalena, esperneou que nem peru em véspera de Natal, gemeu que nem uma bananeira. Sentiu-se culpado por continuar a viver (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 90).

Com soldados amigos, Hussi caminha até Porto dos Batuquinhos por dois dias sem parar. Porém, ao chegar à antiga casa, agora aos destroços, Hussi cava o local onde tinha enterrado a bicicleta, mas não a encontra. O amigo, Capacete de Ferro, tenta acalmá-lo dizendo, em sua lógica pleonástica, que “só há cadáver quando se encontra o corpo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 94). Recebendo as notícias de que suas tropas continuavam a acumular vitórias sobre o inimigo, Hussi pondera: “se mataram a minha bicicleta, por que é que não conseguem ganhar a guerra?” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 94).

Efetivamente, a guerra termina com a vitória das tropas de Raio de Sol. O destino de Trovão ao perder a guerra é resolvido através do desaparecimento. O Presidente se esconde em seu palácio e pede ao feiticeiro Bambara que o transforme em uma mosca tsé-tsé²¹⁰ para picar os inimigos: “como o comandante Trovão nunca mais foi visto em carne e osso, a poção deve ter funcionado” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 94). Com a vitória, Raio de Sol não aceita tomar o lugar de presidente. Em vez disso, volta ao cultivo da sua horta, prometendo nunca mais pegar em uma arma. Quanto à chefia do Estado, ele diz: “um homem só tem o direito de olhar para o outro de cima para baixo para o ajudar a levantar” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 97).

O fim da guerra com a vitória do lado do bem, no entanto, não significa o estancamento da violência. A “romaria dos vencedores” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 99) é descrita como uma festa de agressividade, com a explosão autorizada de afetos reprimidos de ódio, vingança e ressentimento pelo regime autoritário de Trovão: “Hussi assistiu ao saque e à ira da população” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 99).

Assistiu à confusão em frente ao quartel-general dos mercenários, com a população a gritar por vingança e a querer reduzir o edifício a cinzas. Viu os estrangeiros encurralados na sua arrogância a fugir com o rabo entre as pernas para se refugiarem na sede das Nações Unidas. Viu também os livros, que nunca teve, serem

²¹⁰ Espécie de mosca comum no continente africano, transmissora da doença do sono.

consumidos pelas chamas assassinas. E a pilhagem que se seguiu (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 97).

O menino participa desse evento, orgulhoso na “marcha triunfal” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 101), passando a ser chamado de Comandante Hussi e inflando-se de vaidade.

- Este menino é um herói – disse bem alto Capacete de Ferro, para que toda a gente pudesse ouvir.

- Ele é muito corajoso – confirmou Rambo das Facas.

Todos lhe louvaram a bravura, a coragem, a determinação. A sua inconsciência (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 101).

O narrador poupa Hussi, mantendo-o vivo e ileso, assim como toda a sua família, mas não esconde as mortes e perdas sofridas pelo restante da população. Para não ser obrigado a sair de seu casulo eufórico de vencedor, Hussi evita a visão dos horrores deixados pela guerra.

Só ainda não esteve no hospital, talvez porque não quer ver o que a guerra fez aos velhos que podiam ser o seu pai e, sobretudo, aos outros meninos que tiveram menos sorte. São meninos a quem a guerra ceifou pernas, vidas e família. Meninos a quem a guerra ceifou o futuro. Hussi é um menino de sorte porque sobrou (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 101).

Na confusão dos despojos de guerra, o menino pega uma pistola para si: “pela primeira vez na vida tinha uma arma só para ele” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 99). A arma se torna a segunda possessão de Hussi, depois da bicicleta. O leitor é levado a imaginar que a arma substituirá a bicicleta. Porém, o garoto logo se vê despojado da pistola. Em uma das manifestações de celebração da vitória, o menino cruza com seu pai, que lhe tira a arma, dizendo que “a guerra não é brincadeira de criança” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 104). A alegria inicial de haverem-se reencontrado é substituída por um mal-estar entre pai e filho. Na realidade, o reencontro é marcado pelo desencontro, pois eles já não se conhecem. Ao tirar-lhe a arma usando a infância como argumento, o pai se recusa a aceitar que o filho havia seguido seu conselho de “fazer tudo como um homem grande” e ter sido um agente daquela guerra. Hussi, por seu lado, sente seu esforço de guerra diminuído e descartado pelo pai. Depois de alguns momentos, em que “pai e filho pareciam estátuas silenciosas e contemplativas” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 105), o elo se rompe definitivamente. Abdelei vai para o Forte, mas Hussi não o segue: “Hussi seguiu na direção oposta rumo à sua nova família: os marinheiros da Armada, a casa que o

acolhera” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 105). Ele havia crescido, mudado e criado outros vínculos afetivos.

A bicicleta, entretanto, continuava a vagar em seus pensamentos. Ele precisava encontrar alguma prova de sua morte para poder fazer o luto. Por isso, retorna a Porto dos Batuquinhos. Da mesma forma com que havia rompido com o pai, rompe também com suas origens e amigos: “Foi uma visita-relâmpago, nem deu para abraçar os amigos ou participar num animado jogo de futebol” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 107). A bicicleta é o único laço que Hussi mantém com seu passado, uma relação de amizade que é fortalecida graças à companhia telepática que fizeram um ao outro durante aquele ano conturbado. Hussi identifica seu talismã em um canto dos destroços que haviam sido sua casa e começa a cavar. A bicicleta, debaixo da terra, começa a guiá-lo, “está frio... [...] agora está morno... [...] está quente, a arder...” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 110). Finalmente, Hussi encontra seu tesouro:

Todo pintado de lama, os pedais amputados, o selim desengonçado, os raios das rodas a contorcerem-se de alegria. A sua bicicleta estava suja e abandonada. Mas era a sua bicicleta (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 111).

Ela explica que havia se deslocado porque, sentindo fome, fora buscar óleo na oficina do mecânico. Por isso, Hussi não a encontrara quando ali fora da primeira vez. Ela explica ainda que não tinham mais conseguido se comunicar por telepatia porque uma camada de óleo havia se infiltrado no chão, bloqueando a passagem das ondas para a transmissão dos pensamentos. Hussi ajeita a bicicleta e o livro se conclui com a frase: “E os dois pedalarão para a eternidade” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 110).

A narrativa perfaz o arco de crescimento do menino durante a guerra, por isso o retorno à bicicleta não significa o retorno à vida anterior, a um objeto-brinquedo de sua infância, mas sim o reencontro com o objeto tornado melhor amigo, que o transporta e o acompanha em direção à liberdade, à independência e ao futuro. Ao construir o conflito de modo dicotômico, em que os oponentes são o bem e o mal, o leve e o pesado, fazendo Hussi aderir ao lado do bem, além de livre das marcas do homicídio e da tortura, Jorge Araújo constrói um personagem sem os traços ambíguos habituais à figura da criança-soldado. Apesar de ter sido corajoso em se disponibilizar para auxiliar os combatentes e de ser celebrado como um herói por seus companheiros ao final da guerra, Hussi não chega a realizar nenhum ato radical de

contornos heroicos, como os meninos das narrativas de Angola e Moçambique analisadas anteriormente. Ao contrário, “Hussi é um menino de sorte porque sobrou” (ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 101). Relativamente a muitas obras também produzidas e distribuídas para públicos não-africanos, *Comandante Hussi* tem o mérito de não sugerir a intervenção ocidental como meio de salvação e resgate. A guerra se resolve internamente pelos próprios grupos beligerantes e o menino emerge não como uma vítima que precisa de suporte e reabilitação, mas como uma pessoa independente e livre. Por outro lado, o livro é problemático porque mobiliza uma série de estereótipos sobre a África, desde a composição dos personagens até os artifícios de linguagem, que vulgarizam a guerra ocorrida na Guiné-Bissau e seus atores históricos.

6. Capitães da areia, capitães do tráfico e “menózins”: violência urbana brasileira

Matar, matar, matar... verbo transitivo exigindo objeto direto ensanguentado.
Paulo Lins

Para qualquer um que conheça as realidades brasileiras de violência urbana, é praticamente impossível pensar nas crianças e nos adolescentes arregimentados nas guerras de países africanos sem lembrar-se das crianças e dos adolescentes envolvidos nos confrontos armados derivados do comércio varejista ilegal de entorpecentes nas comunidades pobres das metrópoles do Brasil. Ambos os casos produzem imagens chocantemente semelhantes: garotos franzinos, negros e armados até os dentes com fuzis de guerra.

A violência vivida e perpetrada por crianças e adolescentes que são lançados à vida nas ruas ou enveredam pela via do crime no Brasil deu origem a uma série de obras literárias e cinematográficas ao longo do século XX e início do século XXI. De *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado, grande clássico da literatura brasileira sobre um grupo de meninos morando em um trapiche e sobrevivendo de roubos e atividades marginais nas ruas da Bahia, até *O sol na cabeça* (2018), livro de estreia de Geovani Martins que recentemente arrancou aplausos da crítica e da mídia, coletânea de textos breves encenando crianças e adolescentes de periferia no Rio de Janeiro, passando por outros títulos célebres, como *Infância dos mortos* (1977), de José Loureiro, *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, e *Inferno* (2000), de Patrícia Melo, a linha temática da infância e da adolescência em perigo e perigosa vem instigando os escritores e chamando a atenção do público leitor brasileiro. As adaptações cinematográficas dos livros de José Loureiro e Paulo Lins, *Pixote – A lei do mais fraco* (1980), dirigido por Hector Babenco, e *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, além de filmes como *Como nascem os anjos?* (1996), dirigido por Murilo Salles, e *Última parada 174* (2008), de Bruno Barreto, levaram milhares de brasileiros aos cinemas. Embora a questão não fosse o seu argumento central, o estrondoso sucesso de José Padilha, *Tropa de Elite* (2007), também não deixou de encenar o destino das crianças e dos adolescentes aliciados para o

narcotráfico. Em linguagem diversa, o documentário *Falcão. Meninos do tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde, levou para a intimidade das casas brasileiras, através do tradicional programa domingueiro *Fantástico* da Rede Globo, em 19 de março de 2006, uma reportagem de 58 minutos que oferecia um olhar não-sensacionalista sobre a vida dos meninos do tráfico, abrindo espaço para “[a] voz dos entrevistados, [a] opinião e [a] visão que têm de sua própria realidade, criando um resultado muito mais agudo e claro do que se poderia esperar de crianças e jovens na maioria analfabetos ou iletrados” (SCHØLHAMMER, 2013, p. 158). A parceria de MV Bill e Athayde nessa pesquisa gerou ainda os livros *Falcão. Meninos do tráfico* (2006), relato dos bastidores do documentário, e *Cabeça de porco* (2005), que contou também com a colaboração de Luiz Eduardo Soares.

Ao longo das obras, é possível perceber um *crescendo* da carga de violência nas atitudes dos personagens e no poder de fogo das armas. A violência brasileira derivada da criminalidade nunca derrapou para o status oficial de guerra civil, mas vem sendo há anos tratada como guerra, “guerra do tráfico” ou “guerra contra as drogas”, pelos traficantes, pelas forças policiais, pela mídia, por pessoas públicas e pessoas comuns, e causando mais mortes do que algumas guerras globais. Esse adendo é aqui relevante porque vim tratando, ao longo deste trabalho, de personagens, em literaturas africanas, que carregam invariavelmente o selo de “criança-soldado”, uma categoria de crianças e adolescentes atuantes em contextos de guerra e conflito armado formalizados perante a comunidade internacional. Tal nunca foi o caso do Brasil. Entretanto, os atos de violência aos quais os personagens mirins brasileiros são expostos e perpetuam ao seu redor são de natureza semelhante, a nível de armamentos e de crueldade, àqueles percebidos nas obras africanas estudadas neste trabalho. Como dito por Roberto Schwarz:

Morto no chão, o senhor violento e astuto da vida e da morte dos outros é um menino desdentado, desnutrido e analfabeto, muitas vezes descalço e de bermuda, de cor sempre escura, o ponto de acumulação de todas as injustiças de nossa sociedade (1999, p. 167).

“Crianças-soldado”?

Nos primeiros anos da década de 2000, inspirando-se em investigações internacionais sobre crianças e adolescentes arregimentados em guerras ao redor do mundo, nasceu o primeiro estudo sobre crianças e adolescentes atuantes nos

confrontos armados entre facções de tráfico de drogas, debruçando-se particularmente sobre o caso do tráfico instalado em comunidades do Rio de Janeiro, que pretendia enquadrar a situação brasileira dentro do fórum internacional. Encabeçada pelo antropólogo Luke Dowdney, a pesquisa foi desenvolvida em nome da instituição Viva Rio e do Instituto de Estudos Superiores da Religião (Iser), entre dezembro de 2001 e junho de 2002. Os resultados da pesquisa foram apresentados a representantes de ONGs e agências governamentais brasileiras e internacionais²¹¹ no Seminário sobre Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada, nos dias 9 e 10 de setembro de 2002, no Rio de Janeiro. Em 2003, o estudo foi publicado em formato de livro, sob o título *Crianças do tráfico – Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*, com apoio da ONG *Save the Children* da Suécia, e a colaboração da Fundação Ford, da UNESCO e do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do governo britânico²¹². O prefácio é assinado por Rachel Brett, uma das investigadoras para o Relatório Machel e coautora do livro *Children: The Invisible Soldiers* (1996), junto a Margaret McCallin.

As investigações internacionais sobre crianças-soldado, que tomaram corpo nos anos 1990, deixaram claro para os pesquisadores do Viva Rio que a vida das “crianças do tráfico” se assemelhava mais àquela das “crianças-soldado” em guerras do que àquela de “delinquentes juvenis”, “criminosos”, “membros de quadrilhas” e “jovens de gangues” de outros centros urbanos do mundo, como elas eram até então entendidas. Aos olhos dos pesquisadores, revelou-se patente a necessidade de compreender as especificidades da situação carioca, que não se encaixava na definição tradicional de guerra e ao mesmo tempo transcendia as características do crime organizado²¹³, a fim de encontrar uma definição operacional para categorizar

²¹¹ A Coalisão para Término do Uso de Crianças-soldado (CSC) – escritório regional e escritório da Colômbia; *Human Rights Watch*; *International Alert*; *Save the Children* Suécia; *Save the Children* UK; DFAIT e CIDA do governo canadense; Representante Especial do Secretário-Geral do Escritório das Nações Unidas para Crianças em Conflito Armado; Escritório Quaker das Nações Unidas em Genebra; Unesco Brasil; Unicef – Escritório regional para América Latina e Caribe; Unicef – Escritório Brasil; Rede de ação internacional em armas leves (Iansa); Fundação Ford; Visão Mundial; Associação Reconstruindo a Esperança – Moçambique. Além da participação de Rachel Brett, o seminário contou também com Roméo Dallaire, que serviu como Comandante das Forças de Paz da ONU em Ruanda entre 1993 e 1994. Em 2010, Dallaire lançou o livro *They Fight Like Soldiers, They Die Like Children*, sobre crianças-soldado.

²¹² *Department for International Development* (DFID).

²¹³ As seguintes definições são utilizadas: “Guerra: 1. Violência sustentada entre grupos, da qual participam forças militares de um estado em, pelo menos, um dos lados. Conflito armado com pelo menos 1.000 militares mortos em combate, no qual pelo menos uma das partes é o governo de um estado. / Conflito Armado Importante: 1. Utilização da força armada entre forças militares de dois ou mais governos, ou de um governo e, pelo menos, um grupo armado organizado, tendo como

os indivíduos em questão perante a lei internacional, identificar fenômenos semelhantes em outros lugares do mundo e melhor elaborar mecanismos de prevenção e reabilitação adaptados a tais realidades.

À época do estudo do Viva Rio, apesar da retórica da guerra, já utilizada abertamente tanto pelos próprios envolvidos no tráfico quanto pela mídia e por pessoas públicas, os confrontos por territórios entre as facções no Rio de Janeiro não podiam ser classificados formalmente como “guerra civil” ou “conflito armado”, de acordo com as convenções da comunidade internacional, “pela simples razão de que o estado não está sob ataque deliberado” (DOWDNEY, 2003, p. 194), isto é, as facções eram movidas por objetivos apenas econômicos, pelo controle de mais pontos de venda, sem atacar deliberadamente o Estado com motivações políticas. Além disso, o controle que as facções exerciam sobre certos territórios não derivava da suplantação do poder do Estado, mas era resultado da ocupação de um espaço sociopolítico por ele menosprezado. Ou seja, o sistema de controle organizado pelos “donos”²¹⁴ nas comunidades criava uma relação de “reciprocidade forçada” em que “os traficantes recebem proteção da comunidade em troca de oferecer o que o estado tradicionalmente não tem provido: a manutenção da ordem social, apoio, estímulo econômico e atividades de lazer” (DOWDNEY, 2003, p. 54). O envolvimento das forças policiais e militares mobilizadas pelo governo, apesar de truculento, era considerado secundário, pois os ataques a essas forças eram antes manifestações de defesa, ajustes de contas com policiais corruptos ou retaliação por execuções do que tentativas de superação do poder do Estado. Segundo os pesquisadores, a classificação de “crime organizado” também não cabia à situação de confronto instalada no Rio de Janeiro pelas suas proporções em número de mortes, de material bélico e violência armada. Diante do impasse da definição, eles propuseram a criação da categoria de Violência Armada Organizada:

Violência armada organizada: é uma situação intermitente de conflito armado envolvendo mais de 1.000 mortes de combatentes e civis no período de um ano, resultante

resultado a morte – relacionada com combates – de, pelo menos, 1.000 pessoas em um único ano, e no qual a controvérsia diz respeito a controle de governo e/ou território. / Crime organizado: 1. Qualquer associação ou grupo de pessoas participando de modo contínuo em atividades ilegais em busca de lucro, independentemente de fronteiras nacionais. 2. Atividade ilícita com motivação econômica empreendida por qualquer grupo, associação ou corpo composto por dois ou mais indivíduos, organizados formal ou informalmente, motivadora de um impacto negativo importante do ponto de vista econômico, social, da geração de violência, da saúde e segurança e/ou meio ambiente” (DOWDNEY, 2003, p. 192).

²¹⁴ Chefes da boca de fumo.

da ação de grupos armados não-estatais, organizados ou semi-organizados, sem motivação política, religiosa, étnica ou ideológica, territorialmente definidos e tendo controle efetivo sobre as comunidades que dominam, utilizando armas leves e tendo organização paramilitar em nível local, principalmente para ganhos econômicos ilegais, utilizando crianças e adolescentes como combatentes armados e eventualmente enfrentando o Estado com uso da violência armada quando seu progresso econômico estiver ameaçado, mas sem intenção de substituir o governo de estado, nem de atacar o aparelho de governo em busca de vantagens políticas ou territoriais (DOWDNEY, 2003, p. 203).

Apesar das semelhanças entre a atuação das crianças e dos adolescentes envolvidos nos confrontos no Rio de Janeiro e das crianças e adolescentes lutando em guerras e conflitos armados, como as idades, as funções e responsabilidades, a participação ativa em combates armados, o tipo de armas de fogo às quais têm acesso e a realidade de matar ou morrer, os pesquisadores concluíram não ser possível classificá-los do mesmo modo. Como “criança-soldado” é um conceito mobilizado pelo Direito Humanitário Internacional para regulamentar e salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes em circunstâncias de guerra, servindo como horizonte para as medidas de prevenção e reabilitação, “definir as crianças armadas empregadas pelas facções da droga como ‘crianças-soldado’ falha em mostrar as realidades típicas da Violência Armada Organizada, e é contraproducente para imaginar estratégias e programas destinados a ajudá-los” (DOWDNEY, 2003, p. 254). Por fim, os pesquisadores propuseram a criação da categoria de “Crianças em Violência Armada Organizada”, conhecida internacionalmente pela sigla COAV, derivada da nomenclatura em inglês “*Children in Organised Armed Violence*”, assim definida:

Qualquer pessoa abaixo de 18 anos que é empregada ou participa em Violência Armada Organizada onde há elementos de estrutura de comando e poder sobre território, população local ou recursos (DOWDNEY, 2003, p. 247).

Logo em seguida, Dowdney complementou o trabalho, publicando o volume *Neither War Nor Peace. International Comparisons of Children and Youth in Organised Armed Violence*²¹⁵ em 2005, sob coordenação do Viva Rio²¹⁶, do Iser e da *International Action Network on Small Arms* (Iansa), cujo objetivo foi comparar

²¹⁵ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser literalmente traduzido como: “Nem guerra nem paz. Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada”.

²¹⁶ Por envolvimento com outros projetos, o Viva Rio descontinuou as pesquisas sobre COAV, mas Dowdney continuou seu comprometimento com a questão por meio da sua iniciativa Luta Pela Paz, fundada em 2000, que apoia jovens de comunidades afetadas pela violência através do boxe e de artes marciais, suporte educacional, profissional e social.

experiências de campo em contextos semelhantes àquele encontrado no Rio de Janeiro, por meio da colaboração de pesquisadores estrangeiros na Colômbia, no Equador, em El Salvador, na Nigéria, na Irlanda do Norte, na África do Sul, nas Filipinas e nos Estados Unidos²¹⁷.

A diferenciação entre a situação de crianças em violência armada organizada e de crianças-soldado tem sido utilizada no exterior, como se pode observar nas obras *Child Abuse and Neglect Worldwide*²¹⁸, organizada por John R. Conte, e *Studies in Gangs and Cartels*²¹⁹, de Robert J. Bunker e John P. Sullivan, ambas lançadas em 2014. Entretanto, o termo não se popularizou no Brasil. Por exemplo, em 2005, a entidade filantrópica Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss) criou o programa Soldados Nunca Mais, que auxilia crianças e adolescentes a deixar o trabalho no tráfico de drogas utilizando estratégias associadas à prática esportiva, sobretudo o futebol²²⁰. A organização opta por utilizar a expressão “crianças-soldado” em detrimento da proposta do Viva Rio porque considera que, “embora o Brasil não seja considerado tipicamente um país em guerra, a experiência da Ibiss mostrou uma realidade diversa. Muitos moradores de favelas no Rio de Janeiro vivem, ou melhor, precisam sobreviver, em um estado constante de guerra que faz muitas vítimas”²²¹ (KATH; VAN BUUREN, 2014, p. 199).

Breve panorama histórico

O comércio de entorpecentes no Rio de Janeiro data do início do século XX, mas as novas proporções que a organização do narcotráfico e a violência armada tomaram entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980 derivaram de dois

²¹⁷ O livro foi prefaciado por Paulo Sérgio Pinheiro, o perito independente designado para realizar o estudo da ONU sobre violência contra as crianças, iniciado em 2002 e publicado em 2006, o primeiro relatório que analisa todas as formas de violência sofridas pelas crianças exceto em casos de guerra (situações previamente avaliadas de modo extenso no Relatório Machel).

²¹⁸ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser literalmente traduzido como: “Abuso e negligência em relação às crianças ao redor do mundo”.

²¹⁹ Não publicado em língua portuguesa. Poderia ser literalmente traduzido como: “Estudos sobre gangues e cartéis”.

²²⁰ Em 2010, como resultado da violência do processo de pacificação das comunidades levado a cabo pela Secretaria de Estado de Segurança, a Ibiss reporta que mais de trezentas crianças e adolescentes entraram em contato com a instituição procurando meios de sair do tráfico. Até 2014, o programa havia recuperado 3.400 “crianças-soldado”, de um total estimado de 8.500.

²²¹ “Although Brazil is not typically considered a country at war, IBISS’s experience has been of another reality. Many inhabitants of favelas in Rio de Janeiro live, or better said, have to survive, in a constant state of war with many casualties”.

fatores diretamente relacionados: a chegada da cocaína em grandes quantidades e a criação da primeira facção da cidade, o Comando Vermelho²²² (CV). Nos primeiros momentos da organização do narcotráfico carioca, a alta rentabilidade da cocaína, que favoreceu a expansão das vendas, e a própria natureza da droga, que não era só vendida, mas também consumida por alguns traficantes, foram fundamentais para a escalada da violência. Nas palavras de um ex-traficante daqueles anos, a cocaína modificou a própria relação dos traficantes com a morte:

com maconha... não havia morte por você por exemplo querer fumar mais (sem pagar), você de repente levava um tiro na mão, levava tapa na cara, surra, mas não morria. Ninguém era morto por isso. Agora quando cocaína entrava era diferente (...) É a natureza da droga que é completamente diferente (...) eu falo porque já experimentei (...) a cocaína ela muda completamente a tua personalidade, se você quer você fica violento, você fica 10 vezes mais violento, mais nervoso, assustado, com medo, tudo se multiplica (DOWDNEY, 2003, p. 32).

Com o surgimento do Comando Vermelho, grupos hierarquicamente estruturados instalaram-se nas comunidades para controlar as “bocas de fumo” ou, simplesmente, “bocas”²²³, e defendê-las de invasões policiais e ataques de grupos “neutros”²²⁴. Nos anos 1990, o Terceiro Comando (TC), o Comando Vermelho Jovem (CVJ) e o Amigos dos Amigos (ADA) surgiram como facções derivadas de cisões entre “donos” ligados ao Comando Vermelho, ampliando a militarização com a intensificação das disputas territoriais por pontos de venda.

As crianças e os adolescentes, que durante os anos 1960 e 1970 eram empregados em pequena escala como “olheiros”/“fogueteiros”²²⁵, mensageiros ou “aviõezinhos”²²⁶ e recebiam presentes por seus serviços, passaram, a partir dos anos 1980, com o aumento da demanda por trabalhadores pela expansão dos negócios, a ter mais oportunidades, a ser pagos em dinheiro e a portar armas de fogo. Meio Quilo, um dos primeiros donos a armá-las, entendia o uso das crianças como estratégia. Além de os policiais muitas vezes deixarem de atirar, as crianças também eram mais velozes, mais ágeis e menores, podendo escapar e se esconder com as armas de modo mais eficaz do que um adulto, evitando a perda dos armamentos. A hesitação

²²² Criada dentro da prisão de segurança máxima Cândido Mendes, em Ilha Grande.

²²³ Pontos de venda.

²²⁴ Cujas atuação não é leal a nenhuma facção.

²²⁵ Vigilantes que trabalham na primeira “contenção”, avisando aos donos sobre batidas policiais ou qualquer perigo. Quando o aviso é dado soltando foguetes, o olheiro é chamado de fogueteiro. É a primeira função assalariada na escala hierárquica do tráfico.

²²⁶ Transportadores de drogas.

dos policiais diante de crianças não durou muito. Segundo um ex-trafficante, a polícia logo entendeu que deveria

atirar mais, porque os ossos não [são] tão bem definidos e o corpo é mais delgado, é mais flexível, e o metabolismo da criança é mais acelerado, então ‘eu tenho que atirar para matar, se eu não tirar pra matar ele vai continuar vivo e vai atirar em mim’. Agora atiram pra matar” (DOWDNEY, 2003, p. 165).

Na década de 1990, quando as disputas acirradas entre as facções começaram a fazer com que muitos adultos fossem presos ou mortos, as crianças e os adolescentes passaram a assumir funções anteriormente reservadas aos adultos, como as de “vapor”²²⁷ e de “soldado”²²⁸. Um “soldado” de dezesseis anos do CV contou que a primeira vez que portou uma arma foi “numa guerra contra os Terceiro Comando”, que envolveu duzentas pessoas em uma invasão “prá arrumá mais dinheiro” (DOWDNEY, 2003, p. 156). Um vapor de quatorze anos declarou: “somos todos soldados e o chefe é o nosso capitão” (DOWDNEY, 2003, p. 152). Para serem considerados preparados pelos “gerentes” e pelos “donos” para receber armas de fogo e participar na defesa e em ofensivas de invasão, as crianças e os adolescentes devem demonstrar certas qualidades fundamentais, comuns a qualquer indivíduo dentro de uma estrutura militar: “confiabilidade; capacidade de seguir e cumprir ordens; habilidade no manejo das armas; saber matar; coragem; não falar, na polícia, se detido; frieza sob fogo e em situações de conflito armado” (DOWDNEY, 2003, p. 146). Portando armas de guerra, como metralhadoras e fuzis AK-47 e AR-15, mesmo que não tenham sido treinados para usá-las corretamente e atingir o alvo com precisão, eles conseguem poder de fogo suficiente para que os tiros tenham o efeito desejado de destruição.

A opção feita pelas crianças e adolescentes de iniciar-se na vida do tráfico foi percebida pelos pesquisadores do Viva Rio como “a melhor alternativa entre opções escassas” (DOWDNEY, 2003, p. 133). Trata-se de um processo voluntário que começa cedo, “com as crianças circulando com os traficantes em sua comunidade, escolhendo estar na companhia de traficantes e, em seguida, pedindo permissão para juntar-se à boca de fumo” (DOWDNEY, 2003, p. 128). A iniciativa deriva de uma série de motivações inscritas na tessitura social, tais como: a normalização do tráfico como trabalho, a necessidade do trabalho infantil para complementar o

²²⁷ Vendedor de droga ao consumidor na boca de fumo.

²²⁸ Segurança armado.

orçamento familiar, a falta de acesso ou a pouca rentabilidade do mercado de trabalho formal, o desejo por bens de consumo satisfeito pela entrada rápida de dinheiro, a revolta pelas injustiças cometidas pela sociedade e pela polícia com os pobres e moradores de comunidades, a possibilidade de ascensão social na hierarquia do sistema, a influência de uma rede de familiares e amigos já envolvidos com facções, e o predomínio do *ethos* da masculinidade, que se destaca. Como avalia o psiquiatra Joel Birman, “a *virilidade* como valor moral está em alta na contemporaneidade, tanto entre os homens quanto entre as mulheres” (BIRMAN, 2014, p. 26, grifo do autor). Segundo ele, a virilidade e o gozo fálico, a serem insistentemente afirmados, estão diretamente associados a constantes provas de atividade, em oposição a qualquer tipo de passividade, associada à feminilidade, a ser fortemente repudiada. No caso das crianças e dos adolescentes integrados ao tráfico de drogas, a ideia de passividade se associa também à infância, que os indivíduos desejam a todo custo deixar para trás por meio da performance da masculinidade e da afirmação da autonomia. Em um dos primeiros estudos sobre a questão, em 1993, Alba Zaluar indicou a rede simbólica da virilidade como um fator de peso para a entrada no tráfico, atentando para o fato de que “armas são também símbolos fálicos, extensão do corpo masculino, instrumento do exercício de sua força” (1993, p. 199), garantidores de status e respeito. Na mesma lógica, a manifestação viril de poder também auxilia na conquista ou na tomada à força de mulheres. A virilidade como horizonte é expressa definitivamente no discurso através do termo “sujeito-homem”, como identificado por Diogo Lyra. “Sujeito-homem”, segundo o pesquisador, é um “conceito ‘nativo’ mobilizado pelos garotos do morro que denota uma condição de respeito, independência e aceitação” (LYRA, 2003, p. 87), apontando que os indivíduos já não são mais crianças, “moleques”, mas sim homens adultos, “sujeitos-homem”, a despeito de suas idades, ou seja, “detêm seu destino nas próprias mãos e são, portanto, responsáveis por seus atos e [estão] dispostos a pagar o preço de suas escolhas” (p. 249), inclusive a real possibilidade de matar ou de ser executado. O “sujeito-homem”, avalia Lyra, “jamais se coloca como vítima de uma situação, não importa o contexto, não importa o preço” (2003, p. 249). Qualquer vitimização, que derivaria de uma manifestação de passividade diante do poder do outro, é encarada como um processo de infantilização e de emasculação, o que é inaceitável para um “sujeito-homem”. Independentemente de limites de idade, o devir “sujeito-homem” tem também diretamente a ver com o preparo para a

crueldade. Um “gerente de boca”²²⁹ de dezesseis anos, entrevistado por pesquisadores do Viva Rio, declarou que não gostava de crianças no tráfico e que “tinha uns que eram menor mas já era tudo velhinho já né... [...] menor de tamanho né, mas que antigamente já matava já cortava. Já tinha mente criminosa... [...] a mente deles já era muito maldosa já” (DOWDNEY, 2003, p. 130). A pessoa continuava sendo “menor”, pois tinha menos de dezoito anos, mas o status de “criança” desaparecia quando ela começava a ter a mente “criminosa”, “maldosa”. Da mesma forma, um “gerente de soldados”²³⁰ de dezessete anos afirmou que “o menor às vezes tem mais capacidade do que um adulto [...] A gente pensa que não... mas a aparência engana pra caralho” (DOWDNEY, 2003, p. 130).

Ao longo dos anos, novas cisões, desmantelamentos e alianças entre facções foram feitos, levando ao desaparecimento de algumas, como o TC e o CVJ, e à criação de novas, como o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Terceiro Comando dos Amigos (TCA). Em 2016, a facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC), maior do Brasil, espalhada em diversos estados e com tentáculos internacionais, conseguiu penetrar no Rio de Janeiro. Os confrontos de que as crianças e os adolescentes participam envolvem não apenas as facções e as forças policiais e militares do Estado, mas também, de modo mais amplo e significativo a partir de meados dos anos 2000, grupos de milícias armadas²³¹, que também cooptam crianças e adolescentes. Apesar de iniciativas de programas sociais elaborados por organizações filantrópicas, segundo o Atlas da Violência de 2018, relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número elevado de homicídios de jovens entre quinze e vinte e nove anos no Brasil “permanece sem a devida resposta em termos de políticas públicas que efetivamente venham a enfrentar o problema” (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 32). Entre 2002 e 2006, de acordo com o relatório Caravana Comunidade Segura de 2007, os confrontos no Rio de Janeiro mataram 1.128 crianças e adolescentes a mais do que o conflito entre Israel e Palestina no mesmo período. O relatório A

²²⁹ Responsável pela organização das vendas da boca de fumo.

²³⁰ Comanda os soldados.

²³¹ Eram inicialmente grupos de agentes armados que ofereciam “proteção” aos moradores de comunidade do controle do narcotráfico, através da cobrança de taxas, e monopolizavam atividades econômicas como venda de gás, transporte e serviço de TV a cabo clandestinos, que se desenvolveu de modo a convergir com a atuação do tráfico e se infiltrar na política. Ver Ignacio Cano e Thais Duarte, *Só no sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012; GRANDIN *et al.*, “Franquia do crime: domínio de áreas amplas pela milícia é novidade para especialistas”, G1, 21/03/2018.

Criança e o Adolescente nos ODS elaborado em 2017²³² pela Fundação Abrinq revelou que, em 2012, o Brasil foi o segundo país do mundo, atrás apenas da Nigéria, em números absolutos de pessoas entre zero e dezenove anos assassinadas. Entre 1990 (ano da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente) e 2015, o número de homicídios para essa faixa etária mais que dobrou, passando de 5 mil para 10,9 mil casos. Isso significa que 30 crianças e adolescentes foram mortos a cada dia no ano de 2015, sendo a maioria meninos negros e pobres de periferias das grandes cidades. O estado de pior desempenho foi a Bahia, que contabilizou 1.223 mortes, seguido pelo Rio de Janeiro, com 1.002 casos registrados.

Além da possível sobreposição de vários tipos de violência, crianças e adolescentes podem ser vítimas, testemunhas e os próprios causadores da violência – tudo ao mesmo tempo. Nesses casos, crianças e adolescentes estão imersos em situações e contextos sociais de conflito, em que a violência prepondera como *modus operandi*, tornando-se por vezes ora banalizada como parte da sociabilidade dos indivíduos, ora reproduzida como forma de manutenção ou expressão de poder entre esses (CINTRA *et al*, 2017, p. 57).

Quanto aos índices sobre o número de homicídios cometidos por crianças e adolescentes, o quadro é mais complexo. Em 2017, o jornalista Leandro Narloch investigou a informação, que circulava em várias plataformas de notícias no contexto da discussão sobre a redução da maioridade penal²³³, de que menos de 1% dos homicídios do Brasil são perpetrados por adolescentes. Narloch descobriu que “a estatística dos 1% simplesmente não existe. Todas as instituições que jornais e revistas citam como fonte negam tê-la produzido”.

“As favelas são o *front*”

Se à época da pesquisa de Luke Dowdney as diferenças de contexto entre uma guerra e a situação de confrontos entre as facções do Rio de Janeiro eram mais facilmente evidenciáveis, hoje as distinções parecem mais opacas. Nos últimos quinze anos, as dinâmicas entre o governo, as facções e as milícias se alteraram substancialmente e a mais clara evidência da aproximação do “estado de guerra” é a entrada em cena do Exército brasileiro. No percurso dessa transformação

²³² Recolheu dados até 2015.

²³³ Uma proposta de redução da maioridade penal de dezoito para dezesseis anos tramita na justiça desde 1993.

encontram-se o fracasso da política de pacificação das comunidades cariocas iniciada em 2008 pelo governo do estado com o intuito de assumir o controle de territórios dominados por facções e milícias por meio da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP); a penetração da facção paulista PCC, que desde seu surgimento, ao lado de sua atividade econômica no narcotráfico, sustenta um discurso de resistência contra a opressão do Estado²³⁴; e, como culminância, a intervenção federal na área de segurança pública para conter os índices de violência na cidade durante o ano de 2018, que mobilizou ações do Exército em comunidades, estradas e limites marinhos do estado por dez meses ininterruptos²³⁵. O estudo de Flávia Medeiros junto à Polícia Civil no Rio de Janeiro mostra que as práticas burocráticas utilizadas pelas forças estatais para gerenciar a violência na cidade se baseiam na categoria da guerra, utilizada como “um modelo de classificação legitimador da repressão e supressão, seja pela prisão ou pela morte, da vida digna de certos sujeitos” (2017, p. 75) e não apenas como “figura de linguagem articulada para comparar e ajudar na compreensão do discurso sobre o conteúdo a que se refere” (p. 83). Aplicando os conceitos de biopolítica, de Foucault, de necropolítica, de Mbembe, e de espaços de exceção e de vida nua, de Agamben, Medeiros analisa que, para o Estado, o argumento da guerra funciona como uma justificativa para o controle de uma parcela da população, primordialmente jovens negros e pobres, ou seja, para exercer o direito de matar, institucionalizando e administrando a morte desses sujeitos. Para os policiais, individualmente, ele serve para produzir um sentido sobre a sua experiência e atuação profissionais, ditadas pela constante sensação de risco e medo. Na Divisão de Homicídios, as mortes ligadas ao tráfico são identificadas como “mortes da guerra”, um modo de compreensão que segue os “propósitos da instrumentalização generalizada da existência de certa humanidade em

²³⁴ Em 2016, em conversa telefônica grampeada, Fantasma, responsável pela expansão do PCC no Rio de Janeiro, declarou que não pretendem participar dos confrontos das facções cariocas, pois seu inimigo é o Estado: “Essa guerra que o CV tem com o Terceiro Comando e com o ADA, não é nossa [...] Quem tem guerra é o CV. Até mesmo, se o crime do Rio de Janeiro fosse unido, se eles não ficassem um se digladiando contra o outro, querendo matar um ao outro, vocês podem ter certeza que o sistema carcerário do Rio de Janeiro não ia estar esse massacre que vocês vêm passando, não. Mas eles preferem ficar se matando, no lugar de se unirem e lutar contra o Governo. Que nossa guerra é contra o Governo, entendeu?!” (MARTÍN, 2016).

²³⁵ No início da intervenção federal, em fevereiro de 2018, a antropóloga Alba Zaluar criticou a medida e disse ao *UOL*: “É muito espantoso, tenho medo. A gente não sabe o que vai ser feito depois disso. Vão intervir em outros Estados? Haverá ocupação com mortes nos morros do Rio? Aí vai ser uma guerra civil. Os ânimos já estão muito acirrados por causa dos confrontos entre traficantes e polícia” (ZALUAR, 2018).

relação à eliminação de certos corpos humanos ou grupos específicos, que são moralmente e formalmente tomadas como matáveis, como são considerados os traficantes” (MEDEIROS, 2017, p. 92). Segundo Agamben (2007), uma “vida matável” é uma vida que pode ser exterminada sem que isso seja considerado como uma violação. Na fala de um policial, “as favelas são o *front*, não tem jeito, a verdade é essa aí! Favela com tráfico é zona de guerra mesmo!” (MEDEIROS, 2017, p. 83). Para a pesquisadora,

O uso por parte dos agentes de categorias e práticas que remetessem a uma “guerra” explicitava uma forte concepção reproduzida numa ideia norteadora das políticas públicas de segurança aplicadas pelos governos do estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas: que certos territórios na cidade eram ‘espaços de exceção’ devido a presença do tráfico de drogas (MEDEIROS, 2017, p. 82).

É na transição da ditadura militar para a abertura democrática, entre 1978 e 1988, que Vera Malaguti Batista detecta a construção do estereótipo do novo “inimigo interno” do governo brasileiro, que deixou de ser o terrorista para virar o traficante. Com a consolidação do consumo da cocaína naqueles anos, “o sistema absorve o seu uso, mas criminaliza o seu tráfico, efetuado no varejo pela juventude pobre da periferia carioca”, ou seja, cria um “discurso moral esquizofrênico” que convive com o uso social da droga, mas demoniza e reduz à condição de “bagaço humano” a parcela da juventude pobre que a comercializa e é considerada perigosa (BATISTA, 2003a, p. 41). Nesse esquema, em que “meninos pobres vendem drogas ilegais para meninos ricos” (BATISTA, 2003b, p. 87), aos “meninos ricos” é aplicado o “estereótipo médico”, com o encaminhamento hospitalar e psiquiátrico, enquanto que aos “meninos pobres” é aplicado o “estereótipo criminal”, a quem cabe o tratamento repressivo das “medidas socioeducativas” (BATISTA, 2003a, p. 84). Nos anos 1990, a criminalização maciça da juventude negra e pobre associada ao comércio de drogas havia aumentado significativamente, num processo que até hoje superlota os sistemas de atendimento aos adolescentes infratores, o que leva a pesquisadora a afirmar:

O problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa. Os relatórios e processos dos agentes do sistema são bastante claros quanto a isso. São pouquíssimos os casos de análise do ponto de vista da droga em si. Em geral os processos se relacionam às famílias “desestruturadas”, às “atitudes suspeitas”, ao “meio ambiente pernicioso à sua formação moral”, à “ociosidade”, à “falta de submissão”, ao “brilho no olhar” e ao desejo de *status* “que não se coaduna com a vida de salário mínimo”. O processo de

demonização do tráfico de drogas fortaleceu os sistemas de controle social, aprofundando seu caráter genocida (BATISTA, 2003a, p. 135).

A política de exterminação contemporânea encontra suas origens no início do século XX, quando se iniciou um programa eugênico racista de gestão dos corpos, sobretudo dos corpos negros recém libertados e mestiços, no processo de construção do Brasil moderno. Daí a política de branqueamento, com o incentivo à imigração massiva de trabalhadores europeus, e as políticas de exclusão, esterilização e de extermínio das populações negras e mestiças, que, apesar de nunca formalizadas no Brasil, são, como diz Eneida Leal Cunha, “atuantes e eficazes até o presente”. Pouco discutida, a eugenia, “ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana”²³⁶ (KEHL apud CUNHA, 2018), funcionou como base para o aparato de regulação biopolítica da população pelo Estado, como postulado por Michel Foucault, que “faz viver” os considerados aptos, produtivos, moral e socialmente saudáveis e relevantes, e “deixa morrer”, “expõe à morte” ou “conduz à morte” aquelas parcelas da população que divergem do padrão dominante, “inimigos da saúde e do corpo social a esterilizar ou a extirpar, a negritude, os corpos híbridos, a pobreza insurreta, o alcoolismo, a doença mental, a improdutividade da vadiagem, a desordem familiar” (CUNHA, 2018).

Não apenas a figura do garoto do tráfico com um AK-47 transpassado no peito ativa sentimentos de pavor, mas qualquer corpo jovem, negro e pobre deslocando-se nos espaços urbanos tem o potencial de gerar a mesma ansiedade, medo de assalto e agressão física. A expressão “menor”, utilizada largamente pela mídia, pela polícia e pelas pessoas comuns para fazer referência a menores de dezoito anos flagrados em alguma atividade ilegal ou com uma “atitude suspeita”, possui uma carga pejorativa que se originou em 1923, quando da criação da Justiça de Menores: é neste momento que a palavra *menor* passa a se associar definitivamente a crianças abandonadas, pobres, em geral negras, sem vínculos familiares ou institucionais reconhecidos, a serem tuteladas pelo Estado para a preservação da ordem (TEIXEIRA, 2012; BATISTA, 2003a). De acordo com Batista, o argumento da “atitude suspeita” foi um artifício das medidas criadas nos anos 1960 para conter a “periculosidade difusa” nas ruas que descende da “estratégia de suspeição generalizada”

²³⁶ Citação de Renato Ferraz Kehl em trabalho inédito de Eneida Leal Cunha, “Biopolítica, racismo e eugenia no Brasil moderno”, apresentado no III Colóquio Internacional África-Brasil: Ensino, Pesquisa e Relações Econômico-sócio-políticas, organizado por CEFET-RJ/SESC, no Rio de Janeiro, 21-22 de novembro de 2018.

utilizada no final do século XIX para controlar as populações negras recém libertas. Nos registros policiais, a pesquisadora percebeu

...que a “atitude suspeita” não se relaciona a nenhum ato suspeito, não é atributo do “fazer algo suspeito”, mas sim de ser, pertencer a um determinado grupo social; é isso que desperta suspeitas automáticas. Jovens pobres pardos ou negros estão em atitude suspeita andando na rua, passando num táxi, sentados na grama do Aterro, na Pedra do Leme ou reunidos num campo de futebol (BATISTA, 2003a, p. 103).

Na prática cotidiana, de modo geral, existe na fala e na compreensão dos brasileiros um abismo que separa um “adolescente”, que normalmente é branco e de classe média, de um “menor”, que normalmente é negro e pobre (PORTO, 2007, p. 16). A justiça brasileira, em uma tentativa de linguagem politicamente correta, atualmente emprega a expressão “adolescente em conflito com a lei”, que engloba todos os indivíduos que cometeram atos infracionais, não distinguindo entre homicídio, latrocínio, roubo, tráfico de drogas, injúria, calúnia, ameaça e perturbação do sossego alheio.

Capitães da Areia

A infância pauperizada no Brasil começou a ser discutida como questão social no final do século XIX, com a emergência da nova tessitura urbana que se delineava com o crescimento das metrópoles e a abolição da escravidão. No início do século XX, os grupos de meninos e meninas morando nas ruas e sobrevivendo da mendicância, de furtos, assaltos e atividades marginais haviam se tornado um problema a ser tratado pela justiça, com a criação do Juízo de Menores e de medidas com o intuito de controlá-los e institucionalizá-los (ALVIM, VALLADARES, 1988). Esses grupos de crianças encontraram sua primeira expressão mais pungente pela pena de Jorge Amado, que imortalizou suas vivências no cenário baiano em *Capitães da Areia*, de 1937. Publicada na Era Vargas, a obra teve um início conturbado: oitocentos e oito exemplares foram queimados em praça pública em Salvador, junto a outros livros do escritor, considerados pelo Estado Novo como “propagandistas do credo vermelho”²³⁷ por sua veia política voltada para o elogio das lutas sociais. Tendo sobrevivido à censura, *Capitães da Areia*, que ganhou nova edição em 1944,

²³⁷ Expressão encontrada em reportagem publicada no *Estado da Bahia*, página 3, em 17 de dezembro de 1937. Trecho reproduzido na contracapa da edição da Record de *Capitães da Areia*, de 2004.

tornou-se um grande clássico da nossa literatura, um livro “que traz à tona reflexões sobre as estruturas sociais, o incentivo à luta e à resistência ao poder que subjuga, marginaliza e humilha” (FIGUEIREDO, 2014, p. 119).

Capitães da Areia é considerado por Maria Rosilene Barbosa Alvim e Licia do Prado Valladares como um “verdadeiro documento de época” que mostra como a questão das crianças nas ruas era tomada como “calamidade pública” (1988, p. 7). O romance se abre com uma discussão que se acalorava no *Jornal da tarde*, veículo de imprensa da Bahia, em torno do “grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe” (AMADO, 2004, p. 3). Em “um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os 8 aos 16 anos” (AMADO, 2004, p. 3), os garotos dos anos 1930 conhecidos como “capitães da areia” se inscreviam em um tipo de organização urbana e social originada no século XIX, quando as primeiras levadas de negros libertos começaram a formar grupos de “mendigos, moleques e vadios” como investigado por Walter Fraga Filho (1996) nos registros oficiais da Bahia. Os meninos e meninas do século XIX, órfãos, abandonados ou fugidos, tinham na vida organizada na rua, com estratégias de sobrevivência e defesa, por um lado, uma alternativa à ausência de perspectivas e, por outro, uma violação da ordem senhorial estabelecida, “a libertação das funções subservientes e serviços nos sobrados ou da subordinação aos “mestres de ofício”, as duas instituições formativas destinadas aos jovens pobres e negros” (CUNHA, 1999), numa lógica que continuava a ser seguida pelos capitães da areia, revoltados e amargados com as ordenações injustas da sociedade. O primeiro capítulo é inteiramente composto por uma reportagem, intitulada “Crianças ladronas”, e cinco cartas de figuras-chave, o Secretário do Chefe de Polícia, o Juiz de menores, uma mãe, o Padre José Pedro e o Diretor do reformatório, que trocam acusações e apresentam suas defesas em relação ao seu modo de entender e lidar com tais meninos. Enquanto o jornal considera necessária uma urgente providência das autoridades “no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos [...] aos institutos de reforma de crianças ou às prisões” (AMADO, 2004, p. 4), o Padre denuncia que as crianças no reformatório eram “tratadas como feras” (AMADO, 2004, p. 12).

Perante as dimensões que a questão tomava aos olhos da sociedade, Jorge Amado, como analisam Alvim e Valladares, “redime os Capitães da areia através da descrição do seu modo de vida, da denúncia dos reformatórios, mostrando a rua como espaço de formação de uma consciência libertária, [...] de socialização

política, podendo levar à contestação do sistema vigente” (1988, p. 7). O livro se divide em diversos capítulos que contam as aventuras e desventuras dos garotos, liderados pelo adolescente de quinze anos Pedro Bala, suas estratégias de sobrevivência, táticas de roubo, doenças, experiências de predação sexual, mas também de afeto, lealdade e amor. O narrador onisciente expõe os pensamentos dos meninos, tornando afetos como solidão, medo, revolta, esperança e amizade reconhecíveis pelos leitores, propondo um exercício de empatia com aquele grupo marginalizado cuja presença nas ruas era marcada pelo pavor e pela ojeriza.

A compreensão da infância dos garotos é central para a narrativa. Afinal, que corpos eram aqueles que vagavam na cidade significando ameaça de roubo e estupro, “vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro” (AMADO, 2004, p. 21), completamente destoantes das crianças das famílias abastadas alinhadas aos “bons costumes”? Para dona Margarida, uma velha magra que apontava seu lornhão contra o grupo “como uma arma de guerra” (AMADO, 2004, p. 72), eles eram uma “gentalha” (AMADO, 2004, p. 72). “Isso não são crianças”, diz ela para o Padre, “são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são crianças [...] Não se aproxime de mim, imundície. Se não fosse pelo padre, eu chamava o guarda” (AMADO, 2004, p. 73). A imagem de Dona Margarida com seu lornhão empunhado como uma arma condensa metonimicamente as impressões da boa sociedade, que se sentia em guerra contra as crianças de rua, cujo processo de apreensão social passava pela coisificação (“isso não são crianças”), pela descaracterização infantil (“velhacos”) e pela sua rotulação como dejetos (“imundície”) e sujeitos imorais (“ladrões”), a quem deveria caber apenas o controle policial. O Padre, um dos poucos adultos a se aproximarem dos capitães da areia com uma mão amiga, tentava compreender aquela infância, com percepções confusas. Ao vê-los encantados pelo carrossel que chegara à cidade, ele pensa, afirmando com alívio para si mesmo, depois dos impropérios da velha, “eram crianças, sim” (AMADO, 2004, p. 73). O narrador não sugere nenhuma visão idealizada sobre esse período da vida, nem nenhum modelo do que constituiria uma criança ideal, apenas reforça o caráter ambíguo da vida dos capitães da areia. Brincando no carrossel, os garotos “esqueceram que não eram iguais às demais crianças, esqueceram que não tinham lar, nem pai, nem mãe, que viviam de furto como homens, que eram temidos na cidade como ladrões” (AMADO, 2004, p. 73). A dificuldade de entender a diferença entre os capitães da areia e as “demais crianças” persegue as

reflexões do Padre, que sonhava em “trazer todos aqueles corações a Deus” e “ajudá-las a serem boas” (AMADO, 2004, p. 65). O Padre sabia ser “impossível converter uma criança abandonada e ladrona em um sacristão”, mas pensava ser “muito possível convertê-la em um homem trabalhador” (AMADO, 2004, p. 68). Ele tinha absoluta consciência de que as medidas de duras repressões e castigos empregados no reformatório de menores jamais poderiam tornar uma criança “boa e trabalhadora” (AMADO, 2004, p. 66). Mas “como tratar os Capitães da Areia?”, pensava o Padre, “não eram crianças iguais às outras... Sabiam tudo, até os segredos do sexo. Eram como homens, se bem fossem crianças...” (AMADO, 2004, p. 146). Para o Padre, se as crianças faziam o que faziam, não é porque fossem más, mas porque não sabiam distinguir o certo e o errado, o bem e o mal: “Que sabem eles do bem e do mal? Se ninguém nunca lhes ensinou nada? Nunca u’a mão de mãe nas suas cabeças. Uma palavra boa de um pai. Senhor, eles não sabem o que fazem...” (AMADO, 2004, p. 146). Segundo essa lógica, como nenhuma figura de autoridade lhes havia guiado e educado, eles não teriam um superego desenvolvido de acordo com os preceitos da civilização. Entretanto, esse não parece ser o problema.

Os meninos demonstram um nível de consciência e de justiça mais sofisticado do que pensava o Padre. Não tiveram pai nem mãe, mas, além de demonstrarem um instinto próprio de justiça, são influenciados por figuras marginais e sofridas como eles, como Don’Aninha, a mãe-de-santo, e João de Adão, o estivador. Pedro Bala sentia ondas de revolta dentro de si, porque “os pobres não tinham nada. O padre José Pedro dizia que os pobres um dia iriam para o reino dos céus, onde Deus seria igual para todos. Mas a razão jovem de Pedro Bala não achava justiça naquilo” (AMADO, 2004, p. 87). Volta Seca, sertanejo afilhado de Lampião, ao chegar à cidade, aprendera que “não era só no sertão que os homens ricos eram ruins para com os pobres [...] Sorriu por vezes, mas não deixou de odiar” (AMADO, 2004, p. 233). Sua missão havia se tornado “matar soldados de polícia” (AMADO, 2004, p. 232) desde que apanhara sobremaneira por ter dirigido afrontas verbais aos policiais. Volta Seca desejava juntar-se a Lampião para integrar seu exército de libertação:

Lampião libertou a caatinga, expulsou os homens ricos da caatinga, fez da caatinga a terra dos cangaceiros que lutam contra os fazendeiros. O herói Lampião, herói de todo o sertão de cinco estados. Dizem que ele é um criminoso, um cangaceiro sem coração, assassino, desonrador, ladrão. Mas para Volta Seca, para os homens, as mulheres e as crianças do sertão é um novo Zumbi dos Palmares, ele é um libertador,

um capitão de um novo exército. Porque a liberdade é como o sol, o bem maior do mundo. E Lampião luta, mata, deflora e furta pela liberdade. Pela liberdade e pela justiça para os homens explorados do sertão imenso de cinco estados: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia (AMADO, 2004, p. 234).

Sem-Pernas, um menino coxo, fazia jus à fama de malvado, era afeito a pequenas violências que coroavam seus assaltos, mas assim era por vingança, porque “tinha pena da desgraça de todos” (AMADO, 2004, p. 30) e “seu coração estava cheio de ódio” (AMADO, 2004, p. 31) pelas hostilidades que havia vivido nas mãos dos adultos. Ele achava que “a alegria daquela liberdade [da vida nas ruas] era pouca para a desgraça daquela vida” (AMADO, 2004, p. 39). No trapiche, o bando comandado por Pedro Bala seguia a lei da lealdade aos amigos. Quando Sem-Pernas se percebe entre a cruz e a espada, precisando escolher entre a fidelidade aos amigos e a consideração por Dona Ester, que o acolhera e o tratara como ninguém nunca havia feito, ele sofre profundamente com a culpa por abrir o caminho para que sua casa seja furtada pelos capitães da areia, consciente de que ia “pagar o bem com o mal” (AMADO, 2004, p. 119). João Grande, impelido por um forte senso de honra, impede que o bando estupe a menina Dora, pondo-se entre ela e os garotos do trapiche com um punhal, desafiando até mesmo Pedro Bala, que de início havia dado sinal verde ao bando: “Sou teu amigo, mas ela é uma menina [...] Eu sou teu amigo, mas se tu vier eu te mato. É uma menina, ninguém faz mal a ela...” (AMADO, 2004, p. 166).

É através do discurso indireto livre que expressa os pensamentos de Pedro Bala que o leitor tem acesso à clarividência analítica definitiva sobre a infância dos capitães da areia, uma não-infância, pois a única diferença entre eles e os homens adultos era o tamanho de seus corpos. As responsabilidades eram as mesmas, assim como as conversas, as práticas sexuais, as atividades marginais, as armas de seus assaltos e os golpes neles disferidos pela polícia.

Não seriam meninos toda vida... Bem sabia que eles nunca tinham parecido crianças. Desde pequenos, na arriscada vida da rua, os Capitães da Areia eram como homens, eram iguais a homens. Toda a diferença estava no tamanho. No mais, eram iguais: amavam e derrubavam negras no areal desde cedo, furtavam para viver como os ladrões da cidade. Quando eram presos apanhavam surras como os homens. Por vezes assaltavam de armas na mão como os mais temidos bandidos da Bahia. Não tinham também conversas de meninos, conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens. Quando outras crianças só se preocupavam com brincar, estudar livros para aprender a ler, eles se viam envolvidos em acontecimentos que só os homens sabiam resolver. Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e de aventura, nunca tinham sido perfeitamente crianças. Porque o que faz a criança é

o ambiente de casa, pai, mãe, nenhuma responsabilidade. Nunca eles tiveram pai e mãe na vida na rua. E tiveram sempre que cuidar de si mesmos, foram sempre os responsáveis por si. Tinham sido sempre iguais a homens (AMADO, 2004, p. 230-231).

Os meninos seguem destinos diferentes. Professor vai morar com um poeta no Rio de Janeiro para desenvolver seu talento artístico, Pirulito parte com o Padre para seguir sua vocação religiosa, Sem-Pernas se suicida jogando-se da altura do elevador de Salvador para não ser capturado vivo pelos policiais, João Grande se torna marinheiro, Volta Seca consegue juntar-se aos cangaceiros de Lampião e se torna um exímio assassino, Gato passa a ganhar dinheiro aplicando “contos do vi-gário” e Boa-Vida se torna um verdadeiro malandro.

Quando tiver dezenove anos já não voltará. Será um malandro completo, um daqueles mulatos que amam a Bahia acima de tudo, que fazem uma vida perfeita nas ruas da cidade. Inimigo da riqueza e do trabalho, amigo das festas, da música, do corpo das cabrochas. Malandro. Armador de fuzuês. Jogador de capoeira navalhista, ladrão quando se fizer preciso. [...] Prometendo às cabrochas se regenerar e ir para o trabalho, sendo malandro sempre. Um dos *valentões* da cidade (AMADO, 2004, p. 223).

O destino de Pedro Bala e do restante dos capitães da areia por ele liderados é definido pelos ideais da revolução comunista que lhes chegam através de um estudante organizador de greves de operários. Procurando quem pudesse ajudar a impedir os fura-greve a comprometer a paralisação, o estudante fica satisfeito com a confiança do garoto: “Para quanta coisa não serviriam aqueles meninos esfomeados e mal vestidos? Lembrava-se de outros exemplos, da luta antifascista na Itália, os meninos de Lusso. Sorria para Pedro Bala” (AMADO, 2004, p. 248). A operação efetivada de modo macabro pelos capitães da areia é bem-sucedida:

Da sombra, dos becos, ninguém sabe de onde, como demônios fugidos do inferno, surgem meninos esfarrapados e de armas na mão. Punhais, navalhas, paus. Tomam a porta, o grupo dos fura-greves pára. Logo os demônios se atiram, é um bolo só. [...] Os fura-greves pensam que são demônios fugidos do inferno (AMADO, 2004, p. 250).

Depois dessa missão inaugural, os capitães da areia se transformam em uma “brigada de choque” (AMADO, 2004, p. 251), uma força de resistência, armada como podiam, da ideologia comunista, contra a qual o regime autoritário de Getúlio Vargas havia declarado estado de guerra. Os capitães da areia já não eram mais simples garotos de rua cometendo roubos e atividades marginais, mas sim verdadeiros “inimigos internos” do Estado, sempre sob o comando firme de Pedro Bala,

que ouvia o poderoso chamado da voz da revolução, “uma voz que diz uma palavra bonita de solidariedade, de amizade: *companheiros*” (AMADO, 2004, p. 253), “voz de toda a cidade pobre da Bahia, voz da liberdade” (AMADO, 2004, p. 254). A pulsão de retaliação violenta dos meninos, que antes se manifestava com uma função utilitária, para garantir a própria sobrevivência, e tinha uma natureza pessoal, pois cada um se vingava por seus próprios traumas, ganhou contorno ideológico e coletivo naquela luta por uma vida mais justa, digna e livre para todos. Quando Bala parte do trapiche para dar continuidade ao seu destino de militante proletário, as crianças o saúdam de punhos levantados sob a lua e “na noite misteriosa das macumbas os atabaques ressoam como clarins de guerra” (AMADO, 2004, p. 255).

Cidade de Deus

Sessenta anos mais tarde, Paulo Lins publica *Cidade de Deus*, lançando um novo clássico sobre a violência urbana com personagens igualmente jovens, os “capitães do tráfico de drogas” (2006, p. 140), como diz Ismail Xavier. Nutrindo-se de sua própria experiência de morador da Cidade de Deus, conjunto habitacional na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e dos projetos de pesquisa dos quais participou com a antropóloga Alba Zaluar de 1986 a 1993, “Crime e criminalidade nas classes populares” e “Justiça e classes populares”, o escritor produz “uma espécie de *docudrama* sobre um dos bairros mais visualizados do Rio de Janeiro contemporâneo e uma crítica [...] às condições que a população pobre sofre” (RIBEIRO, 2000, p. 76), reconstituindo o desenvolvimento e as transformações do sistema do narcotráfico dos anos 1960 aos anos 1990, com especial focalização no conflito entre Zé Miúdo e Zé Bonito, classificado como “guerra entre quadrilhas de traficantes” (LINS, 2002, p. 331).

O romance se inscreve em uma tendência literária iniciada nos anos 1960 que afeta a figuração do criminoso e do marginal. Se antes houve investimento artístico sobre a dimensão política presente nas atividades do malandro e do cangaceiro (como trabalhado em *Capitães da Areia*), que sinalizavam “uma possibilidade revolucionária de violência política”, apontando as falhas do Estado e imprimindo um “certo romantismo em relação ao banditismo” (SCHØLHAMMER, 2013, p. 87), o advento do “brutalismo” inaugurado por Rubem Fonseca em 1963 desenhava os contornos de um novo personagem, num estilo que não mais falava da realidade do

submundo do crime “a partir de um distanciamento moral, mas expressava sua experiência diretamente” (SCHØLHAMMER, 2013, p. 91). De acordo com Karl Erik Schølhammer,

Esse novo bandido é jovem, malnutrido, com dentes ruins, analfabeto e sem opções [...] Mora numa favela ou na periferia da cidade, e muito jovem passa a integrar as quadrilhas do tráfico de drogas, no início trabalhando apenas como avião ou fogueteiro. Ainda adolescente, ganha uma arma, e com a arma vêm um tênis novo, poder aquisitivo, garotas, poder na comunidade e uma expectativa de vida cada vez mais curta. O novo bandido é o resultado de uma nova ordem do crime em que não predomina mais o mercado restrito da maconha, puxado pelo malandro, mas o mercado da cocaína, de circulação financeira muito maior, garantido por quadrilhas fortemente armadas que passam a constituir o poder informal nos morros da cidade (SCHØLHAMMER, 2013, p. 96).

Diferentemente de *Capitães da Areia*, em *Cidade de Deus* a questão da infância não configura uma questão central de discussão no interior da narrativa. Ao contrário dos personagens de Jorge Amado, em Paulo Lins nenhuma voz reflete profundamente acerca do que é ser uma criança e de que tipo de crianças são aquelas. Apenas Bonito, um homem honesto que inicia a guerra contra Miúdo, dono majoritário da Cidade de Deus, porque ele estuprara sua namorada e matara seus familiares, tenta colocar em xeque a criminalidade da infância, quando Filé com Fritas, de oito anos, se oferece para matar Miúdo: “tu tem que parar com essa onda de roubar e procurar uma escola... tu é criança, rapá!”, ao que o menino responde, categoricamente, encerrando o assunto, “meu irmão, eu fumo, eu cheiro, desde nenemzim que peço esmola, já limpei vidro de carro, já trabalhei de engraxate, já matei, já roubei... não sou criança não. Sou sujeito homem!” (LINS, 2002, p. 318). Poucas páginas depois, Filé com Fritas viria a morrer de maneira brutal nas mãos do bando de Miúdo, mas dizendo “que morreria em pé, porque sujeito homem morre é em pé. Somente uma lágrima escorreu-lhe pelo rosto liso. É assim que choram os sujeitos homens de pouca idade” (LINS, 2002, p. 324). Porém, não conseguiu ficar de pé, desmaiou com a coronhada de Biscoitinho, que disparou oito vezes o fuzil dentro da boca do garoto, “movimentando em círculo o cano do fuzil para ele nunca mais xingar a sua mãe” (LINS, 2002, p. 324). Depois, Toco Preto, de dez anos, desferiu inúmeras facadas no cadáver, “para ele também nunca mais deixar de obedecer ordem sua” (LINS, 2002, p. 324), numa necessidade redundante de continuar matando um corpo que já estava morto a fim de demonstrar para seus chefes um excedente de crueldade, qualidade valorizada naquela guerra.

No romance robusto de cerca de quatrocentas páginas em que uma série diversa de personagens se cruzam e se violentam em episódios variados, num ritmo alucinante e saltos cronológicos, as idades de uns e outros passam como detalhes que se confundem na linha do tempo e se tornam rarefeitas. A crueldade das torturas e dos assassinatos causa espanto, mas ele dura somente o breve espaço da indicação das idades dos algozes, assinaladas quase sempre com a mesma formulação, o mesmo lamento curto e discreto, mas suficiente: o nome do sujeito seguido pelo advérbio “apenas” e pelos anos de vida, que serão oito, dez, doze...

- É teu irmão, mas é alemão cumpadi! Sabe qualé? Não tem essa de família, não! Tem que passar, tem que passar! – disse Cenoura a *Cebion*, de apenas treze anos [...] Alexander foi levado para a beira do rio e o próprio irmão desfechou três tiros naquele corpo de apenas doze anos (LINS, 2002, p. 393, grifos meus).

A violência infantil e adolescente é vivida como natural pelos personagens, como uma consequência inevitável da organização social ditada pelas desigualdades sociais e pela “narcocracia” (LEEDS, 1998) instalada em Cidade de Deus. Como diz Roberto Schwarz, “na situação chega a parecer lógico que chefes de dezessete anos designem soldados de doze ou dez, menos vigiados, para a tarefa de fuzilar o dono de outra boca-de-fumo, que terá dezoito”, tarefa que será cumprida para “alcançar logo as prerrogativas do ‘sujeito homem’” (1999, p. 166). As crianças e os adolescentes matam e são assassinados sumariamente por desrespeitarem as leis, como Bigolinha, de nove anos, morto por Miúdo, que “dando gargalhadas, descarregou sua pistola nove milímetros no corpo do menino” (LINS, 2002, p. 244) por ter assaltado moradores da Cidade de Deus em um ônibus.

O romance encena alguns rituais de iniciação, mostrando como algumas das crianças entram para o mundo do crime, aproximando-se paulatinamente dos traficantes. Inferninho “desde criança vivia nas rodas de bandidos, gostava de ouvir as histórias de assalto, roubo e assassinato” (LINS, 2002, p. 43), ele cabulava a escola para ajudar os traficantes a fazer pequenos serviços, como limpar armas e endolar a maconha. O garoto Chinelo Virado, esperto avião, ouvia as lições das leis do tráfico de Silva, experiente traficante que “falava em tom professoral”. O menino “balançava a cabeça como quem entendia os ensinamentos” (LINS, 2002, p. 105). Um tempo depois, Chinelo Virado, então já dono de boca, é morto por Marcelinho Baião, de dez anos, em um ritual de iniciação moderado por Miúdo.

- Aí, Baião, tu que nunca matou ninguém, vai lá e mata o cara! Toma essa seis-trinta aqui, procura ele e, mermo se tu sentir que ele tá morto, senta o dedo assim mermo. Tu nunca matou ninguém, vai lá pra tu sentir como é que é, morou?

Marcelinho Baião titubeou, ia arguir alguma coisa quando Miúdo insistiu num berro absoluto:

- Vai lá e mata o cara, rapá! Tu não tá aí formado com a gente? Vai lá e mata o cara! Marcelinho Baião segurou a pistola, suas mãos tremiam, o coração disparava. Tinha de seguir a ordem de Miúdo, pois era ele quem sempre lhe dava dinheiro para comprar um quilo disso ou daquilo, fora ele quem lhe dera fora em seu primeiro assalto, sua vida melhorou depois que passou a andar com Miúdo. Engatilhou a pistola e saiu quebrando pelas pontas de cada prédio levando seu medo, seu nervosismo, a sagacidade dos seus dez anos de idade junto com a arma que mal lhe cabia nas mãos, a voz de Miúdo acompanhando seus passos.

“Vai lá e mata o cara, rapá!” [...]

Respirou fundo e, com total rapidez, passou seu corpo franzino por debaixo da perna da mulher e sentou o dedo seis vezes no peito de Chinelo Virado (LINS, 2002, p. 185).

Zé Miúdo, que antes de se tornar dono de boca chamava-se Inho, representa um caso particular de psicopatia, um caso de bandido que se fez praticamente sozinho, numa progressão rápida e brutal. A mãe, viúva, obrigada a trabalhar fora de casa, deixou os filhos vivendo na casa da patroa de sua comadre, no Jardim Botânico, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. O menino, porém, não ia à escola e preferia ficar na rua, longe do controle dos adultos. Começou aos seis anos transportando armas até os locais de assaltos dos bandidos experientes. Apesar de saber que era errado, considerava que “ter sempre trocado no bolso para as guloseimas, as figurinhas dos álbuns dos times de futebol, as pipas, a linha, as bolas de gude e o pião valia a pena” (LINS, 2002, p. 155). Logo começou a fazer ele mesmo os assaltos na Zona Sul fingindo-se armado. Com o dinheiro que levantou, comprou um revólver calibre 22:

No terceiro assalto com revólver, fez questão de matar a vítima, não porque ela tivesse esboçado reação, mas para sentir como é que era aquela emoção tão forte: e riu a sua risada fina, estridente e rápida por muito mais tempo do que em outras situações (LINS, 2002, p. 155).

Ele tinha vontade de “roubar, aleijar, matar um zé-mané qualquer” (LINS, 2002, p. 71). Inho “gostava de ser bandido, tinha sede de vingança de alguma navalhada que a vida fizera em sua alma, queria matar logo um montão para ficar famoso, respeitado assim como Grande lá na Macedo Sobrinho” (LINS, 2002, p. 64), “gostava de sustentar dores alheias pelo riso, já que nada pesava sobre sua cabeça” (LINS, 2002, p. 65). Quando atingiu a maioridade, sua carteira curricular de bandido já contava com “dez assassinatos, experiência de cinquenta assaltos,

trinta revólveres dos mais diversos calibres e respeito de todos os bandidos do local” (LINS, 2002, p. 177).

Com o desenrolar da guerra, que fez mais mortes “do que a Guerra das Malvinas no mesmo espaço de tempo” (LINS, 2002, p. 356), o narrador aponta que “estava tudo diferente”. Não eram mais apenas os garotos abandonados ou de famílias disfuncionais que se envolviam na guerra da Cidade de Deus, mas “até os mais providos da favela, os jovens estudantes de famílias estáveis [...] caíam no fascínio da guerra” (LINS, 2002, p. 350), “os mais novos gostavam daquela sensação de guerra, encarnavam os heróis da televisão” (LINS, 2002, p. 352). A quadrilha de Miúdo era jovem, os mais velhos tinham vinte anos, os mais novos, nove. A quadrilha de Bonito não era muito diferente, seus componentes eram “quase crianças” que “nunca haviam manuseado armas” (LINS, 2002, p. 327). Esses eram chamados de “teleguiados”, pessoas que não sabem direito o que estão fazendo, “completamente assujeitadas ao domínio e ao fascínio dos ‘cabeças’” (ZALUAR, 1993, p. 194).

Se o livro é escrito de tal forma a deixar a questão da infância porosa, a adaptação de Fernando Meirelles para o cinema a traz para o *front*. No filme *Cidade de Deus*, de 2002, a infância é impossível de ser dissolvida pela linguagem, pois esbarra na imagem dos corpos diminutos dos atores mirins. O caráter sanguinário de Inho é maximizado no filme, em que é chamado de Dadinho e, depois, de Zé Pequeno, em vez de Zé Miúdo. A condensação da psicopatia de Dadinho se faz no episódio do motel, em que, ainda com apenas dez ou doze anos, ele se torna o responsável pela chacina, às gargalhadas, de todos os funcionários e casais que o Trio Ternura havia assaltado (no livro de Paulo Lins, Inho dá apenas um tiro de raspão, indo embora sem matar ninguém). Buscapé, o narrador do filme, comenta que naquele momento “Dadinho matou sua vontade de matar”. Poucos anos depois, já adolescente, preparando-se para tomar as bocas da Cidade de Deus, Dadinho procura o pai de santo para que lhe faça um trabalho de proteção. Ao final da cerimônia, encenada de maneira sinistra, ele parte com colares de missangas coloridas, guias equivalentes aos colares-fetiches utilizados pelos meninos-soldado africanos, o que faz com que a semelhança entre a imagem do Zé Pequeno de Fernando Meirelles e do Johnny de Jean-Stéphane Sauvaire, no filme *Johnny Mad Dog*, de 2008, seja estarrecedora: dois adolescentes negros, com guias protetoras ao redor do pescoço, fuzil na mão, ambos igualmente impiedosos.

O sistema do tráfico é explicado pelo narrador como um mercado de trabalho com “plano de carreira”, que começa na infância:

O tráfico tem até plano de carreira. Os garotos menores começam a trabalhar como aviãozinho. Recebem uma boa grana pra levar e trazer refrigerante, mandar recado, esse tipo de coisa. Depois, eles passam pra olheiro. Quando a polícia aparece, a pipa desce do céu e todo mundo sai saindo. De olheiro, o cara passa pra vapor vendendo a droga na favela [...] O soldado é um cargo mais responsa, fica na contenção. Se o cara for esperto e bom de conta, pode virar gerente da boca. O gerente é o braço direito do patrão.

Os “moleques da Caixa-Baixa” são um grupo de crianças de mais ou menos sete anos que recebem um relevo especial em relação ao livro. Se, no livro, eles crescem em alguns anos, alguns centímetros e alguns pontos “na perspicácia e na maldade” (LINS, 2002, p. 377), antes de tomarem as bocas na Cidade de Deus e matarem Zé Miúdo, no filme os atores permanecem os mesmos, exibindo as mesmas idades e proporções físicas desde sua primeira aparição. Uma das cenas mais marcantes do filme se dá no episódio em que Zé Pequeno os persegue para puni-los por assaltarem dentro de sua área na Cidade de Deus. Depois de fazer dois meninos dizerem se preferiam um tiro no pé ou na mão, atirando em seguida nos pés de ambos, Pequeno obriga Filé com Fritas, um menino de mais ou menos dez anos, a escolher um dos garotos para ser sua primeira vítima. Movido pelo choro do menino menor, Filé decide poupá-lo e atira no outro. Os líderes de ambos os lados da guerra, Mané Galinha e Zé Pequeno, acabam mortos por crianças. Galinha, por um garoto vingando-se do pai. Pequeno, pelos moleques da Caixa Baixa, que o matam com dezenas de tiros e tomam seu lugar como donos da Cidade de Deus. O filme termina com as crianças vagando pelo bairro com seus revólveres, discutindo suas estratégias de controle e alertando que se “o tal de Falange Vermelho” (primeiro nome do Comando Vermelho) viesse, seria “passado” (morto). Os meninos de sete ou oito anos são seguidos de perto por Gigante, um menino de mais ou menos cinco anos que corre em seu encalço, perdendo seus chinelos pelo caminho. No momento em que o filme deixa o espectador, o controle sobre a vida e a morte na Cidade de Deus estava nas mãos mínimas, mas certas, das crianças.

O sol na cabeça

O sol na cabeça, coletânea de treze textos curtos de Geovani Martins publicada em 2018, é o mais recente sucesso que explora a temática de crianças e adolescentes envolvidos com a violência urbana brasileira. O escritor nasceu em 1991 em Bangu, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, mudando-se aos treze anos para o Vidigal, comunidade na Zona Sul da cidade. Movendo seu olhar prosador com desenvoltura pelos cenários da periferia carioca, Martins é uma das figuras expoentes da recente geração de “escritores da periferia” que vêm despontando no mercado literário brasileiro. Recebido com entusiasmo pela mídia, pela crítica e pelo mercado editorial brasileiro e internacional, o livro de estreia de Martins foi vendido para nove países e ganhará em breve uma adaptação cinematográfica.

O trabalho com a linguagem chama a atenção. João Moreira Salles, no comentário que habita a contracapa do livro, não poupa o elogio: “Geovani pula da oralidade mais rasgada para o português canônico como quem respira. Uma nova língua brasileira chega à literatura com força inédita”. Uma das preciosidades lexicais que atravessam os textos é a palavra “menó”, com sua variante ainda mais diminutiva “menózim”, que transportam para o texto a carga cultural associada ao termo “menor”, como explicado anteriormente, utilizado para fazer referência a crianças e adolescentes pobres, em geral negros, vistos ou concebidos sempre como ameaça. Os textos apresentam uma estrutura peculiar, porque nunca se esgotam, apenas encerram-se deixando a expectativa escorrer pelo resto de página em branco que sobra. Potencialmente, cada texto poderia ser um capítulo de um longo romance ou o início de uma longa conversa. Os narradores se revezam entre a primeira e a terceira pessoas, produzindo efeitos heterogêneos de linguagem e de fluidez narrativa.

Sustentando um discurso menos brutal que *Cidade de Deus*, os textos de Geovani Martins oferecem uma perspectiva por vezes mais irreverente, por vezes mais intimista dos personagens. O ódio sentido por Sem-Pernas, Inho e outros, porém, continua uma constante no interior das crianças e dos adolescentes de Martins, não encontrando outra forma de canalização senão a violência. Assim como acontece em Jorge Amado e Paulo Lins, é a revolta quanto às desigualdades sociais e ao preconceito com que são tratados pela classe média que serve como combustível para certas ações dos protagonistas. No texto de abertura do livro, “Rolézim”, em

que o jovem narrador conta, em primeira pessoa, um episódio de ida à praia com os amigos, ele exprime grande rancor pelos “maconheiro playboy lá da praia”, porque “quando eles tão sozinho, olha pra tu tipo que com medo, como se tu fosse sempre na intenção de roubar eles. Aí quando tão de bondão, eles olha tipo como fosse juntar ni tu” (MARTINS, 2018, p. 12). Quando os amigos do narrador se aproximam dos “playboy” para pedir maconha, eles protegem a mochila. O narrador explode: “Num fode! Tem mais é que ser roubado mermo, esses filho da puta. Não fosse minha mãe eu ia meter várias paradas na pista, sem neurose, só de raiva” (MARTINS, 2018, p. 13). Mais tarde, enquanto os rapazes tiravam fotos, “dois menó passou voado e levaram as mochila com tudo dentro [...] aí passou mais um menó e levou o celular também” (MARTINS, 2018, p. 14). O narrador se rejubila com a cena: “Achei foi bem feito pra deixar de ser otário. Eu e os menó rimo pra caralho da cara deles” (MARTINS, 2018, p. 15). “Os menó era tudo rataria” (MARTINS, 2018, p. 15), mas acabam sendo enquadrados “de cara pro muro” (MARTINS, 2018, p. 15) pela polícia para revista. Quando a polícia percebe o grupo do narrador e os manda encostar também, ele foge numa corrida desesperada, apavornado pela perspectiva de morrer ou de a mãe ter que buscá-lo na delegacia: “até explicar pra coroa que focinho de porco não é tomada, ela já me engoliu na porrada” (MARTINS, 2018, p. 15).

Em “Espiral”, um garoto narra sua experiência de favelado da Zona Sul, que precisa adaptar seu olhar à profunda desigualdade econômica e social que diferencia a vida no “morro” e a vida no “asfalto” numa velocidade vertiginosa, no intervalo mínimo de espaço e de tempo que as separa. Em questão de poucos minutos e poucos passos, o narrador vê “amigos de infância portando armas de guerra” serem substituídos por “adolescentes fazendo aulas particulares de tênis”. A mudança brusca e brutal é definida pela expressão coloquial que tudo resume: “é foda”.

[...] diferente de outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo. É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça dos fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades e, então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis (MARTINS, 2018, p. 18).

Percebendo, desde muito cedo, o medo que seu corpo causava nas pessoas do “asfalto”, o garoto desenvolve uma obsessão pelo jogo da perseguição e do

terrorismo psicológico. Tudo começa com uma velha. A velha não tem um lornhão e nem profere improperios para o menino, como aquela de *Capitães da Areia*, mas é também na sua figura que se condensa a ojeriza e o pavor da classe média. As velhas estão para a ordem estabelecida das classes altas e opressoras assim como os “menó” estão para a ordem emergente e desafiadora das margens.

Tudo começou do jeito que eu mais detestava: quando eu, de tão distraído, me assustava com o susto da pessoa e, quando via, era eu o motivo, a ameaça. Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais de uma vez, pra não xingar a velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus. No entanto, dessa vez, ao invés de sair de perto, como sempre fazia, me aproximei (MARTINS, 2018, p. 18).

O narrador começa a seguir pessoas na rua, alimentando seu medo, oferecendo-lhes motivos para ficarem apavoradas sem, no entanto, nada fazer, por provocação e vingança, por causa daquele “ódio primeiro, descontrolado, aquele que enche os olhos d’água” (MARTINS, 2018, p. 20). Em um dado momento, seleciona Mário, um homem de classe média, para perseguir. Ao final do texto, o medo leva o homem a mostrar, desde a janela de seu apartamento, uma pistola automática para o garoto, que o observava na rua. O texto se fecha com a hipótese enigmática: “sorri para ele, percebendo naquele momento que, se quisesse continuar jogando esse jogo, precisaria também de uma arma de fogo” (MARTINS, 2018, p. 22).

Em “Rolézim” e “Espiral”, o escritor demonstra os efeitos traiçoeiros do estereótipo do favelado como ameaça ao patrimônio ou à vida dos indivíduos de classe média e alta. Na absorção cognitiva desses corpos, que passa pelo estereótipo do ladrão e do bandido, sobressai o medo como afeto absoluto, gerando a reação comportamental discriminadora que faz os “playboy” protegerem a mochila na praia e a velha afastar-se do garoto no ponto do ônibus. Nos textos de Martins, são precisamente as reações discriminatórias à presença dos corpos periféricos que levam os protagonistas a querer fazer aquilo que percebem ser esperado deles, o que catalisa um ciclo vicioso infundável. “Por mais que às vezes me parecesse loucura, sentia que não poderia parar, já que eles não parariam” (MARTINS, 2018, p. 19), diz o narrador de “Espiral”, que havia transformado seu jogo de perseguição em uma pesquisa, um “estudo sobre as relações humanas” (MARTINS, 2018, p. 19), com um método simultâneo de observação e de geração de ansiedade e susto em suas “vítimas”. Caberá ao leitor, que fica encarregado de imaginar os diversos

possíveis desenrolares da história, decidir se o narrador irá levar a cabo a concretização do estereótipo.

Nos contos, a atração pela arma é dissociada do fascínio pelo mundo do tráfico e do crime para ser um objeto de desejo em si. Em “Roleta-russa”, o menino Paulo, de dez anos, inicia um jogo perigoso e clandestino com o revólver calibre 38 do pai, que trabalha como segurança. Sempre que pode, Paulo pega o revólver escondido para mostrá-lo aos seus amigos, brincar de polícia e ladrão ou apenas admirá-lo. A tensão libidinal que se estabelece entre a virilidade do garoto, a violência, a adrenalina do risco e a potência da arma é demonstrada de modo explícito:

Paulo carregou e descarregou diversas vezes o revólver, fingindo que treinava para a guerra. Quando já não aguentava mais tanta espera, pressionou o bico gelado do ferro contra o próprio peito, depois foi descendo até chegar no umbigo, então imaginou como seria levar um tiro bem ali, e imaginar a bala perfurando sua carne fez com que contraísse todo o estômago. Seguiu descendo com a arma até chegar no pau, começou a fazer movimentos circulares, curtindo a sensação de quente e frio provocada pelo encontro, mas, quando notou que endurecia o membro, corou de vergonha e tirou com pressa o trinta e oito das calças (MARTINS, 2018, p. 28).

O menino resolve contar o seu segredo ao pai quando ele saísse do banho, dizendo para si mesmo que era um homem. Mas o texto se despede do leitor sem dizer se Paulo contou ao pai que pegava sua arma, pois o conto se termina apenas com a frase: “Paulo ouviu Almir suspender o barulho do chuveiro, esfregar a toalha pelo corpo, bater o Prestobarba na pia e depois, finalmente, abrir a porta” (MARTINS, 2018, p. 31).

Enquanto a relação de Paulo com a arma não ultrapassa o perigo de o pai descobrir que ele a pegava escondido, na última narrativa do livro, “Travessia”, a arma é disparada com consequências arrasadoras tanto para a vítima quanto para Beto, o jovem traficante. Beto é um adolescente, “desses moleques novos que entraram na boca nessa época em que o morro ficou tranquilo demais, com a polícia bem arregrada e os alemão sem nem pensar em invadir” (MARTINS, 2018, p. 113). Sem nenhuma experiência de confronto e uma enorme metralhadora na mão, Beto “ficava fingindo que palmeava os becos quando terminava o baile, doidão apontando pro invisível” (MARTINS, 2018, p. 113). Na ânsia de “ganhar moral na firma” (MARTINS, 2018, p. 114), o garoto acaba descarregando a metralhadora em um comprador que se enganou fazendo o cumprimento de outra facção. A precipitação de Beto não agrada ao dono da boca, que não queria mais mortes em sua

conta. Pensando nas piores coisas, temendo pela própria vida, ao tentar encontrar um meio de se livrar do cadáver, ele lembra da própria mãe.

[...] de como foram se afastando com a chegada de sua adolescência, de como as coisas mudaram depois que largou os cultos e passou a fumar maconha na rua, das discussões que tiveram [...] Pela primeira vez no dia, pensou em como seria a reação da coroa quando a história chegasse no seu ouvido. Já era foda ter um filho na boca, assassino agora ainda por cima, puta que pariu (MARTINS, 2018, p. 116).

Se o narrador de “Rolézim” não entra na vida do crime por consideração à mãe, o narrador de “Travessia” o faz a despeito de sua mãe, fazendo com que a entrada para a marginalidade e a violência seja desassociada da falta da estrutura familiar. Beto termina por ser expulso do morro, “que o morro não era lugar pra moleque emocionado que não sabe a resposta de portar uma arma” (MARTINS, 2018, p. 119). De acordo com as leis internas ao mundo do tráfico, Beto não tinha se comportado como um “sujeito homem”, mostrara que ainda era “moleque” ao sentenciar um homem à morte de maneira irresponsável. O texto mostra que estar preparado para aquela vida não significava apenas conseguir “dar à morte”, mas implicava saber quem, quando, por quê e com quais consequências. Ao ir embora, Beto imagina que podem atirar pelas suas costas, mas ninguém o faz. A sentença era, efetivamente, o exílio, “ter que meter o pé, que doía que nem bala” (MARTINS, 2018, p. 119). Ao sair do morro de onde era “cria”, “não tinha ideia de onde ia dormir quando tivesse na pista” (MARTINS, 2018, p. 119). Enquanto desce a ladeira, “só consegue pensar que tudo vai ser muito diferente” (MARTINS, 2018, p. 119).

A arma de fogo parece ser um mesmo personagem discreto que aparece paulatinamente na vida dos personagens, atravessando os textos. Em “Espiral”, ela é deixada como uma possibilidade, uma dúvida, uma suspeita: será que o narrador arranjará um revólver para continuar o jogo com o homem? A arma será em algum momento disparada? Em “Roleta-russa”, é apresentada como um objeto de desejo e subterfúgio para o desenvolvimento da relação do filho com o pai. Paulo terá a coragem de contar para o pai? De que modo o vínculo libidinal com a arma irá afetar a vida do menino? Em “Travessia”, a arma é finalmente disparada cumprindo seu objetivo fatal de morte, mas mesmo assim não fica claro como isso terá transformado a vida de Beto. “Tudo vai ser muito diferente”, mas como? As narrativas de Geovani Martins, que nunca se fecham, permanecem para sempre disponíveis

para receber as mais diversas sequências. Enquanto que em *Capitães da Areia* e *Cidade de Deus* são revelados os fins dos meninos, variados no primeiro e recorrentemente fatais no segundo, nos textos de *O sol na cabeça* os destinos dos personagens de Martins não se fecham, ficam suspensos em uma misteriosa expectativa, como que no aguardo ansioso de desdobramentos. O autor assim justifica a estratégia:

Quando você resolve o final, parece que aquilo tá resolvido mesmo, assim, acabou a história e tal. Foi isso ou foi aquilo. E eu não queria... não me interessava dar esse tipo de conclusão porque eu tô querendo falar sobre temas que ainda tão em aberto, que ainda precisam ser discutidos, que ainda tão sendo vividos por muitas pessoas. Então eu acabei optando por suprimir esses finais pra deixar a história em aberto e o conto ganhar uma sobrevida pro leitor refletir sobre isso (MARTINS, 2018b).

Sem fechamento, as narrativas não oferecem uma “moral da história”, nenhuma lição exemplar ou sugestões de resolução de situações insustentáveis. O autor passa o bastão para o leitor, que deverá imaginar, sozinho, as possibilidades de futuro dos personagens.

Considerações finais

Embora os meninos de *Capitães da Areia* não disponham dos mesmos armamentos e pratiquem atos menos violentos em relação às crianças-soldado, esta é a narrativa que mais se aproxima, estruturalmente, de algumas das obras analisadas neste trabalho, especificamente as obras angolanas, pela perspectiva do heroísmo e da grandeza. Cada um ao seu modo, os meninos lutam contra a opressão. Para não ser capturado vivo pela polícia, Sem-Pernas se sacrifica numa cena épica, literalmente dando um salto para a morte. Os capitães da areia comandados por Pedro Bala, que desde o princípio encontram nas infrações e violências cotidianas modos de sobreviver e se defender do preconceito e das injustiças sociais, terminam por juntar-se ao movimento comunista. Da mesma forma, Sem Volta junta-se aos cangaceiros do “exército de libertação” de Lampião. Já Professor, pintando os meninos do trapiche, faz da arte seu instrumento de luta. Dessa forma, à guerra declarada pela boa sociedade, condensada na imagem da velha com seu lornhão, os meninos respondem, também, com seus próprios “clarins de guerra” contra as injustiças sociais.

Quanto à *Cidade de Deus* e *O sol na cabeça*, apesar das mais flagrantes semelhanças entre as crianças-soldado africanas e os garotos do tráfico brasileiros, com seus corpos negros e seus fuzis, são as diferenças que fornecem mais pontos para reflexão, a começar pelos âmbitos da criação e da recepção, que exercem uma influência considerável na produção de tais diferenças. As obras sobre crianças-soldado são majoritariamente produzidas por escritores ocidentais ou por escritores africanos fora da África para públicos ocidentais, além de analisadas principalmente por estudiosos também não-africanos, preservados das experiências das guerras narradas, geograficamente afastados dos espaços em que ocorrem e das crianças e adolescentes em questão. Essa circunstância estabelece uma relação altamente abstrata tanto do escritor quanto do leitor e do crítico com a matéria narrada. Por sua vez, as obras brasileiras são escritas por brasileiros e primordialmente consumidas pelo próprio público nacional, sobretudo pela classe média e pela elite intelectual (que cruzam com “menózins” todos os dias nas ruas e se sentem ameaçados pela violência das margens, dos “marginais”), mas também, em certa medida, por leitores e espectadores das classes populares, que vivenciam de pertíssimo as situações narradas. Nos casos específicos de *Cidade de Deus* e *O sol na cabeça*, os próprios autores, tendo nascido e vivido em comunidades, são íntimos das realidades que transportam para a ficção. Por tal proximidade com o narrado, ainda que em níveis diversos, tanto dos autores quanto dos leitores, o universo ficcional adquire uma dimensão mais concreta e palpável, em relação às circunstâncias de produção e circulação das obras sobre crianças-soldado, em termos de possibilidades de identificação. Como diz Schwarz, “se por um lado o crime forma um universo à parte, interessante em si mesmo e propício à estetização, por outro ele não fica de fora da cidade comum, o que proíbe o distanciamento estético, obrigando à leitura engajada, quando mais não seja por medo” (1999, p. 167).

Tais dinâmicas de proximidade e de distância são de certa forma reportadas no próprio tratamento do tema. Por um lado, as obras sobre crianças-soldado em guerras civis trabalham prioritariamente a dicotomia entre “criança” e “monstro” ou “fera”, ora denunciando a desumanização dos jovens personagens, ora apontando para a dimensão ontológica da condição humana cambaleante entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, propondo, nesse sentido, um plano de discussão mais filosófico. Afora poucas exceções, normalmente o menino-soldado sobrevive e termina de algum modo salvo da desumanização, seja por um agente externo, seja por

um ato de resistência performado por ele mesmo para escapar à barbárie. Por outro lado, as narrativas brasileiras investem na dicotomia mais objetiva entre “criança” e “adulto”, mobilizando a categoria de “sujeito-homem”, com toda sua carga de noções de responsabilidade e capacidade, e a expressão da violência como prova de virilidade. As obras brasileiras não resvalam para os discursos triviais de vitimização e de idealização da infância, evitando a articulação largamente utilizada (embora pouco convincentes) nas narrativas sobre crianças-soldado da inocência e da pureza, enquanto atributos simbólicos da infância, como meios de resgatá-las moralmente de um universo violento. Isso talvez tenha mais a ver com a questão da proximidade da violência do que com uma escolha de estilo. Como aponta Žižek, a propósito do que chama de “ilusão ética”²³⁸, apesar da grande capacidade humana de raciocínio abstrato, as reações éticas e emocionais do ser humano estão diretamente ligadas ao nível de abstração estabelecido com o sofrimento próprio e alheio. Nesse sentido, por analogia, da mesma forma que é “mais difícil torturar uma pessoa do que autorizar à distância um bombardeamento que pode levar à morte de milhares de pessoas em dor excruciante”²³⁹ (ŽIŽEK, 2012, p. 63), seria também mais simples elaborar e absorver discursos sobre crianças e adolescentes em guerras distantes do que sobre crianças e adolescentes com as quais cruza-se diariamente na rua e das quais sente-se medo. Exemplo disso é a diferença de tratamento da figura da criança-soldado entre *Johnny chien méchant* e a maioria esmagadora das obras sobre o tema. O caso do autor congolês Emmanuel Dongala, que teve um encontro traumático com um grupo de crianças-soldado em plena guerra no Congo-Brazzaville, é um dos raros casos, ousaria dizer único, de um escritor que teve uma experiência semelhante. Nas palavras de Dongala (2011), “uma coisa é estar intelectualmente preparado para a violência, outra coisa muito diferente é experimentá-la com uma arma apontada para a sua cabeça ou com a ponta de um facão brandindo na sua frente”²⁴⁰. É curioso pensar em como esse encontro pode ter refletido no seu modo de representar seu protagonista como um vilão implacável que não pode continuar vivendo.

²³⁸ “*illusion éthique*”. Todas as traduções cujo tradutor não esteja referido são de minha autoria.

²³⁹ “*il est bien plus difficile de torturer quelqu’un que d’approuver à distance un bombardement pouvant entraîner la mort de milliers de gens dans d’atroces souffrances*”.

²⁴⁰ “*It is one thing to be prepared intellectually for violence, but it is quite another to experience the real thing in the form of a gun pointed at your head or the cutting edge of a machete being wielded before your eyes*”.

Embora Paulo Lins tenha dito que “[sua] ideia de fazer o livro era diminuir a violência nas favelas, diminuir a violência dos policiais, essa matança que os policiais fazem com os negros, com os pobres” (LINS, 2017), *Cidade de Deus* e, sobretudo, sua adaptação cinematográfica, muito mais consumida pelo grande público e com personagens muito menos nuançados, têm o potencial de gerar um efeito perverso, já que a infância em xeque no desenvolvimento do sujeito-homem, aparece, nítida, contra o quadro do contexto social e jurídico brasileiro em que as crianças e os adolescentes das margens, de partida, já não gozam do status de “crianças”, pessoas a quem devem ser dadas oportunidades de educação, formação e afeto, mas de “menores”, a quem cabe o controle e a violência policial, sendo a questão da maioridade penal um debate extremamente polêmico. A figura da criança-soldado, inserida em um contexto de guerra civil, tem sua condição marcada pela ideia de “não ter opção” senão a de matar, o que funciona como elemento atenuante de sua violência. Qualquer demonstração de agência tática que burle a norma da violência será então considerada como um ato radical e heroico. Entretanto, no caso de *Cidade de Deus*, embora as circunstâncias sociais tenham um papel fundamental na entrada de crianças e adolescentes para a vida do tráfico, a ideia da falta de alternativas não define as ações dos personagens. Ao contrário, a iniciação no crime é mostrada como uma escolha dos meninos, numa lógica social em que ser bandido é gozar de um status privilegiado e “ser mau” é uma qualidade almejada. A motivação elevada da luta social, como trabalhada em *Capitães da Areia*, desaparece, para dar lugar a estímulos considerados mais fúteis e imaturos, como afirmação de masculinidade, adrenalina, poder efêmero, acesso imediato a bens materiais, ou, como diz Xavier, “apego ao fetiche das armas, [...] afã de alcançar a fama, [...] recusa da ‘vida de otário’” (2006, p. 144), que levam invariavelmente a uma morte precoce e inglória, privada dos atributos da “bela morte” dos jovens heróis épicos. A cena icônica do filme de Fernando Meirelles em que o narrador Buscapé, ao tentar pegar a galinha, termina encurralado entre as armas do grupo de traficantes de Zé Pequeno e as armas dos policiais, condensa a figura do jovem fotógrafo como contraponto exemplar aos meninos que escolheram a vida como ladrões e traficantes. Ao mesmo tempo, em sua condição de garoto negro e favelado, Buscapé continua sob a mira policial: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”, é a fala com que a voz em *off* do menino-narrador descreve esta cena. Apesar de ser o ponto fora da curva, ele não é apresentado com os contornos heroicos de quem desafiou

sistemas estabelecidos, nem o do tráfico e nem o da polícia truculenta e corrupta. Como analisado por Xavier, é “por medo, entre outros motivos, [que] ele recusa o imperativo dos valentões e os códigos que presidem o universo da quadrilha” (2006, p. 142) e, em sua atuação no mundo, não age guiado por imperativos morais, mas com “a postura pragmática de tomar o mundo pelo que é e se ajustar, com talento e esperteza, às suas regras” (p. 144). Assim, ele evita se envolver com o tráfico da mesma forma como evita expor a corrupção da polícia, optando por não divulgar a fotografia dos policiais extorquindo dinheiro de Zé Pequeno. Diretamente em oposição a Buscapé, encontra-se Zé Pequeno, um protótipo do criminoso de traços psicopatas, sem nenhuma possibilidade de reabilitação, que termina morto e substituído por crianças tão brutais quanto ele, numa encenação, como diz Lícia Soares de Souza, “de uma velha temática fictícia: as criaturas esmagam seu criador” (2015, p. 98), que perpetua a representação do “menor” e do “garoto do tráfico” como pavorosos e irrecuperáveis. Em *Cidade de Deus*, em que as ações se concentram no conjunto habitacional, pouco expandindo a discussão sobre as dinâmicas com o restante da cidade, “a marginalidade torna-se signo de violência perigosa, a qual causa danos fatais à sociedade e não desperta muita simpatia nas elites em que se situa a maioria dos leitores” (SOUZA, 2015, p. 100).

Essa dimensão é atenuada no livro de Geovani Martins, na medida em que ele explora uma diversidade maior de tipos de personagens e faz o medo emergir como afeto comum que perpassa todos os envolvidos. Ao encenar o encontro, ou melhor, literalmente a colisão, entre o favelado e a classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, a obra reabre a discussão para um plano maior que, de modo semelhante a Jorge Amado, engloba toda a cidade e mostra os impasses da relação entre as classes. Por um lado, no encontro brutal do asfalto, marcado pelo preconceito e pela perseguição policial, os garotos agem pelo mesmo ressentimento e mesma revolta dos capitães da areia quanto às desigualdades sociais, em narrativas em primeira pessoa que oferecem uma visão mais subjetiva, sensível e humanizada do narrado e exercem um efeito de empatia mais direto no leitor. O assalto é a forma encontrada de retaliação, um momento em que os garotos se permitem rir “pra caralho da cara deles”, ou seja, da cara daqueles que os humilham. Por outro lado, embora a relação do adolescente com o tráfico se aproxime daquela mostrada em *Cidade de Deus*, já que Beto começa a trabalhar na boca em busca de status e mata para “ganhar moral na firma”, a necessidade irrefreável de chacina como aquela com que Zé Pequeno

governa a Cidade de Deus é contida. O conto expande a reflexão da vida nua para além da guerra interna entre os traficantes ao fazer com que o garoto seja exilado, o que, ao contrário do que se pode pensar num primeiro momento, não é uma sentença mais branda do que a morte. Por isso, o narrador diz que “meter o pé doía que nem bala”. Beto não é executado, mas, ao ser proscrito, torna-se um corpo duplamente suspenso, duplamente em exceção, no sentido de Agamben: “aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco” (2007, p. 36). Como favelado e traficante, ele é uma “vida matável” aos olhos do Estado, mas encontra-se abarcado e, de certa forma, protegido pelas normas internas ao tráfico e à comunidade. Porém, como exilado do morro por punição, ele é abandonado por essas leis, ao mesmo tempo em que, “na pista”, continua sendo um corpo indesejável pelo Estado.

7. Para terminar

Por meio do trabalho de mapeamento, ordenação, categorização e análise de um conjunto expressivo de obras de ficção que tematizam a figura da criança-soldado africana, sistematizei as principais tendências do fenômeno, evidenciando o funcionamento da rede de influências recíprocas entre o tratamento do tema nas esferas da criação literária, da difusão e da recepção de tais obras, por um lado, e por outras mídias, como filmes, documentários e jornais, por outro. Procurei evidenciar que as narrativas vêm sendo lidas através da mobilização de um imaginário herdeiro das impressões imperial-colonialistas ocidentais do século XIX sobre a África, atualizado de certa maneira na contemporaneidade pelo discurso humanitário, que reitera a visão dos sujeitos africanos como crianças e como vítimas passivas que precisam de assistência externa. Propus uma perspectiva diversa de apreensão das obras a partir do pensamento de Achille Mbembe sobre as dinâmicas do necropoder, atentando para como a figura da criança-soldado se movimenta. Ao encarar de modo afirmativo as margens de agência e responsabilidade assumidas pelas crianças ao adquirirem poder sobre a vida, torna-se possível reconhecer, também, os artifícios de resistência e as demonstrações de autoanálise e reflexão como evidências da capacidade própria de agirem para interromper, em alguma medida, a continuidade da barbárie. Tal mudança de ótica, com a recusa à completa adesão ao paradigma da vitimização, permite perceber como as narrativas indicam que o processo de elaboração, negociação ou superação das experiências traumáticas tem lugar internamente, na consciência e nas ações dos próprios personagens, colaborando para a construção de um pensamento emancipatório sobre a relação dos sujeitos africanos com seus impasses internos.

Nas análises das obras em língua portuguesa, expus as diversas estratégias narrativas que os escritores utilizaram para encenar, por meio da figura do menino combatente, os conflitos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, segundo as circunstâncias das guerras narradas e seus próprios posicionamentos políticos e vivências sociais e culturais. Explorei a mudança de postura flagrante nas narrativas em relação à representação da atuação das crianças e dos adolescentes nas guerras para

evidenciar como o prisma do heroísmo, destacado nas obras sobre a guerra anticolonial de Angola, não desapareceu, mas foi reconfigurado no romance de Ungulani Ba Ka Khosa sobre a guerra civil de Moçambique, apontando como o personagem Severino, ele mesmo um senhor da morte, demonstra uma possibilidade de agência em meio ao caos e opera um ato de resistência à continuidade da barbárie. Avaliei ainda como Jorge Araújo, ao construir uma alegoria da guerra civil da Guiné-Bissau no livro infanto-juvenil *Comandante Hussi*, ao aderir por completo a uma das partes beligerantes e fazer uso de diversas formulações estereotipadas, falha em promover uma leitura sensível do conflito e da atuação do menino protagonista. Por fim, contrastei o repertório de obras sobre crianças-soldado com narrativas brasileiras sobre crianças e adolescentes aliciados para o narcotráfico ou envolvidos em violência urbana. Movida inicialmente pelas semelhanças impactantes das imagens dessas figuras, terminei por destacar, como contraponto, as diferenças entre as representações, sugerindo que tais diferenças estão ligadas à relação de proximidade estabelecida entre os escritores e o narrado.

Um dos maiores desafios da pesquisa foi enveredar por campos do saber diferentes do domínio da minha formação, apostando em um investimento de caráter historiográfico sobre palcos históricos e cenários políticos desconhecidos tanto por mim quanto, em larga medida, por boa parte dos leitores das narrativas. Nesse empreendimento, uma grande dificuldade foi a precariedade de informações e análises sistematizadas sobre a participação de crianças e adolescentes nas guerras referidas, sobretudo no tocante à guerra anticolonial de Angola e à guerra civil da Guiné-Bissau, que pudessem servir como um painel contextual sólido contra o qual analisar as narrativas. Uma investigação histórica profunda acerca dessa atuação ainda aguarda desenvolvimentos, mas espero que esta tese possa contribuir para a edificação de um conhecimento sobre o tema, ao menos no que diz respeito ao aporte da produção literária para a elaboração da questão.

Algumas questões surgidas durante a pesquisa não foram perseguidas na tese, mas permanecem enquanto potenciais desdobramentos a serem explorados posteriormente, por mim mesma ou por outros pesquisadores. Em primeiro lugar, uma limitação presente na grande maioria dos estudos sobre o tema, assim como neste trabalho, é a omissão quanto ao mercado editorial e à esfera da recepção em países africanos. Como apontei no primeiro capítulo, pelos meios de busca aos quais tive acesso, não foi evidente encontrar obras produzidas e distribuídas prioritariamente

nesses países, embora elas certamente existam, como é o caso do livro *Le retour de l'enfant soldat* (2008), de François d'Assise N'dah, indicado para leitura pelo Ministério da Educação nas escolas da Costa do Marfim. Pelo intermédio de uma colega pesquisadora costa-marfinense, tentei recolher as impressões de leitura de adolescentes e jovens adultos que o estudaram, mas sem sucesso. Uma investigação desse tipo, junto a públicos que efetivamente enfrentaram e ainda enfrentam o problema da militarização de crianças e adolescentes, decerto traria uma nova perspectiva para o estudo do tema.

A segunda indagação teve origem na troca acadêmica com a jurista congoleza Christelle Molima Bameka, pesquisadora do *Centre interfacultaire en droits de l'enfant* da Universidade de Genebra, que estuda a questão da responsabilidade penal das crianças-soldado na República Democrática do Congo. Pesquisadores de literatura comparada têm o hábito de dialogar com outras áreas do conhecimento e, de fato, nos estudos sobre o tema da criança-soldado, tal diálogo é uma constante. A boa surpresa foi que Christelle, que me acompanhou a algumas das aulas da professora Christine Le Quellec Cottier na Universidade de Lausanne, onde fiz o estágio de pesquisa no exterior (PDSE), também viu vantagens em observar como a questão tem sido trabalhada em ficção e compreendida sob o ponto de vista cultural e estético. Segundo suas impressões, os juristas, que tendem a refletir dentro de um círculo autorreferencial, poderiam se beneficiar ao incorporar às suas próprias ponderações as percepções plasmadas pela produção cultural em torno dessa figura, questionando até que ponto essa produção ajuda a promover e a conservar um certo entendimento sobre a criança-soldado ou, ao contrário, a desconstruí-lo. Essa seria uma maneira de detectar se – ou como – essas áreas se afetam mutuamente e quais consequências isso tem trazido ou pode trazer às crianças e aos adolescentes em causa.

Por último, seria ainda interessante averiguar como a questão têm sido abordada em obras sobre guerras fora do continente africano. De modo geral, os escritores se interessaram mais pelos conflitos na Ásia, como no Camboja (*First They Killed My Father: a Daughter of Cambodia Remembers*²⁴¹, de 2000, de Loung Ung; *Never Fall Down*²⁴², de 2012, de Patricia McCormick), em Mianmar (*Bamboo*

²⁴¹ Publicado no Brasil pela Harper Collins BR, em 2017, como *Primeiro mataram meu pai*.

²⁴² Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Nunca caia”.

*People*²⁴³, de 2010, de Mitali Perkins) e na Índia (*Chalkline*²⁴⁴, de 2009, de Jane Mitchell; *Guns On My Red Earth*²⁴⁵, de 2013, de Swati Sengupta). Haveria diferenças significativas entre estas e as narrativas ambientadas em países africanos? Ou são seguidos os mesmos modelos e tendências? Embora crianças e adolescentes estejam sendo utilizados como soldados em países como Síria, Iêmen, Iraque e Afeganistão²⁴⁶, recrutados por forças governamentais e grupos extremistas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, parece que a produção ficcional pouco tem olhado para esses casos. Pela observação da flutuação e verificação da substancial queda do número de publicações nos últimos anos, acredito que o fenômeno da literatura sobre a figura da criança-soldado em guerras da África subsaariana tenha se esgotado, mas é possível que uma nova onda literária, cobrindo a utilização de crianças-soldado no Oriente Médio e nos países árabes do norte da África, ainda esteja por vir.

²⁴³ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Povo do bambu”.

²⁴⁴ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Risco de giz”.

²⁴⁵ Não publicado em língua portuguesa. O título poderia ser traduzido como “Armas na minha terra vermelha”.

²⁴⁶ Conforme relatório: <https://childdsoldiersworldindex.org/hostilities>

8. Referências bibliográficas

Convenções e tratados internacionais

- C182 - Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. Organização Internacional do Trabalho, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_236696/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01/03/2019.
- Cape Town Principles and Best Practices on the Prevention of Recruitment of Children into the Armed Forces and on Demobilization and Social Reintegration of Child Soldiers in Africa, 1997. Disponível em: <[https://www.unicef.org/emerg/files/Cape Town Principles%281%29.pdf](https://www.unicef.org/emerg/files/Cape_Town_Principles%281%29.pdf)>. Acesso em: 01/03/2019.
- Carta africana dos direitos e bem-estar das crianças. Comissão africana dos direitos humanos e dos povos, 1999. Disponível em: <<http://www.achpr.org/pt/instruments/child/>>. Acesso em: 01/03/2019.
- Convenção sobre os Direitos das Crianças. Organização das Nações Unidas, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html>. Acesso em: 01/03/2019.
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em: 01/03/2019.
- Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra. Organização das Nações Unidas, 1977. Disponível em: <<https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/INTRO/470?OpenDocument>>. Acesso em: 01/03/2019.
- Protocolo Adicional II às Convenções de Genebra. Organização das Nações Unidas, 1977. Disponível em: <<https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/INTRO/475?OpenDocument>>. Acesso em: 01/03/2019.
- Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos das Crianças sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. Organização das Nações Unidas, 2000. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10124.html>. Acesso em: 01/03/2019.
- The Paris Principles. Principles and Guidelines on Children Associated with Armed Forces or Armed Groups, 2007. Disponível em: <<https://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf>>. Acesso em: 01/03/2019.

Obras literárias

- ABANI, C. **Song for Night**. Nova York: Akashic Books, 2007.
- ADICHIE, C. N. **Half of a Yellow Sun**. Nova York: Alfred A. Knopf, 2006.
- _____. **Meio sol amarelo**. Tradução Beth Vieira. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, J. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- ARAÚJO, J. **Beija-mim**. Lisboa: Alêtheia, 2010.
- _____. **O cemitério dos amores vivos**. Lisboa: Clube do autor, 2015.
- _____. **O dia em que a noite se perdeu**. Lisboa: Alêtheia, 2008b.
- ARAÚJO, J.; PEREIRA, P. S. **Cinco balas contra a América**. São Paulo: editora 34, 2008a.
- _____. **Comandante Hussi**. São Paulo: editora 34, 2009.
- _____. **Nem tudo começa com um beijo**. Rio de Janeiro: Agir, 2006a.
- _____. **Paralelo 75**. Ou o segredo de um coração traído. Cruz Quebrada: Oficina do livro, 2006b.
- ASHLEY, B. **Little Soldier**. Londres: Orchard Books, 1999.
- BANDELE, B. **Burma boy**. Londres: Random House, 2007.
- _____. **O menino de Burma**. Tradução Heloísa Mourão. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BARD, P. **La quatrième plaie**. Paris: Seuil, 2008.
- BEAH, I. **Muito longe de casa**. Memórias de um menino-soldado. Tradução Cecília Gianetti. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- BILL, MV; ATHAYDE, C. **Falcão**. Meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BILL, MV; ATHAYDE, C.; SOARES, L. E. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BRENNAN, H. **Final Victory**. Londres: Bloomsbury, 2000.
- CARVALHO, H. et al. **Timor: o insuportável ruído das lágrimas**. Lisboa: Campo das Letras, 2000.
- CASALI, M.; DONALDSON, K. **99 Days**. Nova York: DC Comics, 2011.
- CASTLEMONT, H. **Frank, on a Gun Boat**. Filadélfia: Henry T. Coats & Co, 1892.
- CHABERT, I.; ALESSANDRA, J. **Kadogo**. Paris: Des ronds dans l'O, 2017.
- CHANCEL, J. **Le moucheron de Bonaparte**. Paris: Delagrave, 1940 [1908].
- COLLINS, S. **Jogos Vorazes, v. 2 - Em chamas**. Tradução Alexandre D'Elia. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- _____. **Jogos Vorazes, v. 3 - A esperança**. Tradução Alexandre D'Elia. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- _____. **Jogos Vorazes**. Tradução Alexandre D'Elia. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- CONRAD, J. **Coração das trevas**. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- COUAO-ZOTTI, F. **Charly en guerre**. Paris: Éditions Dapper, 2001.
- DEE HUMPHREYS, J.; CHIKWANINE, M. **Child Soldier. When Boys and Girls Are Used in Wars**. Londres: Franklin Watts, 2015.
- DICKINSON, P. **AK**. Londres: Macmillan, 1990.
- DONGALA, E. **Johnny chien méchant**. Monaco: Éditions du Rocher, 2008.
- FABRE, M. En guerre! Les Boy-scouts francs-tireurs. In: **Le Bon Point Amusant**, n. 79 – n. 126, 1914-1915.
- GIRON, A. **Trois Héros**. Paris: Hachette, 1894.
- GOLDING, W. **O senhor das moscas**. Tradução Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2014.
- GORDON, J. **Souljah**. Londres: Team Angelica, 2014.
- GUYON, F.; ORENGO, R. **Moussa enfant soldat**. Paris: Grandir, 2007.
- HUGO, V. **Os miseráveis**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.

- IWEALA, U. **Beasts of No Nation**. Londres: John Murray, 2006.
- _____. **Feras de lugar nenhum**. Tradução Christina Baum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- JAL, Emmanuel. **Filho da guerra**: a história de um menino soldado. Tradução Felipe Antunes de Oliveira. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- JARRETT-MACAULEY, D. **Moses, Citizen and Me**. Londres: Granta Publications, 2006.
- KHOSA, U. B. K. **Cartas de Inhaminga**. Maputo: Alcance, 2015.
- _____. **Choriro**. Maputo: Alcance, 2009.
- _____. **Entre as memórias silenciadas**. Maputo: Alcance, 2013.
- _____. **Histórias de amor e de espanto**. Maputo: Jorge de Oliveira, 1999.
- _____. **La gabbia vuota. L'oscura notte dei bambini-soldato in Mozambico**. Tradução de Vincenzo Barca. Limena: Edizioni Lavoro, 2007.
- _____. **No reino dos abutres**. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.
- _____. **O rei mocho**. São Paulo: Kapulana, 2016.
- _____. **Orgia dos loucos**. Maputo: AEMO, 1990.
- _____. **Os sobreviventes da noite**. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.
- _____. **Os sobreviventes da noite**. Maputo: Texto Editores, 2008.
- _____. **Ualalapi**. Lisboa: Caminhos, 1991.
- KOUROUMA, A. **Alá e as crianças soldado**. Tradução de Flávia Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- _____. **Allah n'est pas obligé**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- _____. **En attendant le vote des bêtes sauvages**. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- _____. **O sol das independências**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [s.d].
- LANDAC. Le Petit Artilleur. In: **Les Trois Couleurs**, 1915.
- LAWRENCE, I. **B for Buster**. Delacorte Books for Young Readers, 2004.
- LEBEAU, S. **Le bruit des os qui craquent**. Montreuil: Théâtrales Jeunesse, 2008.
- LINS, P. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LOPES, H. **Le pleurer-rire**. Paris: Présence Africaine, 1997.
- LOUREIRO, J. **Pixote**. Infância dos mortos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- MARTINS, G. **O sol na cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MASSEY, D. **Taken**. Londres: The Chicken House, 2014.
- MCCORMICK, P. **Never Fall Down**. Nova York: Harper Collins, 2012.
- MELO, P. **Inferno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- MIANO, L. **Les aubes écarlates**. Paris: Plon, 2009.
- MITCHELL, J. **Chalkline**. Londres: Walker Books, 2009.
- MPIALA, S. M. **L'enfant de la guerre**. Abidjan: CEDA, 1999.
- N'DAH, F. A. **Le retour de l'enfant soldat**. Abidjan: Vallesse, 2008.
- N'SONDÉ, W. **Le silence des esprits**. Arles: Actes Sud, 2010.
- NETO, M. E. No prelúdio da vitória. In: _____. **Nossas mãos constroem a liberdade**. Luanda: INALD, 1979.
- NKASHAMA, P. N. Les enfants du lac Tana. In: BELAMRI, R. (Ed.) **Enfance, enfance**. Quebec: Gamma, 1995.
- OPTIC, O. **The Soldier Boy; or, Tom Somers in the Army**. Nova York: Hurst, 1864. Disponível em: < <https://www.loc.gov/item/2011514511/>>. Acesso em: 01/03/2019.
- PEPETELA. **A geração da utopia**. São Paulo: Leya, 2013.
- _____. **As aventuras de Ngunga**. Luanda: UEA, 1977.

- _____. **Mayombe**. Luanda: UEA, 1979.
- PERKINS, M. **Bamboo People**. Watertown: Charlesbridge, 2010.
- ROWLING, J. K. **Harry Potter e a câmara secreta**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. **Harry Potter e a Ordem da Fênix**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- _____. **Harry Potter e a pedra filosofal**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. **Harry Potter e as relíquias da morte**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- _____. **Harry Potter e o cálice de fogo**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- _____. **Harry Potter e o enigma do príncipe**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- _____. **Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban**. Tradução Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RUI, M. Cinco dias depois da independência. In: _____. **Sim camarada!** Luanda: UEA, 1977.
- SALL, B. **Le sang des collines, poèmes pour les Grands Lacs**. Paris: L'Harmattan, 1998.
- SARO-WIWA, K. **Sozaboy**. A Novel in Rotten English. Essex: Longman Group, 1994.
- SAUVARD, J.; CYTRYN, D. **Aïssata et Tatihou**. Paris: Le Sorbier, 2007.
- SENGUPTA, S. **Guns On My Red Earth**. Delhi: Red Turtle, 2013.
- SHERRARD, V. **Speechless**. Toronto: Barry Jowett, 2007.
- STASSEN, J. P. **Déogratias**. Marcinelle: Dupuis, 2000.
- STRATTON, A. **Chanda's Wars**. Nova York: Harper Collins, 2009.
- TANSI, S. L. **L'état honteux**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- _____. **La vie et demie**. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- UNG, L. **First They Killed My Father**. A Daughter of Cambodia Remembers. Kobo Editions, 2017.
- _____. **Primeiro mataram meu pai**. Tradução Victor Heringer. Rio de Janeiro: Harper Collins BR, 2017.
- WABERI, A. **Transit**. Paris: Gallimard, 2003.
- WENDE, H. **Only the Dead**. Cidade do Cabo: Penguin, 2012.
- WILSON, M. **My mother's eyes: the story of an Australian boy soldier**. Sydney: Lothian Children's Books, 2011.

Filmes e documentários

- Cidade de Deus**. Dirigido por Fernando Meirelles. Baseado no livro de Paulo Lins, *Cidade de Deus*. Brasil. Produção O2 Filmes e Globo Filmes. 2002. Longa-metragem. 130 minutos. Cor.
- Como nascem os anjos?** Dirigido por Murilo Salles. Brasil. Produção Cinema Brasil Digital. 1996. Longa-metragem. 96 minutos. Cor.
- Falcão. Meninos do tráfico**. Dirigido por MV Bill e Celso Athayde. Brasil. Produção MV Bill, Celso Athayde e Central Única das Favelas. 2006. Documentário. 58 minutos. Cor.
- Johnny Mad Dog**. Dirigido por Jean-Stéphane Sauvaire. Baseado no livro de Emmanuel Dongala, *Johnny chien méchant*. França/Bélgica. Produção

MNP Entreprise, Scope Pictures, Explicit Film. 2008. Longa-metragem. 97 minutos. Cor.

Pixote. A lei do mais fraco. Dirigido por Hector Babenco. Baseado no livro de José Loureiro, *Pixote. Infância dos mortos*. Brasil. Produção Europa Filmes. 1981. Longa-metragem. 127 minutos. Cor.

Tropa de Elite. Dirigido por José Padilha. Brasil. Produção Zazen Produções. 2007. Longa-metragem. 118 minutos. Cor.

Última parada 174. Dirigido por Bruno Barreto. Brasil. Produção Moonshot Pictures. 2008. Longa-metragem. 110 minutos. Cor.

Pintura

DELACROIX, E. **A liberdade guiando o povo.** 1830. Óleo sobre tela, 260 cm x 325 cm. Museu do Louvre, Paris.

Entrevistas

DAVID, P. Entrevista concedida por telefone a Akemi M. M. Aoki. 04/07/2018.

SHERRARD, V. Entrevista concedida por e-mail a Akemi M. M. Aoki. 12/09/2018.

Documentos

"Formação Militante - 3ª. Classe - MPLA - D.E.C.". **CasaComum.org** Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83879>. Acesso em: 01/03/2019.

Acervo da Associação Tchiweka de Documentação

Augusto Ngangula filho querido do povo angolano. Edição dos Comitês Henda. Policopiado, sem data.

Dia do Pioneiro Angolano. Policopiado, 01/12/1971.

“No prelúdio da Vitória” de Eugénia Neto, sobre os pioneiros. Policopiado, em português, 01/12/1969.

Sobre a orgânica dos pioneiros. Policopiado, 02/11/1972.

Apontamentos manuscritos de Lúcio Lara “Pioneiros – Brigadas”. Manuscritos, 10/1964.

Capa “Pioneiro guerrilheiro para Cartaz” com 4 versões de um desenho de pioneiro fardado, 3 versões de um guerrilheiro e um desenho de um homem com uma bandeira do MPLA e um martelo. Desenhos, sem data.

Circular da Presidência do MPLA dirigida às escolas e aos pioneiros do MPLA. Policopiada, 25/03/1969.

Convite do Freie Deutsche Jugend para o acampamento de pioneiros (de 10 a 30 de Julho). Policopiado, em francês, 07/1974.

- Discurso do Presidente Agostinho Neto no Dia dos Pioneiros “Discours du Président... à l’occasion de la ‘Journée du Pionnier’ – 1-12-75”.** Policopiado, em francês, 24/12/1975.
- Lista dos pioneiros vindos de Dolisie passar férias em Brazzaville.** Datilografado, 01/08/1974.
- Ordem de Serviço do MPLA nº 13 sobre morte de Ngangula.** Datilografada (2ª via), 03/03/1969.
- Panfleto do GETACA “1º de Dezembro Dia do Pioneiro angolano...”.** Policopiado, sem data.
- Panfleto do LSM Information Center sobre o dia do pioneiro angolano, 1 de Dezembro.** Impresso, sem data.
- Panfleto dos portugueses – “Esta criança foi vítima dum ataque dos bandoleiros...”.** Impresso, sem data.
- Panfleto dos portugueses – “O Mandinho é filho do comissário político Cadete do grupo Bomboko do MPLA...”.** Impresso, sem data.
- Programa das Comemorações do Dia do Pioneiro (OPA).** Policopiado, 12/1975.
- Projecto para ser discutido no Seminário, no aspecto da instrução militar aos pioneiros, de Tala Ngongo.** Policopiado, 16/10/1972.
- Relatório para o Seminário sobre a formação militar dos professores e pioneiros, de Balumuka e José Manuel.** Policopiado, 27/09/1972.

Crítica e teoria

- AFOLABI, N. **Emerging Perspectives on Ungulani Ba Ka Khosa.** Prophet, Trickster, and Provocateur. Trenton: Africa World Press, 2010.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer.** O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB**, n. 26, p. 3-37, 1988.
- APOSTOLIDÈS, J. M. **Héroïsme et victimisation.** Une histoire de la sensibilité. Paris: Exils Editeurs, 2003.
- ARAÚJO, J. Histórias com gente dentro. **Correio da manhã**, 06/05/2005. Entrevista concedida a Correio da Manhã. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/cultura/detalhe/historias-com-gente-dentro>>. Acesso em: 01/03/2019.
- _____. Jorge Araújo: literatura, história e política. *Literartes*, n. 9, 2018, pp. 12-17. Entrevista concedida a Avani Souza Silva.
- _____. Paralelo 75 ou a vida em recuperação. **Correio da manhã**, 30/05/2006c. Entrevista concedida a Correio da Manhã. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/cultura/detalhe/paralelo-75-ou-a-vida-em-recuperacao>>. Acesso em: 01/03/2019.
- _____. Sou um homem de sorte. **Correio da manhã**, 18/05/2007. Entrevista concedida a Correio da Manhã. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/cultura/detalhe/sou-um-homem-de-sorte>>. Acesso em: 01/03/2019.
- ARRANDA, D. Informations et fictions de l’enfant soldat dans la presse française entre 1914 et 1918. In: KADI, G. A.; VILLENEUVE, J. (Ed.). **Acteur et victime.** La figure de l’enfant dans les guerres modernes. Laval: Hermann, 2017. p. 13-31.

- AUGEL, M. P. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAER, E. R. A New Algorithm in Evil: Children's Literature in a Post-Holocaust World. **The Lion and the Unicorn**, vol. 4, n. 3, p. 378-401, 2000.
- BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.
- _____. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003b.
- BEAL, S. Child Soldiers and a Civil War Made Murky: Language and Memory in Ungulani Ba Ka Khosa's *Os sobreviventes da noite*. In: AFOLABI, N. (Ed.) **Emerging Perspectives on Ungulani Ba Ka Khosa. Prophet, Trickster, and Provocateur**. Trenton: Africa World Press, 2010. p. 297-306.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas I. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.
- BITTENCOURT, M. A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. **Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação**. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997). Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. pp. 161-185.
- BORGES COELHO, J. P. As duas guerras de Moçambique. In: PANTOJA, S. (Ed.) **Entre Áfricas e Brasis**. São Paulo: Marco Zero, 2001.
- _____. Da violência pós-colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Lusotopie**, p.175-193, 2003.
- BRETT, R.; MCCALLIN, M. **Children**. The Invisible Soldiers. Rádda Bannen, 1998.
- BRITO NETO, M. **História e educação em Angola**: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA). Campinas, 2005. 260p. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- BUCUANE, J. Leituras: “Charrua” na voz do seu primeiro coordenador. **Literatas**. Revista de literatura moçambicana e lusófona. 05/09/2018. Entrevista a Eduardo Quive. Disponível em: <<http://revistaliteratas.blogspot.com/2012/09/leituras-charrua-na-voz-do-seu-primeiro.html>>. Acesso em: 01/03/2019.
- BUTLER, P. R. Manuel Rui's *Sim Camarada!*: Interpolation and the Transformation of Narrative Discourse. **Callaloo**, vol. 14, n. 2, p. 307-312, 1991.
- CABRAL, I. Digerir o passado: rituais de purificação e reintegração social de crianças-soldado no sul de Moçambique. **Antropologia portuguesa**, vol. 22/23, p. 133-156, 2006.
- CAETANO, M. J. A pedagogia da esperança em “As aventuras de Ngunga”. **SCRIPTA**, v. 10, n. 19, p. 43-53, 2006.
- CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CANO, I.; DUARTE, T. **Só no sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

- CARDOSO, C. Compreendendo a crise de 7 de junho na Guiné-Bissau. **Soronda – Revista de estudos guineenses**, n. 3, p. 87-104, 2000. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09709.002#!1>>. Acesso em: 01/03/2019.
- CARDOSO, L. A tragédia de 7 de junho de 1998. Factos e comentários. **Soronda – Revista de estudos guineenses**, n. 3, p. 125-152, 2000. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09709.002#!1>>. Acesso em: 01/03/2019.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSB, 2018.
- CHILD SOLDIERS INTERNACIONAL. 5 Myths About Child Soldiers. **Child Soldiers Internacional**, [201-?]. Disponível em: <https://www.child-soldiers.org/News/5-child-soldier-myths?fbclid=IwAR2CXASMCBbZR32XBeAAnUIIB28Uz3K-b0Zjlqcz_c7abmPM2Q3YSkayoFQ>. Acesso em: 01/03/2019.
- _____. Child Soldiers Global Report 2001 – Guinea-Bissau, 2001. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/498805f5c.html>>. Acesso em: 01/03/2019.
- _____. Child Soldiers Global Report 2004 – Guinea-Bissau, 2004. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4988065728.html>>. Acesso em: 01/03/2019.
- CINTRA, J. P. S.; BOBADILLA, C. B.; GAUTO, M. **A criança e o adolescente nos ODS**. Marco zero dos principais indicadores brasileiros. ODS 6. ODS 11. ODS 16. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/fundaca-oabring/docs/ods_6_11_e_16_-online>. Acesso em: 01/03/2019.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Africa Observed: Discourses of the Imperial Imagination. In: _____. **Of Revelation and Revolution: Christianity, Colonialism and Consciousness in South Africa**. Vol. 1. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 86-126.
- COQUIO, C. La “langue des enfants”. Poétiques de l'enfance et utopies linguistiques après la Shoah. (G.-A. Goldschmidt, A. Appelfeld). In: GÉLY, V. (Ed.). **Enfance et littérature**. Paris: SFLGC, 2012. p. 71-128.
- CUNHA, E. L. Cenas e cenários da cidade negra. **Semear**, n. 3, p.129-138, 1999.
- _____. Biopolítica, racismo e eugenia no Brasil moderno. In: III Colóquio Internacional África-Brasil: Ensino, Pesquisa e Relações Econômico-sócio-políticas, 2018, Rio de Janeiro, CEFET-RJ/SESC. Trabalho inédito.
- DALLAIRE, R. **They Fight Like Soldiers, They Die Like Children**. Hutchinson: Random House, 2010.
- DELUERMOZ, Q. Les gamins de Paris, combattants de la commune (1871). In: PIGNOT, M. (Ed.). **L'enfant soldat XIX^e-XXI^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2012. p. 50-66.
- DJALÓ, T. Lições e legitimidade dos conflitos políticos da Guiné-Bissau. **Soronda – Revista de estudos guineenses**, n. 3, 2000, p. 25-35. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09709.002#!1>>. Acesso em: 01/03/2019.
- DONGALA, E. Hollywood, Pirated Videos, and Child Soldiers. **WarScapes**, 02/11/2011. Disponível em: <<http://www.warscapes.com/opinion/hollywood-pirated-videos-and-child-soldiers>>. Acesso em: 05/03/2019.

- _____. L'urgence dans *Johnny Chien Méchant* (2002). Entretien avec Emmanuel Dongala. **Ad hoc**, n. 2, p. 1-6, jun. 2013. Entrevista concedida a Marie Bulté.
- DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico**. Um estudo de caso de crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- DUTRA, R. Ungulani Ba Ka Khosa: literatura e eficácia. **Via Atlântica**, n. 16, p. 79-92, 2009.
- EFRAIME JR, B. Trauma e migração: os traumas psíquicos das crianças soldado. **Diversitas**, ano 1, n. 1, 2013, p. 111-130.
- _____. Caminhos moçambicanos para a construção da democracia em Moçambique: notas de uma leitura psicanalítica. In: BRITO, L. et al. **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014. p. 249-280.
- EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Papia**, n. 18, p. 101-107, 2008.
- Emmanuel Jal, Emma live at Mandela's birthday in Hyde Park, London, 2008. Vídeo (8 min), 01/10/2009, canal Gatwich na plataforma Youtube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4qaM-nLDu84>>. Acesso em: 01/03/2019.
- FANON, F. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.
- _____. **Les damnés de la terre**. Paris: La Découverte et Syros, 2002.
- FEIJÓ, B. B. **Independência ou revolução?** Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). Porto Alegre, 2011. 67p. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERREIRA, E. Ap. G. R. Políticas afirmativas e literatura juvenil: reflexões acerca da representação da infância. **Linguagem. Estudos e pesquisa**, vol. 19, n. 1, pp. 115-133, 2015.
- FIGUEIRÊDO, E. L. L. Beecher Stowe e Jorge Amado: uma visão *jusliterária* da injustiça social. In: SWARNAKAR, S.; FIGUEIREDO, E.L.L.; GERMANO, P.G. (Ed.). **Nova leitura crítica de Jorge Amado** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 112-135.
- FLORÊNCIO, F. Christian Geffray e a antropologia da guerra. Ainda a propósito da obra *La Cause des Armes au Mozambique*. **Etnográfica**, vol. VI, n. 2, p. 347-364, 2002.
- FRAGA, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GALWAY, E. A. Competing Representations of Boy Soldiers in WWI Children's Literature. **Peace Review: A Journal of Social Justice**, vol. 24, nº 3, p. 298-304, 2012.
- GEHRMANN, S. The Child Soldier's Soliloquy. Voices of a New Archetype in African Writing. **Études littéraires africaines**, n. 32, p. 31-43, 2011.
- GERSONY, R. **Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique**. Washington: Bureau for Refugee Programs, Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1988.

- GINZBURG, J. A guerra como problema para os estudos literários. **Orga-
non** (UFRGS), v. 27, n. 52, p. 105-116, 2012.
- GRANDIN, F. et al. Franquia do crime: domínio de áreas amplas pela milícia é novidade para especialistas. **G1**, 21/03/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-dominio-de-areas-amplas-pela-milicia-e-novidade-para-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 01/03/2019.
- GRILLI, G. Bambini, insetti, fate e Charles Darwin. In: GRILLI, G.; BESEGHI, E. (Ed.) **La letteratura invisibile**. Roma: Carocci, 2011.
- HART, J. Saving Children: What Role for Anthropology? **Anthropology Today**, vol. 11, n. 1, p. 1-18, 2006a.
- _____. The Politics of Child Soldiers. **Brown Journal of World Affairs**, vol. XIII, n. 1, p. 217-226, 2006c.
- HART, J.; TYRER, B. **Research with Children Living in Situations of Armed Conflict: Concepts, Ethics & Methods**. Oxford: University of Oxford, Refugee Studies Center, 2006b.
- HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HØISKAR, A. H. Underage and Under Fire. An Inquiry Into the Use of Child Soldiers 1994-8. **Childhood**, vol. 8, n. 3, p. 340-360, 2001.
- HONWANA, A. Civil Wars in Mozambique and Angola. In: _____. **Child Soldiers in Africa**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. p. 7-25.
- HONWANA, A.; BOECK, F. (Ed.). **Makers & breakers: children and youth in postcolonial Africa**. Oxford, UK: James Currey, 2005.
- IWEALA, U. Exclusive Interview with Uzodinma Iweala, Author, Beasts of No Nation. **Ventures Africa**, 16/10/2015. Entrevista concedida a Hadasah Egbedi. Disponível em: <<http://venturesafrica.com/exclusive-interview-with-uzodinma-iweala-author-beasts-of-no-nation/>>. Acesso em: 01/03/2019.
- JAMES, A.; PROUT, A. (Ed.) **Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood**. Londres: Falmer Press, 1990.
- JAO, M. Uma leitura do conflito guineense. **Soronda – Revista de estudos guineenses**, n. 3, p. 105-123, 2000. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09709.002#!1>>. Acesso em: 01/03/2019.
- KHOSA, U. B. K. "O conceito de branco como branco não existe na cultura bantu", entrevista a Ungulani Ba Ka Khosa. **Mulemba**, v. 12, n. 1, p. 4-20, 2015. Entrevista concedida a Doris Wieser.
- _____. A conversation with Ungulani Ba Ka Khosa. **Ellipsis**, n. 9, p. 129-138, 2011. Entrevista concedida a Sophie Beal.
- _____. Ungulani Ba Ka Khosa. In: CHABAL, P. **Vozes moçambicanas**. Literatura e nacionalidade. Lisboa: Vega, 1994. Entrevista concedida a Patrick Chabal.
- KOUROUMA, A. "Ceux qui vont y voir une conception pessimiste de l'Afrique se trompent". **Africultures**, 30/09/2000b. Entrevista concedida a Héric Libong. Disponível em: <<http://africultures.com/ceux-qui-vont-y-voir-une-conception-pessimiste-de-lafrique-se-trompent-1558/>>. Acesso em: 01/03/2019.

- LA BOÉTIE, E. Discurso sobre a servidão voluntária (1549). eBookLibris, 2006. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria.pdf>. Acesso em: 01/03/2019.
- LACOSTE, C. L'enfant soldat dans la production culturelle contemporaine. In: PIGNOT, M. (Ed.). **L'enfant soldat XIX^e-XXI^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2012. p. 119-137.
- LAPSLEY, D. K. **Moral Psychology**. Boulder: Westview Press, 1996.
- LARGEAUD, J. M. Autour des 'Maries-Louises'. **Le Télémaque**, vol. 2, n. 42, p. 42-60, 2012.
- LAURITI, T. *As aventuras de Ngunga*, de Pepetela: muito além da cartilha. **Via Atlântica**, n. 14, p. 211-216, 2008.
- LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Ed.). **Um século da favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LEITE, A. M. **Oralidades e escritas pós-coloniais**. Estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- LIMA, P. H. Literatura de guerrilha: a ideologia do MPLA na obra *As Aventuras de Ngunga* e a proposta de construção de uma nação angolana. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. **Anais**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17.
- LIMA, R. S. Memórias indesejadas: os campos de reeducação na ficção de Ungulani Ba Ka Khosa. **Literatura e autoritarismo**, n. 18, p. 31-40, 2017.
- LINS, P. Paulo Lins: 20 anos de *Cidade de Deus*. Entrevista concedida ao Itaú Cultural, 29/11/2017. Vídeo (8 min). Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/paulo-lins-20-anos-de-cidade-de-deus>>. Acesso em: 01/03/2019.
- LOCKE, J. **Alguns pensamentos sobre a educação**. Edições 70 Brasil, 2012.
- LUSA. Pelas obras *Se eu fosse muito magrinho* e *Comandante Hussi*, Prémio Gulbenkian de Literatura distingue autores para crianças e jovens. **Jornal Público**, 05/07/2004. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2004/07/05/culturaipsilon/noticia/premio-gulbenkian-de-literatura-distingue-autores-para-criancas-e-jovens-1198408>>. Acesso em: 01/03/2019.
- LYRA, D. **República dos meninos. Juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- MABANCKOU, A. Littérature africaine et histoire contemporaine: enfants-soldats et guerres civiles. Aula ministrada em Collège de France, Paris, 17/05/2016. Vídeo (54 min). Disponível em: <<http://www.college-de-france.fr/site/alain-mabanckou/course-2016-05-17-14h00.htm>>. Acesso em: 01/03/2019.
- MACÊDO, T. A literatura para crianças e jovens em Angola. In: MACÊDO, T.; CHAVES, R. (Ed.) **Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007a.
- _____. Monandengues, pioneiros e catorzinhas: crianças de Angola. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; VECCHIA, R. (Ed.). **A kinda e a missanga**. Encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007b.

- MACHEL, G. **The Impact of War on Children: A review of Progress since the 1996 United Nations Report on the Impact of Armed Conflict on Children.** London: Hurst & Company, 2001.
- MARCON, F. Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola. In: **Hist.R.**, Goiânia, v. 16, n.1, p.31-51, jan/jun 2011.
- MARTIN-GRANEL, N. Le plomb et la plume. **Études littéraires africaines**, n. 32, p. 7-15, 2011.
- MARTÍN, M. Maior facção criminosa do Brasil lança ofensiva empresarial no Rio. **El País**, 23/12/2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/22/politica/1482434757_533449.html>. Acesso em: 01/03/2019.
- MARTINS, G. Entrevista com Geovani Martins. Entrevista concedida ao Programa Escrevendo o Futuro, Canal OlimpiadaP na plataforma Youtube. Vídeo (21 min). 02/08/2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=176&v=h7Xmwj0wXEA>. Acesso em: 01/03/2019.
- MASSEY, S. Multi-faceted Mediation in the Guinea-Bissau Civil War. **Scientia Militaria. South African Journal of Military Studies**, vol. 32, n. 1, p. 76-95, 2004.
- MATUSSE, G. Sobreviver... e depois?. In: KHOSA, U. B. K. **Os sobreviventes da noite.** Maputo: Texto Editores, 2008. pp. 11-14.
- MBEMBE, A. **De la postcolonie.** Essais sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine. Paris: Karthala, 2000.
- _____. Formas africanas de autoinscrição. Tradução Patrícia Farias. **Estudos afro-asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001, pp. 171-209.
- _____. Necropolitics. **Public Culture**, vol. 15, n. 1, p. 11-40, 2003. Disponível em: <<http://racismandnationalconsciousnessresources.files.wordpress.com>>. Acesso em: 01/03/2019.
- _____. **Critique de la raison nègre.** Paris: La Découverte, 2013.
- _____. **Politiques de l'inimitié.** Paris: Éditions La Découverte, 2016.
- MEDEIROS, F. A necropolítica da 'guerra': tecnologias de governo, 'homicídios' e 'tráfico de drogas' na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, vol. 1, n. 3, p. 74-94, 2017.
- MEMMI, A. **Portrait du colonisé.** Paris: Payot, 1973.
- MENDONÇA, F. Ungulani Ba Ka Khosa, o interpelador da história. **O País**, 03/08/20--. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/ungulani-ba-ka-khosa-o-interpelador-da-historia>>. Acesso em: 01/03/2019.
- MEYLAN, D. **La genèse du mouvement des jeunes Pionniers en URSS.** Lausanne, 2012. 53p. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências sociais e políticas, Universidade de Lausanne.
- MIGUEL, R. A. Educación e Ideología en Mozambique: Colonialismo, Marxismo, Neoliberalismo. ?Superar la Inequidad Social?. **Foro de Educación**, vol. 8, n. 12, p. 125-160, 2010.
- MONIZ, F. F. S. Formação moral do pioneiro e manutenção da utopia revolucionária: a literatura infanto-juvenil angolana de engajamento. In: SECCO, C. L. T. R. (Ed.). **Entre fábulas e alegorias.** Ensaio sobre literatura infanto-juvenil de Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 47-63.

- MOYNAGH, M. Human Rights, Child-Soldiers Narratives and the Problem of Form. **Research in African Literatures**, vol. 42, n° 4, p.39-59, 2011.
- MUNRO, B. Locating Queer in Contemporary Writing of Love and War in Nigeria. **Research in African Literatures**, vol. 47, n. 2, p. 121-138, 2016.
- NANDY, A. Reconstructing Childhood: A Critique of the Ideology of Adulthood. **Alternatives: Global, Local, Political**, vol. 10, n. 3, p. 359-375, 1984.
- NARLOCH, L. Mito: 'Os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas. **Veja**, 11/02/2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-os-adolescentes-cometem-menos-de-1-dos-homicidios-do-brasil-e-sao-36-das-vitimas/>. Acesso em: 01/03/2019.
- NETO, M. E. Entrevista a Margaret A. Novicki. **Africa Report**, vol. 32, n.1, p. 31-34, janeiro 1987.
- NGANANG, P. **Manifeste d'une nouvelle littérature africaine**. Pour une écriture préemptive. Paris: Homnisphères, 2007.
- NIELSEN, J. et al. Mortality Patterns During a War in Guinea-Bissau 1998-1999: Changes in Risk Factors? **International Journal of Epidemiology**, vol. 35, p. 438-446, 2006.
- NÓBREGA, A. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.
- PADILHA, L. C. **Novos pactos, outras ficções**. Ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. Ficção e guerra angolana: a perda da inocência. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; VECCHIA, R. (Ed.). **A kinda e a missanga**. Encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.
- PARAVY, F. Feu croisé sur l'afropessimisme (E. Dongala, A. Kourouma). **Études littéraires africaines**, n. 32, p. 60-67, 2011.
- PAREDES, M. **Combater duas vezes**. Mulheres na luta armada em Angola. Vila do Conde: Verso da história, 2015.
- PEPETELA. Depoimento. Universidade de Lisboa através do Centro de Investigação para Tecnologias Interativas (CITI), sem data. Disponível em: <http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/pepetela/ngunga.html>. Acesso em: 01/12/2016.
- _____. Pepetela. In: LABAN, M. **Angola**. Encontro com escritores. Volume 2. Porto: Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1991. Entrevista concedida a Michel Laban.
- PIGNOT, M. Entrer en guerre, sortir de l'enfance? Les 'ado-combattants' de la Grande Guerre. In: _____. **L'enfant soldat XIX^e-XXI^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2012. pp. 69-89.
- PINTO, T. P. L. **Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992**. Niterói, 2012. Dissertação (mestrado) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense.
- PORTO, A.; REIS, A. (Ed.). **Caravana Comunidade Segura 2007**. Programa de Segurança humana. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2007.
- PRUD'HOMME, J. Préface. In: ATTIPOKPOÉ, K. (Ed.) **L'inscription du social dans le roman contemporain pour la jeunesse**. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 9-14.
- RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

- READ, K. When a kid is a kid? Negotiating Children's Rights in El Salvador's Civil War. **History of Religions**, vol. 41, n. 1, p.391-409, 2002.
- REYNOLDS, K. Words about War for Boys: Representations of Soldiers and Conflict in Writing for Children before World War I. **Children's literature association quarterly**, vol. 34, n. 3, p.255-271, 2009.
- RIBEIRO, P. J. *Cidade de Deus* – memória e etnografia em Paulo Lins. **Lugar comum**, n. 11, p. 73-93, maio-ago. 2000.
- RICHARDS, N. Políticas da memória e técnicas do esquecimento. In: MIRANDA, W. M. (Ed.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 321-339.
- ROSEN, D. M. **Armies of the Young: Child Soldiers in War and Terrorism**. Nova Jersey: Rutgers Univeristy Press, 2005.
- _____. Child Soldiers, International Humanitarian Law and the Globalization of Childhood. **American Anthropologist**, vol. 109, n. 2, p. 296–306, 2007.
- _____. The child soldier in literature or how Johnny Tremain became Johnny Mad Dog. In: ABBENHUIS, M.; BUTTSWORTH, S. (Ed.) **Restaging War in the Western World: Noncombatant Experiences, 1890–Today**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 109–127.
- ROSEN, D. M; ROSEN, S. Representing Child Soldiers in Fiction and Film. **Peace Review: A Journal of Social Justice**, vol. 24, n. 3, p.305-312, 2012.
- ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. Tradução Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.
- RUIVO, M. Pelos olhos do menino, a camaradagem e os sinais das mudanças na Angola do pós-independência. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; VECCHIA, R. (Ed.). **A kinda e a missanga**. Encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 293-301.
- SAFATLE, V. Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. **Estudos avançados**, vol. 31, n. 91, p. 211-227, 2017.
- SARKOZY, N. Le discours de Dakar de Nicolas Sarkozy. **Le Monde Afrique**, 09/11/2007. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/afrique/article/2007/11/09/le-discours-de-dakar_976786_3212.html>. Acesso em: 01/03/2019.
- SAÚTE, N. O exorcismo da guerra em Moçambique. Entrevista concedida a Doris Wieser no Buala. Matéria de Pedro Pereira Leite para o **Global Heritages**, 24/05/2015. Disponível em: <<https://globalherit.hypotheses.org/3164>>. Acesso em: 01/03/2019.
- _____. Ungulani Ba Ka Khosa. **O País**, 01/08/20---. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/ungulani-ba-ka-khosa>>. Acesso em: 01/03/2019.
- SCHAFER, J. The Use of Patriarchal Imagery in the Civil War in Mozambique and its Implications for the Reintegration of Child Soldiers. In: BOYDEN, J.; BERRY, J. (Ed.) **Children and Youth in the Front Line**. Ethnography, Armed Conflict and Displacement. Nova York: Berghahn Books, 2004. pp. 87-104.
- SCHØLHAMMER, K. E. **Cena do crime**. Violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013. [Recurso digital].
- SCHWARZ, R. Cidade de Deus. In: _____. **Sequências brasileiras**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999. p. 163-171.

- SECCO, C. L. T. R. Por entre memórias e silêncios: representações literárias das guerras em Angola e Moçambique. **Scripta**, v. 12, n. 23, p. 13-25, 2008.
- SELTZER, M. **Serial Killers**. Death and Life in America's Wound Culture. Nova York: Routledge, 1998.
- SILVA, A. S. **Narrativas orais, literatura infantil e juvenil e identidade cultural em Cabo Verde**. São Paulo, 2015. 325p. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SINGER, P. **Children at War**. Nova York: Pantheon Books, 2005.
- STARGARDT, N. La dernière armée d'Hitler: adolescents allemands pendant la Seconde Guerre Mondiale. In: PIGNOT, M. (Ed.). **L'enfant soldat XIX^e-XXI^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2012. pp. 90-115.
- STEPHENS, S. (Ed.). **Children and the Politics of Culture**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.
- TABAK, J. **"In the best interest" of whom?: rethinking the limits of the international political order through the (re)construction of the world child and child-soldiers**. Rio de Janeiro, 2014. 218p. Tese (doutorado) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- TCHEUYAP, A. Le littéraire et le guerrier : typologie de l'écriture sanguine en Afrique. **Études littéraires**, vol. 35, n. 1, p. 13-28, 2003.
- TEIXEIRA, V. R. Das telas de cinema à terra que se faz tinta: Ungulani Ba Ka Khosa entre as histórias de Moçambique e a história moçambicana. **Revista Magistro**, vol. 1, p. 26-36, 2017.
- _____. Imaginação e resistência no filme *O búzio*, de Sol de Carvalho. In: SECCO, C. L. T. R. (Ed.) **Pensando o cinema moçambicano**. São Paulo: Kapulana, 2018. pp. 17-25.
- TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- UNIÃO DOS ESCRITORES DE ANGOLA. Manuel Rui Alves Monteiro. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/index.php/bio-quem/item/822-manuel-rui-alves-monteiro.html>>. Acesso em: 01/03/2019.
- VAN DER DRIFT, R. Democracy: Legitimate Warfare in Guinea-Bissau. **Soronda – Revista de estudos guineenses**, n. 3, p. 37-65, 2000. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09709.002#11>>. Acesso em: 01/03/2019.
- VAN EMDEN, R. **Boy Soldiers of the Great War**. Londres: Headline, 2005.
- VERNANT, J. P. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, n. 9, p. 31-62, dez. 1978.
- VIGH, H. **Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea-Bissau**. Nova York: Berghahn Books, 2006.
- WALLACE, J. A. De-scribing The Water Babies: "The Child" in Post-colonial Theory. In: LWASON, A.; TIFFIN, C. (Ed.) **De-scribing Empire: Post-colonialism and textuality**. Londres: Routledge, 1994. p. 171-184.
- XAVIER, I. Corrosão social, pragmatismo e ressentimento. Vozes dissonantes no cinema brasileiro de resultados. **Novos estudos**, vol. 75, p. 139-155, 2006.
- ZALUAR, A. Intervenção no Rio deve favorecer expansão do PCC, diz antropóloga Alba Zaluar. **UOL**, 17/02/2018. Entrevista concedida a

Wellington Ramalhão. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/intervencao-no-rio-favorece-expansao-do-pcc-diz-antropologa-alba-zaluar.htm>>. Acesso em: 01/03/2019.

ZALUAR, A. Teleguiados e chefes. In: RIZZINI, I. (Ed.). **A criança no Brasil hoje**. Desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

ŽIŽEK, S. **Violence. Six réflexions transversales**. Vauvert: Ed. Au Diable Vauvert, 2012.

ANEXO A. "Sobre a orgânica dos pioneiros"

"Sobre a orgânica dos pioneiros", apresentado no Seminário de Professores da IIª Região. Data não especificada (Acervo da Associação Tchiweka de Documentação).

13

SEMINARIO DE PROFESSORES DA IIA REGIAO
Instituto Angolano de Educação 4 de Fevereiro

M.P.L.A
D.E.C.

SOBRE A ORGÂNICA DOS PIONEIROS

- 1 - A OPA está vinculada à JMPLA, de que dependerá quando a organização da Juventude se estruturar normalmente .
- 2 - A OPA tem por objectivos dar aos pioneiros uma formação militante, criar hábitos de trabalho e disciplina, enquadrar os pioneiros na produção e desenvolver a sua formação cultural.
- 3 - A OPA funcionará ligada à escola, de quem receberá a orientação. A não existência duma escola não elimina porém a possibilidade de se criar brigadas de pioneiros quando tal ~~se~~ se justifique.
- 4 - A idade limite do pioneiro é de 16 anos. Em casos ~~excepcionais~~ excepcionais pode ser alargada a 18 anos.

E S T R U T U R A S

- 5 - A unidade de base é a Brigada que tem um numero limite de 10 pioneiros. A formação da brigada terá como principal critério o trabalho produtivo. Cada brigada tem um chefe e um sub-chefe, de preferência eleitos.
- 6 - 3 a 5 brigadas formam uma Secção. Cada Secção tem um chefe e um sub-chefe nomeados de entre os chefes das brigadas respectivas.
- 7 - 3 a 5 Secções formam uma Coluna. Cada Coluna tem um Comandante e um sub-comandante.
- 8 - Cada escola tem um Comandante Geral. Se na escola so existir uma Coluna o Comandante de Coluna é também o Comandante Geral.
Compete ao Comandante Geral :
 - Controlar as diferentes actividades dos pioneiros da escola
 - Apresentar semanalmente um relatorio das actividades ao CE
 - Velar pela aplicação dos principios do pioneiro
 - Dirigir as formaturas
 - Convocar as reunioes Gerais dos Pioneiros, do Conselho Superior de Pioneiros e de Corpo de Delegados dos Pioneiros
 Cada classe elege o Responsavel de Classe cujas atribuições são :
 - a) Formar a classe à entrada das aulas
 - b) Prever o equipamento e bom estado da aulas
 - c) Anotar as ausências e as anomalias e fazer o respectivo relatorio ao professor e ao Comandante dos Pioneiros
- 9 - CONSELHO SUPERIOR DOS PIONEIROS
É formado pelo Comandante Geral, Comandante de Coluna ~~procurador~~ ~~procurador~~ Chefes de Secção e Responsáveis de classe
 - a) Cabe ao CSP planificar o trabalho dos pioneiros (trabalho produtivo, escalas de serviço, higiene, actividades culturais e recreativas).
 - b) Difundir os principios do pioneiro e participar no Jornal do Pioneiro
 - c) Resolver os problemas ~~gerais~~ disciplinares relativos à vida dos pioneiros. Casos graves de disciplina deverão ser resolvides na RPL.

M.P.L.A.
D.E.C.

SOBRE A ORGANICA DOS PIONEIROS - 2

- 10) CORPO DE DELEGADOS DOS PIONEIROS : é formado pelo Comandante Geral, pelos Comandantes de Coluna e pelos Responsáveis de Classe
 - a) O CDP representa os pioneiros na Reunião de Professores e alunos (RPA).; Al defendem os interesses dos pioneiros
 - b) Ele comunica aos pioneiros as decisões tomadas superiormente.

A8

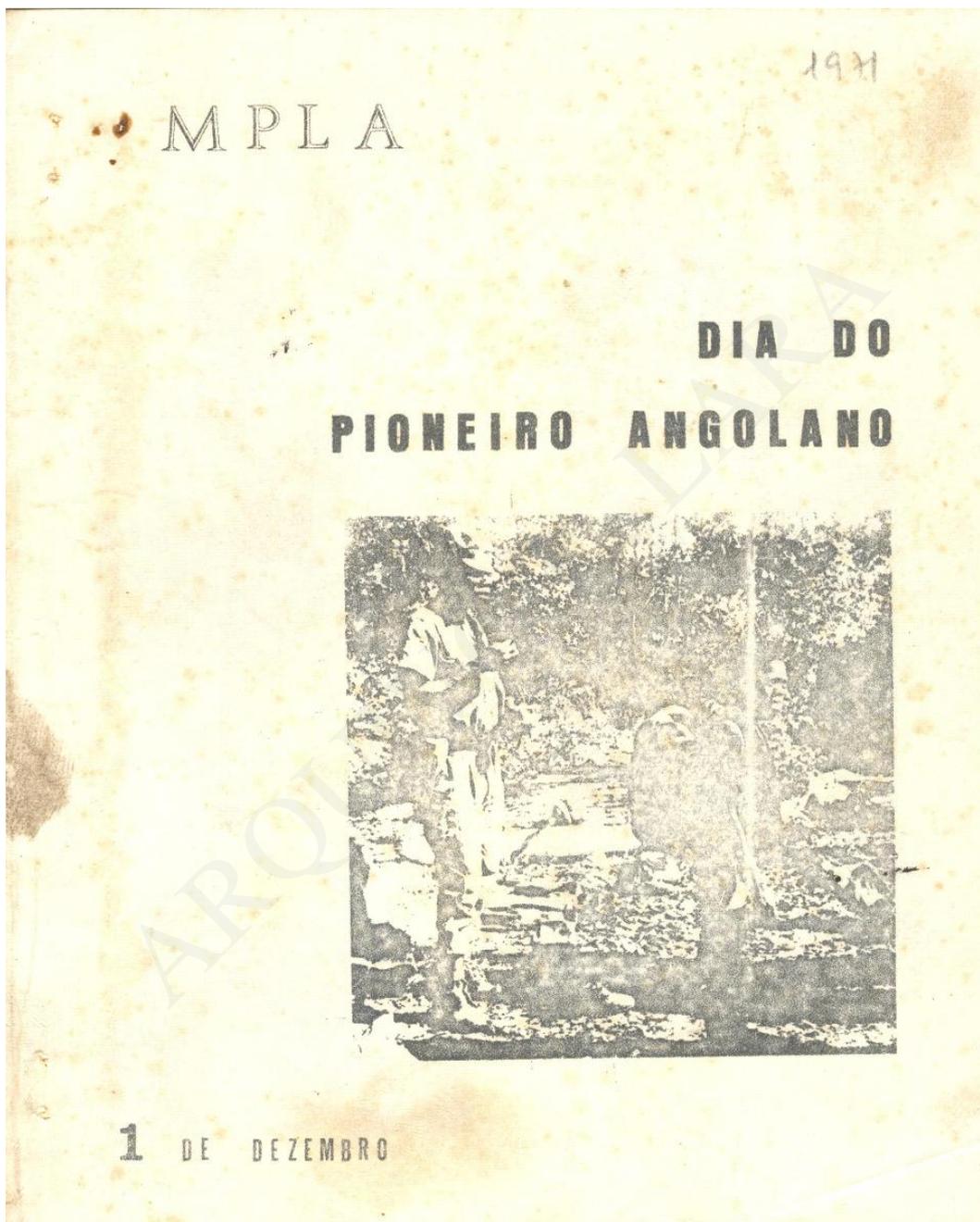
A5

A5

A4

ANEXO B. “Dia do Pioneiro Angolano”

“Dia do Pioneiro Angolano”. Policopiado, 01/12/1971 (Acervo da Associação Tchiweka de Documentação).



... "Os pioneiros, como os outros camaradas no interior, estudam e combatem porque defendem igualmente os ideais do MPLA"...

Dr. Agostinho NETO
PRESIDENTE DO MPLA

ORDEM DE SERVIÇO N. 13/69

O Comité Director do MPLA louva postumamente o Pioneiro de nome AUGUSTO NGANGULA, que foi morto a machadada, no dia 1 de Dezembro de 1968, quando se deslocava da sua aldeia para uma das escolas do MPLA.

No percurso, foi detectado pelos soldados portugueses que queriam obrigar-lo a mostrar não só o lugar da escola mas também uma das bases do MPLA, sob ameaça de morte.

O Pioneiro, que contava apenas 12 anos de idade, mas para quem a palavra de ordem do MPLA "VITÓRIA OU MORTE" tinha o seu verdadeiro significado, resolveu antes aceitar a morte do que indicar aos inimigos as bases do MPLA.

A coragem do Pioneiro do MPLA AUGUSTO NGANGULA e a sua firmeza, são um exemplo que deve ser seguido por todos os pioneiros, jovens, mulheres, homens e velhos de Angola.

Pela sua coragem e dedicação a luta do seu Povo, o Comité Director do MPLA decidiu conceder postumamente ao Pioneiro AUGUSTO NGANGULA o título de PIONEIRO HEROICO DO MPLA.

A VITÓRIA É CERTA !

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

ANGOLA, 3/3/69

"Nos somos do MPLA pioneiros
Nos somos pioneiros angolanos
Com a certeza na nossa vitoria
Combatemos pela liberdade"...

(Hino do Pioneiro do MPLA)

As escolas do Centro de Instrução Revolucionaria (C.I.R) da 3a. Regiao Politico-Militar iam recomeçar as aulas para os pioneiros. Estes tinham aproveitado o periodo de interrupção das aulas para visitar as suas familias.

Como todos os outros, o pioneiro AUGUSTO NGANGULA deixara a sua aldeia de regresso a sua escola, situada numa das zonas da 3a. Regiao.

As tropas colonialistas portuguesas procuravam, por todos os meios, detectar os locais das escolas e das bases do MPLA, pretendendo surpreender, capturar ou matar os pioneiros, os seus professores e os guerrilheiros. Mas todas as tentativas fracassavam mais ou menos.

No dia 1 de Dezembro de 1968, AUGUSTO NGANGULA, com os seus livros, percorre cautelosamente a dezena de quilometros a que se encontrava da sua escola.

No seu rosto, era evidente o contentamento de voltar para junto dos camaradas do MPLA, com quem tinha aprendido a ler, a conhecer a sua terra, a trabalhar e a combater pela liberdade do seu Povo.

Porem, tropas helitransportadas acabavam de desembarcar na area onde funcionava a escola que o Pioneiro AUGUSTO NGANGULA frequentava, o que lhes permitira detectar a marcha do jovem Pioneiro.

Surpreendido pelo inimigo que se encontrava escondido, AUGUSTO NGANGULA nao conseguiu escapar-se, tendo sido capturado pela soldadesca colonialista.

Submetido imediatamente a um interrogatorio, sob ameaça de morte, para que ele revelasse os locais das escolas do CIR e das bases do MPLA, o Pioneiro AUGUSTO NGANGULA negara--se terminantemente a dar qualquer dos esclarecimentos exigidos.

Mas a sua firme atitude exaspera o inimigo, que começa a espanca-lo brutalmente. Entao o jovem Pioneiro, pretendendo desviar os soldados tugas dos seus objectivos, foi-os encaminhando em direcção a certas lavras na esperança de se encontrar com um dos destacamentos do MPLA.

Os soldados colonialistas tugas, apercebendo-se posteriormente que tinham sido enganados e ja enfurecidos pela coragem, de terminação e dignidade do Pioneiro AUGUSTO NGANGULA, assassinaram-no barbaramente a golpes de machado.

Algumas horas depois, helicopteros "Allouette 2" e "Allouette 3" recolhiam os criminosos soldados tugas. O corpo do jovem Pioneiro, horrivelmente massacrado, jazia abandonado ate que, pouco tempo depois, os guerrilheiros do MPLA o encontraram e o enterraram dignamente.

O Pioneiro Heroico AUGUSTO NGANGULA, tinha apenas 12 anos de idade.

~~XXXXXXXXXX~~
 WWWWWW

... "Lutamos contra o colonialismo
 E contra toda a forma de opressão
 Hoje jovens guerrilheiros somos
 Combatemos e estudamos"...

(Hino do Pioneiro do MPLA)

As historicas paginas que os Pioneiros Angolanos estao a escrever, no decurso da luta armada dirigida pelo MPLA, estao cheias de actos de heroismo, demonstrativos do espirito de abnegação, da consciencialização, da determinação de combater, de vencer ou morrer para que Angola seja livre e independente.

Perfeitamente conscientes dos 10 principios que orientam a sua conduta, os Pioneiros do MPLA tem contribuido grandemente no processo verdadeiramente revolucionario de que sao parte integrante.

Vai-se tornando frequente constatar que este ou aquele pionei

ro do MPLA, desta ou daquela frente de combate, se distinguiu em determinada acção. São múltiplos os actos de coragem e de decisão dos Pioneiros do MPLA. Tomem-se ao acaso, e a título de exemplo, alguns deles:

Participar em combates conjuntamente com os guerrilheiros do MPLA, começou a ser um hábito para um jovem Pioneiro chamada ESTRELA.

Num desses combates em plena chana contra as tropas colonialistas tucas, o Pioneiro ESTRELA foi seriamente ferido. Tendo sido determinada a sua evacuação das frentes de combate a fim de ser devidamente tratado, o Pioneiro ESTRELA teve ainda de fazer um esforço considerável para caminhar a pé algumas dezenas de quilómetros até chegar a uma das bases fronteiriças. E a sua primeira preocupação foi a de querer terminar os seus exames da 3ª. classe.

"Não é nada de importância, camaradas. Corremos com os tucas. Eles fugiram, camaradas"... , repetia ele, com um sorriso, aos seus companheiros, apesar do seu visível sofrimento.

Uma vez restabelecido, ESTRELA recusou permanecer fora da frente de combate, preferindo resolutamente prosseguir os seus estudos e a sua actividade guerrilheira a partir do CIR de uma das zonas da 3ª. Região político-militar, onde ele havia já conquistado o grau de Pioneiro-Chefe.

Apesar de saber das frequentes incursões das forças armadas tucas na área em que se encontravam a sua escola e os seus antigos companheiros, ele tomou a decisão de partir -- apenas com uma granada -- para se juntar a eles e "...continuar a combater, a estudar e a trabalhar"...

Se bem que os outros Pioneiros tivessem começado as aulas há já alguns meses, o Pioneiro ESTRELA não só conseguiu recuperar completamente o atraso com fez os seus exames obtendo uma das melhores classificações.

Entretanto, durante a sua ausência, um outro Pioneiro tinha assumido o seu grau e as suas responsabilidades.

ESTRELA, voltava portanto a actuar como pioneiro de base, o que encarou com a maior modestia e naturalidade.

Mas tendo em conta o seu comportamento, o seu trabalho, a sua disciplina, a sua applicação aos estudos e o seu espirito combativo - que o tornaram um Pioneiro Exemplar - os outros Pioneiros decidiram em Reuniao, efectuada em Abril de 1971, elege-lo Pioneiro-Comandante.

O Pioneiro ESTRELA, tem apenas 15 anos.

~~*****~~
wwwwww

... "Com coragem e decididos
Empunhamos o facho aceso
Hoje jovens combatentes somos
Amanha independentes angolanos"...

(Hino do Pioneiro do MPLA)

Sempre que as circunstancias o exigem, os Pioneiros do MPLA participam efectivamente em combates contra as forças armadas colonialistas.

E por vezes, alguns Pioneiros tombam no campo da honra, "porque a libertação da Patria necessita de sangue, do sangue dos seus melhores filhos"...

Em Fevereiro de 1971, o inimigo lançou uma ofensiva numa area da Frente Leste onde se encontrava um grande numero de Pioneiros. Impunha-se defenderem-se as posições conquistadas e, por consequente, resistir e contra-atacar simultaneamente.

Empunhando a sua arma, o Pioneiro AUGUSTO MATCHELE junta-se aos experimentados guerrilheiros do MPLA. Porem, no decurso do combate travado, uma bala inimiga feriu-o mortalmente. A 7 de Fevereiro, a escola N. 1 conta-va assim com um bravo Pioneiro a menos.

O Pioneiro AUGUSTO MATCHELE, tinha apenas 14 anos.

Apesar da morte do seu companheiro de estudos e de ar-

mas, os outros não perderam o moral e combateram com maior determinação para honrarem dignamente o supremo sacrifício do Pioneiro AUGUSTO MATCHELE.

No dia seguinte, tornou-se absolutamente necessário realizar uma operação de reabastecimento. E para tal, seria forçoso atravessar uma zona onde se encontravam presentes as forças inimigas.

Feito o apelo a voluntários, imediatamente se apresentaram os Pioneiros PATRIA e CORAGEM para cumprirem a missão. E apesar do inimigo ter montado os dispositivos de emboscada na referida zona, os dois jovens Pioneiros do MPLA lograram atingir o objectivo e regressar com o reabastecimento requerido.

Nesse mesmo dia, comandos das forças armadas tucas operavam na área onde se encontrava a escola de Pioneiros N. 7. A maior parte do efectivo dessa escola e do CIR tinha-se deslocado para outro local.

Por necessidade de reabastecimento alimentar, a Pioneira BATALHA em companhia de dois outros Pioneiros e do seu professor saíram em busca de alimentos.

Surpreendidos pelas forças inimigas, uma troca de tiros se estabelece. O professor é ferido nas duas mãos e a Pioneira BATALHA atingida mortalmente por 3 balas.

Ela tinha apenas 8 anos de idade.

Apesar dos seus ferimentos, o professor conseguiu organizar a retirada, transportando o corpo da malograda Pioneira BATALHA.

Em Maio de 1971, dois outros Pioneiros se distinguiram na defesa da sua própria escola e da sua área de controle.

3 helicópteros "Allouette" desembarcaram tropas colonialistas que invadiram a escola HENDA. No decurso da contra-ofensiva, os Pioneiros e guerrilheiros do MPLA caíram numa emboscada montada pelo inimigo.

Mas a coragem dos Pioneiros FIRME e DISCIPLINA, que

lançaram granadas e despejaram os seus carregadores so
bre o inimigo, contribuiu consideravelmente para inver
ter a situação, tendo as tropas colonialistas tugas so
frido pesadas baixas.

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

... "Viva MPLA, Viva MPLA, Viva MPLA

Dia 4 de Fevereiro
E o dia do começo da luta
Do Povo Angolano
Pela sua Independencia Total"...

(Canção do Pioneiro do MPLA)

Numa das areas da Frente Leste, onde se travam com certa frequencia combates contra as forças colonialistas tugas, encontra-se a escola N. 2 do CIR.

Ha assim, uma necessidade constante de se fazerem patrulhas, tendo em conta que a soldadesca colonialista tenta, periodicamente, encontrar as escolas do CIR e as bases do MPLA.

Um dia, um grupo constituido pelo Pioneiro UNIAO, alguns outros Pioneiros, o professor e alguns membros dos DP(defensores do Povo), saíram da base para efectuar o patrulhamento.

No cumprimento dessa missao, tiveram occasiao de encontrar nao so os traços da presença inimiga como tambem de determinar as suas posições.

Entao, o Pioneiro UNIAO foi encarregado de se manter no posto da guarda, devendo alertar qualquer movimento das tropas inimigas.

Mas de um momento para outro, o pioneiro UNIAO constata que dois grupos de soldados tugas, em posições quase opostas entre si, caminham em direcção ao local em que ele se encontrava.

Vendo-se impossibilitado de partir para alertar os seus

- 8 -

camaradas, o Pioneiro UNIAO decidiu abrir fogo contra o grupo que estava mais proximo dele. Este grupo inimigo, por sua vez, responde ao fogo, o que provocou que o outro grupo abrisse tambem o fogo.

Nesta troca de tiros, o Pioneiro UNIAO e ferido. Entretanto, consegue escapar-se e voltar para junto dos seus camaradas enquanto os dois grupos inimigos continuavam a fazer fogo entre si.

No entanto, um grupo de combatentes do MPLA ja informado da situacao havia partido para o combate.

O Pioneiro UNIAO tem apenas 16 anos.

Durante a ofensiva da soldadesca colonialista em Fevereiro de 1971, um grupo de Pioneiros da escola N. 3 situada numa das frentes de combate do Leste, deslocava-se para outros locais do CIR.

No trajecto, um dos Pioneiros, igualmente chamado UNIAO, perdeu-se dos outros. Ele levava consigo apenas uma granada e uma importante documentacao do CIR.

Na tentativa de reencontrar os seus camaradas, o Pioneiro UNIAO tomou uma direcção que o levou precisamente ao local onde se encontravam tropas colonialistas tuigas.

Ao aperceber-se da sua dificil situacao, o Pioneiro UNIAO procurou rapidamente esconder o saco com a documentacao do CIR e escapar-se. Porem, instantes depois, o jovem Pioneiro tinha dois elementos dos chamados "GE" (Grupos Especiais) em sua perseguição e gritando--lhe para que parasse pois de contrario disparariam.

O Pioneiro UNIAO não tinha outra alternativa e entao parou. Subitamente, lembrou-se da granada e pensou em fazer explodi-la, pois assim morreriam os tres.

Mas pensou tambem, que se ele morresse com os seus captores nenhum dos seus camaradas saberia onde se encon-

trava escondido o saco com a documentação do CIR. Então, num disfarçado movimento conseguiu igualmente esconder a granada entre folhas secas.

Enquanto os dois "GE" o conduziam para uma das "ndandandas", confiscaram o cobertor e a roupa do Pioneiro.

Uma vez chegado a "ndandanda", o Pioneiro UNIAO foi submetido ao inevitável interrogatório:

P- Tu es um Pioneiro do MPLA?

R- Eu vivo com os meus nesta área!

A esta resposta, um dos elementos da população presente (o traidor MUTUNGA) reagiu, denunciando o UNIAO como sendo realmente um Pioneiro do MPLA.

Começaram então as punições corporais a fim de obrigá-lo a revelar os locais das escolas do CIR, dos depósitos de materiais e das bases do MPLA. O valoroso Pioneiro recusava-se a dar qualquer informação exigida pelo inimigo, alegando desconhecer.

Foi então ameaçado de ser morto. "Podem matar-me se quiserem. Eu não conheço os tais locais", foi a sua resposta.

Ante esta firme atitude do Pioneiro UNIAO, os seus captores decidiram levá-lo sob prisão para o posto de MULE e depois para CANGAMBA, onde foi submetido a novo interrogatório por agentes da sinistra PIDE.

Como o Pioneiro UNIAO mantivesse a mesma atitude de não revelar, foi metido na prisão onde esteve até princípios de Abril. E-lhe então permitido sair da sua cela, mas é mantido sob vigilância.

A partir desse momento, ele começou a estudar as possibilidades de fuga, vindo a evadir-se no mês de Maio.

E um belo dia, perante a surpresa dos seus camaradas, o Pioneiro UNIAO apresentou-se no seu CIR, tendo previamente tido a preocupação de recuperar o saco com a documentação assim como a granada que tinha escondido no momento da sua captura.

Depois de ter feito o relato do que lhe tinha sucedido,

ele retomou imediatamente os seus estudos.

O Pioneiro UNIAO tem somente 15 anos de idade.

Este acto de coragem e de determinação do Pioneiro UNIAO encheu de regozijo os Pioneiros de todas as Regiões Politico-Militares do MPLA, demonstrando-se uma vez mais que os Pioneiros Angolanos seguem o exemplo do Pioneiro Heroico AUGUSTO NGANGULA. Preferem morrer que viver traíndo a sua Organização e a sua vanguarda, o MPLA.

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX

... "Internacionalismo dos povos do mundo
Solidariedade com os povos oprimidos
Todas as criancinhas do mundo
Vamos unir-nos contra o imperialismo
Todas as criancinhas do mundo
Vamos unir-nos sob a bandeira da liberdade".

(Canção do Pioneiro do MPLA)

○ PIONEIRO DO MPLA
=====

COMBATE, ESTUDA E PARTICIPA EM TODAS AS ACTIVIDADES
=====

○ comportamento dos Pioneiros do MPLA é regido pelos seus 10 princípios, que eles não só aprendem a conhecê-los como a aplicá-los na prática.

○ Os Pioneiros do MPLA:

- a- são preparados politicamente, aprendendo a História de Angola e a do MPLA, assim como a sua linha política. Conhecem os princípios da solidariedade e do internacionalismo e sabem porque se combatem contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o imperialismo;
- b- são preparados militarmente, aprendendo a manejar as armas, a combater com

- 11 -

- elas, recebendo ainda noções elementares de táticas de combate;
- c- participam nos combates contra as forças armadas tucas, nas patrulhas, nas guardas e no reabastecimento dos combatentes e das populações;
 - d- estão organizados em brigadas de estudo e de trabalho productivo. Antes e depois das aulas, as distintas brigadas de Pioneiros ocupam-se da limpeza, da cozinha, das lavras, do controle do comportamento, do cumprimento dos seus deveres, das saídas e entradas, etc;
 - e- aplicam na prática o princípio de contar com as suas próprias forças;
 - f- reúnem-se periodicamente, sob a direção do Pioneiro-Comandante ou do Pioneiro-Chefe, para discutirem os seus próprios problemas, para se habituarem a dialogar e a tomar decisões. Somente quando se vem impossibilitados de dar solução ou explicação a este ou a aquele problema e que recorrem a intervenção dos professores;
 - g- escutam diariamente os programas de Rádio do MPLA -- "ANGOLA COMBATENTE" -- que contribuem para a sua formação política;
 - h- cumprem integralmente os "Dez Princípios do Pioneiro do MPLA".

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

"TUDO PELO POVO" é o lema dos Pioneiros do MPLA e com a certeza na vitória combatem pela liberdade.

... "O imperialismo internacional
 E contra a paz, e contra a liberdade
 O imperialismo internacional
 E inimigo de todos os povos do mundo"...

(Canção do Pioneiro do MPLA)

OS DEZ PRINCIPIOS
 =====
 DO PIONEIRO DO MPLA
 =====

- 1- O Pioneiro do MPLA e disciplinado e ao mesmo tempo vigilante. Aprende a respeitar os seus superiores e a defender constantemente a Revoluçao.
- 2- Critica fraternalmente os erros dos camaradas e aceita a critica dos seus proprios erros.
- 3- Nao fala pelas costas, nao se ofende quando o criticam.
- 4- Nao e orgulhoso. E trabalhador e modesto. Sabe que tudo o que faça nao e nada comparado ao sacrificio do seu Povo.
- 5- Tem a coragem de defender as suas opinioes onde quer que esteja. Nao as esconde por medo ou vergonha.
- 6- Nao quer para si aquilo que todos os outros nao podem ter.
- 7- Olha sempre para frente, avançando para o futuro, tentando ser melhor, mais culto, mais corajoso, mais disciplinado.
- 8- O seu lema e tudo pelo Povo.
- 9- Sente como suas as vitorias ou as derrotas dos outros povos do mundo. E internacionalista.
- 10- So parara de lutar quando nada mais houver a fazer. E e consciente que havera sempre que fazer.

www.wwwwwwwwww

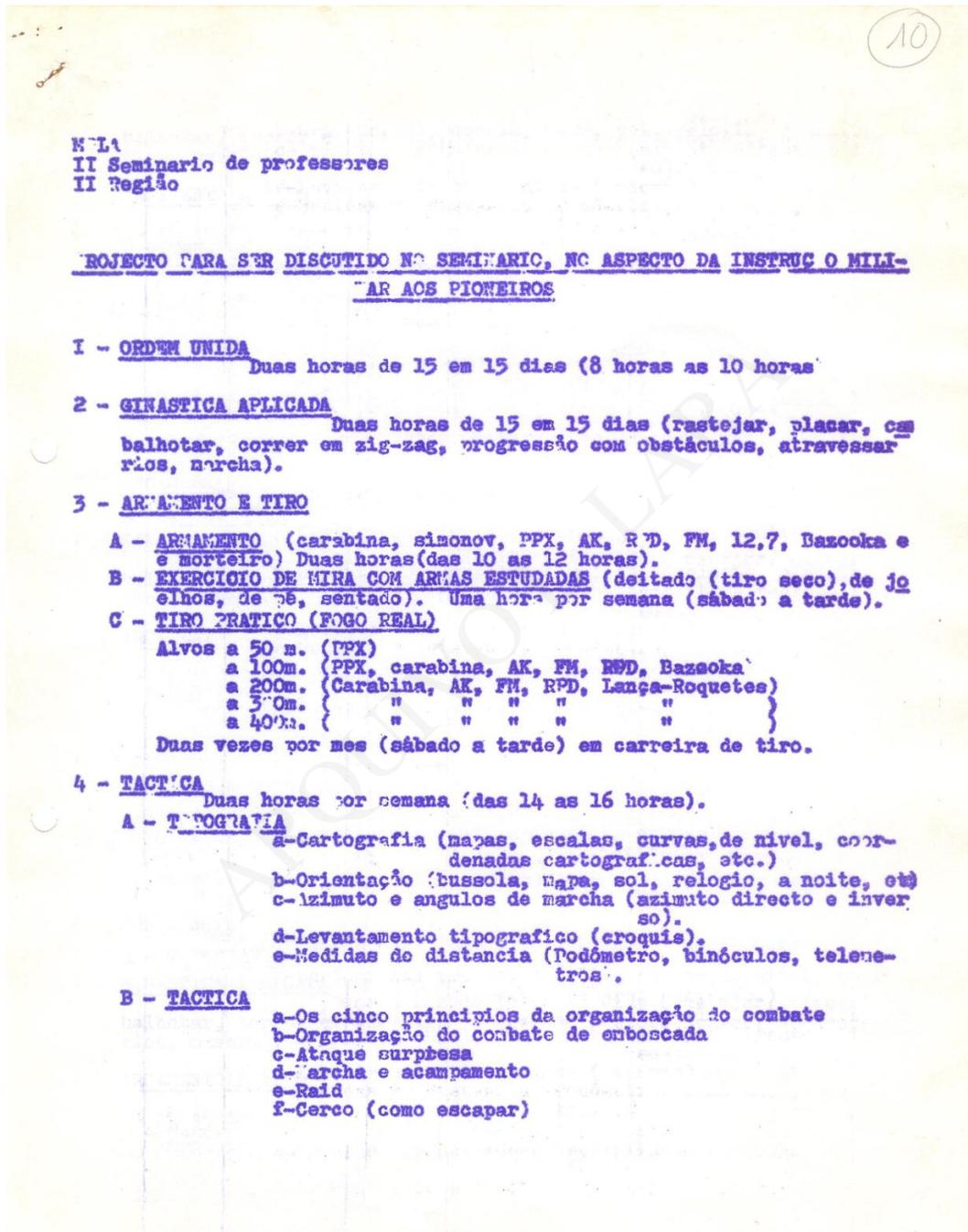


Lusaka, 1-12-71

D.I.P

ANEXO C. Instrução militar dos pioneiros

Projecto para ser discutido no Seminário, no aspecto da instrução militar aos pioneiros, de Tala Ngongo. Policopiado, 16/10/1972 (Acervo da Associação Tchiweka de Documentação).



g-Defesa anti-aerea
 h-Princípio de organização e calculo das forças de fogo (Fogo concentrado, feixe paralelo, calculo da linha em artilharia)

5 - SABOTAGEM

Duas horas por semana (das 16 as 18 horas)

A - EXPLOSIVOS (Definição e classificação).

B - MÉTODOS DE EXPLOSÃO

- 1- método pirotécnico
- 2- " eléctrico
- 3- " químico
- 4- " mecano (minas anti-pessoal e anti-tanque)

C - EXPLOSÃO DE MATERIAIS (Madeira, aço, betão)
 Sabotagem de pontes

D - ARMADILHAS (bomba relógio, etc)

E - Como minar e desminar
 (Detector de minas)

ANEXO D. Ordem de Serviço do MPLA

Ordem de Serviço do MPLA nº 13 sobre morte de Ngangula. Datilografada (2ª via), 03/03/1969 (Acervo da Associação Tchiveka de Documentação).

P R E S I D E N C I A

O R D E M D E S E R V I Ç O N º 13

O Comité Director do MPLA, louva o pioneiro de nome Augusto Ngangula, que foi ~~foi~~ morto a machadada, no dia 1 de Dezembro de 1968, na Zona C, quando se deslocava da sua aldeia para uma das escolas do MPLA. No percurso, foi detectado pelos soldados portugueses que o obrigaram a que mostresse não só o lugar da escola, mas também uma das bases do MPLA, sob ameaça de morte. O ~~jovem~~ pioneiro que contava apenas 12 anos de idade, mas para quem a palavra de ordem do MPLA, Vitória ou Morte tinha o seu Verdadeiro significado, resolveu aceitar a morte do que indicar aos inimigos as bases do MPLA. A coragem do pioneiro do MPLA Augusto Ngangula mostrou, um exemplo que deve ser seguido por todos os pioneiros, jovens, mulheres, homens e velhos de Angola.

Pela sua coragem e dedicação à luta da sua Pátria, O Comité Director do MPLA decidiu, conceder postumamente ao pioneiro Augusto Ngangula o título de Pioneiro Heróico do MPLA.

Vitória ou Morte

A Vitória é Certa.

O Comité Director do MPLA.

Angola,
3/3/69

APÊNDICE. Lista de obras

1969²⁴⁷

Maria Eugênia Neto. “No prelúdio da vitória” (conto integrante do livro da mesma autora, *Nossas mãos constroem a liberdade*, 1979).

1972

Pepetela. *As aventuras de Ngunga* (novela).

1977

Manuel Rui. *Cinco dias depois da independência* (novela).

1985

Ken Saro-Wiwa. *Sozaboy. A Novel in Rotten English* (romance).

1990

Peter Dickinson. *AK* (romance infanto-juvenil).

1991

Pius N’Dah Nkashama. “Les enfants du lac Tana” (conto infanto-juvenil integrante do livro organizado por Rabah Belamri, *Enfance, enfance*, 1995).

1996

Florent Couao-Zotti. *Charly en guerre* (romance infanto-juvenil).

1998

Babacar Sall. *Le sang des collines, poèmes pour les Grands Lacs* (livro de poemas).

1999

Sammy Mbenga Mpiala. *L’Enfant de la guerre* (romance infanto-juvenil).

Bernard Ashley. *Little Soldier* (romance infanto-juvenil).

2000

Ahmadou Kourouma. *Allah n’est pas obligé* (romance).

Publicado no Brasil em 2003 como *Alá e as crianças soldado*, tradução de Flávia Nascimento.

Jean-Philippe Stassen. *Déogratias* (HQ).

2001

Patrick-Serge Boutsindi. *L’enfant soldat* (romance infanto-juvenil).

2002

Camille Bouchard. *Les petits soldats* (romance).

Emmanuel Dongala. *Johnny chien méchant* (romance).

2003

Baffour O. A. Akoto. *At the gun-point* (romance).

²⁴⁷ Os anos indicados se referem à data da primeira publicação.

- Reine-Marguerite Bayle. *Les petits soldats : quand les enfants reviennent de guerre* (romance infanto-juvenil).
 Abdourahman A. Waberi. *Transit* (romance).
 Justin Kpakpo Akue. *John Tula. Le magnifique* (romance).
 Jean-Michel Mabeko Tali. *Le musée de la honte* (romance).
 Philippe Aufort. *Le Mioche* (peça teatral infanto-juvenil).
 Jorge Araújo & Pedro Souza Pereira (Ilustrador). *Comandante Hussi* (romance infanto-juvenil).

2004

- Gustave Akakpo. *La mère trop tôt* (peça teatral)
 Philip Begho. *Jelly baby* (romance infant-juvenil).
 Jean-Marie Defossez. *Les enfants-soldats* (romance infanto-juvenil).
 Jean-Claude Dery. *Les anges cannibales* (romance).
 Obinadogu Boniface Dim. *Biafran juvenile soldier* (romance).
 Ahmadou Kourouma. *Quand on refuse on dit non* (romance).
 Marine Auriol. *Zig et More* (peça teatral infanto-juvenil).

2005

- Uzodinma Iweala. *Beasts of No Nation* (romance).
 Publicado no Brasil em 2006 como *Feras de lugar nenhum*, tradução de Christina Baum.
 Delia Jarrett-Macauley. *Moses, Citizen and Me* (romance).
 Ungulani Ba Ka Khosa. *Os sobreviventes da noite* (romance).

2006

- Françoise Guyon & Roger Orengo (Ilustrador). *Moussa enfant-soldat* (livro ilustrado infanto-juvenil).

2007

- Chris Abani. *Song for Night* (romance).
 Peter Cozza. *Kunda: the story of a child soldier* (romance).
 Moustapha Minté. *Moi, enfant-soldat, enceinte et séropositive* (romance).
 Jocelyne Sauvard & Daniela Cytryn (Ilustradora). *Aïssata et Tatihou* (livro ilustrado infanto-juvenil).
 Valerie Sherrard. *Speechless* (romance infant-juvenil).
 Sönke C. Weiss & Darin Dahms. *Butterflies of Uganda: The Memories of a Child Soldier* (peça teatral).
 Joëlle Sambi. *Le Monde est gueule de chèvre* (romance).
 Eliane Ayetcho Kodjo. *Sur les routes de l'Afrique* (romance).
 Stéphane Cerveau. *Petite étoile. L'enfant soldat* (romance infanto-juvenil).

2008

- Suzanne Lebeau. *Le bruit des os qui craquent* (peça teatral infanto-juvenil).
 Sharon McKay. *War brothers* (romance infanto-juvenil).
 François d'Assise Konan N'Dah. *Le retour de l'enfant soldat* (romance infanto-juvenil).
 Allan Stratton. *Chanda's wars* (romance infanto-juvenil).
 Georges Yémy. *Tarmac des hirondelles* (romance).
 Patrick Bard. *La quatrième plaie* (romance policial).

2009

- Josh Dysart & Alberto Ponticelli. *Unknown soldiers. Vol. 1, Haunted house* (HQ).
- Anthony Keah. *Growing up naked: the untold stories of children at war* (romance).
- Diogène Ntarindwa. *Carte d'identité* (peça teatral).
- Philippe Côte. *L'enfant soldat* (romance infanto-juvenil).

2010

- Clem Chambers. *The twain maxim* (romance).
- Wilfred N'Sondé. *Le silence des esprits* (romance).
- Moussa Ramde. *Un enfant sous les armes et autres nouvelles* (contos).
- Anne-Carole Salces Y Nedeo. *Ces années assassines : l'enfer des combats d'un enfant de Sierra Léone* (romance).
- Sally Grindley. *Bitter Chocolate* (romance infanto-juvenil).
- Jean-Philippe Stassen. *L'étoile d'Arnold* (HQ).
- Gil Courtemanche. *Un lézard au Congo* (romance).

2011

- Matteo Casali & Kristian Donaldson. *99 Days* (HQ).
- Aurélie Resch. *Pars, Ntangu!* (romance).

2012

- Justin Danwé. *Le génie du mal : l'assaut des enfants-soldats* (romance).
- Majok Tulba. *Beneath the darkening sky* (romance).
- Hamilton Wende. *Only the dead* (romance).
- Lionel Boussi. *Chroniques de Brazzaville* (HQ).

2013

- Rachel Campbell-Johnston. *The child's elephant* (romance infanto-juvenil).
- Edward Hoagland. *Children are diamonds: an African apocalypse* (romance).
- Michael Wuitchik. *My heart is not my own* (romance).
- Jean-Paul Nozière. *Camps paradis* (romance infanto-juvenil).
- Cathy McPhail. *Mosi's War* (romance infanto-juvenil).
- Geoffrey Malone. *Dead boys' club* (romance infanto-juvenil).

2014

- John R. Gordon. *Souljah* (romance infanto-juvenil).
- Melissa G. Higgins. *Boy soldier* (romance infanto-juvenil).
- David Massey. *Taken* (romance infanto-juvenil).
- Claire Mazard. *Une arme dans la tête* (romance infanto-juvenil).
- Alan McDermott. *Gray retribution* (romance).
- Ptiluc. *Jeux sans frontière* (HQ).
- Chris Ryan. *Deadfall* (romance infanto-juvenil).
- Clément Baloup. *Le ventre de la hyène* (HQ).
- Isabelle Vouin. *L'éclaireur* (romance infanto-juvenil).

2015

David Hartness. *Amani's river* (romance).

Ruben D. Schwieger. *Boy soldiers* (romance).

Thomas Scotto & Barroux. *Une guerre pour moi...* (livro ilustrado infanto-juvenil).

Wambalye Weikama. *The bonds of war: a child soldier's story* (romance).

Jessica Dee Humphreys & Michel Chikwanine. *Child Soldier. When Boys and Girls Are Used in Wars* (HQ infanto-juvenil).

2016

Fabien Fernandez. *L'enfant mitrailleuse* (romance infanto-juvenil).

Melissa G. Higgins. *Rebel* (romance infanto-juvenil).

Catherine Fradier. *Une petite chose sans importance* (romance infanto-juvenil).

2017

Ingrid Chabert & Joel Alessandra (Ilustrador). *Kadogo* (livro ilustrado infanto-juvenil).

2018

Francesco Giugiario & Jeremie Gasparutto (Ilustrador). *Teddy Bear* (HQ).